

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Arrovani Luiz Fonseca

ALMANAQUES DE SÃO CARLOS (SP),
UM CALEIDOSCÓPIO DE IMAGENS DA CIDADE (1894-1928)

Doutorado em História Social

São Paulo, 2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Arrovani Luiz Fonseca

ALMANAQUES DE SÃO CARLOS (SP),
UM CALEIDOSCÓPIO DE IMAGENS DA CIDADE (1894-1928)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, área de concentração História Social, sob orientação do Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho.

São Paulo, 2019

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

1° Examinador: _____

2° Examinador: _____

3° Examinador: _____

4° Examinador: _____

Aprovada em ____ / ____ / ____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – PROSUC MODALIDADE II – 88887285762/2018-00.

*Dedico esta tese ao meu pai
Candinho (Vicente), filho de
ferroviário, e minha mãe Lia (Maria
Benedita), filha de colonos do café.
Por suas histórias cruzadas!*

Agradecimentos

Em tudo quanto olhei fiquei em parte.
Com tudo quanto vi, se passa, passo,
Nem distingue a memória
Do que vi do que fui.

Ricardo Reis, in "Odes"
Heterônimo de Fernando Pessoa

A tarefa de remeter agradecimentos ao termino de um trabalho a pessoas envolvidas direta ou indiretamente é um exercício de memória que pode muito bem deixar lacunas. Farei um esforço proustiano para não ser injusto.

Agradeço a PUC-SP pelo acolhimento e pela colaboração das mais importantes para minha formação como profissional. Seu ambiente democrático de discussões e sua história como instituição de grande reconhecimento fizeram com que eu estivesse durante esse tempo todo num lugar de liberdade e de crescimento pessoal.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho pelas orientações e contribuições dadas a pesquisa ao longo desses anos. Faço menção a primeira orientadora desse projeto a Prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias que iniciou as primeiras conversas no ano de 2014.

As professoras Dra. Jacy Alves de Seixas da Universidade Federal de Uberlândia e Heloisa Faria Cruz da PUC-SP pelas observações fundamentais no exame de qualificação realizado em junho de 2017.

Agradeço ao projeto "Bolsa-Mestrado/Doutorado" da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo sob coordenação da Supervisora de Ensino Profa. Maria Cristina Urban que foi fundamental para custeio de parte das mensalidades do programa de pós-graduação em História desta universidade entre fevereiro de 2014 a agosto de 2018.

Ao programa de bolsa de estudos da PUC-SP pela concessão de bolsa parcial de pesquisa CAPES entre setembro de 2018 a janeiro de 2019.

A pessoa de Maria Cristina Monteiro Tasca, bibliotecária e professora, hoje aposentada, pelo empenho em encontrar livros e outros almanaques de referência a esta pesquisa entre 2014 e 2015 como funcionária que era do *Museu Republicano Convenção de Itu*.

Aos funcionários da *Fundação Pró-Memória de São Carlos*, dentre elas, Heloísa, Leila Massarão, Luiza Shimada, pelo atendimento pronto e competente

para localização de almanaques originais, livros, jornais e documentos oficiais referentes à história de São Carlos.

Registro aqui com imensa gratidão ao amigo de tantos anos, dos tempos da graduação em História na UNESP/Franca, o Prof. Dr. Fransérgio Follis pelo abrigo em sua casa nas épocas que precisava me deslocar a São Carlos para pesquisar.

A Ricardo Bischalchin bibliotecário da *UEIM - Unidade Especial Informação e Memória* ligado a UFSCAR pelo acesso aos jornais antigos da cidade de São Carlos existentes naquele acervo.

Aos amigos Wagner de Oliveira, Arleandra Ricardo, Neemias de Oliveira, Fabio Lúcio Mello Tobias e tantos outros que fiz nos cursos ministrados entre 2014 e 2015. Agradeço as mestras, Profa. Dra. Denise Bernuzzi Santana, Maria Antonieta Antonacci, Maria Izilda Santos de Matos e Estefânia Knotz Canguçu Fraga pelos diálogos e apontamentos teórico-metodológicos em suas aulas ao compartilhar de suas experiências.

Aos funcionários da PUC, biblioteca, seção de pós-graduação em História e seção de alunos que contribuíram com seu atendimento dedicado durante o período em que estive matriculado como aluno.

Aos meus tantos colegas professores e professoras, alunos e ex-alunos da Escola Estadual Plínio Rodrigues de Moraes, de Tietê, pela torcida e orações.

Amigos de Tietê, São Paulo e dos tempos de faculdade em Franca de longa data sempre dispostos a me darem ânimo e conforto em palavras. Tenho por vocês gratidão pura.

Ao meu pai Candinho e minha mãe Lia, por suas orações e apoio em palavras sempre firmes. A Glauce, Joca, Celeste e Isadora, minha família. A todos por entenderem minhas limitações e ausências em vários momentos.

Grato a todos de coração!

Tietê (SP), outono de 2019.

FONSECA, Arrovani Luiz. Almanques de São Carlos: um caleidoscópio da cidade letrada (1890 – 1930). 230p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O estudo analisa os almanques da cidade de São Carlos, interior paulista, publicados em 1894, 1905, 1915, 1916-17, 1927 e 1928 dentro do contexto da expansão cafeeira. O período histórico envolvido que denominamos Belle Époque Caipira considera a ascensão econômica e política das elites nas cidades do interior paulista fazendo com que as ações do processo de modernização urbana fossem conduzidas sob o discurso da civilização e do progresso. Nesse sentido, o almanaque, publicação tradicional com grande presença na cultura escrita brasileira, de conteúdos diversos são percebidos aqui como impressos organizados pelos seus editores como portadores de discursos referentes ao moderno. Coube-nos desse modo adentrar por suas páginas analisando literatura, propagandas, textos históricos, imagens fotográficas, para a percepção pluralizada do processo de modernização. Desse modo, a metáfora do caleidoscópio de imagens do urbano faz sentido quando nos debruçamos à compreensão do seu perfil de representação da cidade. A pesquisa se fundamenta nas discussões em torno dos conceitos de modernidade/modernização/moderno, progresso e civilização permitindo uma construção dos aspectos das transformações da cidade de São Carlos. Ainda ressaltamos a necessidade de percorrer uma história da origem dos almanques até os fins do século XIX e início das primeiras décadas de XX para visualizarmos as permanências e mudanças existentes nesse gênero editorial aproximando-os com os de São Carlos. Tratamos os almanques nesse estudo como fonte e objeto de pesquisa mostrando sua historicidade diante de outros impressos do período em questão.

FONSECA, Arrovani Luiz. Almanacs of São Carlos: a kaleidoscope of the literate city (1890 - 1930). 230p. Thesis (Doctorate in History) - Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2019.

SUMMARY

The study analyzes the almanacs of the city of São Carlos, countryside of São Paulo, published in 1894, 1905, 1915, 1916-17, 1927 and 1928 within the context of coffee expansion. The historical period involved, which we call Belle Époque Caipira, considers the economic and political rise of the elites in the cities of the countryside of São Paulo, conducting the actions of the process of urban modernization under the discourse of civilization and progress. In this sense, the almanac, a traditional publication of diverse contents with a great presence in the Brazilian written culture, is perceived here as printed papers organized by its editors as bearers of discourses referring to the modern. It was thus for us to enter its pages analyzing literature, advertisements, historical texts, photographic images, to observe the pluralized perception of the process of modernization. Thus, the metaphor of the kaleidoscope of images of the urban makes sense when we come to understand its profile of representation of the city. The research is based on the discussions around the concepts of modernity / modernization / modern, progress and civilization, allowing a construction of aspects of the transformations of the city of São Carlos. We still need to go through a history of the origin of the almanacs up to the end of the 19th century and the beginning of the first decades of the 20th century to visualize the permanences and changes existing in this editorial genre, bringing them closer to those of São Carlos. We deal with the almanacs in this study as a source and object of research showing its historicity in relation to other printed matter of the period in question.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: AS FACETAS DA MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES DO CAFÉ.....	16
1.1. <i>Belle Époque</i> , A França como referência.	16
1.2 São Carlos no mundo do café.....	23
1.3. Imprensa e Cidade no interior paulista.....	30
2 DOS “ALMANACKS” AOS ALMANAQUES DE CIDADE.....	41
2.1 A polissemia histórica do almanaque.....	41
2.2. Os Almanques no Brasil do século XIX.....	45
2.3. Os Almanques de Cidade.....	55
2.4 Apresentando os almanques: conhecendo formatos, estrutura e os editores.....	60
3 A CIDADE LETRADA DOS ALMANAQUES	80
3.1. Publicidade.....	80
3.2 Parte Literária	91
3.2.1 Poesia.....	91
3.2.2. Prosa literária.....	104
3.2.3 Humor.....	109
3.3 Comércio, Indústria, Artes e Ofício.....	112
3.4 Biografias.....	119
4 CIDADE DA MEMÓRIA.....	127
4.1 Uma história para São Carlos.....	127
4.2. Os autores.....	129
4.3. Inventar o passado, forjar uma identidade.....	130
4.4 O Inventário do Progresso.....	136

5 CIDADE DA IMAGEM.....	148
5.1 A fotografia na cidade.....	149
5.2. “As poses da Princesa do Oeste”	155
5.2.1. Vistas Panorâmicas.....	158
5.2.2. Ruas.....	162
5.2.3 Edifícios Públicos.....	171
5.2.4. Educação.....	186
5.2.5. Zona Rural.....	190
5.2.6. Cultura.....	194
5.2.7. Progresso.....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	204

INTRODUÇÃO

*Que cidade é essa? Será a cidade do Tudo?
A cidade em que todas as partes se
conjugam, as escolhas se contrabalançam,
onde se enche o vazio que existe sempre
entre o que se espera da vida e aquilo que
nos toca? (Ítalo Calvino, O castelo dos
destinos cruzados)*

Introdução

Este tese apresenta uma reflexão sobre os almanaques publicados em São Carlos, um dos centros cafeicultores do interior paulista, em suas seis edições entre 1894 e 1928. A motivação principal é análise das imagens da cidade produzidas em torno do moderno associadas a noções como “progresso” e “civilização”. São Carlos sofreu mudanças no auge da economia cafeeira, principalmente em ações que mostravam intervenções no seu espaço urbano procurando a superação dos seus traços antigos de localidade que começou a surgir na segunda metade do século XIX.

Neste sentido consideramos os almanaques aqui como fonte e objeto que nos permitiram a compreensão destes como impressos veiculadores de discursos relativos a cidade. Uma cidade ideal, para ser vista e apresentada ao público através dos idealizadores destes almanaques. Configura-se nesse sentido uma ação visando enaltecer os feitos do progresso criando uma imagem da cidade que se deseja registrar.

No conjunto, os almanaques de São Carlos ao formularem um discurso hermético com o intento de afirmar uma certa cidade conquistada aquela altura, passam a fixar para as gerações seguintes, uma urbe moderna mas que não existe mais, e que acaba por se tornar uma das memórias dessa cidade. É pertinente dizer que os almanaques tomados muitas vezes como o ponto inicial de informações acerca da história de uma cidade, com seu manancial de textos, imagens e de dados estatísticos, etc., acabam por reproduzirem os sentidos construídos dessas publicações. Refletir sobre os almanaques para além desse uso é um dos focos dessa pesquisa.

Desde o trabalho de mestrado que apresentamos na UNESP-Franca, intitulado “*As Representações da Cidade na Literatura Modernista: Uma análise de Pauliceia Desvairada e Macunaíma de Mário de Andrade*” o tema da cidade constitui uma das preocupações de pesquisa em história. Nessa dissertação procuramos compreender a visão de São Paulo construída pela literatura marioandradiana. No entanto, partimos de uma obra inicial do autor que foi o livro lançado em 1917 “Há uma gota de sangue em cada poema” onde o autor faz seu desabafo do mundo acerca da Primeira Guerra Mundial e suas falaciosas ruínas humanas de sangue e dor que davam para minha compreensão a tônica de um poeta que entendia a partir da guerra uma das catástrofes da modernidade capitalista.

Nesse trabalho optamos por situar a vida e a obra do autor, depois observando a referida obra, para me alocar na São Paulo da Semana de Arte Moderna. Desse modo incursionei pelo ambiente intelectual para poder entender as estéticas poéticas usadas na representação da cidade de São Paulo em *Pauliceia Desvairada* bem como a partir desse registro analisar a obra *Macunaíma* e sua proposta de entender o Brasil usando São Paulo como paradigma. Concluímos que para Mário a tensão existente no seu pensamento era com relação a cultura que tencionava entre a nossa originalidade atrelada as tradições culturais brasileiras desde a colonização ou seja cultura histórica brasileira de nossa formação ou nos deterioramos com a modernidade que ele observava a partir da cenografia moderna de São Paulo. Pensar o país e pensar a cidade foram a base de uma plataforma política e de ação que marcou sua vida e toda sua produção.

Voltando-me para o interior paulista da marcha batida da expansão cafeeira deparamos com produções historiográficas envolvendo vários objetos para compreensão da manifestação de um tipo de Belle Époque, diferente da referência francesa e das cidades capitais brasileiras. Esses estudos tomando como base as reflexões do Professor Dr. Evaldo de Mello Doin, foram denominados de Belle Époque Caipira. Um dos pontos do seu trabalho discute a modernização de cidades ocorrida nas terras do café. O professor Evaldo, compreende que o tal processo transformou a cultura local de tal forma que certo sentimento de pertença a modernidade-mundo era perceptível dando-se pelas mãos de líderes locais que direcionavam o processo de transformações urbanas mesmo em pequenos núcleos urbanos.

Em seu “Seis propostas para o próximo milênio”, Ítalo Calvino nos oferece a impressão de que, a cidade não se inscreve apenas nos marcos de pedra, mas é composto por um “livro de registros” que traduz, por uma rede de textos, a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas, formando uma miríade de imagens, contraditórias e fragmentadas, nas quais são tênues os limites que separam o vivido do sonhado. Analisando este tema, Renato Cordeiro Gomes afirma:

Parece ser esta tensão (entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas) o vetor que comanda a dramatização dos textos que constituem o ‘livro de registro da cidade’. Aí ela é inscrita enquanto texto, lugar sógnico do mundo dos objetos, do mundo dos discursos, do material e do político. Textos que falam a cidade, ou onde ela fala, com sua capacidade de fabulação que embaralha a tendência racionalizadora, geometrizar, dos poderes que, com os desejos, os sonhos, as experiências e as vivências dos homens, a querem ordenar e controlar. (GOMES, 1994. p.23)

O almanaque se insere nesse sentido, como um “livro de registros” mas também como uma forma de acessar as transformações de uma sociedade e as representações expressas por grupos sociais interessados no seu alcance como impresso de repercussão popular ao propor uma visão da cidade no seu aspecto moderno trazendo uma forma de expressão do urbano.

São Carlos passou por transformações econômicas e sociais justificadas pela dinâmica cafeeira e desfrutando então, de uma série de melhoramentos urbanos, como sistema de água e esgoto (1899), energia elétrica (1892), plano de arruamentos (1913), arborização de ruas e avenidas, teatros (1875), bondes elétricos, rede de ensino escolar (1896), etc. Essa ação modernizadora do espaço urbano era resultado das articulações dos grupos políticos locais especialmente representados pelo Partido Republicano Paulista que operavam seus capitais em várias ações tais como comércio de importação e exportação, bancos e na abertura de empresas prestadoras de serviços públicos urbanos. Dentre outras realizações haviam escolas, hospitais, edifícios públicos, asilos, vilas operárias, entre outros que forma surgindo modificando a paisagem urbana de São Carlos.

Essa realidade vivenciada pela cidade encontra na cultura dos impressos seu registro e veículo de transmissão desse momento através de jornais, revistas e almanaques. Na concretização dos almanaques de São Carlos, a sua publicação foi realizada por homens de profissões diversas, homens públicos ligados ao partido republicano local que contam com as tipografias para realização do seu projeto

gráfico a veiculação dos seus ideais republicanos e dos seus debates políticos sobre os progressos da cidade. Nesse sentido o crítico uruguaio Angel Rama traz uma contribuição enriquecedora para analisar a relação entre a cidade, o escrito e a modernidade: a da ideia cidade letrada definido como um “ambiente intelectual coletivo da imprensa em cada cidade”(GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 18). Assim, considero os almanaques como um caminho possível para revelar essas múltiplas imagens feitas por sujeitos e suas práticas culturais e políticas tanto no espaço rural e como no urbano o que possibilita melhor compreender, o universo da modernização de cidades dos primeiros tempos da República.

O historiador Néelson W. Sodré, numa obra que se tornou referencial sobre a questão da imprensa no Brasil deixa muito claro a associação entre a história da imprensa e a história do desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira:

O desenvolvimento dos bens de produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana; paralelamente, a produção ascensional provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu importância à propaganda e o anúncio apareceu como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias (1966, p.3).

Não nos esquecendo de que nosso foco são os almanaques e que estes impressos já possuem uma tradição na sociedade brasileira, faz-se necessários vê-los como objetos culturais apropriados e inseridos localmente e preenchidos em suas páginas com os conteúdos que cabem e que interessam seus editores publicarem. Na cidade de São Carlos eles estão inseridos neste espaço de grande circulação de ideias que são os jornais. Um mesmo espaço que divide a tradição com a inovação no atributo das informações, mas também na formulação de certa identidade moderna de ser no mundo. Como explicita Cristina Musse (2008) “a imprensa constrói, assim, a noção do lugar, possibilita a criação de vínculos e atua como mediadora fundamental na relação do homem com o espaço por ele ocupado, o território”(p.20).

Ao desenvolver uma compreensão sob o aspecto da imagem da cidade através de almanaques, aproximamo-nos, dentro do campo da História Cultural, do conceito de representações. Para Pesavento (2008,p39), como “categoria central da História Cultural, a representação foi, a rigor, a incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim” que “estudaram, nos

chamados povos primitivos atuais, as formas integradoras da vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo. Expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, fazem os homens viverem por elas e nelas”.

O historiador Roger Chartier ao trazer essas contribuições para o campo da historiografia francesa nos anos 80 discutiu o conceito de representações da seguinte forma:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas – , muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais(CHARTIER,1996 p.17)

O historiador francês dessa maneira cria um referencial teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico internalizado de lutas simbólicas pelo poder, de domínio entre grupos e/ou indivíduos representantes estruturadas a partir de relações dentro de determinado campo social. Um desafio às representações desse modo dentro da História Cultural é “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008 p.42). Mas estas, reveladoras dos embates e dos interesses que procuram representar e idealizar por meio das fontes os homens do passado.

Na mesma noção de imagens captada na história cultural como campo de conflitos está também a história escrita por imagens do filósofo frankfurtiano Walter Benjamin. Para este filósofo, escrever por imagens é estabelecer uma fisionomia, ou seja: “o rosto da modernidade”. Para Wille Bolle, especialista no pensamento

benjaminiano: “Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância das “grandes ideias” e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens “dialéticas” coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história (BOLLE, 2000: 43)”. Nesse caso Benjamin aproxima-se da noção de imagens como traços marcados de uma época deixadas inscritas pela fotografia que por sinal não deixou de analisar.

Nesta tese nossa fonte e também objeto são os almanaques de São Carlos, cidade do interior paulista, publicados nos anos de 1894, 1905, 1915, 1916-1917, 1927 e 1928. Deles se tem como objetivos compreender através do seu repertório de temas que identificam o almanaque como gênero, as imagens da cidade construídas num contexto de grandes transformações impactadas pela cafeicultura tanto no espaço urbano como no espaço rural e veiculadas por esse tipo de impresso.

Para tal compreensão das imagens da cidade, a análise dos almanaques perpassou por temas pertinentes ao contexto histórico vivenciado pelas cidades do café na qual São Carlos se inclui: modernidade/modernização, progresso, civilização. As temáticas deixam explicitadas sobre a condição na qual a condição as cidades do café em materializar em sua sociedade e no espaço urbano, seu palco de concretização, as benesses dos rendimentos vultosos da cafeicultura que encontravam no desejo de ser moderna seus objetivos. Assim, a princípio, faz-se necessário esclarecer, os significados atribuídos a esses termos, ainda que avancemos em seu entendimento no decorrer dos capítulos.

Pode se definir a modernidade como uma experiência histórica vivida por uma parte do mundo ocidental no alvorecer do século XIX. Esse tempo de transformações foi um processo iniciado lentamente no século XVI, tomando como partida o Renascimento, o Ciclo das Grandes Navegações Ultramarinas Europeias, A descoberta do Novo Mundo, os efeitos da Reforma Protestante e se estendeu até o desenvolvimento das Ciências Naturais no século XVII. Essa primeira fase atinge seu clímax político nas revoluções do século XVIII com a Revolução Francesa, marco do racionalismo e do iluminismo, desenrola suas implicações gerais após a Revolução Industrial que deu origem ao sistema de fábricas e ao desenvolvimento

tecnológico subsequentes do século XIX e termina no limiar do século XX (GIDDENS, 1991, p.11).

A medida que a modernidade avança no século XIX suas transformações vão causando alterações de percepção na relação espaço e tempo. Na análise de Marshal Berman, a modernidade resulta de um movimento de transformações econômicas e culturais causadas por inovações científicas, revoluções técnico-industriais, aumento populacional, intensa expansão urbana (criando as cidades tentaculares), mudanças na relação entre Estado, sociedade e política e grandes movimentos de massa propulsados pela revolução mundial do mercado. Na definição de Berman:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (...) ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.

Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. (BERMAN, 1986, pp.15-16).

A era moderna passa por uma emancipação dialética provocada pelas transformações materiais promovidas pela modernização (que envolve a infraestrutura econômica, a base técnica e os meios de produção e outro que envolve os aspectos políticos e ideológicos) e pelo modernismo (arte, cultura e sensibilidade). Do primeiro depreende-se a ideia de tornar algo novo, moderno, que tende a superar o passado, num sempre vir a ser, sendo referenciada a noção advinda da experiência europeia. Como afirma Habermas:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas. Cf. HABERMAS, J., op. cit., p. 5.

O impacto dessas transformações operadas pela modernidade fizeram-se sentir no ambiente das cidades. No século XIX vários escritores colocaram-se a pensar esse fenômeno que envolvia a vida humana caracterizando as confrontações entre o antigo e o novo, vivendo esses dois

mundos a um só tempo como se observa na Paris de Baudelaire, passando pela Berlim de Musil, o Rio de Janeiro de Lima Barreto. Dessa maneira a modernidade constituiu-se a como a pretensão de rejeitar a tradição, submetendo tudo ao exame crítico da razão e à experimentação.

É possível identificar várias representações da modernidade derivadas dos seus críticos. Exemplo primeiro disso foi o filósofo alemão Karl Marx um dos formuladores de uma ideia de modernidade, quando declara:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material.(BERMAN, M, apud.p.19)

Oscilando entre a função de crítico das forças do capitalismo e visualização admirada de renovação das forças internas e redentoras da burguesia o ativismo de Marx aponta que esta foi a que mostrou aos homens do que a atividade humana é capaz de atingir em suas infinitas possibilidades. Os grandes projetos da burguesia expressos através de das fábricas, pontes, canais, ferrovias trazem a tona maravilamentos, encantamentos e exibicionismos, que Marx afirma que acabou por ocasionar na superação de toda obra humana passada como exemplo das pirâmides. Marx destaca que a burguesia nesse tempo produz processos ativos e criativos que transformam as ações e as ideias do homem na vida moderna.

A burguesia fundamenta seu modo de ser, sua legitimidade, na sua própria ação que surgindo de forma organizada e alinhada transforma o mundo já que para isso institui a mudança constante e a permanente renovação que revoluciona todas as condições e relações sociais. A vida moderna é marcada por esse modo pelas agitações, incertezas, turbilhonamento, tudo em estado de revolução permanente onde “tudo que é sólido, desmancha no ar, tudo que é

sagrado é profanado”. Aparentemente essa sensação de mudança permanente possa atingir a sociedade burguesa, quando na verdade apenas a fortalece, pois é da sua natureza a incitação da permanente transformação enunciadora de forças dinâmicas e contraditórias. As pessoas são conduzidas pela instabilidade, fluidez, volatilidade desses tempos. São levadas a receber essas transformações como se fossem naturalizadas o que exige força para poder lutar contra esse estado de coisas.

O mundo moderno se situa, dessa maneira, sob o signo do novo. Novo este que se mostra a serviço do consumo. Um mundo sempre sujeito ao fluxo e ao nada durável. Um novo disposto a expulsar o que é antiquado e que se define por esse ato de expulsão. A modernidade exhibe a força que trabalha essa época assimilando-a a antiguidade, ou seja, a modernidade por sempre expressar e produzir o novo e supera-o este criando o que é ultrapassado.

Para Weber, segundo Rouanet (1994), a modernidade é resultado do processo de racionalização advindos da Reforma Protestante que atingem tanto o social como o cultural. A esfera de valores se alteram no campo da ciência, arte, moral e do direito, e possuem relação com a dessacralização e com o desencantamento. Num outro sentido, a modernidade altera o cálculo racional que atinge o mundo do trabalho assalariado, da acumulação e da incorporação da técnica no processo produtivo.

Dessa maneira, Weber destaca a transformação do terreno mítico-religioso para o campo técnico-científico. É neste último que se configura seu entusiasmo pela dialética da racionalidade econômica e cultural percebendo a perda de sentido e liberdade que aprisiona o homem “numa gaiola dura como aço”, por oposição a liberdade humana pregada pelo iluminismo, levando-o e não criar valores éticos e assim sobrepujando um hedonismo.

Numa situação diferente desta última, o filósofo alemão Walter Benjamin, que de certa maneira, tal como Weber trilhou, flerta com a questão da racionalidade, não afirmando uma posição de desencantamento na modernidade. Ao contrário, para Benjamin a modernidade significa o reino do mito, pois cria e apresenta ao homem novos mitos. O capitalismo com sua força dinâmica submete-se ao sono povoado de sonhos, o que lhe permite a recriação das forças míticas (ROUANET, 1994, p.67). A modernidade submete uma coletividade a esse sono, não permitindo que esta conheça a história. O fluxo da

história recebe como sempre igual e como o sempre novo. Benjamin aponta que o campo do onírico, advém da dialética entre o “antike” e o moderno, formulada na ideia de “fetichização” que induz o indivíduo e sua consciência a traumas e rupturas internalizados. Interiormente o indivíduo assume a postura pelo sempre novo, o sonho seguinte. Esse sempre novo está fadado à repetição e ao refazer constante da aura, mas, contudo, tem seu fim, a antiguidade, a morte já que o novo não tem tempo de envelhecer. Tanto a sensação do novo e do moderno se constitui como o eterno retorno do idêntico e constituem a forma do sonho. Os objetos-sonhos situam-se na cidade e Benjamin toma como caminho no espaço da modernidade ao observar através de Baudelaire a imagem da cidade-sonho, Paris.

As novas técnicas longe de abolirem o mito, formam também, um sonho que gera seus próprios mitos, tais como a arquitetura de ferro que imita as igrejas góticas. O progresso técnico não marcha na mesma sintonia do progresso cultural. A modernidade técnica engendra fantasmagorias sujeitas ao tempo do mito. A modernidade além de representar o fim da magia radicaliza o universo mágico.

Benjamin rejeita o progresso como ideologia, como fundamento de uma filosofia da história com base no tempo vazio e homogêneo. Diferente da noção defendida por Weber sobre a questão do progresso, Benjamin defende uma “visão neoconservadora que vê com pessimismo a racionalização cultural (p.68). Na luta entre razão e mito, Benjamin fica com a primeira mostrando a necessidade da razão como ato libertador. A razão deve “avançar com o machado agudo [...], sem olhar nem para a direita nem para a esquerda, para não sucumbir ao horror que avança das profundezas da terra virgem”. A razão deve tornar transitáveis em todos os terrenos, limpando-os dos arbustos da decência e do mito (idem,p.68).

O sonho não deve se esgotar no mito. Benjamin defende que o sonho coletivo se encontra entremeadado simultaneamente em duas instâncias, aquela que fornece as imagens do desejo e instaura e perpetua o existente, e outra que sofre um impulso em direção ao despertar histórico e outra que eterniza o sonho (idem, p.68). O despertar benjaminiano tem seu sentido político, porque significa a ação, uma abertura para a percepção do mundo que capacita o homem a se

situar no presente. Trata-se de um voltar a si próprio reconhecendo na experiência dos indivíduos a força detentora de uma ética que não é

àquela reduzida à vivência, e sim uma experiência comprometida com a necessidade de garantir uma palavra comum, malgrado o esfacelamento do social: “escovar a história a contrapelo”, fazendo explodir o vazio, *continuum* e homogêneo de sua temporalidade, significa compreender que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (MITROVITCH, C. apud BENJAMIN, TESES, p. 223).

A nova relação com o espaço da cidade faria com que o homem moderno passasse a ter outra reorientação com relação ao tempo. Os laços tradicionais com o passado diante das forças impactantes desse novo ritmo de vida colocam em risco suas experiências e sua ligação com a memória coletiva. Aqui vale destacar o confronto entre a figura do flanêur, caminhante da cidade, sem rumo, sem mapa, alheio, e a figura do narrador. No primeiro, sua vida é condicionada a errância e a compreensão da paisagem urbana sempre em constante mudança. Seu método são os flashes do cenário urbano que ele captura nas andanças pelas fantasmagorias da cidade-sonho. Já o narrador, é a figura que defende seu sentido construído nas sociedades onde predomina a oralidade, relacionada à tradição e ao passado, mas que se encontra perdida no homem moderno devido aos meios de comunicação de massa.

Na modernidade, Benjamin observa esse desapontamento com as experiências ricas que compõe a integridade do indivíduo. A memória, primordial para as lembranças e para a transmissibilidade das experiências se encontra atingida pela presença constante do sempre novo, do sempre igual. Para o filósofo alemão a modernidade é percebida como um fenômeno psíquico-cultural que envolve uma modificação profunda do modo de comportamento de vida humano como perda e reconhecimento.

Na constituição da modernidade em sociedades periféricas, o fenômeno da modernização, entendida aqui “na implantação de modelos análogos aos das sociedades centrais sem que, no entanto, aqui se verifiquem os mesmos alcances quando de sua aplicação (MALTA, C. apud OLIVEIRA, 2014, p43)” presencia o jogo de opostos entre passado, o latifúndio, a mão de obra escrava e assalariada, e presente, a necessidade de ser urbanizar mesmo que ainda atrelada as sociedades agrarias resultou configuração de uma tensão

cambiante em relação a sociedade. Imaginar ser moderno ou mesmo adquirir feições modernas mostrou-se no caso da América Latina como um processo convulsionado onde a sociedade de modo mais claro ainda tinha raízes no passado, mas vivia tensa e continuamente o avanço da modernização. Nesse caso, as cidades brasileiras adquirem um papel inseridas nas economias agroexportadoras a função de dar “a emulação de padrões europeus definia o status dos espaços dominantes na hierarquia urbana e comercial que amparava o sistema internacional”(OLIVEIRA, p.43)

Essa condição de apropriação da modernidade abre caminho para se obter uma experiência outra com ideia da modernidade nos lugares que se viram manifestar a modernização principalmente no que diz respeito a realidade própria de cada país. Atento para este aspecto Nestor Garcia Canclini conclui:

A modernidade é vista como uma máscara. Um simulacro urdido pelas elites e pelos aparelhos estatais, sobretudo os que se ocupam da arte e da cultura, mas que por isso mesmo os torna irrepresentativos e inverossímeis. As oligarquias liberais do final século XIX e início do XX teriam feito de conta que constituíam Estados , mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsistente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite, deixando de fora enormes indígenas e camponesas que evidenciam a exclusão em mil revoltas e na migração que transtorna as cidades (CANCLINI, 1997. p.25).

O acelerado processo de modernização, pelo que se nota, vem servido de exclusão social. Trata-se de uma modernização conservadora, que está vinculada ao desenvolvimento urbano ansiado pelas elites com o intuito de uma mudança de modos e costumes para superar o provincianismo e se civilizar. Para isso coloca em execução a implantação de “novos acessórios modernos” (reformas urbanas, telefone, cinema, eletricidade, etc.), entretanto associada a uma demonstração de força do poder das elites.

Dessa forma as diretrizes desse encontro com o novo e do desejo deste, estruturam-se sobre códigos de condutas reguladores da ordem pública onde a modernidade se assenta como uma resultante da civilização.

Jean Starobinski (2001) analisa a palavra civilização, a partir da França dentro de suas varias acepções por meio de autores e verbetes de dicionários. Dentre os primeiros registros a palavra “civil” encontra-se na origem da palavra civilização. É utilizada na jurisprudência como “tornar civil uma causa criminal” fruto

de uma investigação, alçada ao interesse de tornar “polido” de “corrigir costumes”. Outra compreensão relaciona civilização à religião já que está invoca uma noção de sociabilidade cabendo a ela o uso de um “freio”, uma “reunião fraterna” ou “abrandamento”. Outra concepção de civilização apontado por Kalina Vanderlei Silva (2009) mostra que

“Bagby, na obra de 1958, *Culture and History*, que influenciou muitos pensadores acerca da civilização no século xx, afirmava que a definição de civilização deveria partir da própria etimologia da palavra, que vem do latim *civitas*, “cidade”, [...] Bagby definiu civilização como um tipo de cultura encontrada em cidades, considerando cidade qualquer aglomeração humana onde a maioria dos habitantes não estivesse diretamente ocupada em produzir alimentos.(SILVA. K.V. 2009, p.60)

Segue a autora afirmando:

Mas qualquer que seja o conceito de civilização, em geral ele é consideravelmente etnocêntrico, acreditando que culturas com Estados, alta densidade populacional e centros urbanos são superiores às outras. Essa perspectiva comumente acredita que a civilização é o último e melhor estágio cultural atingido por um povo ao longo de sua “evolução”(p.62)

Segundo Starobinski, Guizot foi o primeiro a oferecer uma compreensão que demonstra no termo civilização a ideia de um “desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual, o progresso da sociedade e o progresso da humanidade”(id.p.15). No século XVIII, os termos civilização e progresso passaram a ter uma relação mais direta e explícita. Neste último progresso se identifica a um movimento em que a história caminharia para uma ação etapista, processual, que superaria a questão da barbárie.

O sentido moderno para civilização logo após a sua inicial noção jurídica veio com a Revolução Francesa quando a palavra se torna substantivo terminando em “ação” o que implicar uma ação ou mesmo como verbo terminado em “izar”, daí civilizar. Michelet compreende que os fatos revolucionários transformaram a França num “pontificado da civilização nova”(Cf.STAROBINSKI, p.36) De outro modo, Starobinski defende que

A palavra civilização pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo desse processo. É um conceito unificador (STAROBINSKI, 2001, p. 14).

A respeito das noções de progresso e civilização, a concepção determinista da história, principalmente datada por uma história marcada pelo historicismo, dá-se a entender que há uma relação unívoca entre os termos. Para toda civilização imagina-se um desenvolvimento linear da sociedade, galgando degraus de crescimento constante até se atingir a superação do atraso. Os almanaques que ora analisamos estão inseridos nesse contexto histórico promotor de transformações econômicas, sociais e culturais operadas pela cafeicultura e sendo suportes de impressos de circulação coletiva, serão nossa via para a análise das imagens da cidade de São Carlos.

Que imagens foram idealizadas no decorrer do período que envolvem a publicação dos almanaques para a cidade de São Carlos que crescia no espaço físico e em população? Que imagens se desejava atingir relativas a um imaginado progresso e uma dada noção de sociedade moderna e civilizada? Como os almanaques são impressos de grande circulação dentro e fora da cidade, seu ponto de partida, pode-se pensar na questão das imagens da cidade como um produto a ser consumido pelos leitores e a divulgar os avanços que essa cidade tem conquistado.

Por fim, a metáfora utilizada no título da tese, o caleidoscópio, é compreendido aqui como um grupo de vitrais que se movimentam formando sucessivas imagens e visões. Cada vitral representa uma particularidade do almanaque que se refere a múltiplas perspectivas sobre a cidade e o moderno.

O percurso de nossa análise ficou assim dividida: A escrita do primeiro capítulo se opera em três segmentos: A partir de informações sobre a Belle Epoque e sua presença nas terras do café, na sua história de São Carlos como núcleo urbano inserido nas transformações pela cafeicultura no período de crescimento discutindo a presença da cafeicultura no município. E o de situar a cidade e a produção de impressos tais como jornais e revistas associadas a esse contexto.

O segundo capítulo faz uma incursão pelas origens dos almanaques retomando sua historicidade como palavra, suporte textual e usos. Analisa os almanaques produzidos no século XIX no Brasil e suas diferentes apropriações inseridas na temporalidade até a modernidade dos fins desse século discutindo as especificidades dos almanaques de cidade concluindo com a exposição da materialidade dos almanaques quanto a formatos e números de páginas.

No terceiro capítulo, dentro da concepção já sinalizada de cidades das letras, abordaremos mais proximamente aspectos da produção literária dentre elas, textos de poesia, literatura, humor, publicidade, profissões e biografias, que possibilita-nos compreender o campo da escrita como campo de produção de percepções do moderno.

Focalizamos no quarto capítulo os textos de história presentes na publicação dos almanaques. O estudo procura mostrar como tais textos ajudam a configurar uma escrita historiográfica da localidade privilegiando recortes, personagens e comparações entre tempos da história da própria cidade. As seis publicações possuem três autores basicamente: Cincinato Braga, o pioneiro na escrita da história são-carlense presente no almanaque de 1894, Philippe Ladeia de Faria, que publica um texto no almanaque de 1905 e que possui algumas informações de acréscimo em relação ao anterior, e por fim, os textos escritos por Theodorico Leite de Camargo que aparecem nos almanaques de 1915, 1916-17 e 1928. O interesse por esse tipo de estudo procura versar sobre como os almanaques atuaram na formulação de uma dada escrita que registra a história da cidade revelando interesses em divulgar uma versão da história. Ao fazer isso acabaram por criar um discurso de invenção de um passado para localizar no tempo e no espaço a cidade de São Carlos da mesma forma que esses textos não desconsideram “inventariar” o presente sob o epíteto do progresso e da civilização. Tais textos fundamentaram uma história para a cidade e criaram imagens que se solidificaram nos escritos posteriores dos historiadores locais.

No quinto capítulo investiremos a compreender as imagens fotográficas como linguagem que faz o registro imagético da cidade. O objetivo dessa apresentação é analisarmos as fotografias existentes nos almanaques da cidade de São Carlos em suas publicações de 1915, 1916-17, 1927 e 1928. Tratamos inicialmente de averiguar os estúdios fotográficos e seus fotógrafos reunindo informações para compreender a inserção da fotografia na cidade até chegar aos almanaques. Com o intuito de focarmos na produção dos fotógrafos Ernesto Walkstedt, Filemon Perez e Hugo Graeser procuramos compreender o registro fotográfico e seu olhar ao captar as transformações urbanas que se operavam na cidade no período e que se reuniram nos almanaques.

1 ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: AS FACETAS DA MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES DO CAFÉ

[...] Por volta de 1890, São Carlos era uma das cidades mais progressistas do interior do estado de São Paulo. O que seus cidadãos pretenderam criar em sua cidade foi uma cópia perfeita da vida urbana e cultural da capital. A “Princesa do Oeste” foi o primeiro epíteto que inventaram para a cidade, pois na época café e oeste eram quase sinônimos [...]. A cidade queria dizer civilização, o que por sua vez significava progresso do consumo. Era a realização da vida neste mundo. Os fazendeiros, tanto quanto nascia na fazenda, desabrochava na cidade e florescia na civilização. Na fazenda eles nasciam e trabalhavam; e, que produziam na fazenda, e preparavam-se para morrer. [...] (MAEYAMA, Takashi. Apud. TRUZZI).

1.1. *Belle Epoque*, A França como referência.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, delineia-se no mundo um período marcado pelo intenso fluxo de mudanças motivadas pela dinâmica do capital no contexto da economia internacional. Segundo Sevckenko (1998), trata-se de um dinamismo caracterizado por um movimento expansionista calcado no imperialismo fazendo o mundo se integrar a economia capitalista de modo global. A esse momento novo do capitalismo industrial e que se intensifica devido a Segunda Revolução Industrial caracterizado por ser uma revolução científico e tecnológica que ocorreu por volta de 1870.

Resultante das descobertas científicas aplicadas aos processos produtivos, essa segunda revolução possibilitou a aparecimento de novas fontes de energia, principalmente eletricidade, derivados da octanagem do petróleo, e o domínio de técnicas de produção de aço. Essas novas descobertas alterando os modos de produção causaram impactos na vida cotidiana das pessoas de modo a novos inventos se integrarem de modo impactante:

No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricos, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora. (SEVCENKO,1998: 9-10)

O exemplo disso, eventos como as “Exposições Universais”, realizadas entre 1851 e 1900, como pontua Pesavento, tornaram-se

“como síntese e exteriorização da modernidade dos novos tempos e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “efeito demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica, etc.(1997. p.14)”

Por volta da segunda metade do século XIX, o Brasil vivendo os tempos do império numa economia fundamentada na atividade agrário-exportadora e escravista, almejava ser um país moderno e civilizado se influenciando por um imaginário advindo das experiências com a modernidade, vividas pelas nações europeias e os Estados Unidos. Essa configuração moderna no ambiente desses lugares na passagem do século XIX para o XX intensificou o ritmo das mudanças nos meios de transportes, nas comunicações e no trabalho gerando outro fenômeno desse processo histórico: as grandes cidades capitais.

Paris, era um exemplo, senão o exemplo maior desse palco da vida moderna, cheia de novidades que fazia brilhar os olhos que vislumbravam uma paisagem técnica da Era do Progresso. A cidade era o tableaux da modernidade, se pensarmos nas visões descritas pela poesia de Charles Baudelaire em Paris. Sob a direção do Barão Eugene de Haussman em Paris por volta dos anos de 1870 a cidade se modernizara servindo de modelo de inspiração para as nascentes cidades que se metropolizavam tanto na Europa como nas Américas.

Na segunda metade do século XIX, a França iniciava sua corrida colonialista na África ocupando partes do território continental a caça de matéria prima para sua indústria nacional. O progresso científico francês, segundo Renato

Ortiz, vai aos poucos tomando grau de importância em sua indústria. Além disso, a concentração de renda nas classes mais altas e um enorme êxodo rural para as cidades em busca de oferta de emprego proporcionou aquele país uma conjuntura positiva, mas também acirrava os conflitos de classe em torno do capital. Napoleão III que se exilara na Inglaterra e observou o resultado das reformas britânicas e por esta experiência quando voltou para governar a França pensou em fazer a mesma coisa. Paris tornara-se sob o governo de Napoleão III uma cidade de muitos focos de tensão social. Daí a prancheta de engenheiros como o prefeito Eugene Haussman singrar em linhas sobre o papel branco traçados novos para o tecido da cidade que deveria superar o antigo formato medieval, de ruelas, becos, cortiços para ceder lugar a uma cidade higienizada, controlada, racional. Assim, Paris passa a se tornar centro difusor desse processo de remodelação da fisionomia arquitetônica e urbanística das grandes cidades do mundo ocidental.

Primeiro, as antigas ruas estreitas, congestionadas e mal articuladas de Paris foram adaptadas ou substituídas por sistemas de circulação precisos e bem orquestrados. (...) Segundo, as novas vias das Grandes Obras destruíram, ou desmembraram, muitos bairros tradicionais da classe operária, superpovoados e insalubres. (...) Terceiro, Haussmann embelezou a cidade (...) [e] ressaltou (...) a paisagem típica parisiense desde então: grandes perspectivas, focalizadas em grandes monumentos ou edifícios, flanqueadas por fachadas que compartilhavam padrões comuns de aparência, e caracterizadas pelo estilo da época, o Beaux-Arts (NEEDEL, 1993, op. cit., p 51.)

Mas se de um lado a Belle Epoque pode ser vista com um certo ar de positividade em relação ao tempo, levando a criação de crenças em torno da segurança, alguns autores chegam a analisá-la dentro de um contexto sob grandes tensões. O historiador Eugen Weber, defende que no interior dessa Belle Epoque havia um conjunto de comportamentos estranhos a moral e de decadência dos costumes, e a que ao contrário da noção de progresso, experimentou um período difícil de depressão econômica. Philipp Blom mostra a sensação de que representava a chegada do século XX ante a marcha do progresso que se fazia: “era esmagadora a sensação de estar vivendo num mundo em aceleração rápida para o desconhecido” (BLOM, 2015, p.14).

Percepção desses tempos teve o jovem escritor Stefan Zweig no seu livro autobiográfico escrito em 1942 “O mundo de ontem” de uma Belle Epoque considerada num certo olhar por uma crença na segurança e na certeza, mas que escondia uma grande redefinição da cultura e das relações humanas:

Apesar de toda a solidez e modéstia da concepção de vida, nessa comovente confiança de poder cercá-la contra qualquer invasão do destino residia uma grande e perigosa arrogância. Em seu idealismo liberal, o século XIX estava sinceramente convencido de que trilhava o caminho mais reto e infalível rumo ao “melhor dos mundos”. Olhava-se com desdém para as épocas pregressas, com suas guerras, fomes e revoltas, como um tempo em que a humanidade ainda estava na menoridade e era insuficientemente esclarecida. Agora, porém, seria apenas uma questão de poucas décadas até superar os últimos resquícios do mal e da violência, e essa fé no “progresso” ininterrupto e irrefreável tinha, para aquela época, a força de uma verdadeira religião; já se acreditava mais nesse “progresso” do que na Bíblia, e seu evangelho parecia estar sendo evidenciado de maneira incontestante pelos milagres diariamente renovados da ciência e da técnica. De fato, no final desse século pacífico, uma ascensão generalizada tornava-se cada vez mais visível, rápida e diversificada.[...] Acreditava-se tão pouco em retrocessos bárbaros, como guerras entre os povos da Europa, quanto em bruxas ou fantasmas. Nossos pais estavam obstinadamente imbuídos da confiança na infalível força aglutinadora da tolerância e da conciliação. Imaginavam genuinamente que as fronteiras divergentes entre nações e credos religiosos se dissolveriam gradualmente em prol do humanitarismo, beneficiando, com isso, a humanidade inteira com paz e segurança, os mais elevados de todos os bens.(SWEIG, 2014. p. 15)

Paris tornou-se uma cidade-mito da modernidade capitalista, irradiando para o ocidente um modelo de projetos de modernização do espaço urbano (despertando um imaginário em outras localidades do mundo), trata-se de um fenômeno de desterritorialização, ou seja, um parâmetro a se empreender e praticar da moderno disposto a eliminar da cenografia urbana suas imagens de “atraso” e “barbárie”, de epidemias, sedições de trabalhadores, maus-hábitos, pobreza, etc (PESAVENTO, 1999, NEEDELL, 1994). Sob o signo do progresso, as reformas urbanas de Paris serviram de inspiração ao Brasil no qual uma elite republicana e eivada de uma crença no moderno desejava se atualizar para si e para o mundo.

As obras de Haussmann em Paris serviram de inspiração durante o governo de Campos Salles para o plenipotenciário prefeito do Rio de Janeiro com o fito de realizar suas intervenções no espaço físico da cidade, o engenheiro Pereira Passos. Era necessário nas reformas do Rio de Janeiro superar a marca do seu passado histórico construído pelos tempos em que ainda fora capital da colônia e sede política da monarquia com suas intervenções urbanas características para almejar a cidade moderna sintonizada com os ditames dos novos tempos. A difícil empreitada exigiu um aparato organizado, uma orquestra de especialistas sobre a batuta do poder federal:

As autoridades conceberam um plano em três dimensões para enfrentar todos os problemas. Executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Um time de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves: o engenheiro Lauro Müller para

a reforma do porto, o médico sanitarista Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma de Paris sob o barão de Haussmann, para a reurbanização. Aos três foram dados poderes ilimitados para executar suas tarefas, tornando-os imunes a quaisquer ações judiciais, o que criou uma situação de tripla ditadura na cidade do Rio (SEVCENKO, 1998, p. 22).

Sob o signo do “bota-abaixo”, ou seja, do apagamento das feições coloniais da cidade o Pereira Passos organizou como prefeito o projeto de modernização da área urbana da capital, alargando ruas, rasgando avenidas, construindo edifícios públicos, teatros, cafés, mas principalmente enxotando da área central, retirando cortiços, as “cabeças-de-porco”, “sob a ideologia da higienização” ao remover dos antigos locais de cortiço da área central da cidade liberando espaços novos por onde a modernidade poderia se consubstanciar como materialidade. Era desse modo que se pretendia “civilizar” o país transformando suas cidades-capitais ou portuárias em “cartões-postais” para o mundo.

Nesse mesmo tempo de transformações urbanas porque passavam o Rio de Janeiro, São Paulo registrou um crescimento urbano vertiginoso, decorrência da lavoura cafeeira com sua origem na região do Oeste Paulista pelas ferrovias que cortavam a cidade em direção ao porto de Santos.. Como analisou o historiador Nicolau Sevcenko, São Paulo ia se tornando “uma dessas megalópoles que se multiplicaram rápida e inesperadamente, como cogumelos na chuva” (SEVCENKO, 1992). Dessa forma, a paisagem urbana em constante transformação revelava os novos traços de uma vida moderna em que novos hábitos, ideias e comportamentos vão se moldando segundo as necessidades de se viver numa coletividade em proporções numéricas cada vez maiores. São Paulo desempenha um papel de centro de negócios do café e local de fazendeiros enriquecidos e de uma burguesia industrial emergente.

Uma das regiões de destaque de São Paulo que gradativamente deixando de ser a cidade acanhada e modorrenta para se tornar uma metrópole foi a região de Triângulo Central. O poeta modernista Mário de Andrade registra num dos poemas de sua obra “*Paulicea Desvairada*” de 1922, denominado “*Triângulo*” a fragmentação da cidade revelando uma imagem polifônica originária do conflito dele com o crescimento da cidade e sua vida metropolitana. Ele evidencia a fantasmagoria histórica de um lugar que o vertiginoso crescimento da cidade transformou, a região do Triângulo Central formada pelas ruas: São Bento das Bolsas de Mercadorias e de

Títulos advindos do café e do algodão, Direita considerada a rua das elegantes lojas que atraía o público feminino e 15 de Novembro, a rua dos bancos, que desde os tempos coloniais constituía a referência central da cidade mas que “continuou sendo o foco de irradiação de progresso e desenvolvimento para toda a cidade. Dele tudo partia, e para ele tudo afluía, e assim permaneceu até boa parte do século XX” (BREFE. 1993, p.57). A cidade neste local burburejava e se agitava ao sonoro fervilhar de transeuntes nas ruas com seus ares mercantis e capitalistas, espaço de uma burguesia que dominava a cidade.

Triângulo

Há navios de vela para os meus naufrágios!
E os cantares da uirara rua de São Bento...

Entre duas ondas plúmbeas de casas plúmbeas,
as minhas delícias de asfixia da alma!
Há leilão. Há feira de carnes brancas. Pobres arrozais!
Pobres brisas sem pelúcias lisas a alisar!
A cainçalha... A Bolsa... As jogatinas..

não tenho navios de vela para mais naufrágios!
Faltam-me as forças! Falta-me o ar!
Mas qual! Não há sequer um porto morto!
“Can you dance the tarantella”___ “Ach ya”.
São as califórnias duma vida milionária
numa cidade arlequinal...

Clube comercial... A Padaria Espiritual...
Mas a desilusão dos sombrais amorosos
põe majoration temporaire, 100% nt!...

Minha Loucura, acalma-te
Veste o water-proof dos tambéns!

Uma passagem do poema registra uma agitação frenética e uma superposição de línguas estrangeiras representando a multidão das ruas desse espaço geográfico e intercalada pelas oportunidades, representadas pela vida milionária. Mas além dessa passagem a cidade faz sua aparição como uma cidade inspirada nos elementos da figura do Arlequim carnavalesco e com suas multicores: uma paisagem composta por associação de imagens que remetem a símbolos materiais da modernidade: a fábrica, o telefone, o céu azul-cinza, as ruas e as casas compondo um cenário urbano que não chega ao fim.

Além disso, o fluxo de imigração estrangeira de europeus e asiáticos, motivada pela oportunidade de enriquecimento, ascensão social e de oportunidade de trabalho causados pela fama de cidade em desenvolvimento, contribuiu

significativamente para o crescimento populacional da cidade: “...em 1872, já sob a expansão do café, São Paulo tinha 23.000 habitantes. Em 1890 esse número havia subido para 70.000. Em 1910, esse total chegou a 300.000. Dez anos depois, em 1920, a cidade tinha 500.000 habitantes (SEVCENKO, id. p.78-88). As levas cada vez mais constantes de população estrangeira para a cidade, num curto espaço de tempo e num ritmo acelerado, provocou uma metamorfose nos quadros da composição social que se formou em sua grande maioria por uma imensa população proletária de imigrantes. A São Paulo da Belle Époque era na visão de alguns cronistas de jornal, uma “Babel Invertida”, indicativo de uma cidade onde as várias culturas regionais e, principalmente a estrangeira com seus hábitos e sua língua, se organizavam em um mesmo espaço de convívio (SEVCENKO, p.23-24).

As intervenções urbanas da “metrópole do café”, compreendida entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, realizadas a partir da administração de João Teodoro Xavier de Matos (1872-1875), que segundo Oliveira (2009), citando Eurípidés Simões de Paula, “marcaria a segunda fundação de São Paulo”, foram focadas em remodelações urbanas, embelezamentos, grandes obras, desapropriações, higienização de espaços, demolições de muitos prédios em estilo colonial, alargamento de ruas antigas e abertura de avenidas (exemplo da Avenida Paulista) ao sabor da elite paulistana enriquecida pelos negócios do café aderindo-se a um ideal de civilidade bellepoquense.

O interior de paulista também experimentou a onda dessas experiências urbanas. Nos solos de terra roxa do Oeste paulista a atividade cafeeira dos ricos fez cidades passaram a viver sob o signo ambíguo e tenso entre público/privado, rural/urbano, civilização/barbárie, imigrante/coronel que se constituíram na experiência da Belle Époque caipira. Esta experiência de características muito próprias deriva da “mundialização do mercado cafeeiro, mas bastante multifacetada nos lugares onde se constituiu — não pode ser compreendida, porém, sem uma análise dos estudos de caso que deram real significado à sua existência” (PAZIANI, 2003, p.178).

Das reformas empreendidas tanto nas cidades capitais no transito do século XIX para o XX como Rio de Janeiro e de São Paulo, alicerçadas numa releitura dos ideais haussmanianos surgiu uma prolífera e multifacetada experiência urbanística no interior paulista, expressa nos traçados urbanos de cidades como Ribeirão Preto, Franca, Rio Claro, Araraquara, São Carlos, etc. Esses centros

urbanos que brotaram da marcha batida do café e das ferrovias passaram por um processo semelhante em maior ou menor medida com suas características peculiares (FOLLIS, 2005. p.31).

1.2 São Carlos no mundo do café

A fundação da cidade de São Carlos em 1857 está situada no contexto do desenvolvimento da cafeicultura na província de São Paulo. As lavouras de café iniciadas em território paulista no Vale do Paraíba em 1830, sofreram esgotamento por volta de 1860 abrindo possibilidade para que a marcha do café seguisse na região do chamado “Oeste Paulista”.

Anteriormente ao café, as regiões vizinhas ao oeste haviam experimentado no começo do século XIX um significativo período de produção açucareira orientado para o mercado internacional, envolvendo cidades como Porto Feliz, Piracicaba, Itu, Campinas, rendendo a denominação de “Quadrilátero do Açúcar” (PETRONE, 1965). Para alguns estudiosos, este fato veio a constituir fator de acumulação do capital que promoveu a compra de terras e a plantação dos primeiros cafeeiros em Campinas, Jundiaí, Limeira e Rio Claro (DEAN, 1977, MARTINS, 2014).

Mesmo que o “Oeste Paulista” tenha sido a região que se consagraria como fronteira de maior expansão, a área em que se insere São Carlos denominado de “Campos” ou “Sertões de Araraquara” presenciou mais tardiamente o florescimento da onda cafeeira. Entre o final do século XVIII e início do século XIX, São Carlos possuía uma atividade econômica com destaque para a da cana de açúcar, algodão, pecuária, roças de milho, arroz e feijão (TRUZZI, 1985). Havia ainda a criação de bovinos e suínos e uma produção de toucinho que era vendida em São Paulo e Santos e levado por carros de bois e tropas (MESSIAS, 2002, p.29).

Uma iniciativa primitiva e pioneira de Carlos José Botelho de Arruda em 1831, trazendo os primeiros pés de café (TRUZZI, 1985 p.11), possibilitou o desenvolvimento do cultivo em áreas de *terra rocha* do município de São Carlos como as que abrangem “Ribeirão dos negros, Ribeirão do Quilombo, Jacaré-Guaçu” e com menor força na região da Agua Vermelha (KERBAUY, apud BORTOLETO. P.8).

Para Pacheco (1998), tomando como referencia os estudos de Ana Maria Martinez Correa (1977), foi na década de 1870 que a região dos “Campos de Araraquara” começou a ter uma inserção maior no mundo produtor do café, devido principalmente ao crescimento da demanda internacional, chegando a superar Rio Claro nessa data vindo a se intensificar por volta da década de 1880.

Em São Carlos, a produção cafeeira nesse contexto no município chegou a 66.667 arrobas em 1886, mas em 1900 a produção passa a ser 1.200.000 arrobas. Em 1905, a produção total atingiu 13.926,00 dos quais 89% dessa área era de cultivo de café (BORTOLETO, p.10-11). Daí a resultar nas transformações que fizeram de São Carlos, *“do final do século passado e até 1918, [...] um dos mais importantes centros cafeeiros do Estado de São Paulo e o primeiro maior produtor da Paulista, apresentando, neste período, 25.050.000 de pés de café, com uma produção média de 1.300.000 arrobas”* (BORTOLETO. p11).

Mesmo antes ao aparecimento da republica e do seu discurso modernizador sobre as cidades capitais brasileiras e do interior, São Carlos já presenciava o desejo de ser uma cidade moderna. O editorial de 1º de Junho de 1879 do jornal Tribuna de São Carlos denota essa preocupação. O texto na primeira página de título **“Le Monde Marche”** defende que o destino de toda humanidade é o de “progredir sempre, melhorar de condições de toda a sorte e aperfeiçoar-se indefinidamente”. Segundo o editor, a humanidade viveu épocas em que cidades e suas civilizações surgiram e desapareceram, mas outras, conseguiram imortalizar-se ao caminhar pelo o “progresso” e a “civilização” frutos da “perfectibilidade e do trabalho”. O articulista ainda define que este trabalho é resultante das “forças ativas do homem, morais, intelectuais e físicas”. Curiosamente faz um apontamento dizendo que o esforço da localidade é o fator de soma das forças para o progresso existir e não as ações de um governo central o que sobremaneira mostra a agremiação das forças políticas no processo de construção da cidade. Nas palavras do articulista,

O nosso município dotado generosamente pela Providencia Divina, caminha a passos gigantescos na senda do progresso e da civilização. Cada dia testemunham um fato que simboliza o desenvolvimento material, ou uma ideia rica de resultados na ordem moral. Elevado, a categoria de Termo acolhe-o em seu seio os sacerdotes da lei que presentes a todos os atos começaram com prontidão a distribuir justiça ao povo, que veem e o seus juizes a suprema garantia de seus direitos. Era o entorpecimento que trazia a inação, erguidos e despertados pelo braço poderoso do progresso: era a luz que rompia as trevas; era um povo que hasteava o seu lábaro de civilização. Mais tarde veio a imprensa, esse "gigante de mil braços" na bela

frase d'um eminente escritor, lançando as sementes que não tardaram produzir os sazonados frutos do bem. Coube ainda a imprensa a propaganda das ideias livres fazendo em uma serie de bem elaborados artigos a comparação dos diversos sistemas de governo.

Da iniciativa individual nasceram as sociedades recreativas, com, sejam a dramática e a Concordia Familiar. A lavoura, esta única e segura fonte de riqueza de nosso paiz, sentia a necessidade de se fazer representar advogando os seus interesses, e sob a presidência d'um respeitável cidadão, funciona regularmente o Club da Lavoura do nosso município. Não tarde um grupo de raças, desejosos de saber se conseguiram instituído a sociedade Amor a Letras. A imprensa denunciou uma necessidade - a iluminação de nossas ruas e praças - (...) cidadão tomou a si tão árdua tarefa, e já uma boa (...) está subscripta para tão palpitante melhoramento. Ontem eram todos esses melhoramentos que consigam-se; hoje é a esperança da locomotiva, que (...) dando os últimos golpes na rotina e rasgando novos (...) á lavoura e ao comercio, lhes vem facilitar os meios de pronto e rápido transporte, alavanca possante para o seu engrandecimento e (...). Parabéns, São Carlenses, o prolongamento da estrada de ferro Paulista passado pelo nosso município, pode já considerar-se uma realidade.

A onda do café fizera antigas paragens de sertanistas, viajantes e bandeirantes, vilarejos, presenciar um grande afluxo de negócios e de pessoas de outras regiões. Essa nova forma de relação capitalista com o meio geográfico fez surgir no seu bojo um novo perfil de sociedade onde uma elite agrária exportadora sapiente dos melindres do café e de sua saga internacional. Esta ao mesmo tempo em que era rural não fazia de rogada em ser urbana e interligada aos novos tempos do capital em sua impactante materialização pelo mundo afora.

Integrada a esse contexto de expansão da cafeicultura, no ano de 1880, São Carlos acabou se desvinculando do termo de Araraquara recebendo a categoria de cidade. Com a necessidade de escoar a produção cafeeira do município até o Porto de Santos, em 1876 a Câmara Municipal faz um pedido para Dom Pedro II para que se prolongassem os trilhos da Estrada de Ferro Paulista que terminavam em Rio Claro estendendo-se até São Carlos. O pedido não foi atendido nessa data, mas com a mudança de status do município para a condição de vila a liberação das obras ocorreu em 1880 e a inauguração aconteceu apenas em 1884 sendo a estação obra do engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza. Grande parte das ações que culminaram na chegada da Ferrovia a São Carlos foi de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal que “juntamente com seu sogro, o Visconde de Rio Claro, conseguiu aprovar no Ministério a proposta de que o traçado de ampliação da ferrovia passasse pelas terras do Visconde” (DEVESCOVI, 1985.

p.31). A chegada da ferrovia foi um fator propulsor de desenvolvimento que estabeleceu os vínculos entre as áreas rurais e a urbana, foi responsável pelo próprio escoamento do café até os portos e impulsionou a urbanização da cidade (DEVESCOVI, 1985).

Desse modo, entre os anos de 1857 a 1894 como destaca Lima (2007) em seu trabalho, a cidade de São Carlos presenciou um processo de expansão urbana concentrada e contínua num primeiro momento no sentido norte-sul com as primeiras ruas, casas de comércio e venda de terrenos pela câmara municipal e a Igreja. A expansão urbana, nos finais da década de 1880, surgem os primeiros loteamentos a nordeste da região central, com rumo a partir da Rua Padre Teixeira. Como extensão das Ruas 15 de Novembro e Carlos Botelho, surgiu a noroeste pela divisão de uma chácara, a Vila Puresa, Na mesma época, ao sul do centro o bairro de Vila Isabel em torno da capela de Santa Isabel constando de 16 quarteirões. Por volta de 1893, surgiu o loteamento denominado Vila Prado resultado do desmembramento das terras do coronel Leopoldo de Almeida Prado e vendido a preços acessíveis na região da ferrovia Paulista para assentar os interesses de moradia dos ferroviários (NEVES, 2007). Nesse mesmo loteamento entre as ruas Ana Prado e Bernardino de Campos surgiu a Avenida Prado obra do engenheiro Herman von Puttkammer. Segundo consta no *Almanach de 1894 – São Carlos*, a referida avenida

“segue em direção Sul até chegar ao local onde vai ser construído o Hipodromo São-Carlense [...] A sua extensão é de 1500 metros com 100 palmos de largura. Diversas ruas cortam esta Avenida de Este para Oeste, com espaços de 100 metros de uma a outra, e duas laterais [...] em breve tempo estará povoado um dos mais belos arrabaldes de São Carlos. O local será dividido em pequenos lotes onde, com certeza, se vão levantar construções modernas e alegres vivendas. A Avenida vai ser arborizada de lado a lado em toda a sua extensão, o que lhe dará uma aspecto agradável e moderno”(p.135)

Nos anos de 1894 a 1929, a expansão perde força devido a crise do café, mas os pedidos de arruamentos feitos junto a Câmara Municipal ao contrário não foram cessados (LIMA, 2007. p.36). Especialmente a partir de 1889, a economia cafeeira atingiu seu auge no município coincidindo com a vinda e imigrantes (TRUZZI, 1985). Desse modo São Carlos se insere como uma das cidades do café e absorve essas mudanças econômicas dentro de um engendramento de forças que

resultou nas transformações do espaço urbano. Como analisa do historiador José Evaldo de Mello Doin ao observar o impacto da cafeicultura sobre as cidades:

O mundo do *coffee business* se engalona e sofisticada. Entupida de dinheiro, sua elite quer a todo custo modernizar-se. Aquelas vilzinhas, aqueles lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as benesses do progresso e da civilização, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa (DOIN, 2006.p.307)

A população em São Carlos nesse período apresentou aumentos significativos: no recenseamento de 1872, a população era de 6.907 habitantes. Em 1886, passou para 16.104. Em 1890 decaiu para 12.651. No ano de 1900 teve um crescimento significativo de 55.729. A partir disso oscilou no ano de 1912 em 48.379, 1916 para 70.209, 1920 foi para 54.225 e em 1930 51.630. (Fonte: DEVESCOVI,1985.p.58)

O café tornou-se um produto-mundo numa dinâmica economia-mundo (DOIN, 2004, p.9), responsável por uma intensa circulação de capitais e de desenvolvimento de várias atividades econômicas ligadas ao comércio, indústria, ferrovias, sistema bancário, imigração, etc, permitiram contrabalancear as crises das economias internacionais e nacionais, no entanto, abriram oportunidades para se implantar um processo de modernização derivada das demandas que começavam a surgir nas transformações das cidades.

São Carlos que havia sido uma cidade de taipa (NEVES, 1985) e que possuía edifícios em estilo barroco bandeirante, passara agora a ter novas edificações em estilo eclético, requintado, atraentes e confortáveis e de refinamento arquitetônico projetados pelos *capo mastri* italianos com materiais importados da Europa e que chegavam até São Carlos pelos trilhos da Estrada de Ferro Paulista. Os melhoramentos urbanos foram sendo efetivados com a chegada do telefone em 1889 (Cia Telephonica S. Carlense em 1894), primeira cidade do Brasil a ter iluminação elétrica, modernização do seu espaço urbano com a inauguração do Jardim Publico da Matriz em 1889 e em 1914 chegam os primeiros bondes elétricos. Era o “tempo da certezas” da geometrização do espaço urbano e do regramento racional do cotidiano que fazia de São Carlos um cartão-postal do novos tempos produzidos pela urbanidade do café.

No período que abrange essa pesquisa a situação política do município de São Carlos reproduzia as dos outros municípios paulistas em expansão em torno do Partido Republicano Paulista. Embora com maior destaque desde os tempos do Império para a Família Botelho, praticamente vendo surgir aos poucos o núcleo urbano e a atividade cafeeira, obteve predomínio político sobre o local sendo que a transição para o período republicano em nada demonstrou alteração desse quadro ao menos até 1901, ano da morte do seu principal líder, Antônio Carlos de Arruda Botelho, O Conde do Pinhal (KERBAUY, 1979. p.72-73).

Esse fato abre caminho para disputas pelo vácuo de poder criado pelos botelhistas e nesse sentido corroboraram para tal as relações parentais que vieram a aflorar as disputas possibilitando um processo acirrado com a presença, segundo Neves, de “numeroso compadrio e o apoio de fazendeiros menores, correligionários e aderentes” (NEVES, 2007, p.22, ver tb FERNANDES, C. 2015).

Do outro lado o ponto das disputas políticas em São Carlos ocorreu com a ascensão dos salistas que se deu através do coronel José Augusto de Oliveira Salles por influência da eleição de Manuel Ferras de Campos Salles, seu parente e que passou a ocupar a presidência do Estado de São Paulo (NEVES, idem). José Augusto veio a ser vereador entre 1898 a 1902, 1908 a 1911 e 1911 a 1914, Juiz de Paz eleito em 1901 e presidente da Câmara em 1911(FERNANDES, 2015, p.81).

Para Abreu (2000), após o encerramento do período das intendências municipais, o ano de 1908 marca o início dos governos disputados essencialmente por membros da política local de São Carlos. O estudo de Abreu destaca que o médico Rodolpho Gastão Fernandes de Sá governou o município de 15/01/1908 a 12/01/1910, e era “representante da tradição política dos Botelhos”. Médico nascido no Pará veio a ser o primeiro prefeito de uma tradição que só vai se encerrar com a revolução de 1930. A partir do governo de Fernandes de Sá, os grupos “botelhistas” e “salistas” irão se revezar no poder delimitando um norte de atuação para estes, o dos esforços com o processo de modernização do espaço urbano, um dos muitos temas de debate das várias reuniões da câmara municipal¹ (ABREU, 2000).

¹ O estudo de Jonas Modesto de Abreu, intitulado, “Política, Economia de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Carlos (1880-1960), tem como uma de suas preocupações a formação dos quadros políticos de São Carlos dando indicações de que a partir de 1910, após o encerramento do mandato de Rodolpho Gastão Fernandes de Sá, este representante do grupo botelhistas, quando ocorreu a chegada do grupo salesista ao poder municipal que atuará pelo período de 1910 a 1922 sendo retomado pela chegada de um membro do grupo botelhistas entre 1922 e 1925 e novamente tendo o retorno dos salesistas entre 1925 até 1930. O texto cita: “José Rodrigues de Sampaio

Como define o historiador Robson Pereira Mendonça:

A modernização urbana dos principais centros urbanos do Estado de São Paulo se intensificou a partir de 1890, transformando o setor de serviços públicos urbanos (transporte urbano, empresas portuárias, iluminação urbana a gás ou elétrica, fornecimento de energia, serviços de água e esgotos, empresas de telefones) num dos mais atraentes investimentos para o capital cafeeiro, e outrossim para os oligopólios estrangeiros que vinham entrando no País estimulados pela expansão urbana que teve sua vitrine na reforma do Distrito Federal, promovida por outro presidente paulista, Rodrigues Alves (1902-1906). Este se sustentou na política de austeridade de seu antecessor, que começava a render frutos: aumento das exportações e a retomada da capacidade de endividamento. O próprio esquema de valorização dependente de empréstimos em moeda estrangeira permitiu, [...] uma intensa penetração de capitais externos, manifestamente maior em São Paulo. Esta iria amparar os enormes excedentes de exportação que começavam a se deslocar das empresas ferroviárias para novas possibilidades de investimentos rentáveis: bancos, comércio, indústria, imóveis urbanos e mesmo em novas plantações de café.

Entretanto devemos ressaltar que a cafeicultura em São Carlos, apesar de ser um dos motores do desenvolvimento econômico local, bem como corolário das mudanças espaciais urbanas, foi uma atividade que veio a sofrer com a crise nacional na década de 1920. Apesar de toda a crise cíclica experimentada pelo café, não devemos deixar de longe que apesar desta o discurso em torno do moderno passou a ser uma tônica referencial de interesse das elites.

Do mesmo modo, a imprensa, como denominou o articulista logo atrás era um "gigante de mil braços", nessas cidades do café constituindo um dos elementos significativos da exposição do processo de modernização e do progresso, através dos editoriais, imagens, propagandas. Ela veio a possuir um papel fundamental como prática social seja "privada ou personalizada, ora instituída como movimento social coletivo" (ROCHA & ZAIUTH, 2014. p. 32). É nesse sentido que vimos a produção de almanaques entre os anos de 1894 e 1928 como sendo um denominador desse decurso de acontecimentos ao expor conteúdos que dariam oportunidade de enviesar uma dada modernidade percebida localmente.

1.3. Imprensa e Cidade no interior paulista

(12/01/1910-12/01/1914), Delphino Martins de Camargo Penteado (12/01/1914-15/01/1917), e seu maior líder, Elias Augusto de Camargo Salles (15/01/1917-15/01/1919), exercerao o controle do cenário político local até 1919, quando o representante botelhista Eugenio de Camargo assume o cargo pelo tempo de dois mandatos consecutivos (15/01/1919-15/01/1921) e (15/01/1921-15/01/1922).(ABREU, 2000. p.43)

A cidade do interior paulista pode ser imaginada como uma extensão particularizada do fenômeno urbano surgido na latino-america entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Pensar especificamente esse tipo de cidade híbrida, cidade periférica, requer aproximação com transformações relacionadas ao seu processo histórico.

O crítico uruguaio Angel Rama, desenvolve sua análise da cidade letrada partindo da constatação de que a cidade na América foi pensada como uma construção racional, afastada do modelo medieval, e, portanto, planejada antes de ser implantada com o objetivo de dominação. Para a realização da cidade ordenada, sonhada pela monarquia, era fundamental a existência de um grupo social especializado tais como religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e vários intelectuais que foram alçados na missão de construir e preservar a ordem. Essa "cidade letrada" sustentada por esse grupo, instalado na colônia se estenderá por vários séculos na América Ibérica. "(Rama, 1985, p.30). A importância do grupo letrado deve-se pelo fato deles serem os donos, num meio analfabeto, da palavra e da escrita que instituiu uma ordem ideal proposta pela monarquia e que através de tais construções, opuseram-se a qualquer intervenção de outra natureza.

Em seguida, Rama entra para analisar o que ele chama de "cidade escrituraria" para continuar com esse entendimento sobre o poder da cidade letrada. O autor inicia o capítulo da seguinte forma:

Através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se pelo estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicos, a cidade letrada articulou a sua relação com o poder, a quem serviu mediante leis, regulamentos, proclamações, cédulas, propaganda e mediante ideologização destinada a sustentá-lo e justificá-lo. Ficou evidente que a cidade das letras arremedou a majestade do poder, apesar de que também se pode dizer este regeu as operações letradas, inspirando concentração, elitismo, hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância do comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida fluida palavra, que fez da cidade letrada um cidade escrituraria letras reservada a uma estrita minoria (Rama, 1985, 54).

A esta minoria, portanto, coube o papel de legislador e regulador da sociedade e do lugar, utilizando-se para isso de uma língua oficial e de normatização comportamental da sociedade. No entanto, em se tratando da cidade colonial há que se considerar as funções em cada parte da sociedade e suas diversidades culturais detentoras de uma forma própria de linguagem, um modo específico de percepção do mundo no sentido de pensar e agir. Nesse momento Rama destaca a existência

da cidade real contrapondo-se a cidade das letras: a existência impertinente de uma oralidade arredia e desenfreada.

A cidade escriturária estava rodeada por dois anéis, linguística e socialmente inimigos, aos que pertencia a imensa maioria da população. O mais próximo era o anel urbano onde se distribuía a plebe formada por criolos, ibéricos, desclassificados, estrangeiros, libertos, mulatos, zambo, mestiços e todas as variadas castas derivadas de cruzamentos étnicos. O outro anel, que circundava o primeiro, era mais vasto, pois abrangia os subúrbios (os bairros indígenas da cidade do México, por exemplo), e estendia-se pela imensidade dos campos.(RAMA, p.57)

Da cidade escriturária, da minoria, surgiram os jornalistas e literatos que nos processos políticos da independência necessitaram conciliar os interesses dos novos grupos advindos da autonomia de ex-colônia. A cidade modernizada, resultado dos processos de modernização porque passavam os vários países da América Latina compõem-se de um universo novo na concepção da cidade das letras. Caracteriza-se pela atuação de um grupo (jornalistas e diversos profissionais liberais, como pedagogos, sociólogos) que critica a cidade das letras já constituída. Dessa forma os detentores da leitura e da escrita criam uma hegemonia nas cidades da América Latina. Fatores como a expansão demográfica e as exportações, culminaram por demandas do setor público. Este, segundo Rama, criou um novo mito urbano: o domínio da letra estava relacionado a uma nova ascensão social, ligada aos círculos de poder gerada pela expansão da sociedade burguesa. Contudo, nesse meio em expansão de oportunidades, profissionais liberais passaram a exercer funções intelectuais, criando para estes um território próprio e contrapondo-se a cidade das letras tradicional.

Esses intelectuais acabam por se tornar um novo grupo de poder com interesses próprios e proposituras diversas geralmente próximas as elites e ao Estado, mas explicitando conceitos e se definindo como as novas “luzes” na conjuntura da modernização. Esses homens de imprensa formam dentro do conjunto do poder maior uma nova parcela da elite na medida em que estes assumem para si uma tarefa de manejar os instrumentos de comunicação social e a configuração ideológica do poder ante a um público. Ou seja, a partir de suas escritas delimitam conceitos sobre o que vem a ser a modernidade, e emitem seus próprios juízos de valor sobre a cultura e a realidade ensinando as pessoas a como caminhar nesse contexto.

Os homens ligados às letras no caso do interior paulista eram de variadas origens sociais, advogados, dentistas, professores, engenheiros, que se alternavam em atividades como redatores, editores, articulistas e proprietários expressando comentários, fazendo posicionamentos críticos a lideranças locais, personalidades do governo central, ou fazendo análises sobre acontecimentos do cotidiano. Com um alcance menor e muitas vezes sendo de vida efêmera devido a custos ou mesmo gosto do público a imprensa interiorana sustentava-se segundo interesses locais. Um editorial escrito no jornal “Correio de São Carlos” intitulado “O Jornal do Interior” publicado em 1914 caracteriza o uso da imprensa do interior como aquele que saía em defesa de interesses bem diferenciados em relação ao dos grandes centros.

A imprensa do interior, dos pequeninos centros afastados da intensidade da vida capitalista, tem uma alta missão a cumprir, maior, de mais alta responsabilidade, do que a grande diário das grandes cidades.

Ele tem que ser o defensor de todos os legítimos interesses da localidade; ele o orientador dos seus dirigentes; ele o educador do seu pequeno burgo.

É certo que a maioria dos jornais nestas condições não sabe cumprir a sua missão civilizadora; que, ao envez de orientar, desorienta o público que o lê, sempre enfronhado em tricas, em baixezas, em injurias, porém a instituição não tem a menor culpa que assim a disvirtuam.

Ainda nessa própria imprensa mal encaminhada, quem tiver olhos para ler não só o que está escrito como o que fica nas entrelinhas, depressa terá suas mãos o fio condutor da sociedade que essas folhas representam.

Si é certo que, ao conversarmos com uma criança, da sua babiolagem inocente, podemos inferir da educação de seus pais, do meio ambiente que se desenvolveu o seu espírito e o seu corpinho cresceu e se fortificou para a vida; igualmente pelo jornal duma localidade podemos, mais ou menos aquilatar do seu desenvolvimento intelectual e material, pelo menos duma grande parte dessa sociedade.

Nota-se que o articulista delimita ao mesmo tempo para bem ou para mal, do ponto de vista de seu alcance local os usos e práticas da imprensa. Procura caracterizar que o jornal que serve para denotar embates políticos por facções de poder do partido republicano paulista e apenas se resumindo a esse ponto “não sabe cumprir a sua missão civilizadora”. Aqui percebemos uma questão fundamental para estas localidades onde a modernização associada à ideia de civilização encontra seu contraste com a violência política dos grupos, mas ao mesmo tempo coloca a imprensa a pensar no seu papel de divulgação do moderno.

Os estudos sobre a imprensa interiorana gradualmente despontam na prática acadêmica. No entanto, como aponta Gastão Thomaz de Almeida em seu estudo pioneiro sobre esse tipo de imprensa a velocidade pela qual se consolidou a

publicação de impressos no interior sempre foi muito lenta considerando aqui que na região do “Oeste Paulista” enquadrava-se um pequeno número de cidades. Almeida afirma que

Entre o primeiro jornal do país (no Rio) e o de São Paulo transcorreram 15 anos; entre o da capital do Estado e o do interior, passaram-se 19 anos. E entre o primeiro e o segundo do Interior, o tempo necessário foi de 6 anos. Outros 9 anos se passariam até que surgisse uma nova cidade com jornal, que foi Itu com o O 25 de Março. Em 1858, um ano depois, eram fundados a Aurora Campineira, o primeiro jornal de Campinas, e o O Mosaico, o primeiro de Guaratinguetá.

A partir daí a imprensa deslanchou no Estado. A cada ano, praticamente, novas cidades se incluíam entre as que fundavam seus primeiros jornais. Refiro-me aos primeiros, porque depois que a imprensa entrava, o surgimento de novas publicações tornava-se comum. Jornais eram fundados e fechados, para outros surgirem logo em seguida, fadados quase sempre a vida curta .

Em São Carlos o estudo de Otávio Damiano dá uma dimensão do que teria sido o surgimento dessa imprensa. As oportunidades que surgiam no ramo gráfico tinha relação com a proporção em que São Carlos se modernizava, a imprensa vinha nessa esteira configurando-se como porta-voz dos discursos que sublinharam as múltiplas faces da localidade em crescimento. Diretamente é inegável que o interesse das elites locais de usar o meio impresso para poder registrar, divulgar e criar percepções da modernidade capitalista que se sustentava na cidade. O noticiário dos jornais possuíam a tônica dos melhoramentos urbanos, das casas comerciais, das sessões da câmara, de notícias regionais e internacionais, da biografia das pessoas de projeção nacional e a história dos “ilustres” locais. Uma gama de detalhes de um cotidiano vivenciado e justificado por uma cidade que tinha como base do seu sustento uma pujante cafeicultura tornando-se referencia local de cidade que se empenhava em atualizar explicitado através do aparecimento de escolas, clubes esportivos, clubes literários, etc.

Como explica a historiadora Heloisa Faria Cruz,

a agilidade da imprensa, seu caráter mais aberto e democrático a transformaram em um campo muito mais propício à renovação da cultura letrada [...]. No espaço da imprensa, com a intromissão de “escritas” e olhares de setores e grupos sociais anteriormente alheios aos seus códigos, a cultura letrada tradicional teve que enfrentar inúmeros desafios, colocando-se como um campo privilegiado da disputa cultural no período.

No caso paulistano analisado pela historiadora, os caminhos e embates do processo de disputa que configuram a metrópole ganham maior visibilidade.

Ampliando socialmente seus circuitos de difusão, renovando sua linguagem e seu estilo, a imprensa ganha a cidade. Fazer imprensa vira moda e, com os limites impostos por uma sociedade ainda basicamente iletrada, parece que todos devem imprimir e tudo deve ser impresso. O relacionamento público e coletivo passa a ter na imprensa um espaço privilegiado de articulação.

(...) Na cidade em expansão, frente aos desafios da ocupação estrangeira trazidos pela imigração, aos perigos representados pelos grupos socialistas e anarco-libertários e das ameaças de “caos” colocadas pela multidão anônima, pobre e liberta, as elites passam progressivamente a disputar o espaço urbano. Nesse novo espaço social da metrópole em formação, desafiados por outros projetos culturais, os modos de viver e pensar das classes dominantes submetem-se a críticas e reelaborações. No processo de ocupação da cidade e na disputa pelo espaço público, o horizonte cultural burguês precisou ir além da burguesia. Produto e momento dessa conjuntura, a imprensa emerge como um campo dinâmico da disputa pela afirmação desse horizonte burguês (CRUZ, p. 54).

Rocha e Zaiuth, pesquisadoras que se dedicaram ao estudo da imprensa interiorana localizada no nordeste de São Paulo, o “novo Oeste Paulista”, indica que os estudos no campo são raros e que

“no interior, o jornalismo começou com a formação dos conglomerados e seu desenvolvimento econômico e político. Tem início de forma artesanal, sem anúncios e com periodicidade irregular. Os temas, em geral, representavam os interesses do dono do jornal e do grupo ao qual ele pertencia, com o intuito de defender publicamente os seus ideias. Grande parte dos impressos foram iniciativas individuais e de vida fugaz. (2014, p. 39)

As experiências da imprensa em São Carlos, os vários jornais publicados entre os finais do XIX e início de XX, se inserem como uma das oportunidades advindas do seu desenvolvimento econômico. E nesse sentido a existência de tipografias como negócio representam um denominador das necessidades de atender a uma economia letrada. O aumento da população urbana dotou a cidade de uma sociedade letrada, para o qual o livro e o jornal eram os principais atrativos.

No processo de pesquisa dos jornais produzidos na cidade no período que abrange essa pesquisa, recorreremos aos exemplares de jornais antigos pertencentes ao UEIM da ligado ao UFSCAR, o acesso ao jornal “O Correio de São Carlos” deu-se através da Fundação Pró-Memória de São Carlos da prefeitura ambos digitalizados e alguns títulos baixados das páginas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, utilizaremos aqui o trabalho pioneiro no tema da

Imprensa em São Carlos de Otavio Damiano procurando fazer uma súmula na apresentação de uma imprensa existente na cidade.

Ernesto Luiz Gonçalves era ator, escritor de peças teatrais e funcionário da Câmara Municipal exercendo funções como escrivão no judiciário. Foi dele que saiu publicado o primeiro jornal da cidade, *A Tribuna de São Carlos, jornal dedicado a lavoura e ao comercio* editado a partir de 1876. Na pesquisa feita por Damiano tendo acesso a exemplares esparsos, as notícias encontradas nesse jornal eram sobre questões urbanas no sentido da infraestrutura de serviços.

FALTA DE MORADIAS

Em outubro estiveram na cidade os professores Sr. Joaquim Carlos das Chagas e esposa, que haviam sido nomeados para reger as cadeiras de primeiras letras desta vila. Como não encontraram nenhuma casa para alugar, foram obrigados a se retirar, resolvidos a não voltar. O Editorial, na mesma edição, esclareceu que não havia prédio próprio para a escola, cabendo, assim, aos professores, alugar alguma casa que pudesse servir para esse fim, com espaço suficiente para receber cerca de 100 alunos, correndo o aluguel por conta dos próprios docentes. Sabendo-se que o aluguel de uma casa nessas condições não ficaria em menos de 50\$000 mensais, e o salario não muito mais que isso, era evidente que pouco sobraria aos professores para sua subsistência, o que também pesou na decisão do casal em desistir do emprego. Nota-se, portanto, que os professores - sofrida classe - naquele tempo já eram mal remunerados, e a cidade apresentava déficit habitacional.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

"As pessoas que se dignaram concorrer com suas assinaturas são rogadas a fazer as suas entradas até o fim do corrente mês, visto ter abaixo assignado necessidade de realizar o contrato o mais breve possível. S.Carlos, 1.o novembro 1879. Antônio Franco de Lacerda" (como constou). Papel do jornal na comunidade nunca será devidamente enaltecido. Ao longo de mais de um século de existência, a imprensa são-carlense - onde militaram pessoas ilustres, entre elas, Amadeu Amaral, que chegaria a Academia de Letras registra mais de cem títulos, demonstração de grande exuberância, pouco encontrada.

Essas questões urbanas parecem não se distanciar do foco do jornal. Encontramos no arquivo do UEIM da UFSCAR outros exemplares em que as notícias também se direcionavam no âmbito dos problemas urbanos ligados a segurança pública e do ensino.

Policiemos.

Sob a epígrafe a que fica subordinado o presente artigo temos em nosso noticiário denunciado a falta de segurança individual, ou para melhor dizer,

a ausência da polícia para garantia da propriedade, e as dignas autoridades superiores da província não foram surdas aos nossos reclamos preenchendo as vagas existentes nos cargos de autoridades policiais neste município, entretanto, convencidos como estamos da nobre missão de que nos achamos encarregados forçoso nos é, deixando de parte outras considerações, mantermo-nos independentes denunciando o perigo em que vivemos e a necessidade de preserva-los.(30 de set. 1877)

A escola

Ao encetarmos hoje os nossos trabalhos entendemos que nenhuma outra causa nos deve preterir a não ser aquela que tem por objeto a instrução do povo, da classe desfavorecida da fortuna. Em quanto se levantaram grandes capitais para outros melhoramentos de ordem publica, e se trata do embelezamento de nessas ruas e praças o povo tateia nas trevas da ignorância essa mocidade de hoje que deve ser o alicerce para o futuro engrandecimento do nosso país, cresce sem o maior cultivo; sente o seu coração palpita, pelo hem estar de sua pátria, mas esse anseio essa sede do saber pouco a pouco se vai degenerando, e o laborioso operário troca a ferramenta do trabalho pia arma do assassino, o soldado esquece os deveres de defender a sua pátria, e em vez do Pavilhão Nacional mais e mais so agrada do pano verde estendido sobre a mesa onde perdem a honra e a dignidade adquirindo o habito da embriaguez. (1º de set. de 1879)

O *Almanaque de 1894 - São Carlos* indica a existência de dois outros jornais, *A Tarde* e *A Cidade* ambos contemporâneos a publicação desse primeiro jornal. Em seguida surge *A Propaganda* em 1878 ligado ao Partido Republicano local que ainda não compunha peso político na localidade sob direção dos advogados Dr. Aureliano Costa e Rubin César.

Na mesma época aparece *A Evolução*, *O Movimento* e o *Diário de São Carlos* editorado por João Aranha e por Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, o ator, um dos maiores empresários do ramo tipográfico da história de São Carlos. Em 1884, tem-se *O Oitavo Districto* redigido pelo intendente Dr. Eugênio de Andrade Egas, político e historiador que se radicou em São Carlos por volta de 1884. O *Oitavo Districto* exibia sua epígrafe como “órgão das ideias republicanas” (DAMIANO, 2007. p.28). Segundo Junqueira (2004) esse jornal

“refletiu as transformações, divergências e separações ocorridas no partido republicano, mostrando ser o reflexo da política republicana no jornal na cidade de São Carlos. Teve três epígrafes diferentes, como acima apresentado, com a perda inclusive do artigo “O” de seu nome em 1889. [...] Outros jornais também se declararam órgãos republicanos, devido provavelmente à nova ordem política instalada (2004, p38)”

O *Diário de São Carlos* de janeiro de 1890 foi de propriedade de Joaquim Augusto Ribeiro de Souza (filho), assim como *O Popular*. Chega a noticiar vários

aspectos da vida cotidiana, ocupando-se de mostrar o aparecimento da telefonia em notícias de 14.01.1892, as taxas concernentes a água e esgotos e sua distinção feita entre casas de comércio, moradias, hotéis, a luz elétrica chegando à cidade em 1893 (DAMIANO, 2007. p.34).

No *L'Operario Italiano* de 1889 assinado por G. Simoni noticia-se a existência da atividade teatral na cidade de São Carlos. Além do então conhecido Teatro São Carlos na cidade, havia a intenção pelos editores desse jornal da construção do polytheama “com todas as comodidades modernas”. Este jornal atendia as exigências de leitura e informação da sociedade italiana radicada nessa localidade (DAMIANO, 2007. p.52).

No ano seguinte é a vez de *O São-Carlense* de direção do pai escritor Amadeu Amaral, o Sr. João de Arruda Penteado empreitada conquistada por Bento de Abreu Sampaio Vidal que viabilizou a quantia de 12 contos de réis para a fundação de um jornal apartidário. De curta duração pois motivos de saúde o impediram que avançasse nos negócios foi substituído pelo *Ordem e Progresso* que na epígrafe dizia “Liberdade de pensamento, responsabilidade do autor”. Este noticiava com destaque a “remoção do lixo”, “a presença de companhias líricas teatrais”, “a conservação das ruas”, “a extensão da luz elétrica na cidade”, “a febre amarela”, “o aparecimento do fonógrafo” (DAMIANO, 2007. p.53).

O jornal *O São Carlos do Pinhal* foi publicado no primeiro dia de maio de 1895 por Pedro Teixeira da Silva Branco com maquinário adquirido e consorciado por Antonio Xande. Possuía ligações com o Partido Republicano e uma periodicidade de três dias da semana. A presença da febre amarela na cidade de São Carlos obrigou a redução de custos e formato do jornal. Tempos mais tarde o *Ordem e Progresso* se transformaria no *A Opinião* de Américo Penna. Em sua duração destacou notícias relacionadas a mortes de 64 pessoas vítima de febre amarela, a existência de uma quadrilha de italianos na cidade vida da Calábria, a “Quadrilha Mangano”, “as primeiras estruturas do alicerce da cadeia”, “os trabalhos em torno da extensão da rede de água”, “o ciclismo”, “recomendada por médicos por proporcionar benefícios a saúde, o jornal noticiou, na edição de 12 de outubro do mesmo ano [1898], que [varias pessoas] haviam comprado bicicletas, nos últimos dias (...). Na mesma nota comentou o preconceito e o acanhamento de alguns em andar de bicicleta, salientando que na Europa essa prática tão salutar estava na moda.

No entanto, na São Carlos dessa época não havia preconceito contra o ciclismo, que se constituía no “Sport mais elegante e chic”, concluindo o articulista, “A”, com certeza o próprio diretor do jornal, Américo Penna, sem nenhuma modéstia: S. Carlos nisto quis mostrar que a futura *Lyon ou a futura New-York brasileira sempre é adiantada e sempre americana* .

A mesma tipografia que deu origem ao *A Opinião* já bastante ampliada caiu na incumbência de Arthur Augusto Ribeiro de Souza que ira publicar em 1899 as páginas de *O Correio de São Carlos* que foi ligado por anos ao partido republicano local. Contando com a ajuda da família que estava no ramo gráfico desde os tempos do Diário de São Carlos e esteve envolvida na publicação dos almanaques de 1894 e 1905. Arthur Augusto foi também responsável por gerenciar na cidade as paginas de *O Popular*. O conteúdo desses jornais sempre seguindo uma linha de assuntos muito próximos aos jornais dos grandes centros da época, cuidava de expor “poesias” dos poetas de São Carlos e os “noticiários sobre as pessoas ilustres da localidade”. Além dessa orientação marcante do jornal é comum a publicidade de gêneros como “creolina” “para purificar o ar e destruir todos os germens”, “inseticidas” “para destruição dos ratos”, ou mesmo de anúncios para o esportista que caçava passarinhos oferecendo “sementes para pegar pássaros com a mão” .

O escritor Amadeu Amaral que possuía raízes familiares em São Carlos foi um do colaboradores do jornal com uma coluna sobre assuntos da cidade e de fora. Também dividia seu tempo com a cadeira de professor do Instituto São Carlense. Além desses afazeres da vida profissional, no jornal, era encarragado também de publicar caricaturas de Guerra Junqueiro, Olavo Bilac, de Santos Dumont e a sua façanha aérea.

Após a presença de Arthur Augusto Ribeiro de Souza no *Correio de São Carlos*, este passou as mãos do negócio ao professor José Ferraz Camargo, o Zico do Correio, que tempos mais tarde vendera o jornal a José Inocentini mas que ainda continuara com a gráfica.

Outros tipos de jornais que não apenas cuidam de noticias mais gerais fazem parte da imprensa são-carlense dentre eles *O Prego*, sob a assinatura de Sá. B. Tudo, *K. Dete e Arievlis Sevla*, *O Bohemio* lançado em 1904 tendo como redatores J. Amor e Eduleijo, *A Violeta* de 1891 um “semanário de vários moços da sociedade”, *O Pirlampo* (1898) que foi proibido de circular porque não havia nomes

dos redatores, *A Brisa* (1910) sob a direção do professor José Ferraz Camargo, *A Fanfarra* (1910) “dirigida pelo poeta Lemos Cruz”, *O K.C.T.* de Paulino Botelho Vieira, todas elas de cunho literário e humorístico.

Os periódicos educacionais em São Carlos foram outra particularidade da imprensa local. Foram elas: *Excelsior!* (1911-1916), *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923), *Raio Verde* (1917-1928). A primeira foi lançada pelo Grêmio das Normalistas da *Escola Normal de São Carlos* ambas surgidas da iniciativa do diretor da escola João Chrysostomo B. R. Junior e era distribuído gratuitamente.

Trata-se de uma revista literária e pedagógica composta por textos de alunos, professores (responsáveis pela seleção e revisão dos artigos) e outros colaboradores, como diretores e do secretário da escola. Os principais assuntos abordados foram: educacionais, tendências pedagógicas do momento, cerimônias ocorridas na escola, trabalhos desenvolvidos em aula, crônicas, reproduções de textos escritos por autores renomados da época (como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Rui Barbosa), poemas notícias de interesse geral. (OZELIN,2014.p.69).

A *Revista da Escola Normal* foi impressa semestralmente e chegou a ter até 13 edições sendo subsidiada pela Câmara Municipal. Ozelin define a revista em seus aspectos gerais como tendo

a maior parte dos artigos publicados tratam de temas relativos às disciplinas da Escola Normal – como História, Francês, Biologia, Matemática, Desenho, Música, entre outras – ao civismo, ao ensino e às escolas normais. Tais evidências podem significar que esse periódico era destinado aos alunos e docentes da Escola Normal, e não à população em geral.(p.70)

Já *Raio Verde* foi um jornal publicado quinzenário pelo grêmio da mocidade normalista tendo seus diretores principais José Romeu Ferraz e Antônio da Silveira e redator, Gentil Eugênio de Camargo.

Entre os assuntos abordados pelo *O Raio Verde* estão histórias com moral da história, artigos sobre a I Guerra Mundial, a importância da mulher para a Pátria, a importância da educação e dos professores para a formação de cidadãos patriotas, além de muitas poesias, humor, seção de cartas, notícias sobre a Escola Normal e o próprio jornal, expediente (com informações sobre como assinar, valor da assinatura, endereço para cartas) e propagandas.(p.83)

A imprensa são-carlense constituiu uma expressão desses tempos de dinamismo do interior paulista pelo volume de produções de conteúdos variados. A existência de tipografias na cidade assegurava a cultura do impresso numa localidade que se modernizava juntamente com a chegada dos trilhos da ferrovia

forçando a necessidade de uma cultura da informação pela qual os núcleos urbanos parecem acompanhar e urgem bastante. E dessas tipografias que compõem jornais de curta ou de longa duração, às vezes implantada no pioneirismo da situação ou mesmo negociadas e vendidas para outra iniciativa para poderem expandir o que já existia fazendo além da publicação de jornais, a de folhetos, suplementos literários ou no caso almanaques.

2 DOS “ALMANACKS” AOS ALMANAQUES DE CIDADE

2.1 A polissemia histórica do almanaque

Neste momento da análise, faz-se necessário retomar as concepções da palavra “almanaque”, suas origens, seus usos e sua historicidade. Para tanto, percorrem-se as produções de sentido dadas aos almanaques desde sua origem histórica, procurando afastar certa noção de gênero menor dentre os muitos da escrita.

Uma inferência inicial sobre a origem da palavra almanaque pode ser encontrada na civilização grega. Nela, o vocábulo *almenikhiaká* (MARTELETO, GUIMARÃES e NOBREGA, 2011, p. 91) relacionava-se, diretamente, ao domínio do campo da astrologia; porém também se associava aos calendários, que constituíam, na Antiguidade, manuscritos “que definem o tempo da religião, do trabalho e da dívida”.

Na Idade Média, criou-se a palavra *almanac*, oriunda do árabe *al-manakh*, que veicula o sentido de calendário ou de memorial. Outra acepção advém dos povos do Oriente, que, sob uma tenda, ouviam as lições dos patriarcas, posteriormente reproduzidas nas publicações. Nesse contexto, outro sentido derivado do árabe pode ser o de um

lugar onde a gente manda ajoelhar os camelos; daí, conto, que neste lugar se ouve, e finalmente calendário. Eguilaz dá o lat. *manachus* (*circulus*) empregado por Vitruvius no sentido de círculo de um meridiano que servia para indicar os meses. No baixo latim aparece *almanachus* e no baixo grego *alamanakon*, nome dado por Eusébio a calendários egípcios. também e quer dizer lugar onde se conta onde se narra acrescentando-lhe «estação», «região», «clima». No *Petit Robert*, lê-se que «do lat. medieval *alamanachus*, árabe *almanakh*, provavelmente do síriaco, rad. ma, lua, mês». Geneviève Bollême, autoridade na matéria, é de opinião que a palavra significou primitivamente «a conta», «o cômputo». (CORREIA e GUERREIRO, p.44)

Entre os primitivos germânicos, havia a palavra *allmud-agt*, que circulava na região da Escandinávia e da Alemanha. Indicava profecias e antedatava, em um ano, as fases da lua. A propriedade da invenção dos almanaques é muito difusa, no entanto sua forma original ligava-se, diretamente, a delimitações de ciclos e de períodos — inclusive de predições.

O tempo constitui a matéria e o tema principal dos almanaques antigos. Ele é registrado de forma diversa, através de calendários, da datação de colheitas, da meteorologia e dos ciclos da lua. Além disso, delimita a duração da vida do próprio homem. Há, ainda, alguns sentidos associados à constância temporal, que emergem dos almanaques, para delinear sua função utilitária na demarcação do cotidiano.

Há um episódio fabuloso, no qual, certa vez, o sultão Osman chamou um dos redatores responsáveis pela criação de almanaques em seu reino. Perguntou a ele se venceria alguma guerra naquele ano. Observe:

— Deus me revela que Tua Alteza fez mal em empreender essa guerra. Este ano tua espada não saberá fazer mal a ninguém.
— É o que vamos ver — replicou o sultão — furioso.
E com um golpe de sua cimitarra degolou o astrólogo²

Certamente, o sultão, desejoso de guerra com o inimigo, não se considerou contemplado pela prédica do astrólogo, condenando a fim terrível. O episódio revela também a imensa valorização das predições nas sociedades antigas, a qual se transforma nos augúrios do publicador, no sentido de que este se torna o senhor que tece o tempo com significados como o domínio da vida e da morte, da sorte ou do azar. O almanaque captura esses sentidos e coloca-os diante do ser humano, a fim de orientá-lo. À medida que sua consulta é constante, ele se torna o livro de registros da passagem, dos trânsitos, da demarcação idílica na memória dos homens.

Uma bela história que remonta à origem dos almanaques é apresentada por Eça de Queiroz, como prefácio ao *Almanaque Encyclopédico*, de 1896, referenciada pelo trabalho de Maria Carlos Radich:

uma velha lenda talmúdica”, segundo o qual dois sábios, filhos de Seth, procuraram salvar do Dilúvio a ciência até então acumulada, escrevendo em material recuperável o “livro de todo o saber”; E o “livro de todo saber, gravado para a humanidade vindoura sobre o tijolo e o granito, nas vésperas do Dilúvio, por dois sábios, filhos de Seth, era, na realidade — um almanaque (RADICH, p.11)

Aí tem-se uma concepção de almanaque como guardião da memória, da sabedoria humana, de todo o conhecimento, dos ciclos da natureza, daquilo que

² Todas as informações tiradas até aqui foram tiradas de <http://www.almanaque.info/abertura01.htm> acessado em 27.07.2017

tudo traz de fundamental para a existência. É certo que, ao fazer essa afirmação, Eça de Queiroz imaginou um formato editorial voltado para um público diferenciado, com os mesmos elementos tradicionais das antigas publicações, direcionado à instrução e ao deleite dos leitores.

Machado de Assis, outro literato contemporâneo de Eça de Queiroz, publicou uma crônica no *Almanaque das Fluminenses*, apresentando bela alegoria entre as personagens, a esperança e o tempo. Esse texto oferece um diálogo sobre a maneira pela qual o tempo eterno lida com as questões do próprio tempo humano, tais como nascer, crescer, tornar-se adulto, apaixonar-se, amar, morrer. Enfim, sobre os sentidos da vida.

Segundo Machado, o Tempo, havia muito, que era nascido velho de barbas brancas e de coração ausente, veio a se apaixonar por uma garota de 15 anos, Esperança. Querendo conquistá-la, pois seu coração ausente disparava toda vez que a via, entra em discussão com ela, oferecendo-lhe todas as riquezas do mundo, as quais recusava terminantemente. Teve um arroubo de ideia: querendo impressioná-la, fez cair do céu muitos almanaques. Desse modo, a humanidade ia se organizando e o tempo absoluto passava, assim, a traduzir-se em meses, em anos e em dias. A própria menina, a Esperança, colecionara 25 deles. Estava aflita: 25 anos e nenhum noivo. E, assim, o tempo lhe enviava mais e mais; chovia por toda a terra ano após ano, até que surgiu o tédio de saber que tantos anos se passaram... Um dia, o Tempo foi visitar a Esperança — de cabelos brancos, mas forte e disposta. Insistiu: “Ama-me!”. Ela consentiu; porém, no diálogo, fez-se o seguinte acerto:

— Vá lá, disse ela; ambos velhos, não será longo o consórcio.

— Pode ser indefinido.

— Como assim?

O velho Tempo pegou da noiva e foi com ela para um espaço azul e sem termos, onde a alma de um deu à alma de outro o beijo da eternidade. Toda a criação estremeceu deliciosamente. A verdura dos corações ficou ainda mais verde.

Esperança, daí em diante, colaborou nos almanaques. Cada ano, em cada almanaque, atava Esperança uma fita verde. Então a tristeza dos almanaques era assim alegrada por ela; e nunca o Tempo dobrou uma semana que a esposa não pusesse um mistério na semana seguinte. Deste modo todas elas foram passando, vazias ou cheias, mas sempre acenando com alguma coisa que enchia a alma dos homens de paciência e de vida.

Assim as semanas, assim os meses, assim os anos.

E choviam almanaques, muitos deles entremeados e adornados de figuras, de versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas. E choviam. E choviam. E chovem. E não de chover almanaques. O Tempo os imprime, Esperança os brocha; é toda a oficina da vida. (ASSIS, M. apud MEYER, p.25)

Machado de Assis faz-nos perceber a arquitetura do almanaque como a porta de entrada que dita uma ordenação à vida dos homens. Dá forma àquilo que, na verdade, faz sentido ao leitor e à sua leitura: a busca de significados para o momento, a colheita profícua que se faz nos seus aspectos vitais. Dá-se sentido ao tempo, evocando calendários, conselhos, anedotas, contos, sabedoria popular, ciência, imagens mentais e pictóricas. É esse emaranhado que traz, ao almanaque, desde sua origem, uma noção que perpassa grande agrupamento de saberes.

Afora essa concepção de campo da expressão literária dos almanaques, o registro desses impressos na Era Moderna não coincide com a criação da imprensa, ocorrida no século XVI. Na Idade Média, os almanaques tinham circulação muito restrita e em “pergaminhos de origem animal, sempre raro e caro — eram colocados entre as páginas dos eclesiásticos, ou então copiados para propiciar a indicação dos feriados, dias de festa, além dos ciclos solar e lunar” (GALZERANI, 1998, 48).

A imprensa possibilitando a publicação, tradução e circulação de livros, abriu caminho para que na Inglaterra por exemplo, em 1545 pudesse ser publicado um primeiro almanaque (MELO, 2011, p.110). Na França, “nostradamus publicava as centúrias em almanaques, graças aos quais suas profecias tornaram-se conhecidas”(MELO, 2011). A preferência por almanaques onde os conteúdos tivessem ainda uma forte presença da astrologia recai sobre a ideia do sol, da lua e das estrelas pudessem ter influencia sobre os as estações do ano, o humor e a personalidade. Com a Revolução Científica do século XVII, passa a existir uma procura maior por almanaques, não mais por conteúdos astrológicos, mas por conhecimento balizado na empiria e na razão (DARNTON, R. 1990. p.213). Com o surgimento da imprensa, foram publicados almanaques na Alemanha em 1454 o *Türkenkalender*, em 1457 o *Laxierkalender* e em 1458 com *Astronomischerkalender* que saiu impresso pelo próprio Gutenberg (ANASTACIO, p.56. 2012).

No século XV, foi inspirador como exemplo de almanaque popular, segundo Geneveve Bolleme, o *Le Grande Calendier et Compost des Bergers*, lançado em 1491 e que serviu a um público campesino. Estruturava-se em quatro fundamentos: “informações práticas, calendário, narração histórica e variedades” (FERREIRA, 2007, p.35). Em língua portuguesa, o primeiro almanaque amplamente

divulgado foi o publicado pelo judeu Abraão Zacuto em 1496, intitulado *Almanach perpetuum* de Abraão d'Ortas, que contava com tabelas, orientações astronômicas e marítimas. Ainda continha datações referentes aos calendários de festas religiosas, intercalando elementos da cultura pagã, como calendários solares e lunares. Seu conteúdo variava de ano a ano, atendendo sempre à solicitação dos leitores frequentes. Confirma-se, por esse modo, o caráter popular do almanaque como gênero que transitava entre o meio rural e o urbano, para oferecer praticidade de saberes úteis. Outro ponto a considerar, quando se procura retrair a história dos almanaques nas sociedades, são as várias denominações equivalentes, "tais como reportório, folhinha, endimião, camião, calendário, lunário, prognóstico, sarrabal ou mesmo diário". (CORREIA; GUERREIRO, 1986, p. 03).

Na França revolucionária, os almanaques passaram a ser intensamente produzidos, tornando-se um gênero eclético de conteúdos. Uns continham listas de endereços e outros, coletâneas literárias (ou mesmo novos gêneros), como o político, com apresentação dos grandes homens da nação, e os históricos, com as realizações da revolução e as novas marcações de datas e de acontecimentos históricos (ANDRIES, 1996, p.287-291). No geral, como se tratava de um tempo de grandes transformações, os revolucionários rechaçavam os almanaques populares pois defendiam os princípios iluministas, calcados no uso da razão e no combate ao obscurantismo e, principalmente, às tradições dos almanaques do antigo regime.

2.2. Os Almanques no Brasil do século XIX

Os primeiros almanaques brasileiros foram impressos após a chegada da imprensa, juntamente com a Família Real portuguesa, em 1808. O primeiro deles foi o *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, que teria sido assinado por Alexandre José Curado de Figueiredo e Albuquerque. A Imprensa Régia o publicou em 1910, pelo que se registra, com algumas falhas, como erros de paginação (CAMARGO e BORBA, 1993. p114). Em 1812, na Bahia, a partir da tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, publicou-se outro almanaque, o qual se dirigia ao público dizendo que "todos reconhecem que semelhantes manuais são de grande socorro para os negócios da vida" (RODRIGUES, 1973). Esses materiais traziam a relação de cargos administrativos, como os de vice-reis, além de informações sobre corpo militar, forças de primeira linha e milícias, grandes

latifundiários baianos, secretaria do governo, firmas de grande capital, negociantes e outros profissionais liberais, tais quais:

7 médicos, 43 cirurgiões aprovados, 18 professores de matemática, de anatomia, de cirurgia, de filosofia, de retórica, de gramática latina, de grego. Dentre estes, distinguiram-se José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú, Francisco Carneiro de Campos, constituinte de 1823, um dos autores da Constituição de 1824, ministro e senador, e Luís dos Santos Vilhena, o grande autor do mais importante livro sobre o século dezoito no Brasil, *As Notícias — 440 — Soteropolitanas e Brasília*, escritas em 1802. Havia somente 9 professores e de primeiras letras. Como se vê, foi sempre acentuada a desproporção entre os dois graus.

Octavio Tarquínio de Souza constata, em seu trabalho sobre a imprensa periódica no século XIX, que não fosse a ausência de prelos, possivelmente o Brasil teria seu primeiro almanaque produzido já em 1792. A iniciativa do autor, que recolhia informações para produzir o *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro*, “era um trabalho informativo, cheio de dados e referências de utilidade imediata para o leitor coevo, que não houve, e de valor de documento histórico para o pósteros”. O mesmo autor preparou outro almanaque para 1794, o qual, porém, não foi publicado. (SOUZA, 1986, p.12-13). Em 1799, Antônio Duarte Nunes, que fora tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia, organizou o *Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou este em seu exemplar, no ano de 1858, e os outros dois no do ano de 1937 — cuja autoria, possivelmente, também é de Antônio Duarte Nunes.

O *Almanak Laemmert*, nome popular do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, foi editado pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert entre 1844 e 1889, e entre 1891 e 1940. A publicação consiste em uma das mais completas do gênero. A Typographia Universal — de propriedade de dois irmãos — empresa responsável pelo material, também produzia folhinhas e livros de literatura. Inicialmente, tal almanaque possuía poucas páginas, mas, com o tempo, chegou a ter 1700 (HALLEWELL, p.234).

A publicação exibia listas com nomes da diplomacia, de membros da família real, de empregados do Paço Municipal, de representantes dos cargos ministeriais, da Marinha, da Guerra e da Fazenda. Continha também nomes e endereços de funcionários públicos, de companhias comerciais, de sociedades, de institutos da corte, de comerciantes nacionais e estrangeiros, de indústrias locais, de autoridades provinciais e de assinantes.

O *Almanak Laemmert* incorporou outras publicações da mesma gráfica, colhidas nas folhinhas, como calendários astrológicos, de comemorações religiosas, de dias de gala, de dias de audiência e de sessões dos tribunais e juízos, de partidas dos correios terrestres, além da lista dos monarcas e chefes de Estado (DONEGÁ, p.22). Ao que parece, os primeiros almanaques brasileiros voltavam-se aos registros administrativos, com foco na capital carioca.

As variações dos conteúdos aconteceram no decorrer do século XIX, quando passaram a voltar-se aos interesses do público, que também havia se transformado. Registra-se, ainda, o *Almanaque Brasileiro* Garnier, contemporâneo do *Almanack Laemmert.*, criado pelo grupo Garnier, o qual interessava-se, inicialmente, em realizar propaganda de seus livros. Porém o material também reuniu intelectuais e pessoas influentes, que dissertavam sobre a pedagogia política da nascente república.

O grupo Garnier também editou clássicos estrangeiros voltados ao grande mercado e se destacou por publicar obras de autores como José Veríssimo, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Bernardo Guimarães, Silvio Romero, João do Rio e Joaquim Nabuco. Hypolite Garnier organizou, junto aos autores presentes nas publicações da livraria e editora, o *Almanaque Garnier*, o qual circulou entre 1903 e 1914 e se tornou um veículo importante, com larga margem de aceitação e de penetração, haja vista que contava com recursos próprios e promovia a livraria.

No entanto os autores da publicação constituíam intelectuais envolvidos em um projeto político republicano, com proposituras educativas e voltadas a difundir os ideais da construção da nação. Seu leque variado de assuntos, que englobava literatura, geografia, história e conceitos enciclopédicos, consistiram nas bases de um projeto editorial responsável por propagar os temas que compunham o universo de significados do leitor comum (Cf. DUTRA, 2005).

Em 1885, o *Almanack Literário da Província de São Paulo* publicava informações de diversas cidades do interior paulista. Nele, havia um histórico dos municípios e uma lista de instituições, de autoridades políticas e de profissões presentes nas cidades. As informações eram ligeiras, curtas, mas compunham, com os demais textos, um conjunto informativo. Haja vista que a pujança do café tomava caminho firme nas terras de São Paulo, as edições de 1885, de 1886, de 1887 e de 1888 do o *Almanack Literário da Província de São Paulo*, tinham um significado valioso no que tange à exposição das transformações econômicas operadas pela

cafeicultura, desse modo, tornou-se um meio de divulgação estatístico e numérico das muitas regiões que acompanhavam a saga do café.

Outros almanaques foram lançados em São Paulo, como o *Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano de 1857*, o *Memorial Paulistano*, editado em 1863, o *Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873*” (FERREIRA, 2006, p.2).

As iniciativas pontuais de produção de almanaques paulistas, como os citados anteriormente, que eram descritivos, ganhariam uma contribuição significativa com a atividade empresarial do tipógrafo português José Maria Lisboa (1838-1918), que concebeu o *Almanak de S. Joao do Rio-Claro para 1873*, o *Almanak do Amparo* e três publicações do *Almanaque de Campinas*, veiculadas em 1871, em 1872 e em 1873 (GALZERANI, 1998). Por essa razão, o tipógrafo ficou conhecido como o “Zé dos Almanagues”. Ele exerceu muitas atividades no ramo gráfico, entre elas, as de tradutor e colaborador, em 1859, no *Correio Mercantil*. Em Campinas (SP), fundou, entre 1869 e 1874, a tipografia da *Gazeta de Campinas*. Depois, voltou para São Paulo e gerenciou o jornal *A Província de São Paulo*. Além disso, escreveu muitas correspondências político-literárias para a *Gazeta de Portugal*, sob o pseudônimo Júlio de Albergaria (BLAKE, 1889. p.44).

Sua obra mais conhecida foi o *Almanack Literário de São Paulo*, publicada em edições em série entre os anos de 1876 e 1881 e de 1884 e 1885. Tais materiais estavam divididos estruturalmente em quatro partes: na primeira, o referido editor destacava as contribuições dos homens e mulheres; a segunda era voltada ao índice de autores e assuntos; já a terceira era composta por cômputos eclesiásticos, calendário, informações sobre os transportes ferroviários, estatísticas sobre produção econômica e sobre a imprensa da província de São Paulo, entremeadas de propagandas, que auxiliavam no custeio da publicação; a quarta e última parte era literária, com textos advindos dos colaboradores. (MENEZES, 2006, p124).

O *Almanack Literário de São Paulo* representava um esforço do editor em popularizar a imagem da terra paulista, já que

as páginas do almanaque deixam vazar o clima de otimismo reinante, a ostentação da arrancada econômica paulista e a crença na marcha inexorável do progresso.(FERREIRA, 2006, p.12)

A publicação foi muito bem- sucedida, essencialmente no fim do século XIX. De certa forma, os almanaques de José Maria Lisboa tiveram grande circulação e serviram de inspiração para outros materiais. Em uma edição de 1877 do jornal *A Tribuna de São Carlos*, há um anúncio do almanaque de Jose Maria Lisboa:

ALMANACH LITTERARIO DE S. PAULO

Para 1878

(terceiro anno de sua publicação)

Edictado por

José Maria Lisboa

Além da folhinha e outras informações, conterá biografia de homens ilustres, contos, poesias, artigos históricos e científicos, descrições, trovas populares, chronicas, anedoctas, charadas, etc, etc.

Sendo a maioria dos escriptos sobre assumptos paulistas.

ACEITAM-SE ARTIGOS PARA ESSE ALMANACH, não devolvendo os que não puderem ser admitidos.

Preço de cada exemplar.....2:000

Pelo correio registrado.....2:300

RECEBEM-SE ANNUNCIOS PARA ESTE ALMANACH, nas seguintes condições:

Sendo publicados no corpo do livro, confundidos, confundidos com os diversos artigos, o que os torna salientes, a 8:000 a página.

No fim do livro a 6:000 a página.

Não se enviam exemplares e nem se aceitam annuncios sem o prévio pagamento.

Toda correspondência deve ser dirigida a José Maria Lisboa, São Paulo, Rua da Imperatriz, 44.

O anúncio do *Almanach Litterario de São Paulo* traz algumas informações, como a da venda do produto, além de outros conteúdos, como expectativas confirmadas pelo público leitor, chamamento para colaborações e propagandas. O próprio anúncio do *Almanach Litterario de São Paulo* num jornal do interior paulista mostra o circuito de relações com outros centros. Também apresenta a ideia de que o mesmo almanaque podia ser comprado e lido pelo público são-carlense.

A exposição das iniciativas dos primeiros almanaques no Brasil é importante para salientar a expansão de um gênero muito tradicional na cultura europeia, mas que tardou a vingar por aqui. A intenção das pioneiras publicações era a de tornarem-se meios para amostra de relações nominais e estatísticas, a partir da expansão dos negócios, do comércio e da administração. A proposta de José Maria Lisboa consistia em mostrar ao público uma gama de assuntos diferenciados sobre a terra paulista. À medida que ocorre uma expansão da imprensa, iniciativas particulares constataam um mercado possível, apesar da predominância de uma sociedade com carências educacionais.

Entre os séculos XIX e XX, ocorreram mudanças na produção técnica dos impressos, principalmente devido ao incremento de

maquinários modernos de composição, máquinas modernas de composição mecânica, clichês em zinco, rotativas cada vez mais velozes, enfim um equipamento que exigia considerável inversão de capital e alterava o processo de compor e reproduzir textos e imagens passou a ser utilizado pelos diários de algumas das principais capitais brasileiras.(DE LUCA, 2008. p.149)

No interior de São Paulo, a imprensa cresceu à medida que os trilhos de trem das várias companhias férreas e as fronteiras agrícolas alçadas pelo café se delineavam como um potencial de transformação e dinamismo das pequenas vilas e das cidades por onde passavam.

A chegada da imprensa, ainda com perfil artesanal, nas terras do café e conseqüentemente a publicação de jornais delineou um perfil a estes impressos que de forma geral passavam a desempenhar uma ação política e opinativa muitas vezes tornando-se a interlocução das elites cafeeiras junto ao público das cidades. No campo dos interesses dessas elites os conteúdos desses jornais mostravam a produção de café, o quadro das exportações, notícias internacionais, atas da sessão da câmara, problemas de ordem urbana, tais como infraestrutura e saneamento básico, a instrução pública e os seus avanços, greves de ferroviários e de colonos. Esse espaço temático era dividido entre os grupos políticos locais que tinham na impressão do jornal seu meio de engrossar as divergências e as disputas pelo poder. Se o jornal era o lugar usado para expressão da contingência das tensões pela disputa da palavra/poder que o impresso oferece, o almanaque não longe disso, podem ser um meio para exposição dos múltiplos discursos que se referem ao moderno. Devem-se tomar álbuns, jornais, almanaques, entre outros não apenas como produção gráfica, mas como “produto da experimentação e da criação social e histórica” que, “no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas”. (CRUZ & PEIXOTO, 2007. p.259)

Nesse sentido, vários trabalhos acadêmicos tem surgido proporcionando uma nova reflexão sobre os impressos e especialmente os almanaques. A pesquisa com uso de almanaques para além da tendência de utilizá-los apenas como fontes

de dados tem merecido análises mais aprofundadas de vários campos das humanidades.

A historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani, em tese de doutorado desenvolvida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisou os almanaques das décadas de 1870 e 1880 da cidade de Campinas (SP). O foco da autora era compreendê-los dentro da concepção de “documento/monumento”, contemplando os múltiplos discursos que compõem esses objetos — liberalismo, positivismo, romantismo — como instituintes de sensibilidades modernas, práticas identitárias e de leitura. Importante para tais análises é o conhecimento sobre as personalidades locais, dentre elas jornalistas, advogados e outras, envolvidas na organização dos almanaques, bem como na promoção de debates culturais por meio dos grandes mananciais de textos associados à ideia de progresso, de civilização e de conceitos políticos (como o de republicanismo), o que direciona tais impressos a uma educação política dos sentidos. Como norte teórico e metodológico, Galzerani utilizou os conceitos de Roger Chartier e de Robert Darnton sobre o universo da leitura e dos impressos, e, principalmente, o conhecimento de Walter Benjamin, para discutir a concepção do homem na modernidade capitalista, a “concepção de memória” e a de “experiência vivida”.

Sua pesquisa, defendida em 1998, destacava que havia até então duas teses sobre esse tema. Uma na Semiótica, de Vera Lucia Casanova, denominada “Lições de Almanques” e outra na Educação da Unicamp, de Margareth Brandini Park, com “História e Leituras de Almanques no Brasil”. Ambas analisaram em seus campos específicos os tradicionais almanaques de farmácia. A autora constata que ambos os trabalhos contribuíram para uma leitura dos almanaques diferenciada daquelas feitas por pesquisadores brasileiros, geralmente propensas a uma leitura fragmentada. Nesse sentido abriram-se, aos poucos, estudos sobre o tema, sendo o dela um destes, para temáticas bastantes amplificadas.

Eliana Regina de Freitas, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicou sua tese de doutorado, em 2005, intitulada *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Nela, procurou compreender a publicação como meio de instruir e de formar o povo e a nação da República ante à constatação das carências do país em termos de escolas e de livros. O almanaque, um impresso escolhido para

atingir tal intento, cumpriria uma função pedagógica e política do Brasil republicano nascente, pois defendia um projeto nacionalista. A autora examina como os publicadores e escritores do referido almanaque defendiam seus projetos numa articulação retórica e sofisticada do discurso, denunciando as mazelas do Brasil Moderno e estimulando um projeto civilizador. A autora versa, portanto, por uma pesquisa no campo da história das ideias políticas brasileiras, em que o almanaque aparece como portador de tais discursos. Ao mesmo tempo, a pesquisa compreende os usos e as funções desse tipo de impresso.

O trabalho de Debora Dias Macambira (2010), uma dissertação de mestrado, analisa o almanaque como gênero editorial de ampla circulação no século XIX, destacando sua produção e sua circulação entre os anos de 1870 e 1908, no Ceará. A autora considera seu estudo como “fonte e objeto” de pesquisa, por isso, insere o almanaque na história do livro e da leitura no Brasil, já que contribui para a compreensão e para a difusão do impresso, para o círculo de leituras e para as redes de leitores. Seu trabalho destaca formatos, conteúdos, linguagem e inovações técnicas na produção dos almanaques no Ceará e a formação do público leitor, não deixando de perceber seus contatos em áreas do Brasil, de Portugal e de outros países. Segundo a pesquisadora, “o Almanaque é também visto prescrevendo leituras, promovendo o livro, articulando circuitos do impresso”.

Outro trabalho que utiliza almanaques é o de Linara Bessega Segalin (2013), intitulado *Leituras confiadas às mais inocentes e puras leitoras?: as mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910)*. Linara analisa a construção de modelos femininos, de ideias e de disputas de poder entre homens e mulheres nos *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e no *Almanaque Popular Brasileiro*, editados na cidade de Pelotas, importante polo cultural e de transformações do espaço urbano entre o final do século XIX e o início do XX. Segundo a pesquisa, os almanaques são originários da Europa Medieval, estão presentes no Brasil desde o século XIX e suas publicações contaram com o apoio da imprensa e da indústria editorial.

Para a pesquisadora, os almanaques “são publicações de caráter plural, cujas páginas dividem seu espaço entre tradição e modernidade, senso-comum e ciência” (SEGALIN, 2010, p.3). Em ambos os almanaques analisados, constatou-se a idealização de comportamentos femininos e sua divulgação, bem como modelos femininos repudiáveis, ou seja, um conjunto de discursos apontando valores e

atitudes desejáveis das mulheres no limiar desse tempo. O estudo mostra a presença feminina dividida entre escritoras e colaboradoras, sobrepondo-se à relação com os homens. Assim, através de textos, de poesias, de crônicas e de anedotas, percebeu-se as relações de gênero na passagem do XIX para o XX, o que possibilitou o reconhecimento das mulheres na sociedade.

A historiadora Patricia Trizoti analisou, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Um Brinde aos Assinantes!: os almanaques do jornal O Estado de S. Paulo* (1896, 1916, 1940), publicações pontuais. Ela constatou que, a cada ano de lançamento do *Almanaque d'O Estado de São Paulo*, era possível verificar histórias e memórias locais, regionais e internacionais. Nesse contexto, sua análise permite compreender a materialidade própria de cada impresso, ou seja, uma leitura da história da imprensa no caso envolvendo o grupo dos Mesquita, proprietários de O Estado de S. Paulo. Nos almanaques patrocinados pelo diário, estabeleceu-se uma reflexão sobre o início do crescimento da capital paulista e seu processo de modernização, perceptíveis, sobretudo, nas publicidades. Os *Almanaques d'O Estado* de 1916 e 1940 convidaram, por sua vez, a refletir sobre a construção das identidades paulista e nacional, visto que vieram a público durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e atestaram as transformações que ocorreram não só na cidade de São Paulo, mas também no país e no mundo.

Apenas a título de menção, a bibliografia consultada como pesquisa no buscador Google fez emergir vários artigos, o que implica dizer que podem ser recortes de trabalhos acadêmicos nos níveis do *strictu senso*, em que os almanaques constituem reflexão. Em meio a isso tudo, encontram-se trabalhos em que os almanaques aparecem como um aspecto específico do desenvolvimento de um objeto de pesquisa. Um deles consiste na dissertação de mestrado em História, de Reinaldo Forte de Carvalho, denominada *Cordel, Almanagues e Horóscopos: E(ru)dição dos folhetos populares em Juazeiro do Norte-CE (1940 – 1960)*. Defendida em 2008, mostra uma pesquisa cujo foco central constitui as ações de Manoel Caboclo e Silva, dono de uma tipografia que produzia folhetos populares. Com a popularização destes, Manoel acaba investindo em vários negócios impressos e produz, ao longo de várias décadas, até o ano de 1996, o almanaque *Juízo do Ano para o Nordeste*. A pesquisa ganha realce ao se basear em depoimentos orais do próprio Manoel Caboclo, vinculados pelo *Projeto Literatura de Cordel e Xilogravura*, sobre as formas de constituir os almanaques, os quais traziam

um misto de literatura de cordel e uma grande erudição em previsões astrológicas relacionadas à climatologia nordestina.

Outro trabalho é o do pesquisador Matheus Henrique de Faria Pereira, que defendeu tese de doutorado referente à grande repercussão editorial do Almanaque Abril. A publicação virou livro, em 2009, sob o título *A máquina da memória: Almanaque Abril, o tempo presente entre a História e o Jornalismo*, no qual o autor provoca discussão das mais interessantes sobre a linha tênue entre o trabalho do historiador e o do jornalista. Também apresenta o conceito do passado como ofício tensionado com a ideia da fugacidade do presente. O autor constata, nos anos 1980, auge desse empreendimento, que o Almanaque Abril ainda defendia, em seus conteúdos de História, uma narrativa factual, tradicional, universalizante e enciclopédica. Para Pereira, o Almanaque Abril está “na confluência da história ensinada, do conhecimento histórico acadêmico e do discurso jornalístico.” (PEREIRA, 2009. p.21)

Uma pesquisa das mais interessantes foi realizada na PUC-SP por Luiz Cezar Silva dos Santos em nível de doutorado. A tese “*publiCIDADE belle époque: A mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912*”, focando-se na análise de peças publicitárias, defende um estudo priorizando “a construção histórica de representações sobre a cidade de Belém do Pará, e a evolução da atividade publicitária nesse período” (SANTOS, 2010). Além disso, o autor reflete sobre as representações construídas pelo olhar da propaganda e da publicidade sobre a cidade de Belém, veiculadas nas mensagens publicitárias de jornais, de almanaques e de álbuns comemorativos da época, buscando contribuir para a sistematização da história da atividade publicitária entre o final do século XIX e o início do século XX na “Paris dos Trópicos”. O autor considera esse período, denominado Belle Époque Amazônica, responsável pelas transformações culturais, que se traduziram numa forma de olhar sobre a Belém desse tempo.

Os almanaques e os álbuns são analisados no último capítulo. Estes fazem parte do que o pesquisador já articulou, em páginas anteriores, em relação aos jornais, ou seja, aos suportes de divulgação do escrito, das propagandas e das imagens. Para o autor,

os álbuns funcionam também como vitrine da vida moderna, da cidade que se quer cosmopolita, espaço privilegiado da nova era material, ambiente mais do que apropriado para o convívio das novidades surgidas na modernidade (SANTOS, 2010, p.208).

Os exemplos que analisamos aqui de trabalhos que vão além da visão tradicional dos almanaques a que nos referimos mostram que os mesmos têm sido tomados como fonte e objeto dos mais instigantes para os pesquisadores da História Cultural. Por ser um gênero de múltiplos títulos, temáticas, formatos e condições de publicação e circulação, traz novas perspectivas historiográficas. Aqui neste trabalho a compreensão da cidade como tema das páginas dos almanaques são-carlenses nos possibilita uma investigação dos discursos referentes ao moderno e seus correlatos como “civilização” e “progresso” evidenciando seu fim como exposição de uma cidade idealizada.

2.3. Os Almanques de Cidade

Os primeiros almanaques brasileiros eram voltados à divulgação de números da economia local, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo. Na metade do século XIX, por conta da cafeicultura, as cidades que dela dependiam passam a ter uma atividade urbana dinâmica e a oferecer elementos para a composição de almanaques voltados à vida nos municípios. A primeira publicação voltada a uma cidade do interior de São Paulo (CAMARGO 1983; LEITE 1981) foi o *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Comarca de Taubaté para o ano de 1864*, organizado pelos jornalistas Assis Moura e Oliveira Bastos. Seu interior possuía:

folhinha, tabela de partida e chegada de Correios de diversos pontos da Comarca, autoridades e funcionários públicos de Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, São Bento, Paiolino etc. E bem assim todos os capitalistas, proprietários, advogados, comerciantes, médicos, clero, artistas etc. — Assinatura nesta tipografia a 800 reis cada exemplar. (MELLO JUNIOR, p. 63).

À medida que o tempo avançou, outras cidades da região do Vale do Paraíba passaram a ter suas publicações próprias, como Lorena, em 1875. Também produziu-se o *Almanaque do Norte Paulista*, em 1886, o qual abrangeu cidades como

Taubaté, Pindamonhangaba e Caçapava, compreendendo as paróquias de Taubaté, Redenção, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, São José dos Campos, Jarabeiro e Buquira, e muitas outras informações sobre outras localidades do norte de São Paulo, especialmente do município de São Luís do Paraitinga. (CAMARGO, 1983).

Peter Burke, em seu artigo *A cidade pré-industrial como um centro de informação e acumulação*, mostra a necessidade de observar a cidade não só como local gerador de informações do seu próprio ambiente, mas também como receptadora das informações exteriores. Nesse contexto, verifica-se a passagem da tradicional comunicação oral para a escrita, certamente fruto de uma sociedade que sofre o impacto das transformações econômicas. Esse aspecto, lembra Burke, define a necessidade de um livro-guia, um *ciceroni* diante de uma cidade aberta e sem referências.

Todo turista sabe que, quanto maior a cidade, maior a necessidade de um guia, seja sob a forma de uma pessoa ou de um livro. No início da Europa moderna, havia uma demanda de ciceroni, como nos casos de Roma, Veneza e Paris, e também de livros-guia, como os de Albertini para Roma (1510), de Sansovino para Veneza (1561) e de Bocchi para Florença (1591) e os guias posteriores de Paris, Amsterdã, Londres etc.

No século XVIII, esses livros-guia passaram a acrescentar à descrição das igrejas e das obras de arte algumas informações práticas, do tipo como negociar com os condutores de cabriolés ou quais ruas deviam ser evitadas à noite.¹⁶ Essa informação desatualizava-se rapidamente, de modo que não chega a ser surpresa constatar que, a partir de 1722, um guia de Madri para estrangeiros começasse a ser publicado anualmente (BURKE, 1995, p.198)

O autor cita também outro exemplo, ocorrido em Paris no início do século XVII, quando foi criado o Bureau d'Adresse, um escritório especializado em endereços de “empregados e patrões”, uma espécie de agência de serviços de “emprego”, que, depois, foi substituído pela publicação impressa denominada *O Livro de Conveniências de Endereços de Paris* (1692), que apresentava “vendas, empregos disponíveis, bibliotecas, palestras públicas, banhos, professores de música”. Os textos eram de autoria de Nicolas de Blegny, médico-boticário (BURKE, 2003, p. 71).

Nesse sentido, pode-se estabelecer a trajetória dos almanaques de cidade nos centros urbanos e no interior — no caso brasileiro —, pois constituem publicações derivadas de um trabalho empenhado em organizar informações sobre a vida desses núcleos urbanos e suas especificidades econômicas no campo da agricultura, da indústria e do comércio. Tal intuito originou a publicação de almanaques e de álbuns no Brasil entre o fim do século XIX e o início do XX. O trabalho de Ana Paula de Oliveira Lopes Câmara destaca que a produção de impressos, como os álbuns, foi pensada e organizada não somente como

produção gráfica, mas como produto social que, em suas intenções e composição material, articula interesses históricos concretos, modos de perceber, linguagens e narrativas na produção impressa.

[...] o Álbum foi inserido no contexto da política de propaganda do Brasil, que acompanhou e impulsionou o movimento de inserção da jovem economia nacional na conjuntura do capitalismo internacional.

Entre as diretrizes formuladas para a produção de propaganda e de material impressos estava a participação do Brasil e dos seus Estados nas exposições internacionais, que demandaram as produções de livros, cartões postais, catálogos e os álbuns. A produção e distribuição de impressos e, particularmente, a produção de álbuns sobre o Brasil e seus Estados inserem-se, portanto, no desenvolvimento de uma política de propaganda. (CÂMARA, 2015, p.15-16)

A prática de propagandear sobre os índices do progresso local, já presente nos jornais, transforma os almanaques em médium para as cidades de interior paulista exporem as transformações derivadas da cafeicultura, com impactos no espaço urbano tanto para seus habitantes quanto para as cidades vizinhas e de outros estados. Ao mesmo tempo, em razão de uma dada perpetuidade desse gênero de publicação, pode-se dizer que os discursos presentes criam uma dimensão temporal de registro marcante, já que almanaques podem ser manuseados em qualquer tempo e permitem, ao leitor, entrar em um campo de imagens já formalizado sobre a cidade.

A população das cidades do café está exposta a vários estímulos da modernidade capitalista, como a energia elétrica, a estação ferroviária, os jornais com notícias mundiais, a crescente expansão da educação formal, os cinemas, os teatros, os clubes sociais e literários etc. Mesmo partilhando de experiências muito particulares, às vezes, com todos esses sintomas, o público encontraria, no almanaque, a cidade didaticamente organizada e enunciativa de uma imagem incontestada: a do progresso e civilização.

Outras cidades do interior paulista também produziram álbuns e almanaques, nem sempre contínuos. Muitas vezes, esses materiais se tornavam esparsos devido aos custos de produção, à organização de conteúdos, aos interesses políticos e à concorrência com a produção de jornais e de revistas. A cidade de Campinas, nesse período, no qual se tornava grande produtora regional de café, teve almanaques publicados nos seguintes anos: 1871, 1872, 1873, 1878, 1789, 1885, 1887, 1889, 1891 e 1900. Já a cidade de Amparo conseguiu lançá-los, de forma longeva, nos seguintes anos: 1889, 1891, 1893, 1894, 1895, 1896, 1901, 1902, 1903, 1905, 1907, 1909, 1912, em 1914 e 1918.

Em cidades próximas a São Carlos, como Rio Claro, um dos primeiros almanaques foi lançado em 1873, seguido de outro, em 1895, e de uma última publicação, em 1906. Piracicaba, centro cafeeiro e açucareiro, publicou apenas um almanaque, em 1900. Já Ribeirão Preto publicou um álbum, em 1913, e um almanaque, em 1927. A cidade de Araraquara publicou um álbum em 1914.

Mas como poderia ser pensando, organizado e definido caminhos para um almanaque de cidade? Que propósito teria para atender à demanda de informações sobre a cidade? No *Almanaque Annuario para o ano de 1928*, o político republicano Bento de Abreu Sampaio Vidal escreveu um belo texto introdutório para a última edição dos almanaques são-carlenses.

Ele ocupou cargos de prefeito e de vereador, nos quais atuou no processo de modernização (VARGAS, C.R, 2002) da cidade de Araraquara. Além disso, foi o responsável por produzir e financiar o *Estudo Histórico e Geographico da Cidade e Município de Araraquara*, presente no *Álbum de Araraquara de 1914*. Escrevendo para o Almanack-Annuario de S. Carlos - 1928, afirma que o almanaque serve para divulgar os avanços da cidade no que tange ao comércio, à indústria e à agricultura e para que a “cidade affirme sua existência, chame para si a atenção do mundo, faça-se conhecida, admirada, receba as visitas de pessoas de toda a parte que venham conhecê-la”. No texto, ele apresentou justificativas para a existência de um almanaque:

(...) Por isso reputo o Almanach annual de imensa utilidade. Pequeno, resumido, portátil, leve, dando informação de tudo o que nos interessa: calendário, festas, luas, estatísticas, das industrias, commercio, lavoura, médicos, advogados, etc., - quem inventou o Almanach tinha sem duvida engenho.

Não só lucrarão os de fora, como os habitantes da cidade ficarão sabendo o que ignoram a importância de sua terra.

Conheço muitos homens notáveis que são collecionadores de Almanachs. Há dias mostrou-me um delles precioso Almanach de Campinas para 1872. de José Maria Lisboa. Com que ternura elle mostrava-me os nomes dos velhos campineiros que figuravam no livro! Era a historia viva, com todos os detalhes, uma vista cinematográfica daquele período. É bem o Almanach a base para a historia de uma cidade e reputo a historia de uma cidade o melhor meio de crear a tradição e esta é sem duvida a creadora da mentalidade e da cohesão de um povo.

Em seguida, Bento de Abreu lembrou do sucesso empresarial dos almanaques de José Maria Lisboa e ofereceu uma visão sinestésica do ato de ler, apresentando-o como uma sequência de imagens sucessivas e instantâneas,

conceito empregado no cinema. Essa metáfora fílmica mostra um modo de enxergar o almanaque como um objeto que desperta práticas de leitura moderna, ao mesmo tempo em que se compromete com a divulgação da modernidade local. Ainda mais, reforça seu caráter de instrução dos leitores ao afirmar ser um meio de reforçar as “tradições”, a “mentalidade” e a “coesão dos cidadãos”.

Depois, registra as formalizações necessárias ao almanaque de cidade.

Parece-me que o Almanach deve ter uma linha. Não é um repositório de elogios. A linguagem, até os annuncios, deve ser discreta. Deve conter artigos somente sobre cousas locaes, discipções e noticias resumidas de indústrias, de fazendas, etc.. Poucas photographias, para não encarecer a obra, Santa Casa, Escola Normal, Igreja.

O Almanach não pode ser volumoso sob pena de custar caro e não preencher os fins da divulgação.

Sou sempre contrario a que as Câmaras Municipaes concorram para álbuns, revistas, que se publicam na Capital e no Rio e que nenhum interesse nos dão devido a sua pequena tiragem.

Para o Almanach local é obrigação das Câmaras concorrem. É o interesse do município e o resultado vale de sobra a despeza.

Estando a testa da empresa pessoa de responsabilidade todos os particulares e commerciantes e industriais prestarão o seu concurso.

O Almanach atravessa os annos e sempre é lido com interesse.

De fato, quando Bento de Abreu discorre sobre o envolvimento da Câmara Municipal no custeio de almanaques, percebe-se o interesse do poder público em divulgar o progresso local. Nas atas da Câmara do ano de 1927, observam-se, por diversas vezes, os pedidos de vereadores para que o município financiasse a edição de 1928. Para Bento de Abreu, o almanaque consiste em uma exposição dos melhores atributos da cidade tanto para quem vive nela quanto para quem vive fora. Ele o considera, ainda, um livro que “fala” da cidade e revela “uma história viva”, “uma vista cinematográfica”. Ele compara a imagem da leitura do almanaque com um número expressivo de imagens simultâneas, carregadas de estímulos, de vibração e de movimento. O almanaque, dessa forma, se oferece modernamente como uma leitura ágil, que facilita a apreensão de uma totalidade. O que não pode imaginar é que o leitor, ao se sentir estimulado a ter essa visão que captura, de forma sensível, as imagens, a leitura textual e a informação, está embarcando, de um modo muito particular, em uma aventura própria.

Resumindo, a imagem do Almanaque se assemelha a de um livro de conteúdo, de livro dos livros, como expressou o historiador francês Roger Chartier:

O almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem "ler". Mas, desde o século XVIII ou o século XVII, mesmo antes, o almanaque é um gênero ao mesmo tempo literário e editorial utilizado para difundir textos de natureza extremamente diferente. Daí o sucesso perpetuado de um livro que pode ser, ao mesmo tempo, útil e prazeroso, didático e de devoção, tradicional e "esclarecido". Essa diversidade organiza a tipologia das obras, dos simples calendários, que indicam os santos de cada dia e as fases da lua, até os almanaques poéticos ou enciclopédicos. Ela se encontra igualmente no seio de muitos almanaques compostos de textos capazes de responder a todas as demandas, de satisfazer a todas as necessidades. (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/charti13.htm>)

Retomando as palavras de Bento de Abreu este mostra, ainda, a importância do *Almanach de São Carlos* de 1928 para "criar a tradição" [...] "sem dúvida é creadora da mentalidade e da coesão de um povo". Essa frase, "elemento de coesão do povo" constitui uma maneira de apresentar um formato dos almanaques de cidade, pois apresentam ao público temas que evidenciam uma identidade local, constatada na composição das páginas com elementos descritivos da história local, listas de profissionais, imagens fotográficas da cidade, publicidades, figuras públicas, além de ser uma forma de realização dos intentos dos seus editores.

Esse tipo de publicação constitui o meio comunicativo expresso de renovação das crenças, de confirmação delas e do desejo de atualidade, de constância e de progresso, sem deixar de lado a temporalidade. Bento de Abreu Sampaio Vidal termina seu texto com outra importante ideia: "O Almanach atravessa os anos e sempre é lido com interesse." De forma geral, o almanaque confirma as novidades das cidades, legitimando, dessa maneira, o presente vivido.

2.4 Apresentando os almanaques: conhecendo formatos, estrutura e os editores.

A escolha pelos almanaques de São Carlos como objeto de estudo teve com base a possibilidade de cobrir um período temporal mais largo, visto que a primeira publicação ocorreu em 1894 e a última, em 1928 — época próxima ao término do período republicano. Ainda que não tenham sido publicados de forma serial, tais materiais podem ser analisados segundo as considerações do filósofo frankfurtiano Walter Benjamin, visto que o pensador, ao criticar o *continuum* linear da

visão histórica, desenvolveu a noção dos “saltos do tigre”, conceito que equivale à possibilidade de capturar o tempo em saltos. Benjamin apresentou tal pensamento na tese de número quatorze, inserida no conjunto Teses Sobre a Filosofia da História, na qual explicitou, com clareza, essa alegoria:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de 'agoras', que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado (BENJAMIN, p.160)

O contato inicial com os almanaques de São Carlos se deu através de suas edições fac-similares, publicadas pelo consórcio entre a Imprensa Oficial do Estado e a Editora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tais publicações compõem os primeiros títulos de uma série denominada *Nossa História*, lançada em razão do sesquicentenário da cidade, comemorado em 2007. A coleção possui, além dos almanaques, livros de memorialistas e pesquisas acadêmicas. Mesmo assim, o consórcio trabalha para publicar outros trabalhos que narrem a história do município.

A facilidade da edição fac-similar para um pesquisador, o acesso direto e a possibilidade de tê-lo sempre à mão constituem um arejamento na paciente arte da pesquisa. Porém, no caminho, surgiram dúvidas. Como conhecer as características específicas da materialidade desses almanaques?

A partir dessa indagação, concluiu-se que, se houve uma reedição, os mesmos exemplares seriam utilizados para pesquisa, consulta e reprodução fotográfica dos materiais. Nesse sentido, buscaram-se os originais na cidade de São Carlos, na Fundação Pró-Memória, onde foram encontradas as edições de 1894, de 1915 e de 1928. Restavam as edições de 1905, do *Almanach-Album*, de 1916-17, além do *Pequeno Almanaque*, de 1927. O segundo estava no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, em bom estado de conservação, com capa dura e folhas de papel *couché*. Também se resgatou uma edição de 1985, porém os demais títulos só vieram a público novamente na coleção *Nossa História*, em versões xerocopiadas, habilmente transformadas através de modernos processos de manipulação. Nos parágrafos seguintes, apresentaram-se os aspectos que envolvem os formatos, a estrutura e os editores desses materiais.

Uma pesquisa que se serve de impressos, como documentos, adentra uma área da história muito recente, marcada, principalmente, pela emergência da história cultural. Estabelecer o que é um livro, sua execução e seu conteúdo, com vistas a um público leitor, constituiu o princípio das preocupações dos historiadores. Uma revista inglesa, disponibilizada em *World Wide Web*, define a história do livro, por exemplo, como

toda a história da comunicação escrita: a criação, a disseminação, os usos do manuscrito e do impresso em qualquer suporte, incluindo livros, jornais, periódicos, manuscritos e outros objetos impressos de vida efêmera. (BELLO, p.37).

As definições de livro ganham proporções de pesquisa cada vez maiores. Trabalhos pioneiros, como os de Henri-Jean Martin, preocupados com o livro na era moderna, abriram um profícuo caminho de discussões fundamentais sobre o conhecimento desse objeto. Lembra o historiador Roger Chartier (2014, p. 7) que Martin

não poupou esforços para ampliar o questionamento, deslocando a atenção para os ofícios e o mundo do livro, as mutações na paginação e na apresentação dos textos e, finalmente, as sucessivas modalidades de sua legibilidade.

Outro pesquisador, Donald F. McKenzie, estuda a história do livro para compreender seu conteúdo, sempre considerando a realidade social e não separando “a compreensão histórica dos escritos da descrição morfológica dos objetos que os trazem” (CHARTIER, p.8) no “momento de produção, transmissão e consumo” (BELLO, p.38).

Um outro ponto de destaque nas considerações acerca da história do livro se estende a materialidade e da sua relação com o público. Apostar nos formatos para se atingir públicos e valorizar os seus aspectos gráficos revelam as intencionalidades que “afetam o processo de construção do sentido” (CHARTIER, 1998, p. 35) como destaca o autor:

Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua apresentação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1998, p. 34).

Expor as formas singulares com que os almanaques são-carlenses foram colocados a público significa entrar em contato com certa aura documental,

propiciada pelas escolhas dos editores, e imaginar a existência de formas de apresentá-los e de lê-los. Em meio a outros impressos, como jornais e revistas, os almanaques compunham um diálogo no circuito do mundo da escrita, referendando visões que os sujeitos emanavam ao compô-los. Em seguida, apresentar-se-á uma explanação sobre os seis almanaques publicados.

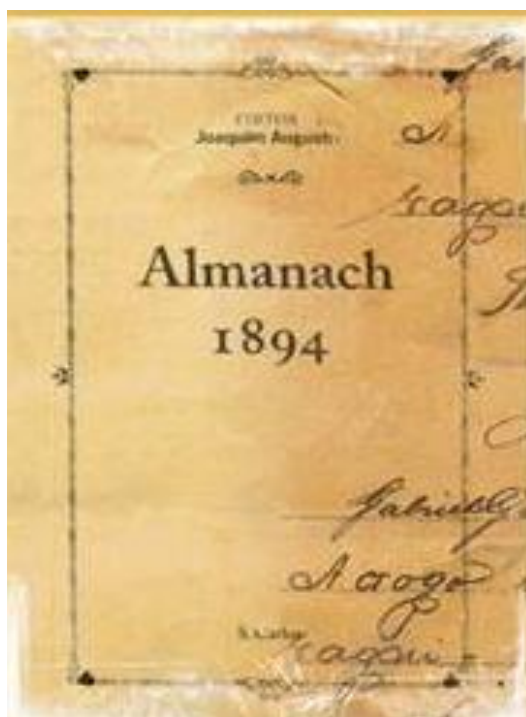
O pioneiro *Almanach de 1894* foi editado por Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, personagem são-carlense ligado ao ramo teatral. Assim como seu pai, do qual herdou o nome, chegou a fazer demonstrações da sua arte em São Paulo. Também foi secretário durante a Intendência Municipal, sendo nomeado em fevereiro de 1890, na gestão de Rodolfo Gastão Fernandes Sá. Essa ligação com a prefeitura pode ter sido o fator fundamental para estimulá-lo a produzir o primeiro almanaque da cidade.

Ribeiro de Souza chegou a São Carlos no ano de 1889, na função de diretor do Grupo Teatral J. Augusto, para encenar a opereta de Joaquim Manoel de Macedo, intitulada *O Phantasma Branco* (DAMIANO, 1984, p. 103). O reconhecimento como ator, adquirido após as várias apresentações de sua companhia pelo interior de São Paulo, provavelmente não propiciou os louros de uma vida estável. Na passagem por São Carlos, dissolveu o grupo de teatro e abandonou a profissão de ator para seguir no ramo gráfico, pois percebeu o potencial da cidade. Sua empresa, a Typographia Aldina, se ocupou da produção do jornal *O Movimento*, de existência curta, de *O Diário de São Carlos* e de *O Popular*. A empresa se manteve por várias décadas e também foi administrada pelo filho de Ribeiro de Souza e pelo irmão, Arthur Augusto Ribeiro de Souza.

O *Almanach de 1894* continha 210 páginas, das quais 52 estavam dispostas em numerais romanos, dedicados à história de São Carlos, em texto escrito pelas mãos de Cincinato Braga. As outras 158 eram apresentadas em numerais cardinais, distribuídos entre publicidade, poesias, relação de profissões, humor, estudos estatísticos do orçamento do município, anúncios de escritório de advocacia, textos informativos sobre a divisão das ruas etc.

Seu formato era retangular, as dimensões eram de 20,5 cm x 13 cm e o material não continha índice. Na pesquisa, não se obteve acesso ao original do almanaque, porém uma ilustração, estampada na edição fac-similar de 2007 da

coleção *Nossa História*, mostra uma página de abertura, com o nome do editor e o título retirados de uma versão em xerox, de propriedade de Otavio Damiano³.



Fonte: Almanach de 1894 – São Carlos.

A Typographia Aldina foi a responsável pelas seguintes publicações: *Almanach de 1894* e *Almanach de São Carlos para 1905 — Anno I*. Já *O Almanach de S. Carlos para 1915* saiu pela Typographia Joaquim Augusto, que fazia parte das atividades empresariais da família Ribeiro de Souza.

A listagem acima consiste apenas em uma forma metodológica de agrupar os conteúdos dessa publicação. No entanto se o foco constituir a sequência das páginas é possível constatar uma organização muito peculiar na distribuição dos assuntos. A formatação do texto do editor apresentava vários assuntos entremeados, o que proporcionava uma leitura fragmentada de discursos. Abaixo, apresenta-se exemplarmente uma amostra.

Ao término da parte histórica, de incumbência de Cincinato Braga, as páginas do referido almanaque exibem, na página 3, um poema traduzido de Becker, intitulado “As Andorinhas”. Logo em seguida, uma página inteira apresenta uma lista de membros da Câmara Municipal, eleitos em 1892. Na página 5, dois textos se alternam: um sobre o Club Concordia, importante centro recreativo e de

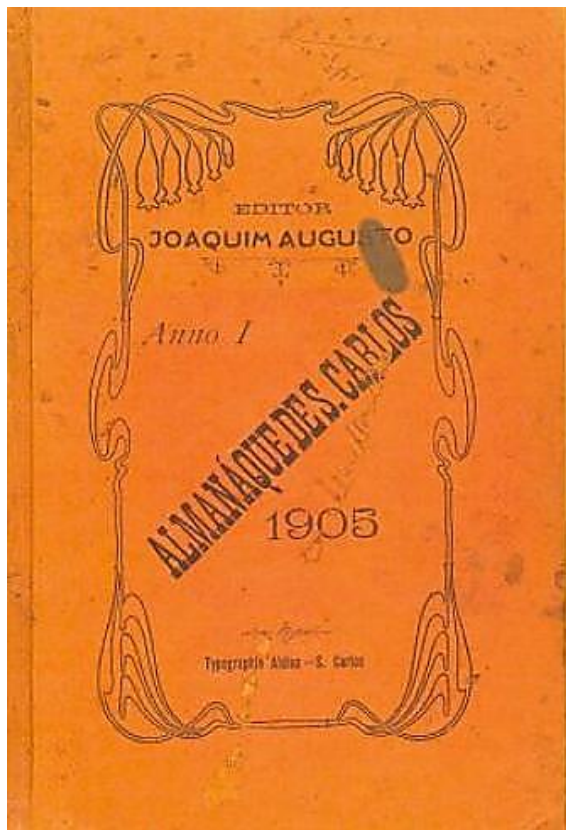
³ A reprodução da capa foi obtida por meio da plataforma Verri.

sociabilidade da cidade, e outro, científico, sobre o *Sol. Adiante*, uma indicação da Agência Postal, a qual exibia os funcionários e o horário de atendimento, divide a página com outra função de serviço público, dedicada à Companhia Luz Elétrica. Na página 7, abre-se o quadro das profissões, que destaca, inicialmente, os advogados, os médicos, os dentistas, os guarda-livros, os engenheiros e os professores de música. Ele termina na página 8, que exhibe descrição do Matadouro Municipal. Entre as páginas 9 e 13, há um trecho da novela *Mozart e Salieri*, de A. Pouchkine. Da página 14 a 21, pode-se observar uma lista de cargos da justiça local e, na 22, uma propaganda sobre os serviços de advocacia de Júlio Cesar de Faria.

Essa sequência descrita é útil para constatar de que forma as páginas apresentavam-se ao leitor e como seus olhos poderiam passear pelo contingente de informações a respeito da vida municipal, da literatura e de textos científicos. Essa disposição se repete por todo o almanaque.

A propaganda, fonte das mais importantes para o custeio do almanaque, se distribuiu entre 27 anúncios: de serviços de advocacia, de alimentação, de armarinhos, de beneficiamento de café, de venda de terrenos, de empreiteiros do setor de construção, de médicos, de salão de barbeiro e cabeleireiro com venda de produtos cosméticos, de secos e molhados, de joalheria, de farmácia, de casa bancária, de loja de material de construção, de serraria, de colégio particular, de materiais variados, de loja de materiais mecânicos e elétricos e alfaiataria.

Joaquim Augusto Ribeiro de Souza (pai) faleceu em 1895. Decorridos 11 anos da publicação do primeiro almanaque, seu filho publicou o *Almanach de São Carlos para 1905 – Anno I*, organizado em 1904 e lançado em 1º de Janeiro de 1905. A página de apresentação mostra um trabalho histórico, escrito por Philipe Ladeira de Faria, vereador e político local, que explorou focos diferentes dos de Cincinato Braga ao escrever sobre a história da cidade.



Fonte: Almanaque de S. Carlos - 1905

O formato desse almanaque segue igual ao anterior em 20,5 cm x 13 cm, sem índice, com uma capa em estilo *art nouveau* com filetes ornamentando o título e o nome dos editores num total de 154 páginas. Ainda o almanaque possuía um “*histórico do município, escolhida e variada literatura, horário dos trens, indicações úteis, dados estatísticos, etc. Calendário, notícia sobre suas indústrias e profissões, artes agricultura, tabella de cambio, taxa postal, importo de sello, annuncios, etc*”. (AUGUSTO,1905). Apenas uma imagem fotográfica aparece nesse almanaque associada a uma propaganda do “Mercadinho J. Evangelista”.

Na abertura, um texto intitulado *O Nosso Almanaque* convida o leitor para adentrar às páginas construídas pelo esforço em reunir os dados sobre a cidade, de “forma modesta” e “fruto de sacrifício”, com o intuito de obter o reconhecimento do público.

Embora pouco experientes em tal empresa, tentamos fazer o trabalho dos profissionais. É forjando que um se torna ferreiro disse alguém.

E, a propósito. Conta-se que numa guerra caiu morto o capitão e um dos soldados vendo isto, assumiu o commando até vencer a batalha, sendo este acto louvado por seus superiores.

A falta de um annuario como o nosso já se resentia,

Pois bem: embora soldados humildes, seja-nos feita a justiça pela bravura de havermos assumido o posto dos mestres, lutando até que outros nos substituam .

O pós-título de *Anno I*, no almanaque de 1905, significava a possibilidade de uma série de outros na mesma lavra de Joaquim Augusto. O que explica a existência de um anúncio feito na página 144, onde se projeta um almanaque para 1906. Curioso é perceber como o breve texto expõe algumas estratégias da produção do almanaque, em termos como “colaboradores”, “inspiração num modelo de almanaque de grande repercussão (como é o caso do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*)”, “presença de uma experiente pessoa como colaborador de almanaques” e “os custos de anúncios e preço final de um exemplar”.

O nosso almanaque para 1906 conterà 300 páginas.
 Recebemos para elle colaborações de todas as pessoas eu nol-as queiram até dia 31 de Maio do corrente anno.
 A semelhança do Almanaque Luso-Brasileiro, estampará o nosso annuario para o anno próximo uma crítica literária, feita por pessoa competente, dos trabalhos que nos foram enviados.
 Temos também o prazer de noticiar aos nossos leitores que a secção charadística está a cargo do Sr Aureliano da Silva Arruda, colaborador do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.
 O preço dos annuncios será – 15\$000 por uma pagina, 8\$ por meia e 6\$ por um terço. Um exemplar custará 3\$000.(P.144)

A promessa de um novo exemplar não só constituiu tentativa de criar expectativas, mas também uma forma de colocar o almanaque como um empreendimento dentro do mercado de impressos, o que certamente consistia no desejo do empresário do ramo gráfico, Joaquim Augusto Ribeiro de Souza (filho).

Sebastião Camargo, nascido em Rio Claro foi poeta com produção literária publicada em livros, almanaques e jornais da cidade. Veio a residir em São Carlos por volta de 1912 vindo a trabalhar com José Ferraz de Camargo no jornal o Correio de São Carlos (PIROLLA, 1964. p.11). Foi dele a obra de organização do *Almanach de S. Carlos para 1915-Anno I* preparado no ano anterior e que saiu impresso pela “Typographia Joaquim Augusto”. O almanaque é noticiado a venda no jornal “O Correio de São Carlos”, situando sua data de venda para o dia 16 de Março de 1915, conforme esses anúncios extraídos do próprio jornal.

CORREIO DE S. CARLOS

ALMANACH DE S. CARLOS

Será exposto á venda no próximo dia 16, na «Typ. Joaquim Augusto» e em todas as livrarias.

Informações completas sobre lavoura, commercio, industrias, religião, profissões, etc.

Historico de S. Carlos pelo sr. dr. Theodorico de Camargo, enfechado em 76 paginas.

Contem o Almanach innumeradas gravuras de trechos de ruas, panoramas e vultos eminentes ligados á politica e fundação de S. Carlos.

Volumes excellentemente acabados e com 288 paginas.

Preço, 5\$000. Pelo Correio, mais 500 réis

Vendas exclusivamente a dinheiro

CORREIO DE S. CARLOS

Almanach de S. Carlos

✕ A' venda nas Livrarias ✕

“Paulista”, da “Estação”, “Pedro Rizzini”, “Typ. Joaquim Augusto”, Bazar das Escolas”, Casa Farani e Loja Violeta.

Fonte: O correio de São Carlos, 18 de março de 1915.

Apresenta em sua capa as seguintes informações:

Desenvolvido histórico de S. Carlos pelo ilustrado advogado Sr. Dr. Theodorico de Camargo.
Informações locais sobre lavoura, comercio, indústrias, profissões, horários de E. de Ferro, etc.
Nítida copia de ilustrações e excelente colaboração.

Passando para o seu interior já de início apresenta o almanaque como síntese do esforço tanto individual e coletivo associado ao interesse desenvolvido pela “Câmara Municipal”. Pela primeira vez na historia dos almanaques são-carlenses surge um ente público interferindo na produção e subsidiando um almanaque. Uma lista de colaboradores vem logo na sequencia mostrando personalidades politicas e do meio literário e página de homenagem ao Theodorico Leite de Almeida Camargo, “*proyecto advogado e elaborador do histórico de São Carlos*”, e Manoel de Mattos Azevedo, “*Ilustre homem de letras que grande concurso prestou na coordenação da parte litteraria(...)*”.

Ao todo o *Almanach de S. Carlos para 1915-Anno I* compõe-se de duas partes sendo uma de numeração romana de seis a setenta onde se encontra o trabalho histórico desenvolvido por Theodorico Leite de Almeida Camargo, e mais 165 páginas em numeral cardinal, e mais 25 páginas sem numeração no formato. Seu formato é de 21 X 13 cms. Uma capa em *art deco* consta o preço do volume em 5\$000. É o primeiro almanaque a possuir um volume maior de fotografias registrando as transformações urbanas da cidade naquele período.



Fonte: Almanach de São Carlos -1915.

O *Almanach-Album de São Carlos de 1916-1917* da “Typographia Artística” foi organizado por Franklin Castro, dentista de profissão e que possuía um consultório na cidade. Trata-se de um almanaque que impressiona pela apresentação de qualidade. Ele contém um grande conjunto de fotografias e anúncios publicitários de produtos com o uso frequente de imagens. Nota-se o uso frequente de *art nouveau* no ornamento de textos e imagens. O original consultado no Arquivo Publico do Estado de São Paulo, ainda em bom estado, mostra uma encadernação em capa dura elegante com ornamentos em tons de cores vermelhas estilizações do *art nouveau* envolvendo as paginas de papel couchè o que evidencia serem altos os custos do material desenvolvido nessa publicação. Diferente dos três primeiros almanaques acima analisados ele se divide de forma mais especifica e

mais agrupadas por assuntos: uma parte histórica, outra literária, educação, fazendas, profissões e por fim um calendário para o ano de 1917.



Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Esse *Almanach-Album* tem a dimensão retangular de 29 de largura x 20,5cm de altura num total de 248 páginas com numeração de 1 a 56 sendo que as demais seguintes não possuem essa marcação. Este é formado por uma coletânea de textos diversos que versam sobre a mulher, estudos sobre a língua portuguesa, poesias, biografias, ensino, quadros compositivos de câmara municipal e fórum, quadros de profissões, imagens fotográficas panorâmicas da cidade, de escolas, ruas, prédios públicos, fazendas, etc. Nele ainda há uma parte reservada ao distrito de Ibaté.

Serraria Santa Rosa  **F. Ferreira & Santiago**

Matriz: SÃO CARLOS Filial: SANTOS Escriptorio: RUA VISC. INHAÚMA
 :: Serraria: RUA DO MERCADO :: :--: RUA AMADOR BUENO N. 66 :--: TELEPHONE N. 77



Completamente sortido de todo e qualquer material para construções.

Executa-se qualquer trabalho de marcenaria ou carpintaria.

Acceptam-se encomendas de madeiras de qualquer qualidade, serradas ou em toras, etc.

PREÇOS BARATÍSSIMOS

Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917

Acreditamos que o híbrido formado por “almanaque” e “álbum” dessa publicação siga a estrutura dos almanaques anteriores mas também se projeta como coleção fotográfica que ficou a cargo de Filemon Perez.

No ano de 1915, a vizinha cidade de Araraquara lançou o seu “Álbum de Araraquara”, organizado por Antônio M. França “sob os auspícios da Câmara Municipal” tendo Joel Silveira como seu editor. A obra foi também documentada com fotografias de Filemon Perez fotógrafo que mais adiante analisaremos melhor. O “Album de Araraquara de 1915” pode ter estimulado os editores e a câmara municipal de São Carlos a desenvolver algo semelhante a esta publicação. Analisando comparativamente ambas, podemos notar que há muitas semelhanças e a coincidência do trabalho fotográfico de Filemon Perez reforça mais essa posição.

Após o lançamento deste último, terão passados em São Carlos um período de 10 anos até a chegada do *Almanack de São Carlos – 1927* editado pela “Typographia Camargo” e organizado por Antônio Dias de Mello originário da cidade de Jau e que também foi organizador de almanaques daquela cidade.

No interior desse almanaque de dimensões muito menores do que os outros, Antonio Dias de Mello, natural de Jaú e que também desenvolveu trabalhos de organização de almanaques nesse cidade (PLATAFORMA VERRI) os preencheu

com uma parte histórica retirada e adaptada do texto de Theodorico Leite de Almeida Camargo do Almanaque de 1915. Seu tamanho era de 20,5 x 13,5, e seu numero de páginas era muito menos volumoso dos que os demais num total de 67 páginas.

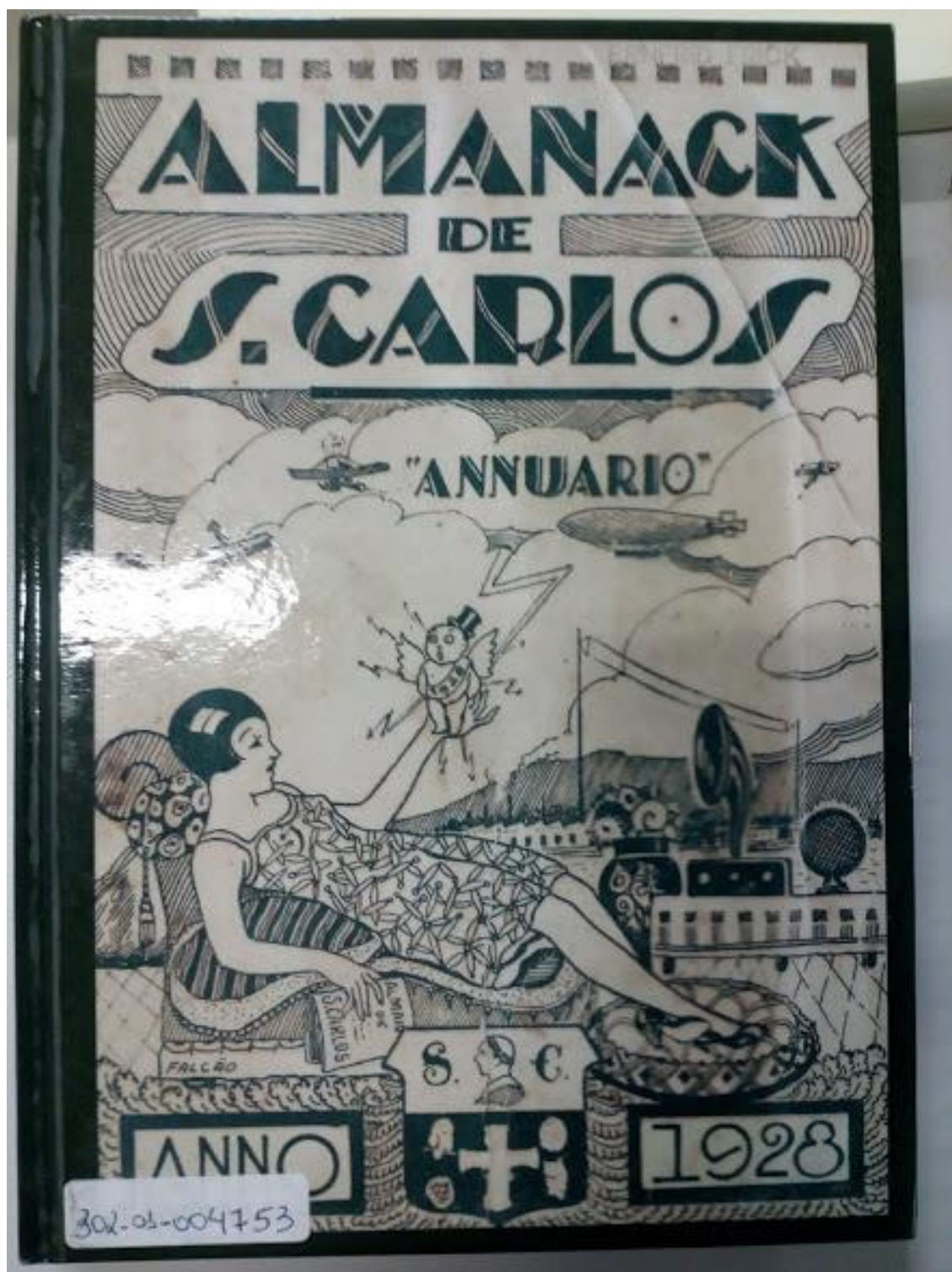


Fonte: edição fac-similar Almanach de S. Carlos – 1927

Na sua capa vinha estampada o brasão da cidade de São Carlos e a colaboração das fotografias de Hugo Graeser que se mesclavam com textos e propagandas. Com uma estrutura contendo os assuntos mais comuns, muitos anúncios comerciais, datas comemorativas, nomes do poder judiciário e da câmara municipal, instrução publica e particular, a Santa Casa de saúde, textos sobre estações do ano, meses e sua relação com agricultura e lista de cafeicultores e 12 fotografias.

O último almanaque de São Carlos saiu publicado por José Ferraz de Camargo e se intitulava como *Almanack-Annuario de São Carlos - 1928*. “Annuario” é uma palavra associada a atualização, informação ou que sugere informações compiladas do ano que passou. Este almanaque de 1928, é uma publicação volumosa e atualizada do município com muitas fotografias, anúncios publicitários, quadro especial de políticos ilustres e também aspectos urbanos de São Carlos a época.

Sua capa apresenta está impressa no exemplar original que encontramos na Fundação Pró-Memória de São Carlos com capa dura. Já na edição fac-similar da coleção “Nossa História” essa imagem segue continua ao almanaque depois da capa feita para a coleção. A imagem seguinte tem varias características culturais dos finais do XIX e início do XX denominada de Belle Époque.



Fonte: Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928

A imagem traz consigo muitas simbologias: aviões, gramofones, energia elétrica, zepelins, tendo ao centro uma senhorita deitada languida ao sofá com seu cabelo Chanel segurando um boneco em que se lê o ano de 1928 e o brasão da cidade ao centro. Esses ícones estampados representam essa temporalidade marcada entre os finais do século XIX e início do XX resultado do progresso II Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica, que criou um conjunto variado de invenções alçados pela prodigiosa engenharia e racionalidade técnica que vislumbrava essa época garantindo a crença na ciência e sua extensão a muitos níveis das relações humanas. Sendo a belle époque uma experiência encerrada após os augúrios da Primeira Guerra Mundial ainda perdurava um imaginário dos tempos baseados na certeza da ciência e do progresso material e humano.

A cena no seu conjunto projeta os maquinismos dessa época sob uma forma de sonhar e ver o mundo inspirados, nesse sentindo, nos salões internacionais das “exposições universais” (cf. FOOT-HARDMAN, 2002) ao mesmo tempo que apresentava aos olhos do público a força da ciência e sua associação direta com o progresso, confirmava o grau de riqueza das nações. Passa-se a existir a noção de que a humanidade seguramente vivia assentada em uma época de ouro uma bela época.

O texto introdutório desse almanaque tem a autoria de Bento de Abreu Sampaio Vidal, político atuante ocupando diversas vezes o cargo de vereador. Quando alçado como chefe do executivo local foi responsável pelas ações que proporcionaram a modernização da cidade de Araraquara (Cf. VARGAS, C.R, 2002). Bento de Abreu inicialmente, remete agradecimentos ao amigo José Ferraz de Camargo, editor do Jornal Correio de São Carlos, defende que o almanaque serve para divulgar os avanços da cidade no que tange a comércio, indústria e agricultura, e para tal torna-se necessário que “*a cidade affirme sua existência, chame para si a atenção do mundo, faça-se conhecida, admirada, receba as visitas de pessoas de toda a parte que venham conhecê-la*”. Seu texto segue construindo uma forte justificativa para a existência de um almanaque, ao mesmo tempo que depõe sobre instruções o ato de publica-lo.

(...)Por isso reputo o Almanach annual de imensa utilidade. Pequeno, resumido, portátil, leve, dando informação de tudo o que nos interessa: calendário, festas, luas, estatísticas, das industrias, commercio, lavoura, médicos, advogados, etc., - quem inventou o Almanach tinha sem duvida engenho.

Não só lucrarão os de fora, como os habitantes da cidade ficarão sabendo o que ignoram a importância de sua terra. Conheço muitos homens notáveis que são collecionadores de Almanachs. Há dias mostrou-me um delles precioso Almanach de Campinas para 1872. de José Maria Lisboa. Com que ternura elle mostrava-me os nomes dos velhos campineiros que figuravam no livro! Era a historia viva, com todos os detalhes, uma vista cinematográfica daquele período. É bem o Almanach a base para a historia de uma cidade e reputo a historia de uma cidade o melhor meio de crear a tradição e esta é sem duvida a creadora da mentalidade e da cohesão de um povo.

.....

Parece-me que o Almanach deve ter uma linha. Não é um repositório de elogios. A linguagem, até os annuncios, deve ser discreta. Deve conter artigos somente sobre cousas locais, descrições e noticias resumidas de indústrias, de fazendas, etc.. Poucas photographias, para não encarecer a obra, Santa Casa, Escola Normal, Igreja.

O Almanach não pode ser volumoso sob pena de custar caro e não preencher os fins da divulgação.

Sou sempre contrario a que as Câmaras Municipaes concorram para álbuns, revistas, que se publicam na Capital e no Rio e que nenhum interesse nos dão devido a sua pequena tiragem.

Para o Almanach local é obrigação das Câmaras concorrerem. É o interesse do município e o resultado vale de sobra a despeza.

Estando a testa da empresa pessoa de responsabilidade todos os particulares e commerciantes e industriais prestarão o seu concurso.

O Almanach atravessa os annos e sempre é lido com interesse .

Para este Bento de Abreu, o almanaque, é uma exposição dos melhores atributos que confirma para quem vive na cidade e fora. Um livro que “fala” da cidade e revela como mesmo ele diz “uma historia viva”, “uma vista cinematográfica”. A metáfora utilizada por Bento de Abreu no que diz respeito a leitura que ele fez do almanaque de Campinas se referencia a um grupo de cenas múltiplas sugerindo a ideia de uma imagens em movimento ritmado a compor quadro a quadro o conjunto do almanaque. A ideia de cena que representa e que simula típica das características do cinema, estão presentes nessa acepção do autor.

Dadas às considerações metafóricas o autor do texto nos sugere a imagem de uma leitura do almanaque tal como se esta fosse a noção de um numero expressivo de imagens simultâneas carregadas de estímulos, de vibração, de movimento. O almanaque, dessa forma, tem o intuito de entretenimento, ao mesmo tempo em que torna a leitura ágil para a apreensão de uma totalidade. O que não pode imaginar é que o leitor ao se sentir estimulado a ter essa visão que captura de forma sensível as imagens, a leitura textual, a informação, está fazendo de um modo muito particular uma aventura própria.

Ainda retomando o texto do Almanach de São Carlos de 1928, Bento de Abreu mostra-nos a importância que este tem para “criar a tradição e esta é sem dúvida a criadora da mentalidade e da coesão de um povo”. Aqui aparece a imagem do Almanaque como livro de conteúdo, de livro dos livros como expressou o historiador francês Roger Chartier. Este mesmo explicita que

O almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem “ler”. Mas, desde o século XVIII ou o século XVII, mesmo antes, o almanaque é um gênero ao mesmo tempo literário e editorial utilizado para difundir textos de natureza extremamente diferente. Daí o sucesso perpetuado de um livro que pode ser, ao mesmo tempo, útil e prazeroso, didático e de devoção, tradicional e “esclarecido”. Essa diversidade organiza a tipologia das obras, dos simples calendários, que indicam os santos de cada dia e as fases da lua, até os almanaques poéticos ou enciclopédicos. Ela se encontra igualmente no seio de muitos almanaques compostos de textos capazes de responder a todas as demandas, de satisfazer a todas as necessidades. (<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/charti13.htm>)

Atentemos para a frase, “elemento de coesão do povo”. Eis aqui uma maneira de dizer de forma mais nítida o formato destes almanaques de cidade: o de expressar uma certa identidade. Esta identidade se faz na composição das páginas destes em que se encontram elementos descritivos da história local, listas de profissionais, imagens da cidade, publicidades, e não tão menos importante a figura dos seus editores/organizadores/publicadores. O almanaque desse modo é o meio comunicativo expresso das intencionalidades de renovação das forças e de confirmação das mesmas do desejo de atualidade de constância e de progresso não deixando de lado sua substância primordial que é a temporalidade. Bento Sampaio de Abreu, termina seu texto com outra importante ideia a se pensar: “O Almanach atravessa os anos e sempre é lido com interesse. De forma geral o almanaque confirma os aspectos das novidades das cidades elencadas legitimando dessa maneira o presente vivido.

A imprensa são-carlense ao se dissolver em várias performances de gênero como a imprensa politizada ou a leitura de entretenimento literário valorizava o surgimento da cultura letrada e da necessidade de informação que a comunidade de leitores vinha demandando. No caso da imprensa e no da publicação de almanaques o que se realça aqui é a formulação de um modo de ver a modernidade presente nas terras do café com todas as suas facetas de estranhamentos e

maravilamentos. No seu conteúdo os almanaques educam os leitores a realizar um ritual de confirmação do progresso edulcorando uma visão que atende aos interesses dos publicadores.

CAPÍTULO 3 – A CIDADE LETRADA DOS ALMANAQUES

O almanaque é uma espécie de suporte que abriga diferentes formas textuais e imagéticas. O intuito nesse capítulo, dividido em cinco sessões, é o de tecer considerações sobre o moderno pertinentes aos almanaques de São Carlos destacando para isso a análise dos temas da publicidade, literatura, profissões e ofícios, biografias.

3.1. Publicidade

Uma das componentes fundamentais e fonte de recursos para o desenvolvimento do trabalho do editor dos almanaques era a veiculação da publicidade. Inicialmente criada de forma amadora com longas frases, mas feitas intencionalmente para vender o que se pretendia, a publicidade tornava-se uma meio de divulgação das novidades internacionais e locais. Considere-se isso levando em conta o contexto de transformações do espaço urbano são-carlense, em que a publicidade presente nos almanaques possibilita-nos enveredarmos por um material documental revelador dos novos aspectos do viver urbano em seu processo de modernização. A publicidade referenda as utopias urbanas pois,

‘tinha sua participação na construção da cidade (...) os anúncios apresentavam imagens que, embora não correspondessem imediatamente ao espaço no qual circulavam, correspondiam às expectativas correntes sobre a organização da cidade’.(CRUZ, p83).

Walter Benjamin afirmou que a propaganda e a publicidade são um “idioma da metrópole moderna”, uma “escrita da cidade”, em posição de superioridade haja vista que o público acaba sendo impactado no seu inconsciente pelo estímulo gerado por cartazes, letreiros e luminosos, desafiando a “revisão de uma cultura letrada tradicional, centrada em torno do livro” (BOLLE, 1985. p.138). Os instantâneos gerados pelas mensagens publicitárias na metrópole moderna configuram numa nova cultura centrada no fetichismo da mercadoria caracterizado pela dissimulação, pela aparência, que esconde as relações sociais de produção (PESAVENTO, 1999).

A leitura dos conteúdos presentes na publicidade e na propaganda dos almanaques aqui pesquisados possibilita-nos a questionar de que argumentos eram utilizados para venda dos seus produtos e serviços? Permite compreender como se constituiu uma sociedade de consumo nas terras do café. A sociedade de consumo pode ser vista como uma das razões da existência da cidade contemporânea, pois ela vem a se tornar o lócus sensível de interpretação das formas e dos desejos humanos projetados nas fantasmagorias do produto.

O engendramento de forças que articulam esses sentidos da mercadoria se vem na engenharia de pensamento capitalista exteriorizado pelo desejo criar necessidades.

No palco do exibicionismo burguês, o empresariado dava a receita para os que queriam seguir as trilhas da modernidade: o trabalho organizado, o conhecimento científico e a habilidade criadora do homem eram capazes de produzir máquinas e descobrir novos processos. O capitalismo demonstrava assim a sua exemplaridade e a classe que capitaneava esse processo se colocava como merecedora da posição que ocupava. (PESAVENTO: 1997, p.111)

Melhor forma de demonstração dessa ocupação burguesa estavam nas “Exposições Universais”, representação material do projeto capitalista que congregava várias regiões, sejam elas metrópoles imperialistas, regiões coloniais e a América Latina. Tornaram-se eventos capazes de significarem uma representação do mundo e de suas riquezas.

Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, as exposições funcionavam para seus visitantes como uma “janela para o mundo”. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. Nelas se exibiam as mais complexas máquinas, os mais recentes inventos, classificados cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica (PESAVENTO: 1997, p.45).

Nesse sentido a publicidade pode ser considerada como uma “ideologia burguesa capitalista” mas não como falseadora da realidade, e sim, expressão da esfera das representações sociais (PADILHA, 2002. p.23).

Consideradas as devidas proporções com São Carlos, a exposição de propagandas por jornais, revistas e os almanaques, proporcionam o contato com o moderno traduzido por uma linguagem apelativa para a venda dos seus produtos.

Nesse sentido, no processo de comunicação a publicidade utiliza-se de formas variadas da linguagem informativa, aspectos gráficos e imagem que possuem o intuito em vender o produto ao consumidor. Conforme cada anúncio feito pela publicidade, observa-se um tipo de apelativo específico aquele produto. O interesse é apresentar o conteúdo do produto e enunciar desejos e necessidades.

A publicidade, desse modo, faz emergir uma “relação do lugar com o mundo”, pois assim torna o local em correspondência com um imaginário do que significa ser moderno e expressa “comportamentos modernos” porque o que está sendo exposto é a novidade uma atitude de convencimento da necessidade de se obter o produto.

Nesse anúncio retirado do Almanaque de São Carlos *para 1894* podemos notar a partir da denominação do estabelecimento “Salão Internacional” o interesse do proprietário em mostrar uma variedade de produtos advindos do mundo do consumo moderno na questão da estética, da beleza e da higiene corporal tais como dentifrícios, perfumes, cremes, extratos entre outros de marcas e nomes estrangeiros. Nota-se ainda o anúncio carregado de informações, um dos recursos comuns a publicidade, que descrevem os gêneros existentes a venda no lugar.

branco e de cor”. Atraentes produtos da moda para o consumo da elegância e do “vestir-se bem” reforçada no anúncio pela imagem do homem em riste ao lado.

Alfaiataria
Paris

Saverio Massara

Completo sortimento
de casemiras inglesas e
francezas, brins de linho
superior branco e de côr.

Trabalhos com toda a perfeição
Apropriam-se ternos sob medida, em 24 horas

RUA CONDE DO PINHAL, N. 35
SÃO CARLOS

Fonte: Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I

Na imagem abaixo a representação impressa no Almanach-Album de 1916-1917 do trecho citado acima. O mundo da moda se favorece do impresso moldando um imaginário de encantamento pelo uso do tecido na arquitetura individual e publica do ser. A *Alfaiataria Paris* da imagem do *Almanach-Album de São Carlos de 1916-1917* condiciona a dizer que é possível o consumo da moda pois não é algo que revele a ambiguidade das classes socais. Aqui o conflito se acomoda gerando uma outra percepção do sensível moderno: a da sua adequabilidade a cultura capitalista o que possibilita a abrangência de todos.

"A RAINHA DAS FLORES"
Jerônimo Martinez Fernández
 COM AS SEGUINTE INDUSTRIAS

Fabricas de Chapéus e Colletes para senhoras, Bordados, Máquinas para Tiro-Tiro, Bombas-Luzes, Fabrica de Flores, Grimaldas, Diablenas, Palmas, etc.



Atelier de costura com 18 machinas em movimento
Coroas para finados

MARCA DA FABRICA

Rua General Osorio, n.º 60, 62 e 64 - Telephone, 110 - S. Carlos

Ao Bom Gosto

TAILLEUR

João de Almeida Campos

Completo sor-
timento de ca-
simiras extran-
geiras, cortes
de colletes e
de calças, brins
de linho, etc.



Trabalho
garantido
e aperfei-
çoado

◆

Preços
modicos

Rua Conde do Pinhal, 54 - Telephone, 347

São Carlos

Fonte: Almanach-Album de S. Carlos – 1916-1917

Se a moda representava o gosto pela personificação do corpo como vitrine atrelada a círculo de sociabilidades que emergem na Belle époque e que incluía vários estabelecimentos da vida cultural e politica certamente seus adereços não ficavam de fora como se vê nesse anuncio da "Joalheria Parisiense" que oferecia "pedras preciosas", "deposito de joias com e sem brilhantes", "relógios de algebeira", "gastões de bengalas" feita por "peritos artistas" dessa arte.

Joalheria Parisiense

LARGO DA MATRIZ -- S. CARLOS
 IMPORTAÇÃO DIRECTA

Variadissima escolha de pedras preciosas
 Grande deposito de joias com e sem brilhantes
 Sortimento caprichoso de relógios de parede, de
 algibeira e despertadores

OBJECTO DE OPTICA

PRATARIA

Esta casa dispõe de artistas peritos, que fez vir da Europa expressamente para o desempenho dos trabalhos que lhe são confiados. Assim habilitado para desempenhar-os, este estabelecimento incumbese não só de concertos cuja perfeição e duração são garantidos, como também encarrega-se da factura de objectos novos concernentes á especialidade do seu commercio. Trabalhos delicados em

Gravuras de Letras e Monogrammas

Fazem-se bellos Castões de bengallas

Seriedade em negocios
MODICIDADE EM PREÇOS

Proprietario, **HENRIQUE HERRMANN**

Casa de Confiança

Casa de Confiança

Fonte: Almanach de 1894 – S. Carlos

Na loja “Au Bon Marchè”, a especialidade era além das sedas, os “perfumes finos, guarda-chuvas, chapéus, fazendas, armarinhos, modas e confecções” e os calçados “Nicolette”, produto importado e outros diversos produtos.

ALMANACH ANNUARIO DE SÃO CARLOS

AU BON MARCHÉ

A FONTE DAS SEDAS

Perfumarias finas, guarda-chuvas, chapéus, fazendas,
armarinho, modas e confecções.

:: Depositarios do superfino calçado
"NICOLETTE"
e demais repuladas marcas. ... "

Incomparevel sortimento de artigos para costureiras.
Unicos depositarios das afamadas
meias "VENUS"

Colossal sortimento de artigos apropriados
para as festas de Natal,
-- Anno Bom e Reis. --

Miguel Anastacio & Filho
RUA S. CARLOS N. 241
Caixa Postal, 33 — Telephone, 69 — SÃO CARLOS

Fonte: Almanach-Annuario de São Carlos – 1928

Havia ainda estabelecimentos comerciais que se situavam dentro de uma proposta de atrair os fregueses com grande variedade de produtos que iam dos armarinhos, calçados, roupas a aparelhos de jantar, um exemplo do que poderia ser chamado de "maganize". A "Loja Violeta" era muito famosa em São Carlos por anunciar-se exaustivamente em todos os jornais da época desde seu surgimento. Seus apelativos de queima de estoque, baixa de preços e ofertas eram uma constante nos anúncios imediatos encontrados nos jornais.



Fonte: Almanach de 1894-São Carlos

A expansão da atividade gráfica proporcionou o aparecimento de vários jornais e tipografias o que desse modo fez com que ramo gráfico fosse contemplado com anúncios em todos os almanaques de São Carlos. Essa atividade mostrou-se representar um tipo de serviço diversificado, podendo ser abrangente. Nesse anuncio da Typographia Comercial, além dos varios predicados do negócio tais como “revistas, talões, livros, jornais” com serviço de “nitidez-perfeição-elegância”, é responsável também pela impressão do jornal “Commercio de São Carlos”. A imagem ao lado mostrando uma máquina tipográfica reforça o caráter dos serviços prestados.



Fonte: Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I

Esse é o exemplo da “Livraria e Papelaria Central” de Pedro Rizzini que trazia livros de romance e escolares, acessórios musicais, jornais, importação de sementes e materiais para escritório. Observe-se nessa pagina retirada do almanaque de 1894 a forma como o anúncio se estabelece: vários tipos de letras e tamanhos fazem mostram cada especialidade da livraria.



Fonte: Almanáque de S. Carlos – 1905

No anúncio da “Padaria Paulicéa” verifica-se o interesse de mostrar o mundo do consumo ditado pelos alimentos considerados finos e de diferentes

culturas como os pães “alemães”, “francês” e “italiano”. Ainda na apresentação do cosmopolitismo gustativo a padaria ainda promete outros serviços como casamentos e bailes prometendo ser ágil na entrega. O anúncio ainda conta com uma fotografia do estabelecimento que pelo fato de ter as portas abertas parece convidar o consumidor a entrar ao mesmo tempo que mostra a aglomeração humana diante do lugar dando a entender a ideia de agitada frequência.



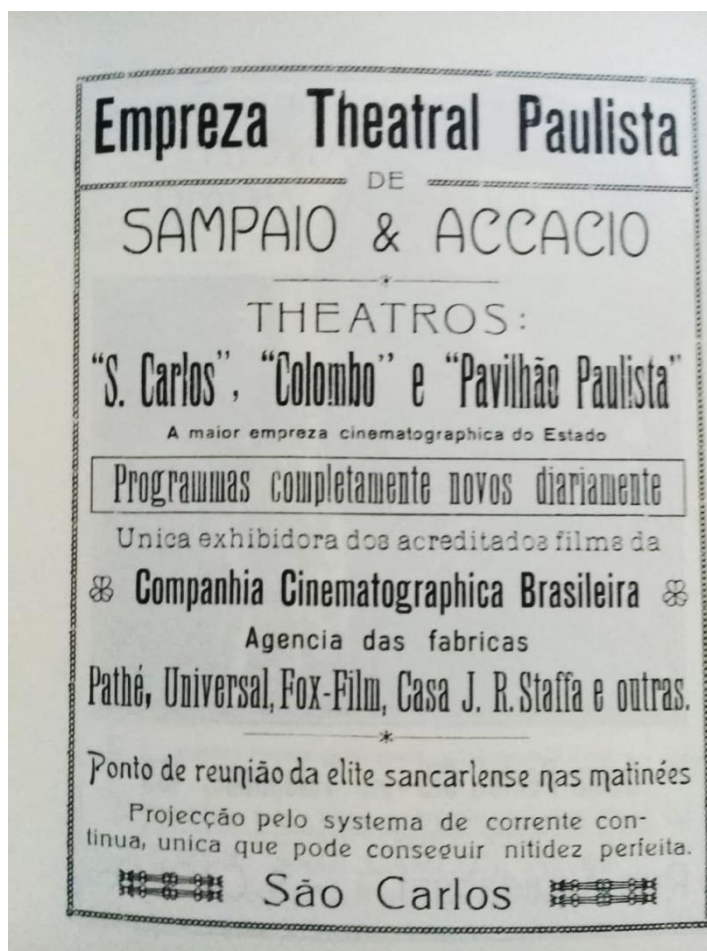
Fonte: Almanach-Album de São Carlos 1916-1917

O estabelecimento “Café Expresso”, visto ao lado da propaganda acima compõem no conjunto um lugar de sociabilidade moderna e de consumo apresentando como produtos “bombons finos, frutas nacionais e estrangeiras, bebidas finas” e “café, leite e chocolate” e “cigarros e charutos” na prontidão de um atendimento rápido feito a “qualquer hora”.



Fonte: Almanach-Annuario de São Carlos – 1928.

Se a propaganda de alimentos diversificados e atinentes a culturas vindas do exterior mostrava uma cidade que incorporava hábitos de consumos novos, a conexão com o espaço de comunicação entre diferentes localidades proporcionado pela “Companhia Telephonica S. Carlense”. O anuncio logo abaixo mostra São Carlos ligada a várias cidades do Estado de São Paulo e Minas entregando no seu próprio texto o conforto do serviço que pode oferecer “Previdencia, Economia e Commodity” essa forma de comunicação. São palavras do texto do anuncio “Pedi uma instalação de telefônica e tereis todas as distancias reduzidas a um Minimum, e mais horas livres para meditar sobre o êxito de outros negócios”.



Fonte: Almanack-Annuario de S. Carlos – 1928.

A ciência maquina se diversifica e oferece produtos que se põem a modificar a estética do sorriso. Nesse destaque tirado do almanaque de 1916-17 mostra-se o gabinete dentário de "Raphael Doria" e "Sylvio Angrisani" que apresenta trabalhos conforme "os últimos sistemas adoptados pela Escola de Odontologia da Universidade de São Paulo" tendo como especialidade "obturações, restaurações a porcelana synthetica do Dr. Trey". Na mesma imagem a apresentação da fotografia exibindo o interior do estabelecimento e seus componentes instrumentais reforça o caráter moderno do serviço.

No mesmo Almanach-Album de 1916-1917, a fotografia é utilizada para além desses temas da cidade e do campo analisados aqui. Trata-se do seu uso na propaganda. Já abordada logo mais atrás, a propaganda nos apresentava no caso da série dos almanaques são-carlenses uma forma de apresentar a cidade em suas relações com o mundo do consumo e da produção. Era uma forma de evidenciar e somar ao mundo da modernidade e da experiência urbana uma imagem do moderno

a ser tomada como referência. Nesse instante do capítulo em especial analisaremos alguns quadros da propaganda que se serve da fotografia fazendo uma relação das passagens já analisadas aqui da propaganda com a fotografia.

O recurso da imagem fotográfica na história da propaganda seguiu caminhos gradativos até se potencializar plenamente como meio de expressão da linguagem na propaganda. O uso das fotografias era feito vez ou outra disputando com o desenho artístico um espaço de colocação. Deve-se levar em consideração que a própria técnica de impressão da fotografia sofria com a qualidade técnica. As fotografias podiam também servir como base técnica de ilustrações (PALMA, 2005).

Entre os anos de 1890 e 1900 emerge como estilo artístico o Art Nouveau na como modelo estético da grande publicidade no mundo ocidental. Para Argan, o Art Nouveau, foi definido como “um estilo ornamental que consiste no acréscimo de um elemento hedonista a um objeto útil” o que delimitava um espaço artístico e de exposição na propaganda com muito mais valor de mercado. Entretanto a fotografia parece estar nesse sentido ainda com seu espaço diminuto na publicidade, apenas ganhando um caráter de ilustração. Assim contrastava-se a arte da ornamentação da belle époque com o senso de realismo da fotografia. Havia muitas vezes a fusão das partes combinando colagens de fotografias com os ornamentos de art nouveau. A chegada da fotografia na publicidade brasileira se fez de maneira gradual, muitas vezes motivadas por questões técnicas, e passou a pronunciar-se como meio possuidor de uma linguagem específica.

Nesse exemplo que tomamos aqui o gabinete dentário aparece mostrado no anúncio destacando os retratos dos dentistas e o interior do estabelecimento com os equipamentos usados para esse serviço.

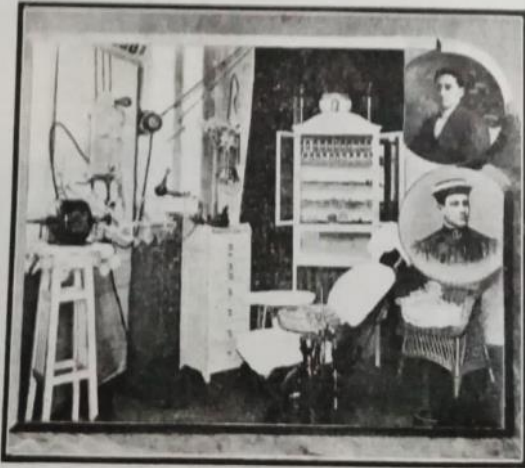
Raphael Doria

€

Sylvio Angrisani

Dentistas Sul Americanos

Executam todo e qualquer trabalho concernente à sua arte, pelos últimos sistemas adoptados na Escola de Odontologia e Universidade de São Paulo.



Especialidade em obturações e resetações e a porcelana synthetica do Dr. * * Trey. * *

TRABALHOS SOLIDOS E GARANTIDOS

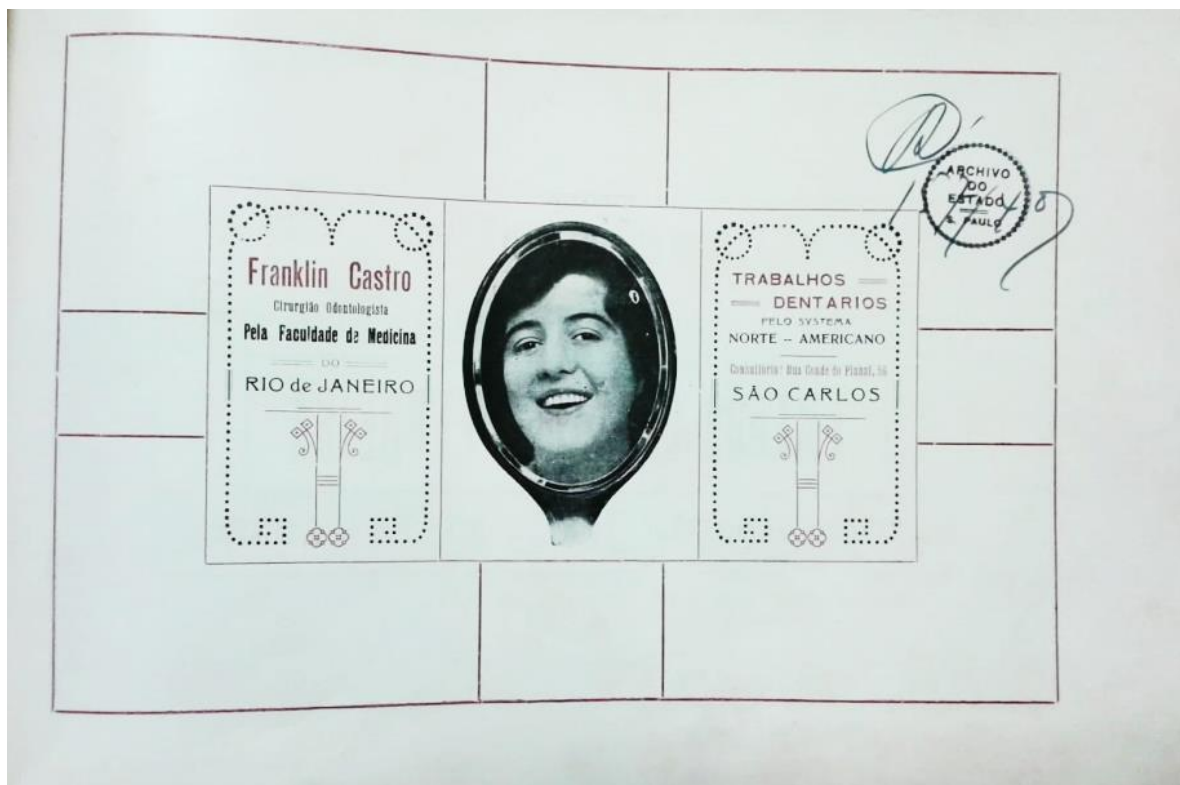
Rua Conde do Pinhal n. 46 (sobrado)

Telephone 127

São Carlos

Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917.

Essa imagem abaixo que abre o Almanaque de 1916-17 é um bom exemplo de publicidade que se utiliza da imagem para mostrar o que prometer cumprir. O sorriso feminino estampado no centro da capa já revela um índice de modernidade estética em que os dentes brancos e alinhados aparecem exibindo a beleza que é possível alcançar.



Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917.

Nessa propaganda abaixo da marca Singer de Maquinas de Costura, aparece o tom de novidades com frases “Todo Mundo Conhece”, “A machina não deve faltar” com aula de bordado gratuita na agencia. Notemos que no conjunto há uma série de indicativos de imagem em favor da mensagem do produto. O “S” envolvendo a costureira e a fotografia do local com pessoas expondo seus afazeres internos colocam para o leitor a noção de uma dinâmica entre a necessidade da maquina na vida das pessoas e o interior da loja organizando para atender a tal função do cliente.



Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917.

Na imagem publicitaria abaixo do almanaque de 1916-17 abaixo o povoamento de palavras ao redor da fotografia com anúncios inclinados na pagina revelam a estratégia para chamar a atenção do leitor. Ainda na fotografia que revela o estabelecimento comercial nota-se a existência das portas abertas da aglomeração humana, e das faixas e cartazes mostrando o movimento em direção ao consumo dos produtos locais. As Casas Pernambucanas, alastrando seus tentáculos, sua futura rede de magazines numa localidade onde o capital do café se amalhava pelos bolsos alheios.

Casas Pernambucanas FAZENDAS
FILIAES EM TODO O BRAZIL

Continua a redução em preços dos afamados tecidos da fabrica Paulista de Pernambuco



PREÇOS FIXOS E SEM COMPLETENCIA EM TODO O BRAZIL

FILIAL DE S. CARLOS
Rua General Osorio, N.º 123 Arthur H. Lundgren

Fonte: Almanach-Album de S. Carlos 1916-1917.

Visto desse modo, o habitante da cidade se cerca de variedade e de um repleto repertório de produtos. Se de um lado as imagens da publicidade nos almanaques eram uma fonte fundamental para o custeio dos mesmos, por outro lado aproximava o leitor das novidades do mundo do consumo da belle époque cafeeira. A publicidade em almanaque cumpria também sua função como um guia dos negócios da cidade. Ao mesmo tempo, oferece um caminho para compreensão do modo de vida urbano e sua relação com as pessoas.

O conteúdo que chama a atenção para a publicidade e a propaganda torna a leitura do almanaque outra forma de exposição das mercadorias modernas nesse caso presentificado nas paginas dos almanaques de uma cidade do café. O conjunto dos anúncios de cada almanaque mostra uma leitura da cidade possível dentro da concepção de uma sociedade de consumo interpretada nas formas e nos desejos humanos projetados nos atributos modernos do produto.

Em plena área cafeeira demonstrações e chistes, relâmpagos dos hábitos modernos das urbes mundiais se pronunciam. A sociedade de consumo bellepoquense nas pujanças do capital cafeeiro materializou-se e ditou formas de percepção do mundo no qual prepararam o interior paulista como um dos lócus da

modernidade capitalista brasileira perceptível pelo exposto nas teias dos hábitos de consumo que forma se concretizando nessa área.

3.2 Parte Literária

Nessa parte do capítulo nosso objetivo é o de desenvolvermos uma análise acerca da parte literária dos almanaques procurando conhecer quais temáticas esse universo apresentava ao leitor. A escrita e a comunicabilidade dela em diferentes formas de linguagem permitem a confirmação do texto como escrita da cidade, uma escritura urbana em consonância com as transformações do espaço urbano. Através desses textos em forma de prosa, poesia, humor, trocadilhos e provérbios procura-se obter a análise desses registros literários aproximando-os da compreensão dos temas da vida moderna.

Ao longo do levantamento documental que fizemos nos seis almanaques são-carlenses a existência de autores locais, nacionais e estrangeiros, estes geralmente em forma de traduções, passou a ser uma característica tanto na prosa como na poesia. Contudo existem outros textos que podem ser enquadrados na categoria de ensaio filosófico versado a temas da existência da condição humana ou mais específicas como a da mulher. A presença desses textos nos almanaques serviam de abertura para outras discussões relacionadas a experiência das transformações da modernidade. Afinal a partir de suas temáticas que imagens essas linguagens produziam para seus públicos-alvo?

3.2.1 Poesia

No *Almanaque de 1894*, um dos primeiros poemas dessa publicação foi assinado por Moreira da Vasconcelos e era intitulada “Mãe”. Vejamos:

I

_A luz do teu olhar volto, saudoso
 É triste, a procurar no seu carinho
 Esse descanso que não tenho, __o goso
 De ave que busca ansiosa e pátrio ninho.

E que por longe andei, e, tão perdido
 Desta vida no amargurado trilho
 Que nem me vês voltar como hei partido
 Nem como me viste vês teu filho.

Entretando, das mães, tu que é a minha
 ___de todas as melhor que me adoras
 Dá-me em teu seio, oh! Cândida velhinha
 Alívio, nessas lágrimas que choras.

II

Essas, que vertes, lágrimas, quem há
 de senão o meu amor compreende-las?!
 São as claras estrelas
 da minha noite triste de saudade

E enquanto vês choras e me abraças
 Oh! Minha mãe! Teu pranto doloroso
 É nas minhas desgraças
 Um balsamo celeste e luminoso!

A figura materna é representada nessas quadras pelo saudosismo daquelas primeiras impressões do filho, imagem mais duradoura e forte da mulher-mãe que acolhe e ampara os primeiros instantes da vida. Contudo a vida adulta traz a revelação da vida com seus problemas a qual o filho procura socorro já na mãe idosa. O abraço imbuído de sentimentos acalentadores produzem no filho o alívio, mas ao mesmo tempo geram na mãe um certo sofrimento pelo filho que sofre. Aqui a imagem da mãe aparece nesse poema como aquela capaz de levantar a vida num instante de suplício.

O sentimento da lembrança aparece registrado no poema “**Cartões Postais**” de Aureliano Arruda poeta são-carlense. Cartões postais eram impressos fotográficos muito comuns como presente e que possibilitaram no contexto da difusão da fotografia tornar-se um registro de uma paisagem rural ou urbana que servia como um suporte de memória e que por muitas vezes trazia no seu lado de trás algum escrito que dava sentido de passagem por aquele lugar seja ela em referencia a uma pessoa, ou as sensações de bem estar proporcionadas pela viagem. Aqui o poema traz a sensação de lembrança edulcorada com o sentimento da perda e dos bons momentos da vida e o desejo de revive-las.

Segue um postal levando saudações,
 Mensageiro de amor e de amizade;
 Seguem outros falando aos corações
 Outros, enfim, com mágoas e saudades

Terminada a permuta de cartões
 Depois do álbum cheio, à saciedade
 Seguem após – ingratas ilusões!
 As despedidas, por formalidade...

E tudo perde, ao fim, sua influência,

Como sucede, mui naturalmente,
Nos revezes da sorte e da existência.

Fecham-se os álbuns – mistro sorridente-
Ficando neles ó reminiscência
Dos dias que passaram a sua suavemente.

O mesmo tema da imagem como motivadora de sensações aparece no poema “**Nas costas de um retrato**” de Nuno Pereira o qual o oferecido pede-lhe que seja a pretendida pessoa capaz de ser sensível para compreender os valores altos do homem da imagem.

Venho dar-lhe o meu retrato,
Mas com uma condição:
-que a Senhora
Mande embora
de seu meigo coração
outro qualquer que lá viva,
e nele goze afeição .. .

Não lhe pareça excessiva,
Nem cruel a condição :
-Alma, que for afetiva
Como esta que Deus me deu,
só pode sentir-se bem
i o coração, que a cativa,
for seu somente: só seu ;
sem exceção de ninguém ...

Já vê, portanto, a Senhora
Que me sobeja razão
De reclamar, nesta hora,
Tão natural exclusão: Que me diz?
Não vê agora
Que é justa a reclamação?
Não lhe parece, Senhora,
Que tenho toda a razão?

Pois, nesse caso, aqui estou:
prenda-me em seu coração
que, alegre e contente, vou
cantando para a prisão...

Mas, como disse não quero.
Ninguém lá dentro, ninguém!
Neste ponto sou sincero,
mas, severo
sou também...

Não quero ficar ao lado
Nem de colega ou doutor,
nem de dentista ou soldado,
de engenheiro, ou deputado :
de ninguém-seja quem fôr...

Prefiro estar isolado,
 Só tendo ao lado essa flôr!
 Prefiro estar sossegado
 Desfructando o meu amor
 -bem quietinho,
 caladinho,
 no cantinho
 do meu ninho,
 sem tumulto, sem rumor ;
 e livre do dissabor,
 do desgosto e do tormento
 de estar a todo o momento,
 como um sujeito daninho,
 como um brigão virulento,
 -quebrando a cara ao vizinho,
 Sem lei nem regulamento . . .

Das mãos do poeta são-carlense Manoel Matos, advogado e político influente na cidade, é escrito o poema “Miragem”. Com traços de simbolismo o poeta balouça entre a busca e a desilusão.

Miragem

Num deserto, cançado, viu um dia
 Ao longe, um viajante
 Alguma cousa estranha, verdejante
 Que é luz do sol poente transluzia
 Um oásis, talvez logo pensou
 Uma limfa que brilha
 E depressa seguiu aquela trilha
 Para ali a galope se alojou

Porém, por mais que andasse de carreira
 Ao final da viagem
 Jamais ele chegava: uma miragem
 Era apenas aquilo verdadeira

No deserto da vida – caminhante
 Quantas vezes também
 Oásis de ventura, além... além...
 Apareceu-nos um porvir distante

E na direção dele caminhamos
 Mas, no fim da viagem
 Em vez de verde oásis – a miragem
 D´uma ilusão, d´um sonho, só achamos:

É que bem raro humana criatura
 De vida no deserto
 Caminhando, gosar pode de perto
 Esse encantado oásis_a ventura.

Nesse poema de Mansueto Bernardi, poeta nascido na Itália e radicado em Veranópolis no Rio Grande do Sul chamado “Pesquisa Íntima”, encontramos imagens da poesia simbolista criada no final do século XIX. O simbolismo representa uma tendência da poesia a negar a modernidade e as suas consequências desastrosas para o homem. Por isso buscar em imagens diáfanas, suavizantes, os ideais de um mundo outro era uma forma de reorientar o homem para olhar o próprio mundo. O poema de Mansueto Bernardi é construído sob a ideia de origem e da busca num mundo perdido aos olhos do homem que vive numa cultura tecnificada e autômata.

Tal na glauca extensão de uma zona remota
 Num doce leite, avara, a concha oculta a perola
 Assim no coração, concha escarlate e quérula
 Abafo o cioso escondo a lagrima que aí brota

Embriologistas vão de Haeckel seguindo a rota
 No denso fundo azul da imunidade cérulea,
 Buscar entre os corais, a esponja e a madrepérola
 A célula inicial que Darwin lhes denota

Sondam com febre o amor, E nutam a se afligem
 Na infinita anciã atroz de descobrir a origem
 A fonte primordial de tudo quanto existe

No ermo Estige sem fim de minha alma de ateu
 O amor como floriu, que me põe louco e triste?
 Esta infinda paixão como e quando nasceu?

A tradução de uma poesia, “As Andorinhas” do espanhol Gustavo Adolfo Becker do século XIX abre o almanaque de 1894. Filiado a escola romântica, Becker nesse poema escreve sobre uma mulher que o poeta amava, mas estava ausente. O autor utiliza-se de sentimentos como inveja, tristeza e angústia para denominar esse amor perdido. Impossibilitado pelo fato de não poderem mais reviver o que ele e essa mulher tiveram apenas oferece como mensagem a ideia de aproveitar o momento em que as coisas acontecem, pois este são como as andorinhas, batem partida com as asas e nunca voltam.

Hão de voltar as negras andorinhas
 Em teu balcão seus ninhos a formar
 E, de novo, co’as asas seus cristais
 Passando, esflorarão;

Mas aquelas que o voo, ai! Refreivam
 Teu rosto e minha dita a contemplar,
 Aquelas que aprenderam nossos nomes

Essas... não voltarão.

Hão de voltar as densas madressilvas
De teu jardim os muros escalar;
E, da tarde ao frescor, inda mais belas,
As flores abrirão;

Mas as per'las de orvalho alvinitente
Que víamos, juntinhos, oscilar
E cair como lagrimas do dia,
Essas... não voltarão.

Hão de voltar do amor em teus ouvidos
As ardentes palavras a soar;
Teu coração de seu profundo sono,
Quiçá despertarão;

Porém mudo, absorto, e de joelhos
Como se adora a Deus, junto do altar,
Como eu te adorei, ai! não de iludas,
Assim... não te matarão.

3.2.2. Prosa literária

Se a poesia presente nos almanaques oferecia um conjunto de estilos contemporâneos notadamente românticos e simbolistas, a prosa podia ser percebida nas diferentes edições dos almanaques variavelmente como nacionais, regionais e estrangeiras. Levando em consideração que o almanaque é nos finais do XIX e início do XX ainda um fenômeno de mídia impressa, podemos compreender a presença da literatura neles como uma forma de divulgação da própria literatura, ou veiculação de textos que pressupõe um público e um gosto de leitura capazes, certamente, de impulsionar a venda desses almanaques visto por certo sentido.

Essa parte em que os textos de literatura entremeavam as páginas dos almanaques eram como se fossem paradas em meio a tantas informações. Pelo tamanho dos almanaques em termos numéricos a literatura de almanaques consistem em textos curtos, não ultrapassando no nosso caso em foco mais que três a quatro páginas. São contos ou trechos extraídos de uma obra maior.

O conto intitulado *Edmea* do *Almanaque de 1894*, narra a história de uma bela menina de 16 anos, que despertava o olhar de um homem mais velho.

Era encantadora; morena de um moreno penugento e róseo tinha cabelos pretos, ondulados e perfumosos, olhos grandes e negros inundados de luz como uma constelação de sóis e corpo esbelto e bem formado como uma criação de artista. Eu e o dr. Menezes, meu companheiro, fomos logo

apresentados pelo comendador Barreto não só a filha como a seu pai o conselheiro Ribas, uma das pessoas mais importantes da reunião. Naquela noite discutiu-se diversos assuntos de muito interesse e cheios de atualidade. Edméa revelou não só dotes intelectuais e vasta erudição literária invejáveis em uma moça de sua idade, como também bastante critério nas opiniões que emitia.

Dr. Menezes vem a insistir em ver Edméa junto do amigo em todos os domingos. Aos poucos acaba por se apaixonar por Edméa, menina nova, de dotes intelectuais graciosos, representação da vida que desabrocha na feminilidade da mulher ideal, educada na tradição da família patriarcal. Dada a ser noiva pelo pai ao Dr. Menezes, este aumenta as suas expectativas de casamento futuro após retorno de uma viagem. O conto se encerra de forma inesperada, onde se desmancham as expectativas das personagens.

(...) Edméa ficou preparando o enxoval ansiosa pelo dia da chegada do seu noivo. Um mês depois da partida do dr. Menezes, Edméa adoeceu e quando ele voltou para realizar os seus sonhos de esperanças foi dolorosamente surpreendido pela notícia da morte de Edméa, a sua idolatrada noiva. Oh ! ilusões da vida !

O conto Edméa, presente no Almanaque de 1894 é um exemplo de texto que apura a sensibilidade romântica para a brevidade da vida, do ideal de mulher, cuidada desde cedo a reproduzir o lar familiar, sendo ajeitada a enlaçar-se matrimonialmente com um homem mais velho. A morte no final mostra a esfera pública das relações sociais se encaminhando para a figuração de uma intimidade melancólica causada pela morte.

No *Almanaque de São Carlos – 1905* aparecem dois contos que fazem distinguir a linha romântica dos demais textos literários da edição do *Almanaque de 1894*. Um deles se chama “**Velha História**” e outro “**A Esperteza de um roceiro**”. De maneira geral as duas histórias relatadas registram o universo do caipira paulista com histórias que se aproximam da anedota e da linguagem coloquial. Vejamos.

“**Velha história**”, narra um acontecimento que se passa em São Carlos, o que é possível de perceber pelas referências locais que o texto vai apresentando como “Vila Nery”, “Capão Preto” e “Monjolinho”. Clemente após um jogo de cartas não percebe as altas horas que se envolveu em toda a jogatina que acaba perdendo para os amigos do grupo. Desse modo resolve voltar para casa: “*__Eh ! gente, bamo agora a urtima partida quin´da tenho de grammar uma boa légua de campo e areião, e a noite está escura que nem breu.*”

Os amigos se admiraram sobre a coragem do moço de enfrentar a noite enegrecida sem medo apesar de ser avisado para que tomasse cuidado com o gemido e a cruz de uma porteira. A certa altura do caminho...

Ao avizinhar-se da cruz, o potro já extenuado, bufando de cansaço, passou a um trote miúdo e duro que abalava o cavaleiro. Então o Clemente, para dissipar o medo que o ia empolgando, entrou a cantar umas trovas que aprendera no último samba.

*Eu hei de amar o luar,
Deixar o escuro traidor;
Hei amar a quem quizer,
Não te devo nada, amor,*

E assim foi indo, com medo já da própria voz, até que o cavaliño estacou. Era a porteira. O Clemente, curvando-se sobre a sela, num empuxão, a arremessou ao barranco, onde se erguia a cruz. Mal a havia transposto, quando ouviu um estertor surdo de agonia, um como gemido de sofrimento, vindo do lado do caminho. Correu-lhe pelo corpo um arrepio, eriçando-lhe os peitos; um frio atroz o invadiu, e, no paroxismo do terror, cravou as esporas na cavalgadura e partiu numa corrida desabalada, doida, morro abaixo, varjão afora, até ganhar a cancela da linha férrea.

Quando o Clemente, depois de soltar o potro, se recolheu ao quarto e contou o ocorrido a mulher que acordara, estremunhada, bocejando lamentavelmente, alia lhe respondeu, muito tranquila, voltando-se para a parede:

—Eu já tenho ouvido esses gemidos, uns par de vez, de noite e de dia, e nunca fiz caso, porque vi logo que aquilo era coisa a toa. Daí a instantes, metido entre cobertas, com o coração ainda aos pulos, o Clemente resmungou, acobardado:

—Qual coisa a toa, Aquilo é voz de gente, é a vós tal e qual, daquele colono que mataram ali para roubar.

—Pois que seja! E você o que é que esteve fazendo na vila até estas horas? Não vê que os gálãos já estão amiudando? O Clemente soprou a lamparina, e, repuxando o cobertor para a cabeça, deu um largo suspiro e ficou silencioso.

O interessante desse conto é representação da cultura rural, dada a entender por exemplo na distância entre a cidade e o bairro em que Clemente morava. Palavras como “quinda”, “bamo”, “urtima”, mostram um registro da oralidade do modo de falar caipira paulista se contrapondo as mudanças causadas pelas transformações do espaço social (veja a referencia breve da linha de trem num momento da trama). Ainda nesse conto o foco central é a representação do mundo da superstição, relacionada à visão do caipira sobre seu espaço de convivência em que palavras como “cruz” e “gemido” associadas evocavam a presença do colono morto que popularmente era chamado de “assombração”.

Em outro texto, **“Esperteza dum Roceiro”**, escrita por Saturnino Tamoyo, um pseudônimo de Manoel Matos, outra particularidade do universo caipira

é mostrado. O conto registra o interesse de dois compadres em filar um almoço em cima de um padre com fama de resistente.

Ouçã, meu caro leitor, esta que de alguém ouvi algures.

Passando dois roceiros juntos, um propôs ao outro apostá em como almoçaria com o vigário da freguesia, que era muito *vinagre*, no dizer popular.

—Esta feita a aposta, concordou o outro. Então você julga que seu padre seja homem para admitir você a seu lado da mesa?

—Vamos ver. Si eu almoçar com ele, ganho *dez tustão* e si não, você ganha.

Combinado assim, seguiram os dois em direção da casa do vigário. O que propôs a aposta adiantou-se um pouco e bateu a porta. O vigário, que começando a almoçar, levantou-se julgando que se tratava de um batizado ou uma missa; mas vendo um sujeito maltrapilho entendeu que lhe ia pedir esmola e despediu o dizendo

—Não tenho hoje. Outra ocasião...

O roceiro, que alto queria perder a aposta, gritou logo.

—O seu padre! seu padre! Quanto pode valer uma pedra de diamante do tamanho de um ovo!

—Entra rapaz—acudiu o padre—vamos almoçar.

Depois de almoçarem lautamente e terem feito—quem sabe? —a digestão, o padre, que já não podia suportar a impaciência, diz ao roceiro :

—Que negócio do pedra de diamante você estava dizendo?

—Ah I eu perguntei ao senhor quando pode valor uma pedra do diamante do tamanho do um ovo.

—Que é dela? trouxe-a aí ?

—Não, seu padre! Eu queria saber o valor para quando achar ...

O roceiro ganhou a aposta e passou um conto no vigário.

Aqui o caipira surge representado pela sua “esperteza” em lograr o vigário renitente e letrado. Nesse pequeno texto o humor encerra a discussão iniciada pelo caipira e que serviria de álibi para a peça de enganar o padre. Essas duas representações do universo caipira é resultante de uma combinação de elementos próprios à época em que a questão da identidade passa a ser um item de debate por entre vários autores da época, dentre eles, Cornélio Pires, Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato e o filho da terra são-carlense Amadeu Amaral. A tensão existente entre duas realidades superpostas do mundo rural e o urbano mostra a condição de imaginar as perdas que já se sentem das raízes identitárias do caipira sob o impacto das transformações no espaço rural causadas pela chegada da cafeicultura, da imigração e das vias férreas. Os autores mencionados acima, buscaram em suas obras explicitar sobre o fenômeno da cultura caipira de formas diferenciadas.

Exemplo disse é o de Cornélio Pires (1880-1953), nascido em Tietê, interior de São Paulo, foi desses autores versados a divulgação da cultura caipira

quando este por volta dos anos 20 veio a residir na capital paulista trabalhando na radiodifusão e iniciando aí uma carreira das mais significativas. Em obras de literatura que veio mais tarde a lançar (*Conversas ao Pé do Fogo*, *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho*, *O queima-campo*), sempre com essa temática, Cornélio Pires classificou o caipira, muito diferente do que fazia do seu contemporâneo Monteiro Lobato, que o caracterizaria como “preguiçoso”, “incivilizado” e inerte ao progresso. Cornélio, diferencialmente destaca o caipira em tipos: “negro”, “mulato”, “italiano”, “caboclo”, mas voltado ao trabalho e exercendo alguma atividade de sobrevivência. Há nesse propósito uma variante: “essa tipologia pode ser vista como, ao mesmo tempo, defeito e qualidade”(NAXARA, 1999,p.179). Por um lado seria um mérito de Cornélio Pires mostrar os diferentes tipos, por outro considerava isso sob a ideia de raça reforçando preconceitos. Chega a contrapor o caipira ao homem da cidade, e “nesse embate prevalece a representação depreciadora do caipira, já que o referencia cultural é a cidade, o caipira sendo visto de fora e através de um dialeto que o caricaturiza de forma *grotesca* (NAXARA, 1999, p.186)”.

Mas tentemos imaginar que a presença de literatura nos almanaques de São Carlos não poderiam serem denominados como um índice civilizacional. Durante todo o período que recobre a publicação dos almanaques além das tipografias necessárias para a materialização de impressos de todo tipo, ocorria a existência de livrarias contando com obras internacionais e nacionais no qual os anúncios sempre procuravam demonstrar essa variedade de livros. Como explicita Dutra, “condições sociais, culturais e técnicas – traduzidas por políticas voltadas à escolarização e instalações de livrarias e tipografias” (DUTRA, 2005, p.478).

Em ambas as amostras vimos exemplos do que poderíamos chamar de cultura erudita e popular. Mas nada que justifique muito essa dicotomia. Acredito que a leitura em voz alta feita por alguém com o almanaque na mão permite uma estratégia de divulgação sem a distinção rígida. Unindo os seis almanaques podemos pensar que estes representaram uma coletânea de textos literários quer seja em prosa quer seja em poesia. A pertinência desses contos no almanaque de 1905 poderia ser pensando como sobreposições a um mundo modernizado, a partir dos seus aparatos como luz elétrica, trens, bondes, etc. Compunha uma espécie de vestígio do rural tão próximo ainda do urbano, mas que transitava ainda de forma muito mais dinâmica.

3.2.3 Humor

Nesta parte do capítulo trataremos propriamente do humor em algumas edições dos almanaques de São Carlos. O humor constitui uma peça importante da estruturação dos almanaques, pois com suas histórias curtas e engraçadas geralmente apresentam um final inesperado atingindo a finalidade de causar o riso. Suas temáticas sempre variáveis abordam assuntos recorrentes: profissionais, políticos, crianças, homem, mulher, familiares, casamento, etc. Essas histórias podem ser propositadamente mostradas sob um objeto e seus diferentes discursos construídos por imagens estereotipadas de pessoas nas suas mais diferenciadas situações caindo para ambiguidades na construção dos sentidos (VALE,2009).

Essa definição exposta acima considera características gerais do humor e do riso. Se pensarmos através do olhar empedernido das rupturas causadas pela modernidade as caracterizações dos assuntos e dos papéis sociais envolvidos no humor se veem transformadas haja vista que

“Numa sociedade convulsionada [...] onde velhos valores eram solapados e novos surgiam, onde a cada dia se revelavam atores sociais inusitados [...] uma combinação de talento artístico, ironia e irreverência fez explodir um novo olhar sobre o mundo, que despertou algo como o "diabo escondido" que cada um abrigava no âmago de seu ser.” (PESAVENTO, 1993. p.12)
Porto Alegre Caricata

No levantamento que fizemos através dos almanaques de São Carlos percebemos que a presença do humor não é algo que ocupe centralidade de modo a se destacar como um humor voltado para a política seja ela nacional ou local, o que era típico de publicações modernistas no Rio de Janeiro tais como as revistas D. Quixote e Turunas estudadas pela historiadora Monica Pimenta Veloso (1996). Contudo, destaque-se que o humor encontrado nessas páginas é de ordem mais específica preocupando-se mais com eventos do cotidiano. Elias Thomé Saliba (2002) aponta que

“o recurso cômico era não apenas pouco difundido devido à inexistência dos próprios meios de difusão, mas também havia um mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística, a não ser quando esta se mostrava suscetível de ser incluída — ou classificada — nos moldes estéticos consagrados do romance, do drama ou da epopéia (p.43).

A escolha das piadas pelos redatores tinha mais um sentido de fazer parte do grande repertório literário em que os próprios almanaques se apresentavam

de produzir como imagem. Devido a dessimetria estrutural apresentadas pelos almanaques de São Carlos optamos pelas perspectivas de trabalhar com algumas referências de humor encontradas em nosso levantamento e que iremos analisar se distribuindo entre os almanaques de 1894, 1905, 1915 e 1928. Como afirma Park (1999, p.52), a função das piadas é "...divertir, provocando através dele [do riso] a reflexão e a crítica".

Esse exemplo que tiramos do *Almanach de 1894. São Carlos*, denominado "Um logrado", de autor desconhecido, mostra figurações das relações entre homem e mulher no sentido de que o primeiro evidencia na leitura, o gesto do protetor da moral da mulher. A esta cabe duplo papel no contexto em que uma aparece como "criada" sempre observadora das situações do lugar. E a outra é uma bailarina encantadora, da beleza pecadora que atrai os homens. Vejamos:

Um velho protegia uma encantadora bailarina. Certa manhã, foi visita-la, e ao entrar encontrou-se com um belo rapaz que saia de casa da bela protegida.

___Joaquina! Gritou furioso o barão, chamando a criada. Quem veio aqui esta manhã?

___Ninguém, patrão.

___Como te atreves a mentir tão descaradamente? E aquele indivíduo que acaba de sair nesse momento?

___Ah! Esse veio ontem a noite.

Nessa piada seguinte, os pudores da mulher brincam com a altura da torre.

Previdente

Uma senhora inglesa sobe a pé até a segunda plataforma da Torre Eiffel. Começa a subir a terceira, mas para redecte(sic!) e volta apressadamente para baixo, dizendo:

___Não subo mais, podem me ver as ligas...

O corpo é metaforizado numa relação de repulsa, por conta do avolumado peso da personagem ao mesmo tempo em que é aceita a outra parte deste que é a beleza do rosto.

Embora tenha engordado muito a Sr. D. Pulcheria Cunegundes, conserva apesar disso um rosto esplendido e sedutor.

Passando esta por uma das ruas principais, diz-lhe a meia voz um estroina:

___Já não é uma criatura, é uma casa.

___É verdade, mas com um belo sótão.

Nesse outro exemplo, um fato cultural, o casamento, passa a ter um efeito encarado como um descaminho da vida de um homem.

__Que idade tinha quando se casou?

__Não me recordo bem; mas o que com certeza lhe posso garantir é que ainda não tinha a idade da razão.

Nas duas piadas do *Almanáque de São Carlos -1905*, por sinal onde a temática caipira se faz muito presente a personagem se afasta de três pretendentes dizendo que até porcos se apaixonam por ela. A inversão da palavra porco de substantivo para adjetivo vem a favorecer um dos menosprezados.

Certa Mocinha da roça se havia gabado de ter metido os pés em três namorados, dizendo não gostar de um, detestar outro e, com grande desprezo do terceiro:

__Até o porco do Fulano está apaixonado por mim.

Chegando isto aos ouvidos do terceiro, ele responde, friamente, ao que lhe contava:

__Ela sabe que sou porco e por experiência própria... pois afirmou que eu gosto dela.

Outro instantâneo dessas cenas humorísticas se encontra abaixo numa mensagem subjacente de que fortuna muda de mão caso se seja precavido. Também pode ser percebido como denegação do presuntivo pedido de empréstimo entre amigos.

Perguntava o Joca ao Juca:

__Tens dez mil reis emprestáveis?

__Meu amigo, quando os tenho, são quase impagáveis...

Neste outro exemplo retirado do *Almanach de São Carlos – 1915* o amor percebido por vários olhares sociais do ponto de vista de sua experiência pessoal e de uma identidade. Particularmente não é uma visão romântica, mas uma produção de sentido vinda de uma visão racionalizada e moderna do amor.

Definição do amor

Um retórico: O amor é uma figura por meio da qual umas vezes o que não sentimos e sentimos outras o que não dizemos.

Um farmacêutico: o amor é uma pílula muito amarga, adoçada por fora para que não repugne ao paladar.

Um acrobata: O amor é um salto mortal

Um médico: O amor é uma enfermidade rara, que requer para caso um tratamento especial.

Um filósofo: O amor é o nada envolto numa ilusão.

Um gastrônomo: O amor é um manjar apetitoso, porém indigesto.

Um dentista: O amor é uma espécie de dente, que se não pode arrancar sem dor.

Um sapateiro: O amor é uma bota, que só quem calça é que sabe onde lhe aperta.

Um militar: O amor é uma campanha, cujo plano se deve estudar séria e detidamente.

Um físico: O amor é uma corrente elétrica estabelecida entre dois corações.

Um químico: O amor é um precipitado de alucinações e de cegueiras. (p.64)

No conjunto o humor encontrado nos almanaques são-carlenses, através desses exemplos constituem uma amostra das tensões existências na sociedade desse tempo sob o espírito da Belle Epoque. Nas primeiras piadas analisadas aqui a figura da mulher, por exemplo oscila entre aquela que desperta suspeita dos bons modos e do como deve comportar-se enquanto na outras o corpo é a metáfora do recato ou mesmo da posição de mulher que possui autonomia na questão afetiva. As piadas nesse sentido, “constituem formas privilegiadas de representação das condições de possibilidade, das vivências e das sociabilidades cotidianas (GALZERANI, 1998, p.187)

3.3 Comercio, Indústria, Artes e Ofício.

Nos seis almanaques pesquisados a indicação de relativa ao tema “Comercio, Indústria, Artes e Ofício” existentes no município constituía um denominador importante do progresso local. Ao mesmo tempo, a indicação dessas atividades representava por outro lado o grau de materialidade atingida no sentido das atividades econômicas complementares ao entorno do urbano, ou seja, na área agrícola local. De fato, aos leitores dessas publicações o contato com esses índices mostravam a atividade econômica se desdobrando em diferentes ramos como poderemos perceber no cruzamento dos dados realizados entre as seis publicações dos ASC. Importante salientar que para tal análise consideramos no Brasil dos finais do século XIX e começo do XX que o desenvolvimento econômico era abrangente no setor agrícola em grande escala e que este dividia espaço com a incipiente atividade industrial dos centros urbanos interioranos de São Paulo. Apesar das tensões entre os grupos agrícola e mercantil e industrial havia os que defendiam a integração das atividades como “complementar ao modelo agrário

exportador”(FAUSTO, 1976. P.46). Desse modo, as cidades eram vistas pelas elites agrárias como espaço da modernização e do progresso não somente em nível local, mas comporia no conjunto do território um progresso nacional.

A apresentação das longas listas de atividades econômicas nos almanaques obedecem a hierarquias muitas vezes a não ser quando por questão de ordem os editores preferem organizar em forma alfabética desarticulando esse interesse. No *Almanach de 1894* o primeiro registro de profissões se dá com a apresentação inicial de advogados (8), médicos (14), dentistas (3), guarda-livros (8), engenheiros (3) e professores de música (4) isolados numa página. Com uma certa distancia em páginas em relação a essa primeira apresentação, surge uma relação de várias atividades econômicas e profissões que passam a se elencar da seguinte forma: “negociantes de secos e molhados”, “armazéns de fazendas, armarinho, chapéus, roupas feitas, etc”, “armazéns de ferragens, tintas, óleos”, “armadores”, “arreios e artigos de montaria”, “ agente de companhias”, “agente de loterias”, “aguardente (deposito de)”, “açougues”, “amoladores de faca”, “alfaiatarias”, “bilhares”, “botequins e restaurantes”, “barbeiros”, “calçados (depósitos de)”, “casas de desconto”, “café em pó (fabrica de)”, “capitalistas”, “costureira”, “cobrador”, “concertadores de guarda-chuvas”, “cocheiras”, “cocheiras de vaca de leite”, “colchoeiros”, “carros de praça (proprietários de)”, “compradores de café”, “comissões”, “droguistas”, “empresa telefônica”, “empresa funerária”, “engenho de aguardente”, “empreiteiros e mestres de obra”, “fabricas de depósitos de móveis”, “fabricas de macarrão”, “fábrica de charutos”, “fábricas de sabão”, “fabricas de cerveja, gazozas, etc”, “ferreiros e serralheiros”, “ferradores de animais”, “fornecedores de pedras”, “fogueteiro”, “formigueiros (tiradores de)”, “fundição”, “hotéis”, “joias (casas de) oficinas de relojoeiros”, “latoeiros”, “materiais de construção (depósitos de)”, “madeiras (depósitos de)”, “marmorias”, “marceneiros e carpinteiros”, “mascates”, “ornatos de gesso e mármore”, “olarias”, “padarias”, “papeis pintados, vidros, quadros, etc”, “pastos de aluguel”, “pharmacêuticos”, “photografia”, “pintor de dourador”, “sapateiros (oficinas de)”, “serrarias a vapor e depósitos de madeira”, “seleiros (oficinas de)”, “ tintureiros”, “torneiro (oficina de)”, “tipografias”, “vendedores ambulantes de bilhete de loteria”. Segue outro intervalo de páginas e aparecem “lavradores”(em longa lista) e administradores de fazenda”. apesar de anunciar no seu início de que esta publicação continha “notícia sobre indústrias e professores, artes, agricultura” o

Almanaque de S. Carlos – 1905 dilui essas informações ao longo de todo o volume em forma de publicidade não configurando lista como no *Almanach de 1894*.

O *Almanach de S. Carlos – 1915* possui uma lista em ordem alfabética não fazendo distinção entre profissões em nível de importância atribuída. “armeiros”, “bancos, casas bancarias, etc”, “bebidas (fabricas de)”, “fabricas de cama”, “cervejarias”, “colégios e professores preparatórios”, “construtores”, “dentistas”, “engenheiros”, “engraxates”, “funileiros”, “fábrica de cadeiras”, “fábrica de fogões”, “fábrica de trollys”, “fábrica de gelo”, “fábrica de carimbos de borrachas”, “fábrica de tecidos”, “fábrica de caramelos”, “fábrica de jacás”, “fábricas de coroas, flores e chapéus de senhora”, “fábrica de carros, carroças, etc”, “garagens”, “guarda-livros”, “hotéis (de primeira ordem e de segunda ordem”, “joalheiros”, “jornais”, “ladrilhos”, “louças (fábrica de)”, “lenha (negociantes de)”, “livrarias”, “luz e força motriz (Cia. Paulista de Eletricidade)”, “Maquinas de beneficiar café e arroz”, “moinhos de fubá”, “marceneiros e carpinteiros”, “oficinas mecânicas”, “pensão (casas de)”, “pintores”, “professor de piano”, “parteiras”, “quitandas”, “refinação de açúcar”, “restaurants”, “selarias, arreios de montaria, seus pertences, couros”, “teatros”, “torrefações do café”, “trançadores”, “tinturarias”, “tanoeiros”, “tipografias, encadernações, etc”, “vidraceiros”.

O levantamento que fizemos acima leva em consideração a relação apresentada pelo almanaque de 1894, e alguns itens foram excetuados pois algumas atividades e profissões mantiveram-se. Assim, procedemos a uma listagem feita para esta análise onde surgem itens em forma de acréscimos nas atividades econômicas e profissões do *“Almanach de S. Carlos – 1915”*. Seguimos com o *“Almanach-Album de 1916-1917”* onde as profissões e atividades econômicas aparecem em um quadro mais enxuto na comparação com os almanaques de 1894 e 1915. Contudo, uma característica deve ser notada no interior dessa publicação com relação a esse item do almanaque. Realçam-se atividades econômicas e profissões de “aparências” mais formais, acentuadamente de maior destaque: “Açougues”, “advogados”, “alfaiatarias”, “armazéns de secos e molhados, louças, cristais”, “barbeiros”, “botequins”, “casas de instrução”, “cervejarias”, “compradores de café”, “cinematógrafos, casas de diversão e Teatro”, “cocheiros”, “confeitarias”, “dentistas”, “empreiteiros construtores”, “ferrarias”, “garages”, “hotéis”, “livrarias”, “lojas de fazenda, armarinhos, chapéus, roupas feitas, etc”, “maquinas de beneficiar café e arroz”, “médicos”, “olarias”, “padarias”, “pharmacias”, “photographias”,

“restaurants e casas de pensão”, “sapatarias”, “selarias”, casas especiais de couro e cortumes”, “serrarias”, “tipografias”. Acrescente-se ainda uma relação de “fazendeiros do Município de São Carlos”, mostrando localização, nome e número de pés de café plantados num total de 211 produtores de café.

Na comparação com os demais almanaques de São Carlos de 1894 e 1915, os idealizadores do *“Almanach-Album de 1916-1917”* subtraem profissões mais populares. Damos um exemplo: No almanaque de 1894 elencam-se as seguintes profissões: “concertadores de guarda-chuvas”, “cocheiras”, “cocheiras de vaca de leite”, “colchoeiros”, “carros de praça (proprietários de)”, “fogueteiro”, “formigueiros (tiradores de)”, “mascates”, “pastos de aluguel”, “vendedores ambulantes de bilhete de loteria”. No de 1915, “parteiras”, “quitandas”, “traçadores”, “tinturarias”, “tanoeiros”.

Esse caráter mais enxuto da relação de profissões e atividades pode ser pensada tomando como referência o fato deste almanaque ser um híbrido com álbum. Uma edição mais elegante com capa dura e papel couchê acrescida de muitas fotografias e, portanto de custo mais caro. Seria o *Almanach Annuario de S. Carlos – 1928*, um almanaque diferente dos demais em relação a esse tema? A intencionalidade do autor, José Ferraz de Camargo consagrou maior destaque a personalidades políticas com páginas dedicadas a suas biografias e na parte de profissões e atividades econômicas apenas páginas dedicadas a “relação completa dos Fazendeiros de Café, do município de S. Carlos”. Ficando de fora todas as características abordadas pelos almanaques anteriores que se dedicaram dar ênfase a esse tema.

No *Almanach-Annuario de S. Carlos – 1928* aparece de forma isolada em três páginas um texto intitulado “O elemento italiano no progresso de São Carlos” de Domingos de Luca. O artigo tece elogios dentro de uma concepção de “raça” associada ao “trabalho”, evidenciando conforme o texto avança, os qualificativos dos trabalhadores italianos dentro de um momento específico da transição da cidade do trabalho escravo para o livre.

[...] De facto, S. Carlos — como muitas outras e mais do que muitas outras progressistas cidades — deve ao elemento italiano grande parte de sua estrutura étnica e de sua atual situação econômica.

Desde os tempos em que os camaradas, em numerosas turmas, bivacavam no Largo de Santa Cruz ou no Largo da Estação, acotovelados nos postigos dos quiosques [...] se encostavam a Estação da Paulista, na espera de

comboios de colonos robustos que vinham em demanda das fazendas abandonadas por falta de braços; desde esses tempos aos dias de hoje em que um sem numero de seres, de ambos os sexos, de todas as idades, de todas as cores, de muitas nacionalidades, forma “pingentes” nos portões da Fábrica de Tecidos, da Fabrica Facchina e Giometti, Officina Censoni, etc. Muita agua se passou pelo Gregório abaixo, muitas etapas tem feito São Carlos, muitas causas têm-se transformado, mas o elemento italiano, em mil formas diversas, desde os mais humildes aos mais altos cargos, tem-se *ponizado*, movendo-se, fazendo-se mover, **produzindo ele mesmo o movimento neste caos turbinoso de ansiedades, de desejos, de contrastes, que é o progresso.**

De grupos que haviam chegado e ocupado espaços na cidade o autor leva a discussão para o surgimento dos contributos dos italianos na materialização da riqueza formando um capítulo na história do progresso da cidade. O movimento exercido pelo italiano é realizado com a força capaz de demonstrar a superação:

[...] a golpes de ariete, tenazmente, passando da roça ao pequeno comercio, do pequeno ao grande comércio, da pequena á grande indústria, e do comercio e da indústria á roça novamente, já não mais humildes e benéficos colonos, mas proficientes situantes ou abastados fazendeiros.

Desse modo, o italiano passa a ser visto como aquele que se destaca como fruto do trabalho das mais diversas formas, dos colonos aos industriais.

No que caberia dizer sobre a cultura do povo italiano, o autor mostra um qualificativo de civilidade quando descreve sobre as associações de italianos e o seu lugar social na relação com o país.

Filhos d'uma pátria culta e, de justa razão, orgulhosa da propria língua, não descuidaram, no afã de chegar, do problema cultural, instituindo aquele importante centro de cultura primaria, que é a Sociedade Dante Alighieri, onde centenas de pequenos brasileiros buscam as primeiras noções das letras lusas e italianas.

Ciosos da própria nacionalidade, não tentaram salvo raras exceções, galgar postos políticos, mas, com o máximo respeito pelas instituições nacionais, se agruparam em Sociedades de beneficência, de cultura, de propaganda patriótica, tais como a “V. Emmanuele III”, a “Dante” e o “Fascio”.

Por fim conclui o texto com uma relação de italianos e seus respectivos negócios

Já em 1882 formara-se a primeira associação de italianos e entre os nomes dos fundadores destaco : Dr. Larezia, M. e G. Larocca, V. e F. Sabino, G. Darniano, A. Civatti, R. Picerni, V. de Nubila, A. Fazaneili, A. e L. Picclii, M. e O. Parolo, V. Parrota, V. Chiare, F. Fucci, etc.

Cobriram o cargo de representante consular da Itália, em ordem cronológica, os seguintes componentes da Colonia Italiana local: G. Damiano, cav. V. Sabino, G. A. Appratti, F. Serpe, cav. G. Serpe e Alemanno

Raffaelli. Entre **os fazendeiros**: cav. V. Sabia°, S. de Cresci, M. Luporini, G. Dellamano, R de Angelis, V. Lapadula, E. Reali, M. Pellicano, G. Marigo, etc. Entre os industriais : Facchina & Giometti (indústria de colla, pregos, sabão, cadeiras, gelo, salames etc.) A. I. Cerri (**licores, sabão**), A. Raffaelli (**sabão, licores**) Domenici, Guelfi e Dotto (**licores, biscutos, etc.**), M. Galli (licores.), N. Fosehini, F.ederighi e Grazini (**cerveja e bebidas sem alcool**), G. Stefanutti (**cadeiras**), A. Perego (doces), Angrisani e Pilla (**flores artificiais, toucas, etc.**), Fábricas de Tecidos S. Magdalena (Ing, Roversi, um dos maiores acionistas: 500 pessoas aí trabalham); As **fabricas de macarrão** de Giorgi e Mantovard, D. Pugliesi, Irmãos De Molfctta, L Corri, Parlatore e Cia; J. Ragonezi (**pirotécnico**); as Oficinas Mecânicas de Irmãos Censoni, Irmãos Pavera, N. Cardinali, etc., etc. Entre os negociantes : N. Zambrano, A. Zambrano e irmão, F. Esposito, G. Schettini, D. Giorgi e Filhos, I? Stella, Françoso, O. Giannini e Irmão, F. Maricondi, J. Riga, Alfeo Ambrogi, etc. etc.

No que diz respeito a, contribuição étnica, não nos podemos furtar de dizer que na maioria os filhos de italianos são sadios, fortes e muitas, muitíssimas vezes ocupam grande parte dos quadros de honra das nossas escolas, masculinas e femininas.

Quando, d'aqui ha alguns anos, S. Carlos celebrar o seu centenário, quando nesse dia, pelas lindas ruas da nossa linda cidade, forem expostos os espécimes do nosso progresso, ao orgulho do são-carlense de nascimento se associará o orgulho dos italianos são-carlenses de adoção.

A essa época as atividades econômicas ligadas à indústria já eram de empresários italianos ou de empreendimentos menores (TRUZZI, 1985, p.173). Esse destaque feito por Domingos de Luca como “contribuição ao progresso” da cidade se contrasta com a visão inicial que havia dos italianos pela localidade. Um artigo do jornal *Fanfulla* que circulava entre os colonos dá outra posição em relação aos italianos.

Em São Carlos, desgraçadamente, a maioria dos brasileiros não tem pelos Italianos aquele respeito, aquele amor que estes merecem, pelo seu trabalho, pela sua conduta, idoneidade, pela sua educação, jamais desmentida.

Tenho uma certeza em mim, aos meus ouvidos não pode soar como um complemento aquela palavra "Calábria", jogada, lançada com som de desprezo para qualificar a parte de São Carlos, toda habitada por italianos. Certamente: aos italianos não se pode atribuir a façanha que ali se cria um bando de desordeiros ou ativistas de esquerda, já que o seu trabalho e sua atividade na época, serve ao incremento da cidade. Naturalmente: gostarias, talvez, que os italianos agradecessem de ter-lhes sido proibida a constituição da Sociedade Ginástica sob o fútil pretexto que estávamos em estado de assédio?

A política! A oposição! Eis a besta negra da parte situacionista de São Carlos. Não seja já o caso em que eu vos repita a respeito do quanto sempre disse sobre as relações dos italianos com o país, com a política, com as lutas internas que dilaceram o Brasil.

Elemento conservador: os donos da situação – nos partidos representados a ordem da autoridade - teriam a colônia italiana uma útil aliada se

soubessem compreender o valor da mesma e não desprezar a sua importância e virtude.

Pelo contrário - em São Carlos mais do que em outro lugar - os brasileiros veem nos italianos os causadores de cada desordem, e não compreendem que o seu interesse deve fazê-los e os faz desejar a paz, a tranquilidade do país.

Um italiano que não é uma múmia, que é reivindicativo, é para ser considerado um terrível opositor.

Desta maneira, será crucificado!

Desgraçadamente a minha palavra não tem aquela importância que - no interesse da colônia seria desejável ter. Mas se é verdade que um bom conselho é sempre considerado um excelente dom, dou este presente aos cidadãos brasileiros:

Meus mais fervidos votos de um futuro esplêndido, de proficuidade e de glória.(FANFULLA, 2 de jul de 1895, APUD DATRINO, 2005, p.51-52)

No Jornal “Correio de São Carlos” de 23 de Março de 1913, encontramos um artigo denominado “Os vendedores ambulantes” detalhando o grande problema na cidade em relação aos “mascates”, por sinal e curiosamente citados no Almanaque de 1894.

“A cidade de S. Carlos tem sido, nestes últimos tempos, explorada vergonhosamente por um malta de mascates que por aqui aportaram, causando inenarravelmente prejuízo ao comercio local e ao publico em geral.

Ora, é sabido que a nossa progressista cidade, é muito bem servida de casas comerciais de todos os gêneros, pois há aqui estabelecimentos importantes que se acham aptos para servir ao publico da melhor forma possível.

Sendo assim, não há necessidade de recorrer a esses exploradores de marca, a fim de fazer aquisição de mercadorias de menor preço e artigo quiçá superior, se pode adquirir na própria praça.(...)

Os comerciantes aqui estabelecidos, na sua generalidade compostos de homens honrados e criteriosos, além de concorrerem poderosamente para o progresso local, para o embelezamento da cidade, aqui gastam seu dinheiro, pagam regularmente os seus impostos (auxiliando, portanto, a municipalidade)(...)

É grande o rol de hoteleiros que prejudicados também com os tais homens de trouxa. Saem eles a vender os seus produtos, e... era uma vez.

É necessário que o público se acautele com essa gente que nos procura fazer mal.

O quadro construído pela atividade de ambulantes nesse texto do jornal revela um conjunto de representações que relaciona a atividade do comercio formal ao progresso e a um dado caráter ético, enquanto que a atividade dos mascates é vista como questionável pois além de colocarem em duvida a qualidade do que vendem deixam de recolher para o fisco. O artigo termina dizendo:

Os honrados camaristas, que tantas provas tem dado da sua inteligente e irrepreensível administração nos negócios públicos, devem providenciar, criando impostos proibitivos sobre vendedores ambulantes de artigos dessa natureza.

Isso feito, cremos, lucrarão a população, o comercio, a municipalidade e o nosso progresso.

Interessante desse texto do articulista do jornal “Correio de São Carlos” é poder notar o que significa a presença desses ambulantes. Pelo exposto os mascates representam um entrave para o progresso, para o bom comércio do lugar. A relação das profissões nos almanaques evidenciam a cidade sob a ótica do trabalho, dos negócios, das empresas. No entanto o manejo dessas informações revelam as relevâncias e ocultamentos, de sujeitos em atividades destacadas e modernas em detrimento de outras. Para uma cidade que se quer mostrar moderna através das páginas dos almanaques esse jogo de ambiguidades afirma a cidade idealizada.

3.4 Biografias

Na serie dos almanaques são-carlenses dedicadas a biografar personalidades apenas o *Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917* e o *Almanach Annuario de S. Carlos -1928* trouxeram esse item. No primeiro aparece a biografia não assinada de Dom José Marcondes Homem de Mello. No outro, se oferece um numero maior de personalidades biografadas sob as penas de Ítalo Savelli e Bento de Abreu Sampaio Vidal, inclusive este escreve a sua própria.

Além dele, compreendem nessa seção do almanaque o Dr. Dagoberto Salles, Dr Serafim Vieira de Almeida(genro de Paulino), Cel. José Marques de Oliveira Salles, Major José Ignácio de Camargo Penteado, Bento Carlos de Arruda Botelho, Antônio Carlos de Arruda Botelho, Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Joaquim José de Abreu Sampaio, Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, Cesário Ferraz de Camargo. Em todas elas os textos vêm seguidos depois de uma fotografia dos mesmos ou uma imagem feita pelo método litográfico que alias são poucas nesses almanaques. O rol de lideranças politicas desse almanaque remontam tanto a épocas passadas da cidade, pois uma parte deles já havia falecido como para outras que ainda exerciam cargos de lideranças locais.

A análise dessas biografias pode levar a compreensão dos valores atinentes a cada biografado no sentido que depositam qualificativos de bons comportamentos, portadores de valores morais, hábitos, gestos nobres, e contribuições para a localidade.

Dom José Marcondes Homem de Melo, nascido em Pindamonhangaba 13 de setembro de 1860 foi o primeiro bispo da Diocese de São Carlos e era filho do Coronel Benedito Marcondes Homem de Melo e de Maria Pureza Monteiro de Godoy e de Francisco Marcondes Homem de Melo, visconde de Pindamonhangaba pelo lado paterno. Essa personagem da história são-carlense recebeu três páginas de sua biografia no *Almanach-Album de S. Carlos – 1916-1917* pelas mãos do Revdmo. Conego Dr. João de Albuquerque Paiva. Depois de conviver com Dom José Marcondes por algum tempo expressou admiração pelo caráter do religioso.

“É aquela bondade com que nos recebe, pondo-nos a mesma mesa, abrindo-nos todos os cantos da sua residência, manifestando-nos o seu coração inteirinho e o seu caráter sem restrições.[...]

Porém esta humildade não o torna inferior nem o diminui no prestígio de sua autoridade, pois n´aquele ar de bondade que o reveste, n´aquele porte de magestática distinção, n´aquela finíssima simplicidade de maneiras, evidencia-se o Superior a quem se não pode negar o respeito, admiração, amor. [...]

Se buscamos o patriota, descobrimo-lo a cada momento no calor com que aplaude e defende as mais belas iniciativas nacionais, no entusiasmo com que destaca as excelentes qualidades do povo brasileiro, no culto que presta as maiores glórias do seu país, no carinho com que contempla a terra ubérrima que lhe foi berço e que em todos os cantos mostra exuberantemente o benefício especial de Deus.

No entanto o caráter humano de José Marcondes destacado pelo Revdmo. João logo mostra a grande obra a que fez destaca-lo na biografia.

Hoje a seiva da piedade é abundante e a maior parte das paróquias da Diocese tem vida religiosa intensa e extensa a avaliar pela grande frequência dos S. Sacramentos.

As associações pias e de caridade criadas e em via de criação estão muito espalhadas pela Diocese.

O número de paróquias novas subiu muito e para o seu governo o Exmo. Arcebispo, escrupulosamente, viários de virtude, de zelo e de saber que, em cada ano, se vigorizam com o S. Retiro Espiritual.

A forma como Dom José Marcondes mereceu nota no *Almanach-Album de 1916-1917* mostrou um personagem de força civilizadora sob o ponto de vista da religião e sua atitude na expansão da fé cristã pode ser relacionada ao contexto de transformações e crescimento da localidade em importância econômica.

Ítalo Savelli, professor de Língua Portuguesa da Escola Normal de São Carlos (DAMIANO, 2007.p.109) também aparece nesse *Almanach Anuario de S.*

Carlos -1928, escrevendo apenas um texto intitulado “Personalidade marcante” biografando a vida de um personagem político de São Carlos. Vejamos como ele envolve esse personagem:

“O Almanaque de uma Cidade é sempre um rosário de grandes e pequeninas contas – contas de todos os matizes e de todos os aspectos, conforme os matizes e dos aspectos que a cidade oferece. Este que agora se publica, enfeixa, num esplendido rosário, tudo e que São Carlos possui de bom e de melhor. E quis o Zico [*José Ferraz de Camargo, editor do Correio De São Carlos*], que eu também trouxesse, trabalhada pelas minhas mãos inábeis, a minha perola pequenina. Convite tão amável eu não podia declinar [...]

Tracei-os ao correr da pena, sem outra preocupação que a de tributar a minha homenagem modesta ao maior de nossos conterrâneos: Bento Carlos de Arruda Botelho”.

A sua narrativa a respeito de Bento Carlos detém uma elegância de palavras e adjetivações mostrando a integridade de caráter, a bondade e o espírito prestativo deste, sendo referido no texto como “*Pai da Pobreza, uma réstia de Sol nas trevas da miséria, um raio de luar na noite torva e caliginosa das desgraças alheias*”. E permite a comparação de caráter do biografado com os tempos modernos em que o avanço do individualismo é muito mais presente nas vidas humanas:

“porque a vida de hoje, de um tão frio utilitarismo, onde, numa ondulação do oceano revolto, as ambições mais desenfreadas, os apetites menos confessáveis, se chocam se repelem, se confundem continuamente, incessantemente, não importa mais rasgos nem lances de generosidade nem de cavalheirismo”.

Ao tecer palavras de exaltação, notadamente num estilo romântico de narrar, Ítalo Savelli estava destacando os feitos de Bento Carlos em torno da consolidação das estruturas de atendimento da saúde da Santa Casa de Misericórdia (que mostraremos melhor na análise sobre as fotografias do capítulo cinco). O lado íntegro e a bonomia vão além e caracterizam “a vontade forte de criar e que produz” de Bento Carlos e de gestos de grande alcance. No texto, Savelli mostra o orgulho que são as instalações hospitalares daquele estabelecimento como uma das “mais completas do Estado” e tendo o que “há de mais moderno e avantajado nos campos das investigações científicas, nós lá vamos encontrar”. Fruto das ações de Bento Carlos, que segundo Savelli era um “*homem de expressão*

melancólica e suavemente endolorida, que passa por nós quase como uma sombra, tão esquivo e fugidio se mostra aos aplausos do mundo”.

Fazendo o mesmo trabalho que Savelli, Bento de Abreu Sampaio Vidal fez também seu detalhamento biográfico de outros personagens, mas num estilo de escrita muito mais conciso com informações mais precisas sem entrar no caráter intimista dos biografados.

Iniciando as páginas sequenciais dedicadas a biografia do *Almanach Anuario de S. Carlos -1928* com sua própria biografia, Bento de Abreu Sampaio Vidal chamado pelo editor José Ferraz de Camargo como “um dos braços fortes desse almanach” coloca seu local de nascimento dado em Campinas, a 17 de Agosto de 1872. Formação educacional no “Colégio Culto a Ciência”. Aos 18 anos já era funcionário da Casa Bancaria que mais tarde se tornaria o Banco União São Carlos vindo a ser gerente. Participou de vários jornais locais dentre eles “O Oitavo Districto”, “O Movimento”, e “Correio de São Carlos”. Sua vida como produtor de Café adquire uma fazenda em Santa Lucia em Araraquara quando. Nessa cidade e outros lugares, foi vereador por vários mandatos atuando para dotar a cidade de grandes melhoramentos urbanos ligados a educação (Gymnasio Municipal Mackenzie), cultura (Theatro Municipal), saúde (fundação da Santa Casa de Misericórdia) do setor público e oportunidades de negócios como casas bancárias, laticínios, construção de igrejas (Santa Lucia), fundação da “Escola Pharmacia de Odontologia de Araraquara”, lavrador e fundador da Santa Casa de Misericórdia em Guariba e em Pirajuí além de sócio fundador em sociedades de agricultura. Em 1924 tornou-se deputado.

Da biografia que enumera seus feitos particulares Bento de Abreu seguiria num mesmo padrão de escrita e de apontamentos biográficos fazendo em seguida algo semelhante sem muito falar do caráter pessoal quando aborda o Dr Dagoberto Salles e Dr Serafim Vieira de Almeida.

Já com o Cel. José Marques de Oliveira Salles, Bento de Abreu particulariza um pouco mais com informações sobre a relevância política que teve o fazendeiro de café.

“Democrático por índole e pertencente a uma família que muito cooperou para a proclamação do regime republicano e para seu progresso em nosso país, o coronel Salles, não podia permanecer indiferente a politica são-carlense[...]

No exercício das atribuições de chefe político, sempre se caracterizou pela sua extrema bondade e muito fez pelo progresso e o bom nome da terra. Prudente e moderado nas lutas de partido, soube sempre manter-se numa terreno elevado e digno, imponto respeito dos seus adversários. Nas crises mais graves de divergência política local, sabia sempre intervir no momento oportuno com a sua palavra conciliadora de evitar atitudes extremadas e incompatíveis com a harmonia indispensável a toda agremiação partidária bem dirigida. Honesto até o escrúpulo, jamais praticou qualquer ato que, mesmo de leve, pudesse diminuí-lo na estima e consideração dos seus concidadãos.

Com o Major José Ignácio de Camargo Penteado a impressão demarcada à personalidade do político traça sua atuação desde tempos da São Carlos imperial com posições que mostravam um caráter forte.

Desde moço tinha o temperamento muito dedicado a politica. Militou a principio no Partido Liberal, tomando parte ativa nas lutas partidárias desde 1873. Espirito independente e franco, certa vez, respondeu um officio desobedecendo as ordens dos superiores da Guarda Nacional e o presidente da Província, Barão de Itaúna, fê-lo recolher preso ao Quartel de Araraquara. O Barão era Conservador e ele Liberal, de modo que os seus amigos políticos foram solidários com ele, transformando afinal o caso numa questão politica. [...]

Como chefe politico local, apesar do seu temperamento ardente, foi um exemplo de tolerância e respeito para com todos. O adversário politico era para ele simplesmente um adversário politico e não um inimigo. Até os últimos tempos, em seguida aos pleitos eleitorais, á tarde, encontravam-se os chefes de partidos diferentes e conversavam alegremente.

Do seu consorcio com D. Anna Flora Coelho, houve vinte e três filhos dos quais alguns faleceram ainda crianças e cresceram dezessete [...]

Para o cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, Bento Carlos destaca uma “imparcialidade” do caráter do biografado. Como alguém veio a somar na política do que advogar em causa própria.

E do modo como se portou, na qualidade de politico dá testemunho insuspeito o coronel Paulino Carlos que, apesar de militar em partido adverso, o considerava o liberal mais distinto, mais popular e mais sagaz de todos os que serviram-se de seu trabalho desinteressado nos pleitos políticos; cidadão honestíssimo, incapaz de meter-se em intrigas, que vive a salvo de tudo quanto possa marear a reputação de alguém.

A biografia mais longa, com três paginas foi a de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal. Sua fotografia na pagina anterior ao texto segue de uma frase entre parênteses “um dos fundadores de São Carlos”.

S. Carlos comemorou no dia 23 de Agosto de 1927, o centenário do nascimento de um dos seus mais ilustres e beneméritos cidadãos, Antônio Carlos de Arruda Botelho, barão, visconde e depois conde do Pinhal. Foi um

dos fundadores da cidade, depois de ter sido um dos desbravadores dos seus sertões. E, desde o lançamento dos alicerces da capela erguida sob a invocação de S. Carlos, a terra sancarlense teve sempre, no conde do Pinhal, um propulsor da sua grandeza e um guia do seu progresso.

Antonio Carlos do Arruda Botelho nasceu a 23 de agosto de 1827, na cidade de Piracicaba. Eram seus pais Carlos Jose Botelho e d. Candida Maria Rosario, Elba de Jose Joaquim de Sampaio. Na sua cidade natal iniciou seus escudos, que se não visaram a obtenção de urna diploma, lhe deram cultura não comum, entre os moços das famílias abastadas daquela época.

Na herança paterna, tocou-lhe, como a seus dignos irmãos, uma parte na sesmaria do Pinhal Os moços piracicabanos, com o espirito bandeirante dos paulistas, logo partiram de Piracicaba para os sertões, então chamados de Araraquara, e ai iniciaram a cultura do café, abrindo as fazendas que foram o ponto de partida, das grander lavouras são-carlenses. Daí partiram para localizar, entre os córregos do Gregório, Tijuco Preto, a humilde povoação que meio século depois havia de ser uma das mais florescentes cidades do interior de S. Paulo.

Em S. Carlos, Antônio Carlos de Arruda Botelho ocupou posições do destaque. Foi Juiz de paz, vereador o delegado de policia. Socialmente, era uma figura prestigiosa, que toda a população respeitava. Politicamente. era o chefe da cidade, com influencia que se estendeu por toda zona e se projetou por todo o Estado.

Para Bento Carlos de Arruda Botelho, irmão do Conde do Pinhal, e já biografado por Ítalo Savelli, e que “participou da política local, sendo Juiz de Paz (1869), Juiz Suplente (1872), Vereador (1891) e Presidente da Câmara (1891). Possuía a patente de Alferes” (FERNANDES, 2015. p.73), reitera alguns aspectos sempre no sentido da enumeração dos feitos para a cidade.

Dedicou todo o seu carinho ao progresso de São Carlos. Aqui nasceu e faleceu em 15 de Junho de 1896 e aqui está sepultado. Concorreu para todas as obras locais; Club Concordia do qual era o maior acionista; concluiu á sua custa o Teatro São Carlos que naquele tempo não dava renda e era obra patriótica; foi o maior acionista da Companhia Luz Elétrica; concorreu sempre para a Santa Casa e todas as obras e serviços de interesse da cidade.

Cesário Ferraz de Camargo, nascido em Rio Claro em 1845 era pai de José Ferraz de Camargo editor do *Almanach-Annuario de S. Carlos – 1928* e de longa prole do seu casamento com Virginia de Almeida Camargo. Bento de Abreu destaca seus laços familiares além de sua ajuda relevante para causas nacionais.

[...] Foi contemporâneo do saudoso Major José Ignácio de Camargo Penteado, um dos inolvidáveis fundadores de S. Carlos, e era ligado por lações de parentescos não remotos a esse venerando ancião.

Por volta de 1865, quando o Brasil altivamente aceitou a insolente luva atirada pelo ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, entrando em guerra vitoriosa com o Paraguai, grande foi o numero de voluntários que engrossaram as fileiras do exercito brasileiro. No numero dos heroicos patricios incluiu se Cesário Ferraz de Camargo. O fogo do patriotismo lhe ardia a alma de moço entusiasta. Com a aquiescência de seus pais, com 19 anos apenas apresentou-se voluntario ás autoridades competentes, e

seguiu em companhia de outros voluntários são-carlenses, dentre os quais o saudoso dr. Joaquim Rodrigues de Siqueira.

A situação de biografar que foi assumida para Bento de Abreu, reitera no rol de pessoas a que se dedicou, os vínculos, ou seja, do seu lugar social, com o poder das elites locais de que lhe eram familiares. Todos os nomes as quais procurou registrar eram fazendeiros de café no município de São Carlos e sua escolha em optar por um cruzamento de escrita que muito parece a de um verbete de dicionário com rápidas e pontuadas menções dos feitos valorosos de cada uma dessas personalidades com posições pessoais denotando “aspectos positivos dos biografados” configurou a tônica geral de sua escrita (BORGES, 2005). O registro de suas ações por meio da biografia confirma o desejo desses homens de atuarem no sentido de trazer o progresso. Dentro da autonomia que lhes conferia de homens liberais e racionais procuravam superar obstáculos mostrando sua força, virtude e filantropia.

A palavra “progresso” aparece em vários biografados e reforça o protagonismo, como construção dos homens, em favor da superação do atraso da localidade, tornando a cidade como uma obra particularizada embora no total feita de somas dos vários sujeitos membros das elites são-carlenses. Cria-se um panteão de figuras alçadas a memória (por exemplo vindo a se tornar nomes de ruas da cidade), de moral ilibada onde o traço do acerto e não dos erros próprios da vida humana desaparecem. Biografar nesse sentido é acompanhar a linearidade da vida e criar silêncios. É claro que Bento de Abreu Sampaio Vidal perfilou o que se devia aparecer numa publicação como era um almanaque custeado pelo poder público como foi o de 1928. Corroboraram para isso, nesses aspectos, a exposição das imagens fotográficas desses biografados relacionando os textos aos semblantes de homens sérios e de tez circunspecta reforçando as características de autoridade que detiveram.

Nesse capítulo a discussão em torno de alguns elementos constitutivos dos almanaques são-carlenses como a propaganda, a literatura em prosa e poesia, profissões e ofícios e biografias, como diferentes formas discursivas reforçam a apresentação da cidade como moderna e atualizada, mas que também expõe em evidência sujeitos e suas práticas socioculturais como homens de letras intelectualizados diante do público leitor dos almanaques. No conjunto mesmo de

forma fragmentada na perspectiva dessa pesquisa procurou-se observar a dimensão do moderno perpassada por estes conteúdos.

Contudo um dos temas mais presentes e ocupando considerável volume de páginas dos almanaques vai ser aquele dedicado a elaboração da história local. Nesse caso os textos de autoria de figuras locais, pertencentes ao mundo do Direito e que ocasionalmente se dedicam como “homens das letras” a assumir a posição de construtores da história local.

4 CIDADE DA MEMÓRIA

“A memória possui um primeiro e bem definido patamar: a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente. A memória do passado revela de imediato, sua incontornável inscrição original: o tempo presente”. (Jacy Alves de Seixas. 2002 p. 62-63.)

4.1 Uma história para São Carlos

O objetivo deste capítulo é desenvolver uma análise sobre os textos dedicados a história de São Carlos publicadas nos almanaques de 1894, 1905 e 1915, de autoria respectivamente de Cincinato Braga, Philipe Ladeia de Faria e Theodorico Leite de Almeida Camargo destacando temas recorrentes expostos nesses trabalhos acerca das transformações por que passavam a São Carlos que possibilitando um registro de memória da cidade. O objetivo é compreender a construção do passado e da cidade moderna na escrita da história de São Carlos.

No ano de 1885, era lançada a primeira edição do *Almanach administrativo, commercial e industrial da Província de São Paulo*, organizado por Jorge Seckler, empresário de origem alemã, proprietário da Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Cia. A publicação constituiu uma série de almanaques, que contou com 10 edições até 1895. As páginas exibiam informações de diversas cidades do interior paulista, como história, lista de instituições, de autoridades políticas e de profissões. Delfino da Fonseca escreveu na primeira edição.

Em seu texto, apresentou informações gerais sobre o município, que ainda se chamava São Carlos do Pinhal, como a distância de 277 km da capital paulista e o fato de situar-se à margem esquerda do ribeirão do Monjolinho, sesmaria cedida por Dona Alexandrina e por seu esposo, Jesuíno de Arruda, onde foi edificada a Igreja Matriz — a expansão da cidade ocorreu na sesmaria do Pinhal, pertencente aos familiares de Carlos José Botelho, em 1857.

Fonseca destacou também o Club Concordia Familiar, um engenho movido a vapor, voltado à produção do café, e a Estrada de Ferro Paulista, cujo presidente era o senhor Visconde do Pinhal. Além disso, registrou a existência de um jornal local, *A Tribuna de São Carlos*, do redator Luiz Gonçalves.

Os textos breves compunham um conjunto informativo sobre os municípios paulistas. Devido à pujança do café, o *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo* teve um significado valioso na exposição das transformações econômicas operadas pela cafeicultura, tornando-se um meio de divulgação estatístico da saga do café. O texto de Fonseca seria umas das primeiras referências, ao público de fora, sobre São Carlos. O *Almanaque Literário de São Paulo*, famosa série organizada por José Maria Lisboa, também seguia a mesma estrutura, porém seus colaboradores originavam-se de diversas cidades do interior, pois o autor buscava propor, por meio da publicação, uma identidade paulista. (FERREIRA, 2002).

Em 1894, Cincinato Braga escreveu sobre São Carlos no primeiro almanaque daquele ano, em um momento de crescimento da cidade, tendo apresentado uma visão detalhada do passado e do presente. Outros autores participaram dos almanaques seguintes, como Philipe Ladeia de Faria (1905) e Theodorico Leite de Almeida Camargo (1915), cujo texto foi adaptado no *Almanach-Album de 1916-1917*, no *Almanack de São Carlos de 1927* e no último *Almanach-Annuario de S. Carlos de 1928*. Neste, o texto aparece com informações atualizadas da época e com subtítulos, que elencam os assuntos abordados pelo autor.

Os textos relativos à história da cidade constituem as páginas iniciais. Ao todo, correspondem a 18% do almanaque de 1894, que possui 209 páginas; a 36% do de 1905, o qual contém 154 páginas e a 29% do de 1915, que possui 250 páginas. O restante é ocupado por propagandas, charadas, poesia e literatura.

Para a empreitada, de escrever sobre a cidade de São Carlos no primeiro almanaque em 1894, em um momento de crescimento da cidade, os editores dos almanaques Cincinato Braga, ocorreu a elaborar um texto que apresentasse uma visão mais detalhada do passado e do presente da cidade até o ano de 1893. Outros autores participaram dos almanaques seguintes dentre eles, Philipe Ladeia de Faria publicado em 1905 e Theodorico Leite de Almeida Camargo em 1915 sendo este mesmo texto republicado no *Almanach-Album de 1916-1917* com algumas adaptações e informações atualizadas, tomado como referência e recortado de modo que sofrera uma redução considerável no *Almanack de São Carlos de 1927* e esteve presente também na edição do último o *Almanach-Annuario de S. Carlos de 1928*. Neste último, o texto aparece com alguns acréscimos de informações

atualizadas da época e de subtítulos ao lado do texto informando os assuntos que o autor descreve.

Os textos relativos à história da cidade constituem as páginas iniciais. Ao todo, correspondem a 18% do almanaque de 1894, que possui 209 páginas; a 36% do de 1905, o qual contém 154 páginas e a 29% do de 1915, que possui 250 páginas. O restante é ocupado por propagandas, charadas, poesia e literatura.

Este capítulo atentar-se-á a esses autores e no modo como São Carlos foi apresentada ao longo dos almanaques. Para tanto, levantaram-se os temas mais recorrentes, os métodos de escrita e as contemporizações acerca da interpretação do passado.

4.2. Os autores

Todos os autores citados tinham algo em comum: eram bacharéis pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, membros da elite local e possuíam textos publicados em jornais ou em revistas especializadas. Cincinato Braga foi o primeiro a escrever sobre a cidade de São Carlos. Homem público dos mais representativos no cenário republicano nacional, nasceu em Piracicaba, em 7 de julho de 1864, fez seus estudos primários no Colégio Padre Antônio José de Castro, em São Carlos e, os secundários, de 1878 a 1881, no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, onde conheceu Alberto Santos Dumont e Júlio Mesquita (PERECIN, 2004, p. 97). Em 1886, foi nomeado promotor público da Comarca de São Carlos.

No ano seguinte, demitiu-se do cargo, abrindo um escritório de advocacia na mesma cidade. Em 1889 participou ativamente do movimento de instalação da República em São Paulo, para onde se mudou, dedicando-se inteiramente à advocacia. Em 1891, foi eleito deputado para o Congresso Constituinte do Estado de São Paulo, renunciando ao mandato em protesto ao golpe de Deodoro da Fonseca. Em nova tentativa foi eleito deputado para o Congresso Federal, com o apoio dos municípios de São Carlos, Rio Claro, Piracicaba, Jaú, Brotas, Dois Córregos e Jaboticabal.

Vale destacar que, em 25 de agosto de 1895, elegeu-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando a honorário em 4 de dezembro de 1936. Além das atividades políticas e literárias, Cincinato

Braga ajudou a fundar o Banco União São Carlos, financiador de crédito. Seu trabalho constitui **pedra fundamental** da memória da cidade.

O segundo autor, Philipe Ladeia de Faria era natural de Caetité (sem informação quanto a data de nascimento), interior da Bahia, de família tradicional desse lugar e veio para São Paulo cursar Direito devido a uma epidemia de “cólera” em Salvador formando-se na turma 58 da faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1889. Em São Carlos veio a esposar-se de Anna Flora de Arruda Botelho Faria filha do Coronel Paulino Carlos de Arruda. Em São Carlos chegou também a ser vereador e presidente da Câmara Municipal de 7 de janeiro de 1896 a 7 de janeiro de 1898 durante a intendência do Major Júlio de Salles. Publicou artigos em revistas jurídicas da época.

Theodorico Leite de Camargo, formado também em direito era um dos oito filhos de dividia sua vida como professor do “Colégio São Carlos”, e como vereador eleito para o mandato de 15 de janeiro de 1920 a 15 de janeiro de 1921.

Dessa feita, passemos a levantar os temas mais pertinentes presentes no texto de Cincinato Braga, fazendo logo em seguida as aproximações devidas aos trabalhos de Philipe Ladeia de Faria e de Theodorico.

4.3 Inventar o passado, forjar uma identidade.

Philipe Ladeia de Faria definiu Cincinato Braga como “cronista”; Theodorico Leite de Camargo chamou-o de “historiador”. Afinal, como classificar esses autores? Seriam cronistas? Ou historiadores? Pode-se, ainda, optar pelo termo “memorialista”, muito utilizado para enquadrar essas produções textuais, afinal, a que tipo conceitual se refere o almanaque?

Sendo assim, termos como “cronista”, “memorialista” e “historiador” remetem a produções textuais voltadas ao passado. Segundo o historiador Hugo Hruby (2012, p.16), “os textos dos cronistas pertencem a um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, limitada a uma missão, a um episódio”. Para Hruby, a crônica também constitui “mero repositório de notícias mal redigidas, as crônicas revelavam esforço e perseverança no trabalho, mas com total falta de método” (HRUBY, 2012. p.31). Pode ser classificada, ainda, como uma forma de narrativa linear e cronológica.

A historiadora Ana Claudia Fonseca Brefe, autora da dissertação de mestrado *A cidade inventada. A Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*, de 1998, e pioneira no estudo de autores que escreveram sobre a cidade de São Paulo, define o “memorialismo” como uma tendência surgida na França no final do século XIX, época que coincide com a formação dos grandes centros de documentação sobre a memória das nações. Os memorialistas incumbem-se do registro histórico e de dar sentido ao texto que escreve.

Para um dos memorialistas analisados por Brefe, Ernani da Silva Bruno, sua atividade prática está associada aos anos 1930, momento em que a cidade começou a crescer e passou a ser objeto de estudo dos pesquisadores que viveram as etapas de tal transformação. A narrativa memorialista ocupa-se, no geral, da busca por um passado essencial e por seus detalhes, fixando-se, contudo, na preservação da memória oficial e hegemônica da cidade. Para Brefe, os historiadores memorialistas procuram fazer um arco que vai do passado da cidade — no caso, São Paulo — até o momento em que o texto é redigido.

[...] o eixo central que orienta os relatos memorialistas é a preocupação em dar conta das múltiplas mudanças pelas qual a cidade passava. Pode-se dizer que esses relatos, ao investirem intensamente na caracterização e descrição da São Paulo da virada do século XX, inventam e reinventam continuamente o espaço urbano, dotando-o de símbolos, marcos e identidades. (BREFE, 1998, p.25)

O historiador, ao encarar as facetas da memória e do passado, lida com um paradoxo fundamental: memória não é história, tampouco “passado”. Como explicita Jacques Le Goff, “o passado e a memória não são história, mas seus objetos e um nível elementar de elaboração histórica.” Ao tomar contato com a leitura de um relato memorialista, deve-se, portanto, perceber o lugar de onde fala o historiador, o que fala, como fala e, sobretudo, o que não diz. (Cf BREFE, 1998). A compreensão dessa trama discursiva e seletiva dos fatos fornece conhecimento sobre como a história é escrita e quais imagens são produzidas sobre o passado da cidade.

Assim, pode-se pensar que o trabalho do memorialista volta-se àquilo que considera importante, ou seja, aos dados históricos que repercutem nos grupos ao qual se dirige. O memorialista realiza recortes dos fatos significativos e os incorpora às “memórias coletivas e individuais, servindo como marcos temporais” (MUNIZ, 2007.p.205).

Para Durval Muniz de Albuquerque Junior,

(...) a História é a reinvenção do passado, sua construção feita por especialistas que se orientam não só pelas interpretações do imaginário coletivo, mas por um aparato teórico e metodológico mais sofisticado e que tenta dar conta deste passado com suas múltiplas significações. (idem.2007, p.205).

As três concepções, “cronista”, “historiador” e “memorialista”, podem dificultar a apreensão sobre a qual categoria volta-se a historiografia dos textos.

Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, havia a disciplina História, que despertava, nos futuros advogados, o desejo de seguir as carreiras política e empresarial (SILVA, 2009, p. 152-53). Como alunos das escolas secundaristas, tiveram contato com uma noção de passado ainda marcada por aspectos como datas, nomes, heróis e fatos importantes, pois, à época, havia a influência do IHGB sobre o ensino de História, essencialmente nos materiais didáticos de alcance nacional. Conceitos de autores como Joaquim Manoel de Macedo, professor do Colégio Dom Pedro II, norteavam os conteúdos, visto que sua preocupação constituía o tipo de material apresentado e os métodos utilizados naquela instituição. (FONSECA, p.49). De maneira geral, os textos misturavam crônica, memória e história, confrontando as fronteiras da linguagem temporal do passado. Para Michel de Certeau, eles caracterizam-se como “[...] a relação com um lugar [...], procedimentos de análise [...] e a construção de um texto” (CERTEAU, 1982, p. 66).

Esse exercício de escrita do passado toma, como partida, o presente e rumo ao progresso (particularmente uma orientação pertinaz do IHGB, segundo FERREIRA, 2000), de forma que o passado, interpretado e reinterpretado, constitui ordenamento da memória, ativado pelas circunstâncias do presente. A memória pode movimentar-se como uma espiral no espaço e no tempo, como afirma Seixas (2002), portanto, projeta-se para o futuro reelaborando lembranças. A atividade de despertar a memória sustenta-se a partir do ato involuntário, que amplia a noção do real e abre trilha para novas interpretações. Isso se deve ao fato de a memória se constituir por diversos planos de tempo, sendo mais profunda no seu dado involuntário, pois retoma os instantes do passado e os soma ao presente.

Lembramos menos para conhecer do que para agir, sublinharam os autores modernos. Nessa perspectiva a memória é menos um entender o passado do que um agir; impossibilidade, portanto, de se cogitar uma memória

desinteressada, voltada para o conhecimento puro e descompromissado do passado (SEIXAS, 2005. p. 53).

Já Maurice Halbwachs mostra que a memória coletiva — que pode ser entendida como memorial social — define aspectos identitários; desse modo, pode ser seletiva e negociada. Sua constituição formal ocorre por meio de disputas, de dissensões e de intervenções, o que faz cair por terra a noção de que a comunhão de um grupo comporta um lastro impossível de ser desfeito. Sob esse aspecto, Michel Pollak (1989) apresenta uma discussão sobre um “enquadramento da memória”:

A memória, pode vir a monumentalizar-se via instituição e, muitas vezes, criar sentidos orientados, o que produz uma memória sob controle, que considera os porta-vozes e os sujeitos legítimos como autorizados a pertencer a ela. Pollak acredita que,

além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: os monumentos, os museus, as bibliotecas. (POLLAK, 1989, p.10).

Os textos escritos pelos autores constituem “lugares de memória”, mediados por intencionalidades objetivamente construídas para inventar um passado que acomoda os anseios dos sujeitos do presente. Este capítulo apresentará o trabalho original de Cincinato Braga e suas referências.

Em um dos textos analisados, no qual Braga tece um panorama sobre o passado local e regional, classificam-se, de início, os indígenas Guaianazes como genitores da ocupação humana. Além disso, há observações etnográficas, destacando-se os índios como “valentes e arrogantes, insubmissos ao cativo, tinham eles, todavia, costumes brandos, e não eram antropofágicos.” (BRAGA, 1894, p.3). Na sequência, disserta sobre a descoberta e a exploração de ouro no atual Estado do Mato Grosso, ocorridas em 1718, época em que a região era denominada “Sertões” ou “Campos de Araraquara”. O “picadão de Cuiabá”, que liga os paulistas àquela área, também consiste em indício de relevância da localidade.

Braga procurava, através da literatura, discutir o passado, para tanto, não deixava de citar as cartas de sesmarias, dadas aos habitantes que tinham interesse em empreender na região dos “Campos de Araraquara”. Uma referência pode ser notada quando ele relata um “intruso”, chamado José Pedro Neto, que, foragido de

Itu, se estabeleceu na localidade, sendo considerado o primeiro habitante vindo de “terras civilizadas”.

Neto conquistou muitos territórios, “varias posses”, denominadas “Cruzes, Almas, Lajeado, Rancho-Queimado”, Cambuhy, Ouro, Bonfim e Monte-Alegre” (ibid p.10), por isso, requereu, no início do século XIX, a legalização dessas terras, alegando que, devido à sua influência, muitas pessoas migraram à região. Gregório, tal como Pedro José Netto, um posseiro, e Ignacinho, dono de uma venda e de uma pousada, também se estabeleceram no local.

A escrita de Cincinato Braga baseava-se na noção típica de alguns historiadores paulistas do século XIX e nos conceitos do IHGB, entre eles “fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como mestra da vida que se cultua” (IGLESIAS, 1998, p.61).

Segundo Silva (2009), apesar de o IHGB dedicar-se a construir a história da nação do nascedouro até fins do século XIX, as regionalidades e suas influências, relacionadas ao espaço político, não foram anuladas. Por esse motivo, estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba criaram seus próprios institutos históricos. Os ambientes regionais passavam a levantar sua história, o que pode ser notado nas obras de Varnhagen, Machado D’Oliviera e Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, este muito citado por Cincinato Braga. Segundo Silva (2009),

nos três autores(...) o bandeirismo é re-significado, não é tomado mais como flagelo, como sangradouro de homens para as Minas Gerais, como foi em Frei Gaspar da Madre de Deus, mas como glória, contribuição, sacrifício paulista – quase como ato consciente e caução da fidelidade – para a construção e afirmação de uma espécie de destino manifesto, que culmina com a independência e a formação do império do Brasil. (p. 137).

Silva (2009) também expõe que alguns autores paulistas se incumbiram de associar a história de São Paulo à nacional. Desse modo, compreender a exaltação à peregrinação bandeirista “pelos sertões” e pelas “matas virgens” é fundamental para entender a história do território interiorano brasileiro.

Depois desse grande preâmbulo histórico-geográfico, em que insere o “lugar” dentro de uma conjectura de tempo maior, Cincinato Braga começa a entrar propriamente na história de São Carlos e relata a formação das sesmarias, responsáveis pelo início do desenvolvimento da cidade.

Já Philipe Ladeia de Faria, autor de um dos textos publicados no almanaque de 1905, destacou que o desenvolvimento de São Carlos deu-se a partir da aquisição da Sesmaria do Quilombo, pelo vigário piracicabano Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, e do apossamento de terras, por Miguel Alberto de Vasconcelos, as quais deram origem à Sesmaria do Monjolinho.

Num determinado ponto de sua narrativa, o autor cita os nomes de Carlos José Botelho e de Jesuíno de Arruda e descreve que o primeiro pretendia fundar uma cidade em suas terras, porém, como faleceu, coube ao segundo realizar tal ação. Em suma, Faria classifica os Botelhos como continuadores do ideal do patriarca e coloca Jesuíno de Arruda como colaborador. A família Botelho Destes, decorrem ações como a doação da imagem de São Carlos Borromeu e a construção da Igreja. Eles também contaram com a ajuda do tenente-coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal), presidente da Câmara de Araraquara, que solicitou, ao presidente de Província, a criação da subdelegacia e do distrito de paz, autorizados em 1857.

Cincinato Braga mencionou Jesuíno de Arruda como aquele que

trouxe de Piracicaba o carapina que levantou a capela; Ignacinho forneceu-lhe as telhas. Foi São Carlos (...) o padroeiro escolhido pelo muito devoto que lhe consagrava a família Botelho. Carlos o nome do pai, como já havia sido o do avô, e tem passado a filhos(...). (BRAGA,1894 p.16)

Arruda também foi o responsável por delimitar o sítio urbano em outras sesmarias da região:

Nós abaixo assinados, Jesuíno José Soares de Arruda e minha mulher Maria Gertrudes de Arruda declaramos que temos feito doação à freguesia de São Carlos do Pinhal de 500 braças de terreno tendo principiado no canto de cultivado Antônio Carlos de Arruda Botelho , seguindo por um rumo posto ultimamente por João Alves de Oliveira a preencher as ditas 500 braças e depois fará quadra procurando o alinhamento da povoação e depois medir-se-ão 300 braças e depois fará quadra. (...) Este terreno será vendido em datas para os moradores da freguesia que se estabelecerem de ora em diante, pelas pessoas que a Câmara para isso designar, e o produto da venda será aplicado as obras da igreja matriz da freguesia. (BRAGA p.17-18)

Os nomes de Antônio Carlos de Arruda Botelho e de Jesuíno de Arruda configuram a contenda da memória fundacional da cidade, visto que as escritas dos três autores que os estudam tomam partidos ora de um lado ora de outro. Quando

escreve sobre a formação do sítio urbano, Philipe Ladeia de Faria contraria a versão de Cincinato Braga — a qual é compartilhada por Theodorico Leite de Almeida Camargo —, pois reconhece Jesuíno de Arruda como doador da igreja da sesmaria. Para o autor, a construção de igrejas constitui o ato inaugural de núcleos urbanos no Brasil.

No geral, as seis publicações dos almanaques acabam por reinserir a discussão sobre o passado local. Na época em que circulavam, essas memórias, amparadas pelas convenções de uma dada historiografia do contexto, serviam para demonstrar um campo de disputas e de apropriação do passado.

Após dissertarem sobre o passado — ligado aos movimentos pelo sertão em direção a Cuiabá, no século XVIII —, a fundação do núcleo urbano de São Carlos e as histórias mitológicas que fazem parte do imaginário dos primeiros tempos, os autores registraram os acontecimentos do tempo presente e o progresso de São Carlos “do café”.

4.4 O Inventário do Progresso

A cidade consiste em espaço plural de experiências humanas e de usos diversos. Os sujeitos múltiplos podem tomá-la como espaço do capital e do comércio dinâmico das ruas, abrindo caminho na constituição de sensibilidades modernas, de espaço de lutas sociais e de conflitos entre capital e trabalho. Também podem entendê-la como um lugar de culturas formais e não formais.

São Paulo e São Carlos, apesar de, à época, passarem por transformações geométricas espaciais e populacionais diferentes, tinham, em comum, o grande empenho do poder público em promover o progresso. Visto de forma plural, como discurso, o progresso se espria para vários setores da vida social e forma um conjunto dissonante e complementar.

A noção de progresso vai sendo construída por volta do século XVII (ROSSI, 2000, AZEVEDO, 2003), está relacionada ao desenvolvimento das ciências e ao debate entre antigos e modernos. Para Fontenelle (AZEVEDO, 2003), os filósofos daquele tempo eram capazes de compreender os saberes antigos acumulados por séculos, o que possibilitou o avanço das ciências. A ideia de progresso opõe-se à noção mítico-explicativa do mundo. Para Rossi (2000), o presente mostra os problemas que exigem novas respostas e novos conhecimentos

. Dessa forma, o progresso percorre um caminho linear, em etapas, preenchido por um “lento acumular”, o qual demonstra a prosperidade da sociedade.

O progresso se alicerça na superação do atraso. Nas cidades, essa noção, nem sempre muito evidente, constituiu a tônica dos trabalhos destacados nesta pesquisa. A construção escrita de uma história, sob mãos tão diferentes, enfatiza imagens de São Carlos e de sua trilha para o constante avanço.

Observa-se uma preocupação dos autores em defender a noção de progresso. Ao mesmo tempo, procuraram definir um ponto em comum: mostrar momentos marcantes da história de São Carlos, além de informações atualizadas da cidade.

Os autores não esmiuçavam a vida cotidiana do núcleo urbano nos primeiros tempos. A cidade de taipa e das construções bandeiristas dos meados do século XIX, parecia predominar de forma geral, vindo a paisagem urbana a se transformar com a instalação da ferrovia, com o incremento de técnicas, de mão de obra e de materiais novos, importados da Europa.(BORTOLUCCI, 1991). Nesse sentido, a escrita dos autores é direcionada aos aspectos administrativos.

À época, São Carlos pertencia a Araraquara, porém à medida que a cafeicultura avançava, o município se emancipava política e administrativamente. Em 1857, ocorreu a fundação de São Carlos, que, apenas em 1865, ganhou o status de Vila, com eleições para formar a primeira Câmara de Municipal, instalada na residência do Conde do Pinhal. Esse fato é assinalado longamente nos textos, os quais apresentam nomes dos membros e a ata da primeira sessão da Câmara. Cincinato Braga descreve a área urbana construída da seguinte forma:

De Leste a Oeste, de dividindo o largo da Matriz em dois retângulos, atravessa a cidade o rumo que divide as sesmarias do Pinhal e do Monjolinho. Junto desse rumo, que é proximamente a linha das goteiras da atual Matriz, foi marcado o lugar para construção do templo. Toda a área atual da cidade e seus subúrbios era campo e mata. (BRAGA, p. 15)

Para o autor, a expansão da área urbana, a norte do núcleo, sofria com a resistência de um sesmeiro, João Alves de Oliveira. Após seu falecimento, Alexandrina Melchiades Alkmimin, viúva de Oliveira, doou as terras da família ao poder público. A região sul da área central também encontrava dificuldades para crescer.

Os autores também discorriam sobre a autonomia das discussões locais, o florescer da vida civil, a justiça, (à época, responsabilidade dos juízes de paz), as práticas dos partidos políticos no período do Segundo Reinado e no surgimento da República. Também destacavam outros aspectos, na verdade rastros de uma experiência vivida pela cidade, como, por exemplo, a epidemia de varíola, em 1874, e de febre amarela, em 1895, tratadas, nos textos, como um fenômeno de ruptura do progresso da cidade. A primeira é mencionada por Braga como “um poderoso golpe” no progresso:

Quando a peste extinguiu-se, era geral o sentir do retrocesso e que tal revés levara S. Carlos fal-a-ia uma povoação morta por muitos anos. Tal não aconteceu. (BRAGA, p.XXVIII)

Entretanto

A vida local redesevolveu-se como por encanto: — a repulsão reativa teve impulsos, para mais, em confronto com os ímpetos ativos. Cinco anos depois São Carlos era cidade... (BRAGA, idem)

Contudo tal epidemia não cessou o avanço da cidade, impulsionado pela cafeicultura (BRAGA, p. XXIX). Já a febre amarela se alastrou para grandes áreas do Estado de São Paulo no final do século XIX, nesse sentido, os autores narravam a quase desertificação das cidades paulistas, devido ao elevado número de mortes. Sobre São Carlos, relatavam que mesmo ante à dificuldade gerada pela doença, houve grandes esforços das autoridades públicas para assistir e medicar os enfermos, que causavam repugnância aos olhos da população. Por isso, eram isolados em uma parte do prédio da Santa Casa de Misericórdia.

O crescimento do setor cafeicultor demandava, como mencionara Braga, a substituição da logística de transporte de café — de tropas de mulas para a ferrovia. Na vizinha Rio Claro, por exemplo, a estrada de ferro da Cia. Paulista proporcionava altos ganhos. Braga registrou, em seu trabalho, o desejo de que São Carlos também contasse com tal símbolo de modernidade:

Ainda o ruído soturno do rodar de um comboio não tinha visitado os penates da bela Rio Claro, e já a imaginação dos são-carlenses se deliciava em esperanças de que pouco mais tarde, e estridente sibilar da locomotiva impeliria a carreiras vertiginosas aos veados e as emas dos campos do Feijão. Faziam estudos do traçado... (BRAGA. p. 29)

Em 15 de outubro de 1884, depois dos esforços do Conde do Pinhal, inaugurou-se a linha Rio Claro-São Carlos. Segundo Braga (1894),

houve por essa ocasião extraordinário entusiasmo popular. A Câmara Municipal celebrou sessão extraordinária e, na maioria de seus membros, compareceu, incorporada aos festejos de inauguração. (p.32).

As estradas de ferro da Cia. Paulista representavam a conquista, a novidade, assim como os bondes elétricos, os quais começaram a circular a partir de 1914, o que motivou um alvoroço público. A descrição feita por Theodorico Leite de Almeida Camargo, testemunha ocular do acontecimento na cidade, evidenciava um espírito de apreensão, calcado na possibilidade de uma possível falha humana.

Camargo (1914) não economizou palavras, tampouco foi breve na sua descrição. Por consistir em uma experiência recente na cidade e também em sua vida, seu relato enumera o empenho dos obreiros envolvidos, as titubeações do desenrolar desse processo e as expectativas amedrontadoras.

S. Carlos com bondes elétricos não passava de uma fantasia irrealizável para muita gente. Passavam-se os meses e nada faziam os concessionários, pelo menos na aparência, para dar cumprimento ao contrato. Parecia que tinham razão os pessimistas.”

Aproximando-se, porém, a época do vencimento do prazo estipulado, começaram a chegar os materiais, Trilhos e dormentes eram distribuídos aos montes em diversos pontos da cidade. Mas os pessimistas não estavam vencidos : tratava-se, diziam, de um plano da companhia para obter prorrogação do prazo e, depois, descansar...

Além dos materiais, porém, chegaram numerosos operários, que deitaram mãos á obra com vontade. Foi iniciado o assentamento dos trilhos, que era executado com admirável rapidez. (CAMARGO, 1915, p.66)

As dúvidas seguem, diante do novo, do improvável, das incertezas sobre o avanço da obra e de seu traçado. Uma cidade acostumada com transporte feito por animais de carga, com cenas do rural no urbano e com sensibilidades criadas na interrelação do humano com o animal, poderia muito bem inchar-se de expectativas das mais diversas diante da novidade.

O serviço não está sendo bem feito, clamavam os tais: as curvas são muito vivas, e isso fará os carros saltarem tora dos trilhos. Chegaram, por esse tempo, os primeiros bondes, que ficaram em depósito na fabrica de tecidos da Companhia industrial de S. Carlos. E foi, durante dias, uma verdadeira romaria para vê-los.(CAMARGO, 1915, p.66)

A grande e aguardada obra foi realizada. O trecho abaixo descreve que a máquina conseguira superar certo obscurantismo e a possibilidade de erro em relação ao seu movimento. Palavras como “suavemente” e “deliciosamente” constituem uma espécie de bálsamo para a conquista da cidade de São Carlos ante o medo da inauguração. A máquina, ou seja, o bonde elétrico, cumpriu o que se esperava, deslizou pelos trilhos assentados nas ruas e causou maravilhamento, sendo disputado pelas pessoas que desejavam passear pela urbe.

[...] em meados de Dezembro estava pronta a linha da rua S. Joaquim, que a 19 d'aquela mês, as 5 horas da tarde, era trafegada pelo primeiro bonde, um carro de carga, que transitou desde a fábrica de tecidos até ao depósito dos bondes, cheio de convidados, por entre as mais vivas e entusiásticas aclamações do povo, que se aglomerava pelas esquinas, afim de vê-lo passar.

Falhou inteiramente a previsão sinistra: o bonde não saltava fora dos rails ao fazer as curvas; corria suavemente, deliciosamente, como os melhores e mais aperfeiçoados veículos da sua espécie...

Logo a seguir, um ou dois dias depois, ficou pronta também a linha da rua S. Carlos, e os elegantes carros elétricos começaram a correr todas as tardes, sempre apinhados de gente, pois muitos eram os que disputavam com empenho a primazia na experiência. (CAMARGO, 1915, p.66)

Theodorico Leite Camargo (1914) mostra-nos a intensidade do desejo de experimentar as sensações dessa fantasmagoria, ao dizer que os bondes elétricos estavam a “correr todas as tardes, sempre apinhados de gente, pois muitos eram os que disputavam com empenho a primazia na experiência”. Porém isso ocorria, inicialmente, apenas em um pequeno trecho da cidade. Guardadas as proporções e diante do passado urbano recente de São Carlos, o aglomerado humano daquele lugar, seduzido pela novidade, eram compostos, para o autor, por integrantes de uma sociedade com novos padrões de percepção da realidade urbana.

Finalmente, ultimadas as instalações indispensáveis, foi a inauguração oficial marcada para o dia 27 de Dezembro, á tarde, devendo os bondes partir do largo Municipal. A prefeitura mandou construir vistoso e artístico coreto naquele logradouro publico, fez adornar com arcos de folhagens e com bandeiras multicores as ruas Sete de Setembro, S. Carlos e Major Jose Ignacio, nos trechos a serem percorridos pelos bondes inaugurais, e, para maior ordem dos festejos, distribuiu convites ás exmas. famílias, «sem os quais não era permitido o ingresso nos carros. As 14 horas, era belo de vêr-se o aspecto do largo, onde se aglomerava uma multidão calculada em cerca de quatro mil pessoas, entre as quais se viam s. exa. revma. o arcebispo-bispo desta diocese, o juiz de direito, delegado de policia, promotor, camaristas, prefeito, professores e alunos das diversas escolas, além de muitos outros cavalheiros e exmas. famílias, podendo dizer-se que alii se achava tudo quanto de mais distinto possui a nossa sociedade. (CAMARGO, 1915, p.67)

(...) Apesar da chuva impertinente que caía, notava-se por toda a parte grande alegria e animação, achando-se lindamente ornamentada a rua General Osorio, onde os veículos foram recebidos com frenéticas aclamações ao som de improvisada orquestra. (CAMARGO, 1915, p.68)

Essa passagem final destaca as sensações temporais dissonantes, explicitadas pela frase: “apesar da chuva impertinente que caía, notava-se por toda a parte grande alegria e animação”. A “chuva”, um fenômeno natural, uma relação com o tempo, não conseguiu impedir o espetáculo transeunte dos bondes, os quais impuseram um outro ritmo à vida e alteraram o espaço-tempo, descaracterizando a relação do homem com a cidade. Observe como o cronista destaca o clima de festa e a manifestação do povo, que celebrou a chegada dos bondes, cujo destino foi a Rua General Osório:

notava-se por toda a parte grande alegria e animação, achando-se lindamente ornamentada a rua General Osorio, onde os veículos foram recebidos com frenéticas aclamações ao som de improvisada orquestra. (CAMARGO, 1915, p.68)

As entidades culturais, que também se caracterizavam como responsáveis pelo progresso local, sempre foram citadas pelos autores, mas nunca analisadas com pormenores. Exemplo disso é o Clube Concórdia, pioneiro no ramo, fundado em 22 de abril de 1881, balizado sob o lema “honradez, moral e civismo”. Compunham-no, além dos membros fundadores locais, pessoas de origens espanhola e italiana. Havia também outras associações, como a “Sociedade Literaria e Beneficente”, a “Sociedade Meridional Unitti Vittorio Emmanuele III”, fundadas em 1900, e a associação “Dante Alighieri”, que manteve duas escolas para filhos de italianos em 1902. Em 1897, “outras organizações surgiram nesses termos, como é o caso da “Associação Commercial de São Carlos do Pinhal”, o “Club Literario e Recreativo”, ambos em 1904, e o “Hippodromo São Carlense”, “organizado sob a forma anônima, mediante ações de cem mil réis cada uma, no valor nominal(p.45)”, mesma forma pela qual passou a funcionar o “Velódromo São Carlense”.

Nos municípios do interior paulista, as escolas voltaram-se a cumprir os interesses republicanos, isto é, se tornar uma civilização associada ao moderno e à superação da barbárie. Nesse sentido, os colégios formavam os eleitores. O trabalho de Philippe Ladeia de Faria mostra o empenho dos poderes municipais em exhibir, no

espaço da cidade, um índice de modernidade por meio da proliferação de escolas públicas e particulares.

Quem conhece a história dos países civilizados e sonda os efetivos benefícios da instrução, sente-se satisfeito quando analisa fatos como estes, quando contempla no desenvolvimento dos princípios republicanos a aplicação proveitosa dos rendimentos, oriundos estes do povo, em benefício dele próprio. (FARIA, 1905, p.48).

A observação do cronista é característica do discurso que se propagaria pelo país para justificar as ações em torno da escola primária, modelo de orientação nacional elaborado pelo estado de São Paulo. No encerramento do seu texto, Faria comenta as diferentes religiosidades encontradas no município e retoma a preocupação com a higiene pública e com a secularização dos cemitérios.

Ainda sob essa temática republicana, associada à ideia de progresso, o autor afirma que:

Sob o influxo fecundíssimo dos principais republicanos a nossa municipalidade tem melhor dirigido a administração.
Em verdade os serviços públicos municipais, divididos racionalmente, são atendidos com regularidade.
A dotação do serviço de águas e esgotos é um melhoramento custeado pela municipalidade.
O serviço de higiene, constituindo um departamento especial, é feito pela Câmara Municipal, observando-se os ditames da higiene moderna.
A municipalidade mantém escolas públicas e as custeia. É talvez a mais importante função que exercita atualmente.
A observação está demonstrando diariamente que é necessário difundir-se neste Estado a instrução de modo que as instituições possam ser compreendidas e executadas beneficentemente.
A limpeza pública, além do que temos dito, é feita por contrato e se realiza com assiduidade.
A iluminação pública, que é fornecida pela eletricidade, efetua-se de acordo com o contrato entre Câmara Municipal e a Companhia produtora.
A verdade exige que os fatos sejam narrados como se passam. Portanto, podemos dizer que nas atuais circunstâncias, é deficiente a iluminação pública. (FARIA, 1905, p.18)

Se essa passagem anuncia o pensamento republicano sobre a administração do espaço urbano, pode-se pensar que São Carlos se inscrevera na senda do progresso, pois todas as características acima citadas revelam a concepção de uma cidade desejada e utópica, com vontade de superação do atraso, o que, na visão da elite local, significava o seu alinhamento aos novos tempos, tempos da *Belle Époque*.

Na parte em que descreve a cidade, seus aspectos concretos e os efeitos das necessidades coletivas, que resultam do processo de expansão urbana, o autor cita

a inauguração da Santa Casa de Misericórdia, a construção da rede de água e esgoto, a inauguração do prédio da Cadeia e Fórum, a fundação do Colégio São Carlos e do grupo escolar Ce. Paulino Carlos (o qual teve como orador o engenheiro Euclides da Cunha), além das duas edições da Exposição Regional de Animais. Na crônica de Camargo, estas teriam ocorrido em 1906, portanto, um ano após a crônica de Philippe Ladeia de Faria para o *Almanach de 1905*. Daí por diante, a cidade de São Carlos vai sendo narrada, como em toda a crônica, por fatos elencados ano a ano.

Sob a Primeira Exposição Regional de Animais, o cronista são-carlense afirma que:

Sob os auspícios da Sociedade Paulista de Agricultura, Commercio e Industria pelo governo do Estado, e por iniciativa do dr. Carlos Botelho, activo e operoso secretario da Agricultura durante a administração do dr. Jorge Tibiriçá, realizou-se no dia 28 de Maio, nesta cidade, a primeira exposição regional de animaes, que durou três dias.

Por essa ocasião, foi grande o movimento de povo na cidade, sendo consideravel o numero de visitantes que de outras localidades aqui vieram, attrahidos pelo interessante certamen.

Os festejos estiveram brilhantissimos; e, para este resultado, muito contribuiu o intelligente e zeloso intendente que tinha a nossa cidade na pessoa do dr. Victor Manoel de Souza Lima. [...]

O dr. Carlos Botelho, concorreu com o importante donativo de um conto de réis para as obras da exposição. (CAMARGO, p.50)

Na parte em que destaca as instituições, constam os nomes da Sociedade Paulista de Agricultura e da Comissão Geographica e Geologica, criadas para verificar terras que poderiam ser úteis à contínua expansão da lavoura cafeeira no interior de São Paulo. Já a Repartição da Estatistica e do Archivo ocupava-se dos “originaes de toda documentação administrativa e de interesse público para o Estado de São Paulo, bem como por todos os serviços de estatísticas e cartografia oficiais ou entregue por particulares.” Importante ressaltar o nome da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, instituição de ensino voltada a viabilizar o projeto de modernização da lavoura do estado de São Paulo, que contou com amplo incentivo do então governador Dr. Jorge Tibiriçá.

Victor Manoel de Souza Lima e Afonso Botelho de Abreu Sampaio também constituíram nomes relevantes para a cidade, pois investiram na exposição regional de animais. O primeiro havia sido vereador e intendente municipal entre os anos de 1905 e 1907, tendo também exercido, em 1904, o cargo de redator do jornal

A Cidade de São Carlos. O segundo, fazendeiro e político, se destacou por dotar a cidade de energia elétrica, criar a sede do bispado, reformar a Velha Catedral e prover a Santa Casa de Misericórdia. A Exposição de Animais no estado de São Paulo, especialmente em São Carlos, consistia em uma ação de Carlos Botelho, secretário da agricultura, para superar a crise do café dos finais do século XIX.

Theodorico Leite de Almeida Camargo, enquanto narrador do tempo presente da cidade, elencou acontecimentos numa perspectiva regressiva, cujo ponto de partida deu-se em 1914. Assim, em 1907, registrou os avanços no fornecimento de energia com a compra da “Companhia Luz Electrica de S. Carlos ” pela “Companhia Electrica Paulista”:

A iluminação da cidade, que era feita por 268 lampadas de 16 velas e 38 de 32 velas, é feita, hoje, por mil lampadas de 50 velas, além de 10 grandes focos, de 600 velas cada um, collocados no largo da Sé e á entrada do jardim. (CAMARGO, 1915, p.52)

No mesmo ano, constrói-se “o segundo pavilhão do mercado, destinado à venda de hortaliças, e ajardinado o largo onde fica situado aquelle predio municipal.” (Idem, p. 53).

Já em 1908, como parte dos esforços de homens notáveis da cidade em fomentar instituições de ensino público, lançou-se a pedra fundamental da futura Escola Normal de São Carlos. As obras foram concluídas em 1911. A configuração do edifício e sua robustez arquitetônica evidenciavam as premissas progressistas no campo educacional, como a superação da barbárie. Como foi instalado no alto da colina, o local proporcionava uma nova visibilidade dos componentes simbólicos do município. O novo tempo do progresso urbano despontava em seu aspecto material. O edifício, projetado em estilo eclético, foi concebido pelo arquiteto alemão Carlos Rosencrantz, pelo engenheiro Raul Porto e pelo mestre de obras Torello Dinucci. A respeito disso, Morila (2000) teceu considerações interessantes em sua análise, englobando focos não tão evidentes no texto de Theodorico Leite de Almeida Camargo:

Fruto de uma disputa política local – entre integrantes do PRP – criada e instalada às pressas em uma cidade onde o elemento estrangeiro se organizava, funcionou de forma improvisada até que seu suntuoso prédio ficasse pronto. Mesmo depois de pronto – e se considerarmos as indicações de alguns autores – a Escola Normal teria se convertido em mera escola onde as filhas da elite local aguardavam um bom casamento. Se a escola republicana deveria se fazer ver, a Escola Normal de São Carlos é um monumento a República, mas que esconde em sua historicidade as contradições de uma transformação perpetrada por uma elite.

O cronista Camargo também destaca a criação da Fábrica de Tecidos Magdalena, sem mencionar quem a fundou (atualmente acredita-se que o engenheiro suíço Germano Fehr fosse o proprietário):

no dia 2 de Fevereiro de 1911, ás 3 horas da tarde, foi assentada a primeira pedra do edifício da Fabrica de Tecidos Magdalena, de propriedade da Companhia industrial de S. Carlos. A cerimonia, que foi abrilhantada pela Banda Brasileira, compareceram muitas pessoas gradas.

Nesse contexto, vale ressaltar que a cidade vivia um incipiente processo de industrialização, mas a tecelagem não possuía vínculo direto com a lavoura cafeeira, mas sim com iniciativas particulares, que proporcionaram uma nova energia ao fluxo da urbanização. Em 1916, a fábrica entrou em falência e foi incorporada à “Companhia de Fiação de Tecidos de São Carlos”.

Neste mesmo ano de 1911 foi estendido o abastecimento de água com a ligação a canalização da Ponte do Taboão, assim como houve mais uma epidemia de varíola que acionou o governo estadual a criar uma comissão de combate ao “trachoma e a anquilostomose”. A sede de inspeção desse serviço ficou

[...] a cargo do dr. Gastão de Sá, funcionou, a começo, numa dependencia da Santa Casa, passando, mais tarde, para a casa n. 19 da rua D. Alexandrina. Tambem foi estabelecido um posto em Santa Eudoxia, de que era medico o dr. Francisco Granadeiro Guimarães Júnior. (CAMARGO, 1915, p. 60)

Mais uma ação é comentada pelo cronista de atitude da “Sociedade Paulista de Agricultura” que foi a realização do “Congresso Agrícola”.

Em Dezembro [1911], durante os dias 15, 16 e 17, iniccionou na nossa cidade, sob a presidencia do sr. Amos L. Post, o quarto congresso agricola do Estado, com assistencia de crescido numero de lavradores. Produziu o discurso inaugural o dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal. O programma observado foi o seguinte:

Dia 15 chegada dos congressistas; sessão de instalação ás 8 1/2 da noite.

Dia 16 visita ao Posto Zootechnico, onde assistiram diversas experiencias de applicação de machinismos no preparo do sólo. Almoço oferecido pela Commissão de Agricultura de S. Carlos

A' uma hora da tarde celebrouse a 2a sessão do Congresso e ás 7 horas da noite a terceira.

Dia 17-As 7 horas da manhã, visita á fazenda de café oferecida pelo governo para demonstrações agrícolas (pertencente ao sr. Joaquim de Arruda Campos) onde examinaram diversas experiencias de poda, desbrota e adubação de cafeeiros. (CAMARGO, 1915, p. 60)

O evento foi finalizado no Club Concordia que juntamente com uma outra agremiação compunham o lado de lazer elitizado da cidade que foi o Derby-Club fundando em 1912 e responsável por se responsabilizar pelo

[...] melhoramento da raça cavalar por meio de corridas, concursos hípicas, exposições, etc. O prado, denominado Hippodromo Sancarlense, foi construído num terreno próximo ao extremo norte da rua Uruguayana, afim de não acontecer como com o primeiro hipódromo, cuja decadência foi em parte atribuída á sua grande distancia da cidade. (CAMARGO, 1915, p. 61)

Articulado a esse espaço de lazer havia o “Theatro Polytheama” dos Srs. Amilcar Quintella e Brasílio Leite que foi uma casa de espetáculos cinematográficos. Encontramos no historiador Ary Pinto das Neves uma descrição dos primeiros anúncios da sua inauguração:

Polytheama
Estreia com filmes.
Grande Surpresa ao publico.
As exibições começam as 7 horas da noite.
Amanham – Amor de Pai, drama de 5actos, 2500 metros e 615 quadros, verdadeiro assombro da arte cinematográfica⁴. (NEVES, 2007, p. 47)

Se o cinema era um personagem da vida são-carlense isto se deve a energia elétrica implantada no município movendo suas fabricas e outros serviços. Descreve o cronista que

Em 15 de Junho, foram assignados pela Câmara, representada pelo seu zeloso prefeito, sr. José Rodrigues de Sampaio, dois contratos de grande importância pela sua direta relação com o desenvolvimento da nossa cidade e município: referimo-nos ao contrato de novação e prorrogação do prazo, celebrado com a Companhia Paulista de Eletricidade, para o fornecimento de força e luz, e ao contracto realizado com o sr. Argeo Vinhas, para a instalação de linhas de tramwayelectricos na cidade e seus subúrbios. (CAMARGO, 1915, p. 61)

O inventário de temas que fizemos através dos cronistas, demonstra os índices de modernidade alcançados pela cidade de São Carlos na “Belle Epoque Caipira” promovida pela cafeicultura.

Podemos aludir que Cincinato Braga faz um relato da cidade baseado na urgência de delimitar um passado mais articulado com uma história nacional dos

⁴ Ainda segundo o historiador (P. 47), “[...] uma noite de espetáculo era alguma coisa de inusitado, que marcaria a vida de alguém, vindo da roça para apreciar o viver da cidade. Antes do cinema propriamente dito, projetavam-se anúncios luminosos, fixados em chapas de vidro, pintadas com nanquim, invenção de um Pedro Marcondes, que por aqui andou em 1921; isto se tornou particularidade das salas de exibição são-carlense [...] Cada cinema tinha sua orquestra própria, que não só divertia a assistência no início dos intervalos, como selecionava números apropriados para servir de fundo musical durante a projeção [...] outra atração dos cinemas era os “baleiros”, meninos com tabuleiros de balas de coco e de café, rebuçados e mil e uma guloseimas, que percorriam as filas de cadeiras, anunciando em voz cantante o seus apreciados quitutes”.

“grandes acontecimentos” e faz isso com o objetivo de, por meio de sua escrita, inserir São Carlos no tempo das transformações pelas quais grassava o país na passagem do império para a república. Não fica longe de narrar os acontecimentos presentes situando um arco entre presente e passado. Todos os autores possuem uma preocupação com datas, dia, mês e ano dos acontecimentos, denotando assim uma característica de trabalho de história positivista de suas narrativas sobre a cidade.

Faz-se importante ressaltar que não podemos terminar nossa análise sem antes pensar no impacto que uma publicação como a do almanaque tem sobre a escrita dos três autores. Ao tomarmos o almanaque como um “livro” de assuntos variados (um receptáculo textual e imagético, feito para leitura ágil e de leve manuseio) organizado para difundir nesse caso, informações locais sobre o “estado atual da nossa cidade”, os sentidos produzidos por esses “homens abnegados” e dispostos a colaborar com essas publicações produzem textos que vão do geral para o particular, de uma macro para uma micro-história, de um manifesto interesse em datar e em relatar, ano a ano, as conquistas da cidade aparecendo como uma linguagem que deveria ser a mais acessível. As escritas dos autores oscilam entre o urgente registro da existência da localidade, inserida numa narrativa que remete a um passado grandioso, um lócus recuado no tempo, necessário para destacar essa identificação, e um tom de “inventário do presente”, pois destacam as superações dos problemas na construção da cidade, confirmando o progresso alcançado. Os textos também se tornam a validação dos atos das figuras públicas locais, na ação da concretização do moderno, caracterizado pelas realizações em termos de um presente dinâmico. Desse modo, Cincinato Braga, Philipe Ladeia de Faria e Theodorico Leite de Almeida Camargo, nos almanaques de 1894, de 1905 e de 1915 ,respectivamente, estabelecem um modelo interpretativo sobre o passado de São Carlos.

Por esta razão, cria-se uma ambivalência bastante importante de ser pensada: esses textos parecem fugir, quando publicados em almanaques, de caráter descartável e fugaz. Ao contrário, nos almanaques conseguem instituir memórias, balouçando entre o passado e o presente, E projetar-se para um “horizonte de expectativa” (futuro) onde tentam criar imagens de “espaços de experiência” vividos pela cidade de São Carlos em seu projeto sobre o moderno construído pela ferrovia e pela cafeicultura.

5 CIDADE DA IMAGEM

“A fotografia talvez seja, dentre todos, o objeto mais misterioso que compõe e dá consistência ao mundo que identificamos como moderno.” (Susan Sontag)

Desde o seu aparecimento, nos anos trinta do século XIX, a fotografia se faz presente na construção da cultura nas sociedades modernas do ocidente. Nesta se encontra, sob diferentes aspectos os modos de ser, viver e compreender a realidade a partir das representações geradas pelo olhar fotográfico. As fronteiras geográficas pelas quais a fotografia perpassou e os seus usos documentam na prática as realidades históricas e servem de registro das transformações do final do século XIX para o começo do século XX. Neste sentido vislumbra-se a fotografia como um dos meios de captura e registro do ambiente da cidade moderna já que por sua vez é fruto do advento da Segunda Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XIX que entre outros atributos foi marcado em termos tecnológicos pelo uso da eletricidade, pelo petróleo, novos elementos químicos entre eles os que aparecem na composição orgânica das fotográficas.

Neste capítulo objetivamos analisar as fotografias existentes nos almanaques de São Carlos das edições de 1915, 1916-1917, 1927 e 1928 e suas respectivas mensagens apelando para a construção imagética da cidade a partir dos recortes do espaço criados pelos seus fotógrafos e inseridos na lógica das páginas dos almanaques.

Importante mencionar para tal compreensão que as fotografias que serão analisadas aqui estão dispostas nos almanaques de 1915, 1916-1917, 1927 e 1928 dentro de uma estrutura de apresentação associadas em meios às páginas dos trabalhos históricos dos autores analisados no capítulo anterior o que já implica levar em consideração que estes se mostram como prova da realidade, imagnetização do moderno no espaço da cidade. Já no almanaque de 1916-1917 devido a sua estrutura mais organizada por agrupamento de temas as fotografias aparecem ora isoladas ou associadas a textos que a justificam. Caso esse são por exemplo da “Estação Zootecnica Padua Sales” e das fotografias de fazendas.

5.1 A fotografia na cidade

No processo da pesquisa encontrar referências que nos permitissem avançar numa compreensão do visual na cidade de São Carlos nos levou a documentação diversificada e pontuada tais como almanaques diversos relativos ao Estado de São Paulo, livro de profissões e ofício da cidade de São Carlos e jornais locais, mas que nos ofereceu algumas condições de constatar a existência da fotografia na cidade. Trabalhos pioneiros no campo da pesquisa em fotografia direcionada para as práticas da mesma no interior paulista tem conseguido esclarecer os campos de atuação dos fotógrafos, suas condições profissionais num meio ainda incipiente, e os usos dos materiais produzidos pela fotografia pelo poder público (MARQUES 2015; RIBEIRO 2003).

A mais antiga informação encontrada sobre a fotografia, em São Carlos, remete ao ano de 1880. A referência é encontrada como notícia do jornal *A Tribuna de São Carlos*, a qual apresentava um estabelecimento fotográfico na cidade, alocado na casa do senhor chamado Antônio Franco de Lacerda, no largo da Matriz. Os serviços fotográficos eram prestados por M. Sá de Vasconcellos, o qual oferecia serviços de qualidade para os clientes e interessados em fotografia. O jornal chama a atenção dos leitores para apreciar os trabalhos de M. Sá de Vasconcellos, responsável pela invenção do “systema Nacarino e Luzolino” (sem averiguação técnica) com trabalhos de comprovação.



PHOTOGENEZIA

Está aberta á concurrencia do illustre publico d'esta cidade, o estabelecimento photographico, montado com todos os requisitos para se tirarem retratos em todos os formatos e nos systemas mais perfectos.

Pela exhibição de seus trabalhos, poderão avaliar a nitidez, gosto que stereotypão as exigencia, das pessoas que desejarem retratos retocados.

Largo da matriz na casa do Illmo. sr. Antonio Franco de Lacerda.

O photographo e Chimico
M. de Sá Vasconsello

No *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885* aparece, quando traz informações sobre São Carlos, o nome de “João Baptista de Queiroz Assumpção”. O referido nome não aparece no almanaque do ano seguinte.

A “Photographia Herreros”, de José Herreros, aparece em anúncio de 1895, no jornal *Ordem e Progresso*, loja que predominou como uma das referências em fotografia na cidade.



Dentre estabelecimentos fotográficos, o de Filemon Perez (1843-1923) foi um dos mais famosos. Porém não se sabe precisar a data de seu surgimento, mas sim a fama de seu proprietário, o qual realizou trabalhos em Araraquara, em São Carlos, em Rio Bonito. Há informações sobre ele em trabalho de Boris Kossoy sobre fotográficos brasileiros, no qual se destacou o fotógrafo e “[...] seu estabelecimento “Photographia Central. Encontrava-se em atividade no interior paulista no final do século XIX. Além disso, no verso de suas “cartes de visite”, divulgava os endereços de São Carlos do Pinhal e de Araraquara, na qual se anunciou em 1896 (KOSSOY, 2002, p. 156). Em São Carlos, aparece em anúncio no jornal O São Carlos do Pinhal, em 1896, com o nome de “Grande Photographia Central” e assinado como “F.Perez & Comp.” O interessante desse anúncio de Perez era a apresentação de todos os trabalhos que o fotógrafo realizara desde os primeiros momentos de atividade, em Araraquara, até a chegada a São Carlos: “vistas de prédios”, “fazendas”, “jardins”. Ao pensar nesses anúncios, infere-se que a “Photographia Herreros” e os serviços de Perez dividiam a atenção da cidade, simultaneamente.

Em outro jornal, A cidade de São Carlos, em 1908, Filemon Perez aparece com o estabelecimento denominado “Photographia Perez”, que funcionou na Rua Alexandrina, número 321. Porém há lacuna documental no Livro de Profissões e Ofícios, entre os anos de 1903 e 1906. Apesar da lacuna, ainda havia dados sobre o estabelecimento de Perez até 1909, registrados no livro de profissões e ofícios, em que consta aberta a loja na Rua Sete de Setembro número 30.

Porém ainda há informações sobre a “Photographia Perez”, em 1917, em anúncios no jornal O Correio de São Carlos, estimulando os leitores a conhecer a nova loja. A partir daquela data, encontraram-se dados sobre Perez até 1920, apresentando-se os serviços do fotógrafo com cuidados em fotografia e com letreiros. Nesse ano, há registro no Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões da venda do imóvel da loja de Perez para José Sarracino. (LIVRO DE IMPOSTOS SOBRE INDUSTRIAS E PROFISSÕES, 1920).



Fonte: Ordem e Progresso 21 de jul 1896.

No ano de 1910, a mesma fonte registra o estúdio fotográfico de José Ehrlich, na Rua do Carvalho, número 66 e de Hugo Graeser, na rua Sete de Setembro, número 23, anunciado até o ano de 1915. Todavia, nesse intervalo de tempo, desaparece o nome de José Ehrlich e aparece o de Ernesto Walkstedt, sobre o qual não se encontraram referências biográficas. Apesar disso, sabe-se que Walkstedt dividiu, com Graeser, os trabalhos fotográficos na cidade, já que, segundo as pesquisas junto ao *Livro de Profissões e Ofícios*, abriu seu estabelecimento comercial, um estúdio fotográfico, na Rua General Osório, número 62, em 1912. Mudou seu endereço para a mesma rua no número 70, depois 80, onde permaneceu até o ano de 1918. No Almanaque de 1915, anunciava-se a “Photographia Ernesto”, na Rua General Osório, 70, apresentando-se suas qualidades: “executa com perfeição todos os trabalhos da arte, obedecendo aos modernos processos”.

arrendaram a Photographia Péres e mais tarde fundaram a firma GRAESER & CIA, estúdio e loja de artigos fotográficos, que funcionou até 1945. Lá os sócios dedicavam-se às fotografias de retratos em estúdio e retratos de alunos dos grupos escolares da cidade. Durante esses anos de atividade, ele atuava fotografando pessoas em estúdio e não produzia fotos em espaços abertos, seus clientes eram fotografados com cenários de paisagens pintadas em telas, num ambiente de total controle da luz e da cena.(...)

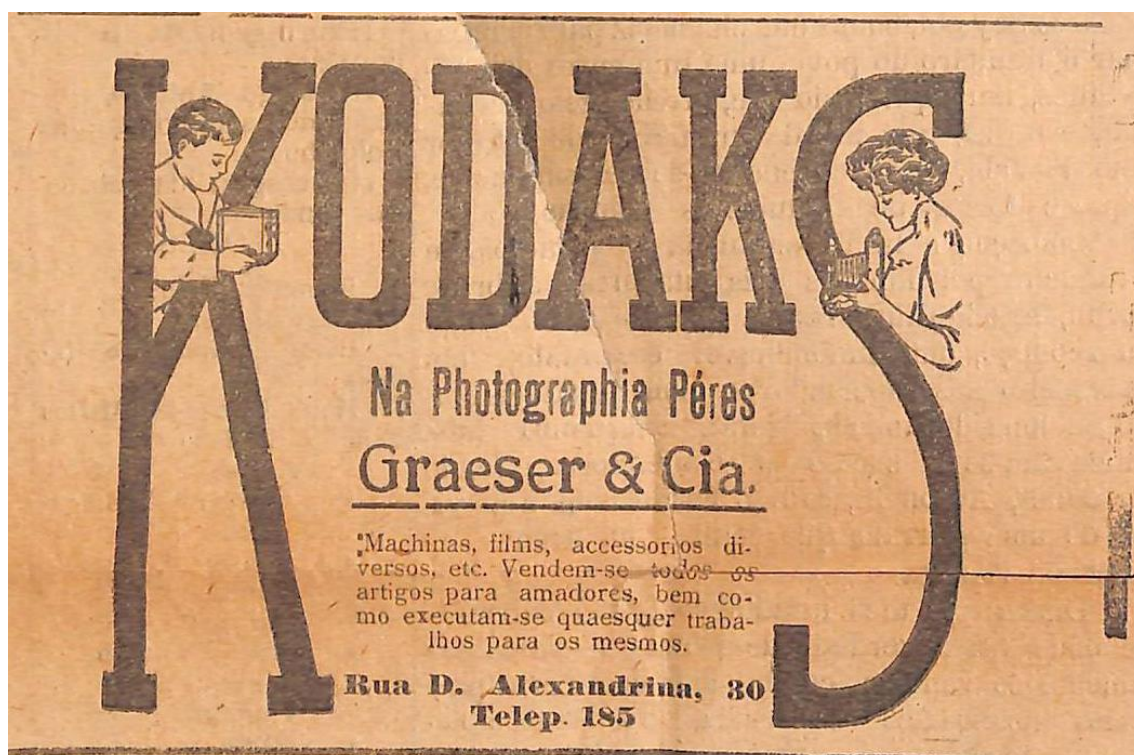
A firma GRAESER & CIA, em São Carlos, também trabalhava com comercialização de materiais e equipamentos, conforme consta no papel timbrado da empresa (figura 16). Eles trabalhavam com artigos fotográficos e eram agentes de empresas como a Kodak, Goerz, Agfa, Hauff, Bayer, Pathé-baby, entre outras.(P.31).

Curiosamente, como afirma Garcia, não seria Hugo Graeser, mas sim seu filho Herman, apelidado de Germano, quem daria sequência aos trabalhos com fotografia em São Carlos, tanto é que, nos almanaques de 1927 e 1928, a assinatura das imagens é dele.



Fonte: Almanach-Annunario de S. Carlos 1928.

Os fotógrafos elencados neste trabalho tiveram, em comum, o objetivo de envolver o público urbano com serviços que procuravam divulgar a novidade da fotografia como consumo de imagem. Tanto que são milhares os trabalhos produzidos por eles presentes no acervo fotográfico da Fundação Pró-Memória de São Carlos, a qual cataloga, com primor, mais de 20 mil fotografias. Nesse panorama, interessa observar e analisar as fotografias como coleção impressa nos almanaques, possibilitando construir uma narrativa imagética da cidade.



Correio de São Carlos 14 de abril de 1923

De acordo com as referências, os fotógrafos da São Carlos, entre o final do XIX e início do XX, eram o que Ribeiro (2003) chamou de “fotógrafos profissionais” na comparação com os “amadores”. Numa classificação retirada do catálogo da exposição “A fotografia de Arte em 1900”, a autora cita que

A fotografia profissional é caracterizada por um estilo impessoal, estritamente utilitário ou ilustrativo e uma representação estéril e não engajada na realidade. Para continuar a justificar socialmente seu passatempo favorito, os amadores procuram novos temas, de um nível mais elevado (RIBEIRO, 2003, p. 9)

Os fotógrafos Ernesto Walkstedt, Filemon Perez e Hugo Graeser, em colaboração com os organizadores dos almanaques, a partir de 1915, registram a

cidade em progresso e, juntamente com outras linguagens do almanaque, compõem um conjunto que se associa aos interesses de revelar os aspectos desse progresso. Desse modo, as fotografias constituem recortes do instantâneo urbano, flagrantes da pequena urbe, que, agrupadas, criam uma “crônica fotográfica” da São Carlos republicana”.

Inicialmente pretende-se fazer incursão muito breve pela existência de estúdios fotográficos na cidade de São Carlos, para, em seguida, analisar o registro individual dos fotógrafos presentes nos almanaques ao se lançarem na tematização da cidade.

5.2. “As poses da Princesa do Oeste”

A partir desse ponto do capítulo com sua intenção de revelar as imagens urbanas produzidas por fotógrafos específicos, seus temas mais recorrentes na divulgação dos almanaques, optamos por trabalhar com a possibilidade de afirmação em torno da fotografia profissional, como aquele que atende a um propósito de encomenda organizado pelo editor dos almanaques. Embora saibamos que a fotografia já circulasse pela cidade a partir das iniciativas dos fotógrafos elencados logo atrás, entendemos que um registro “oficial” da cidade possui objetivos muitos claros quanto ao público leitor de almanaque.

Retornando ao tema da fotografia algumas delimitações se fazem necessárias para melhor relação do campo entre fotografia em História. O filósofo Walter Benjamin compreende que a fotografia desde o seu surgimento configura-se como uma dos traços fisiognômicos da modernidade capitalista (BENJAMIN, p.222). Por fisiognomia, entenda-se por uma certa arte de ler o mundo através de imagens (BOLLE, 1996, p.40). Para Walter Benjamin, “escrever a história significa dar às datas a sua fisionomia” (BENJAMIN, 2006: 518) ou seja o rosto da história. Imagens são para Benjamin produtoras de movimentos dialéticos, expressões do mundo contemporâneo em constante transformação e aceleração e que propiciam a produção de um conhecimento sobre a história. Mas também são capazes de demonstrar magia e maravilamento eivada de uma técnica que contraria o estado natural da história. A fotografia como técnica e a imagem como seu fim produzem sentidos outros.

Por meio de imagens – no limiar entre a consciência e o inconsciente – é possível ler a mentalidade de uma época. É essa leitura que se propõe Benjamin enquanto historiógrafo. Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele atribui à *fisiognomia* das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância das “grandes ideias” e às obras de arte consagradas. (BOLLE, 2000. P.43).

Para Boris Kossoy, o fotógrafo que captura uma dada imagem o faz com vistas em um estado de espírito e uma ideologia particularizando uma visão pessoal imbuída de certa bagagem cultural. Toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo e, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível. Um fotograma de um assunto do real, sem outros fotogramas a lhe darem sentido: um fotograma apenas, sem antes e sem depois (KOSSOY, 1991, p. 28). Contudo a fotografia mostra-se como “objeto visível (que) dá a ver mundos invisíveis através do estabelecimento de uma relação de representação, sempre relativa a um observador que mira o objeto a partir do seu museu imaginário, formado por marcas e impressões pessoais, afetivas e subjetivas”. (POSSAMAI, 2013, p. 43)

Esse registro congelado, recorte do tempo, isolado em seu aspecto residual do passado, surge como um inventário do tempo retratado. Nesse aspecto, uma coleção de fotos é uma proposição no campo do desejo da finalidade. O que se quer construir oscila entre o autor da foto e seu objeto. Nesse caso, um aspecto que não por acaso acaba ocorrendo é que a fotografia passa a ser um testemunho histórico, porém um testemunho do próprio autor. Não existe um ordenamento temático por imagens e as fotografias aparecem entremeadas por textos ou mesmo isoladas. Em todos os casos aparecem com legenda.

Nesse momento coloco-me como um leitor visual com a incumbência de um pesquisador a desbravar esse universo de imagens que aparecem no Almanach de 1915. Meus olhos procuram assim perceber a cidade concretizada pela escolha do olhar do fotógrafo e assim capturar com um flash analítico a cidade que se quer revelar. Algumas posições precisei tomar em relação ao material: não segui a ordem de aparecimento das fotografias. Procurei a análise feita por grupos temáticos recorrentes próprios desse “olhar” que procuro acompanhar e que produzir as imagens urbanas das quais meus olhos procuram compreender.

No *Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I* encontramos o trabalho autoral do fotógrafo Ernesto Walkstedt. A “coleção” formada por Ernesto no almanaque de 1915 soma um total de 53 fotos. A presença da fotografia nesse almanaque situa-se num momento de grandes transformações da cidade. Ela tece um diálogo com as demais informações do almanaque tais como as crônicas e memorialistas e com a publicidade já analisado aqui no capítulo dois.

No ano de 1917 era lançado o “Almanach-Album de São Carlos 1916-1917”. Um trabalho de monta, muito próximo de estrutura e formato ao “Album de Araraquara” de 1915. Por sinal ambos contem trabalhos do fotógrafo espanhol Filemon Perez ou Philemon Perez. O “Almanach-Album de São Carlos para 1916-1917” possui 209 fotografias dedicadas às varias facetas de São Carlos, tanto como espaço urbano como no espaço rural, sem deixar destacar as imagens relacionadas à propaganda, e as personalidades locais. No tema do espaço urbano aparecem desde a capa que também contem uma imagem da “Escola Normal Secundaria” sendo decorado com motivos icônicos e estilísticos de art-nouveau.

Como o conjunto de Filemon Perez é bastante grande para fins de análise daremos apenas destaque a algumas imagens de cada grupo. No primeiro grupo o do Espaço Urbano destacamos a temática do ensino com destaque para o “Atheneu Sancarlense”, estabelecimento de ensino particular, e o grupo escolar “Cel. Paulino Carlos”.

Nos dois últimos almanaques são-carlenses as fotografias são de autoria de Hugo Herman Graeser. Nesse item do capítulo aproximamos os dois almanaques para compreender quais os focos que teriam sido celebrados por Graeser haja vista que a distancia entre o ultimo analisado passa a ser de quase 11 anos. As dimensões desse primeiro almanaque como já foi dito anteriormente, são pequenas perto dos demais, apenas 67 páginas conta com 14 fotografias. Já o de 1928 possuindo um volume muito maior de paginas compreende um numero maior de fotografias num total de 45. As imagens registradas por Graeser ainda enfatizam os espaços urbanos demonstrados por Ernesto Walkstedt e Filemon Perez. Outros planos e espaços vão sendo acrescentados em comparação dentre eles.

O trabalho das historiadoras Solange F. Lima e Vania Carneiro de Carvalho analisam as imagens da cidade de São Paulo produzidas nos álbuns das décadas de 1920 e 1950 tendo como contribuição uma ampla pesquisa em

bibliografia especializada que pormenoriza um grande índice relativo à técnica utilizada por fotógrafos em relação aos modos de registrar a cidade em imagens. Assim, uma vista como esta que está logo em seguida possui uma forma de realçar a materialidade da paisagem da cidade. Se levarmos em conta a legenda da fotografia já observamos um primeiro dado sobre a noção de progresso na experiência dos habitantes de São Carlos. A seguir dividimos nossa análise por sessões de acordo com os grupos de imagem no conjunto dos almanaques (MICHELON, 2001)

5.2.1. Vistas Panorâmicas

A primeira imagem de nossa análise toma como ponto de referencia a partir da Estação Ferroviária da Cia. Paulista. A principio (pelo estúdio da “Fotografia Ernesto”). Por esse ponto da cidade o olhar se dá em consideração a geografia do sítio urbano são-carlense: vê-se uma praça ajardinada com árvores, pessoas em momento de lazer e convívio, postes de luz elétrica, charretes estacionadas e atreladas aos cavalos e, ainda que forçando o olhar podemos ver um carrinho com um senhor de bengala em frente a uma árvore o que poderia sugerir a existência de um comércio ambulante.

Ao centro da imagem ainda no chão próximo a estação de trem surge um trilho de bonde inaugurado nos anos de 1914 (ideia que demonstrarei num recorte de imagem). Por fim, a cidade surge subindo a colina e pontuando a linha do horizonte com alguns vários prédios públicos, igreja e casarios. O olhar não tem nessa cena uma visão do rural, ou melhor, de pontos da natureza onde a cidade faz seu limite, pois o autor da imagem quer fazer emergir nesse ato e ampliar o tema do urbano e sua paisagem.



Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

Detalhe do trilho de bonde elétrico à esquerda (recorte meu).



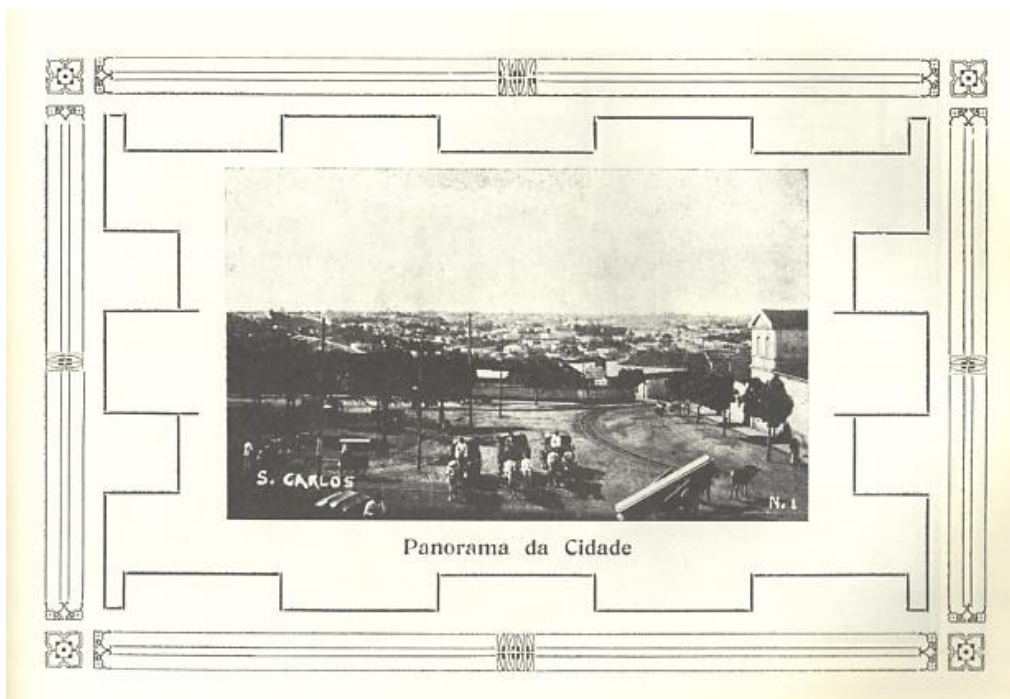
(recorte meu da fotografia acima)



Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

Sob outro aspecto na mesma temática das vistas da cidade, a imagem (fotografia 2) logo acima ressalta a arborização da cidade pela rua retratada bem como pelas linhas retas da rua que somem para abrir o horizonte mais uma vez para a contemplação da urbe. Esta chega a referendar a mensagem da primeira imagem embora os ângulos do fotógrafo e sua subjetividade tenham escolhido um ponto da cidade para estabelecer o recorte.

A fotografia seguinte traz o mesmo tema das vistas panorâmicas que nesse caso aparece em página inteira do almanaque de *Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917*. A praça em frente a estação de trem da Cia Paulista, possui carros parados com animais, carroça de carga estacionada. Traduz o que bem colocou Massarão(2018), “a cidade estendida aos pés da ferrovia”. Outra tomada na imagem seguinte traz uma vista da rua, provavelmente a Rua São Carlos, subindo a colina central e a área de expansão da cidade ao redor tendo no final da rua a imagem de um bonde elétrico.



Fonte: Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

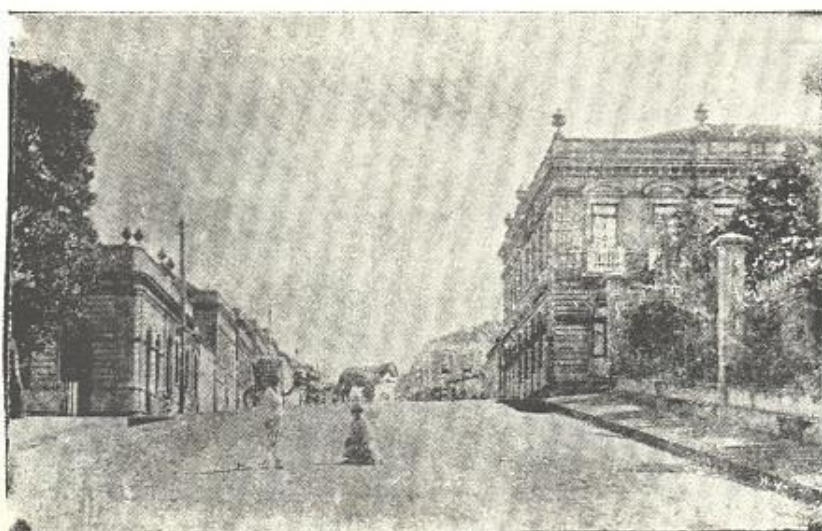


Almanach-Anuario de S. Carlos - 1928.

5.2.2. Ruas

As fotografias concernentes as ruas nos almanaques são-carlenses constituem uma presença afirmativa revelando simbologias urbanas do crescimento. Elas podem estar distribuídas entre propagandas, isoladas ou mesmo envolvidas por algum texto adquirindo tom de comprovação ou aleatoriamente apenas constituindo presença na associação com o texto.

A fotografia seguinte apesar de estar no Almanach de São Carlos – 1915 não possui a assinatura de Ernesto Walkstedt. Possivelmente é uma fotografia de data anterior o que se pode sugerir pela legenda que registra como sendo “antigo trecho”.



Antigo trecho da rua S. Carlos, onde se vê o palacete Condessa do Pinhal.

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

Nessa imagem o céu profundo e os edifícios lado a lado na Rua S. Carlos tanto a direita como a esquerda criam uma geometria que acaba por destacar a rua ao centro que por sua vez contem três personagens que asseguram outro dado do olhar, a volumetria das construções em comparações aos humanos e animais. Destacam-se conforme legenda o Palacete da Condessa do Pinhal, esposa do Conde do Pinhal que por essa denominação na legenda possivelmente coloca a imagem após o ano de 1901, ano de morte do Conde. Do outro lado está o Jardim

Público logo em frente deste palacete e ao lado direito da Rua São Carlos. Jardim este amuralhado conforme a existência dos jardins públicos e de passeio à época.

Nas memórias da cidade escritas pelo historiador Ary Pinto das Neves, o Palacete e o Jardim Público aparecem como símbolos de um espaço de discussões políticas envolvendo neste caso no primeiro a monumentalidade da construção da moradia do benfeitor maior da cidade de São Carlos e também seu fundador, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal; Torna-se, portanto um ícone da suntuosidade de opulência do seu tempo proporcionado pela materialidade financeira dos lucros do café e que se concretizava no espaço da cidade. Quanto ao segundo, o Jardim Público um passeio pela memória do lugar nos faz compreender o interesse em destacar na imagem esse espaço ainda que não detidamente. O historiador registra que

“O alvorecer de 1895 encontrou o Jardim Publico em condições de inauguração.

Arbustos e árvores já se encontravam em altura de dar a vista, flores despontavam nos canteiros cuidados, verdejava a grama inglesa, alimentada pelas chuvas abundantes do últimos verão.

O coreto, construído em estilo *fin de siècle* pelas mãos habilidosas de mestre Attilio Picchi no centro do Jardim [...] aguardava os músicos para a primeira retreta.

A grade de ferro com ponteiras de bronze, nova em folha, defendia a área de penetração indesejável, sem impedir a todos a visão das belezas que encerrava. [...]

Logo pela manhã, os sinos da torre da Matriz bimbalhavam festivos, enquanto os rojões espocavam nos ares, mensageiros que eram indispensáveis de toda alegria cidadina.

Das janelas dos casarões que ladeavam o largo, especialmente do palacete do Conde do Pinhal, recentemente construído, pendiam peças de fino tecido e guirlandas floridas.

Famílias em vestes domingueiras concentravam-se na Rua de São Carlos em frente ao portão principal do Jardim, onde ocorreria a solenidade. [...]

Um mar de palhetas claras e chapéus escuros, no meio do qual sobressaíam como naves empavesadas muitas cartolas mais ricas e inúmeros chapéus-coco.

Veza por outra, os acordes da velha banda, sob a batuta do maestro José Gonçalves da Silva Belchior, mandavam nos ares trechos de suas ensaiadas partituras.

À distância, o povo miúdo, os que não tinham sapatos nem vestes de domingo, sorviam avidamente o que lhes sobejava da alegria geral”.[...]

(...) o jardim público viveu dias inesquecíveis. As “normalistas” – com já eram conhecidos as alunas, embora o Colégio ainda não formasse professoras – e as outras educandas fizeram vibrar de alegria juvenil e ruas circundantes. (...) Surgiu o costume de se fazer o passeio da “jovem guarda” da época nessas duas calçadas da então Visconde de Pinhal, introduziu-se o costume inglês do *footing*.(NEVES, p,63, 65 e 85).

As descrições acima que vão do grande evento de inauguração a um *flash* do uso desse espaço reforçam a imagem do Jardim Público como espaço de sociabilidade moderna. Desde sua inauguração capturou a forma como as pessoas se vestiam, as pessoas mais pobres vendo aquele espetáculo de poder, o próprio casarão do Conde do Pinhal servindo de adereço a festa e aos passeios feitos por homens e mulheres no decorrer dos anos seguintes. Lembremos novamente que nessa imagem estão associadas a Rua de São Carlos, o Jardim e o Casarão dos Botelhos. Embora não apareça na cena, a Igreja Matriz está em frente ao Jardim Público. Este espaço compõe um halo de poder sobre o urbano mesclando forças diversas.

A Rua São Carlos aparece agora sob uma outra apresentação do olhar do fotógrafo. O lance diagonal das linhas da calçada, que por sinal acompanham as linhas férreas do bonde elétrico, e da rua projeta um anúncio de “sorvete de limão”, acompanhada de um automóvel estacionando, provavelmente um *Ford T*, e logo acima no centro um bonde elétrico. O interesse do fotógrafo ao que parece era o de destacar a figura do bonde no seu trajeto pela Rua São Carlos que por sinal no sentido sul-norte é de uma subida levemente inclinada, acabou por mostrar um aspecto da polifonia urbana dos mais reveladores, a existência das maquinarias. No detalhe vemos a presença do sorvete, do automóvel e do bonde elétrico. Fazemos aqui um recorte da imagem para demonstrar um pouco melhor esse dado. Nota-se também ainda que apesar do detalhe turvo da imagem cinzenta da foto a reprodução do nome atrás do automóvel do “Bar Central”. (na fotografia 2 analisada constatamos o tema da arborização).

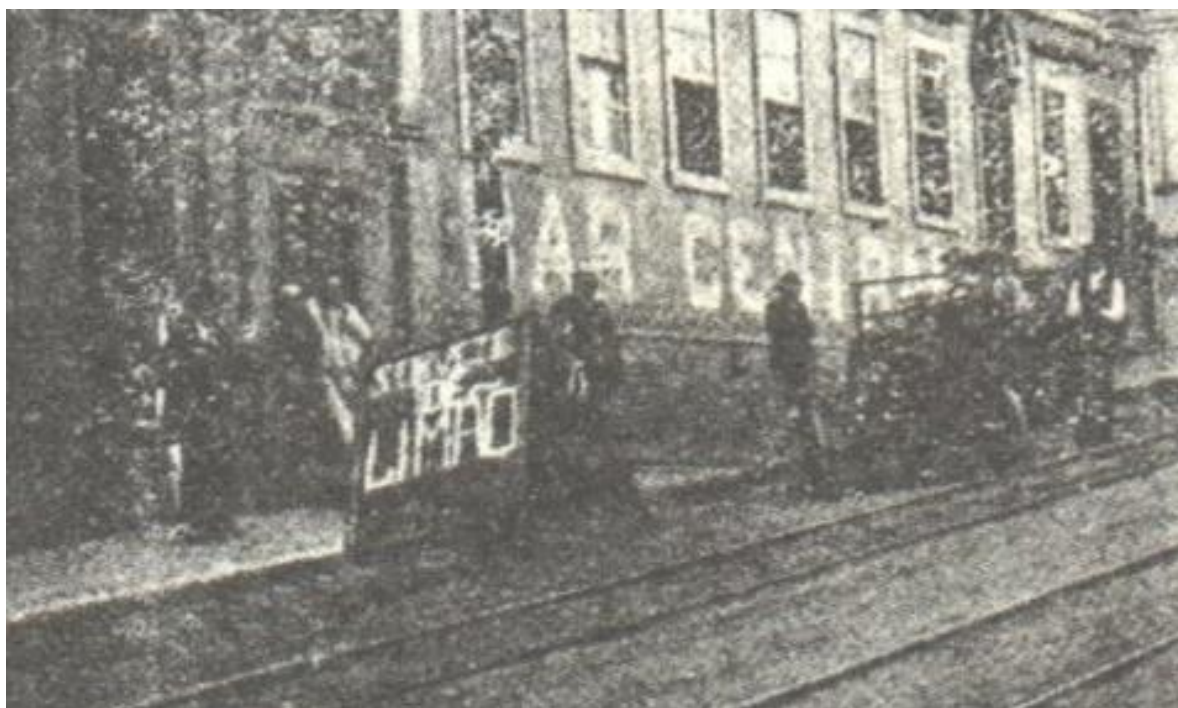


Trecho da rua S. Carlos

(Photographia Ernesto)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

(fotografia 4)



(recorte meu da fotografia acima)



Trecho da rua Episcopal

(Photographia Ernesto)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

À semelhança com a foto tirada da Rua São Carlos esta essa imagem da Rua Episcopal com a pessoa posicionada no meio da rua para destacar o prédio em estilo *art déco*. Novamente o tema da arborização é retomada nessa imagem e dos postes de fio elétricos.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

O tema da rua como ponto de referência para criação do fotógrafo aparece em outra imagem. Há recorrência novamente das análises feitas nas figuras 1 e 2 acrescentando agora a visualização da cenografia em torno de elementos díspares: a máquina e os carros de tração animal que aparecem ao fundo onde a Rua São Carlos faz a sua subida no sentido norte-sul.

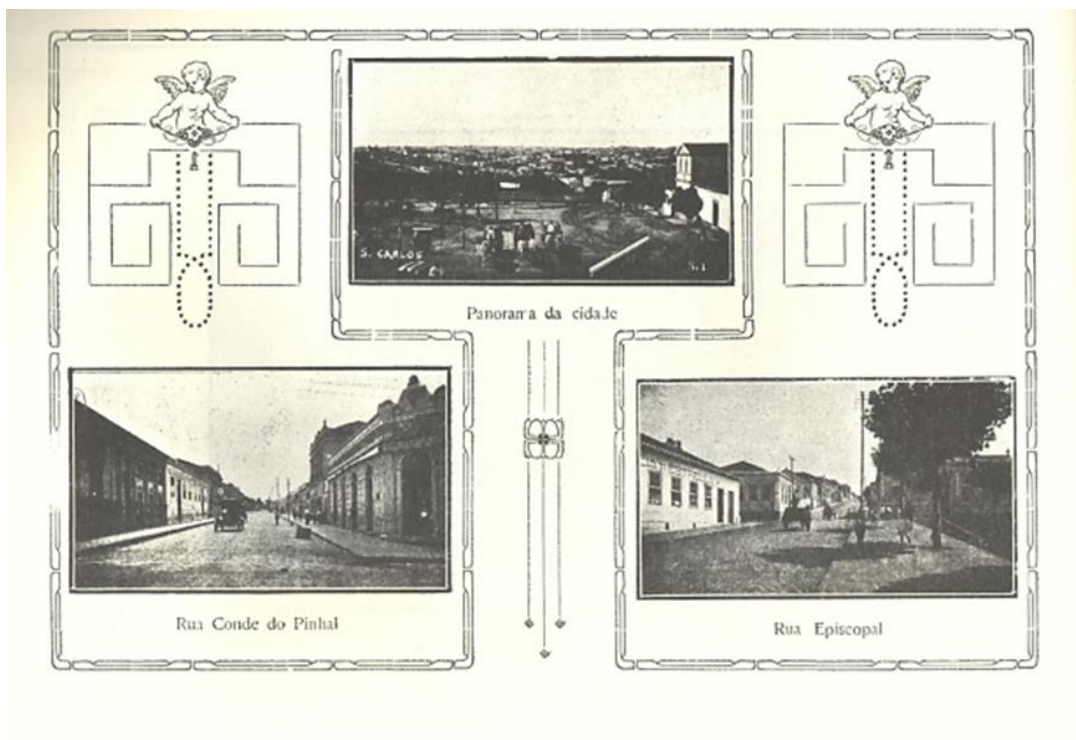


Trecho da rua S. Carlos, com vista para o lado da Cathedral

(Photographia Ernesto)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

Se a rua nesse agrupamento de imagens ora analisadas foi o grande motivo desse olhar fotográfico, nas páginas do *Almanach de S. Carlos para 1915 – Anno I*, há que se registrar a mirada em edifícios escolares e os que cumprem a função administrativa.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917



Trecho da rua D. Alexandrina

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.



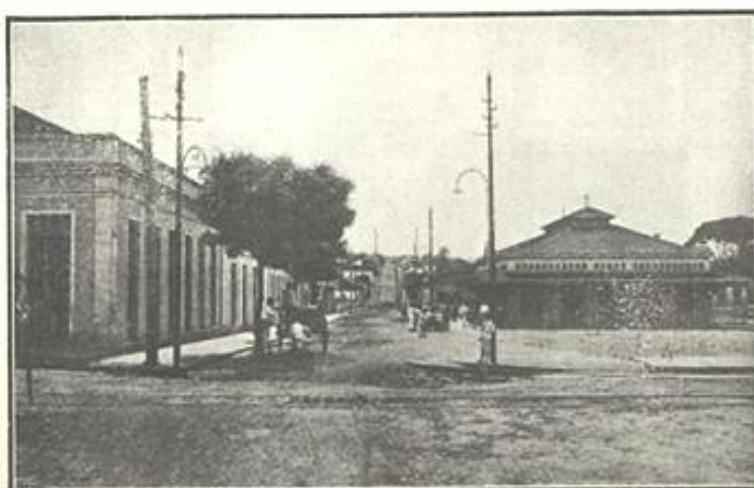
Rua General Ozorio

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

5.2.3 Edifícios Públicos

O conjunto que apresentamos aqui refere-se aos edifícios públicos destinados a varias funcionalidades tais como: educação, abastecimento, transporte, cultura, administração pública, abarcando um conjunto variado. São as imagens que mais tem certificado registro nas páginas dos almanaques.

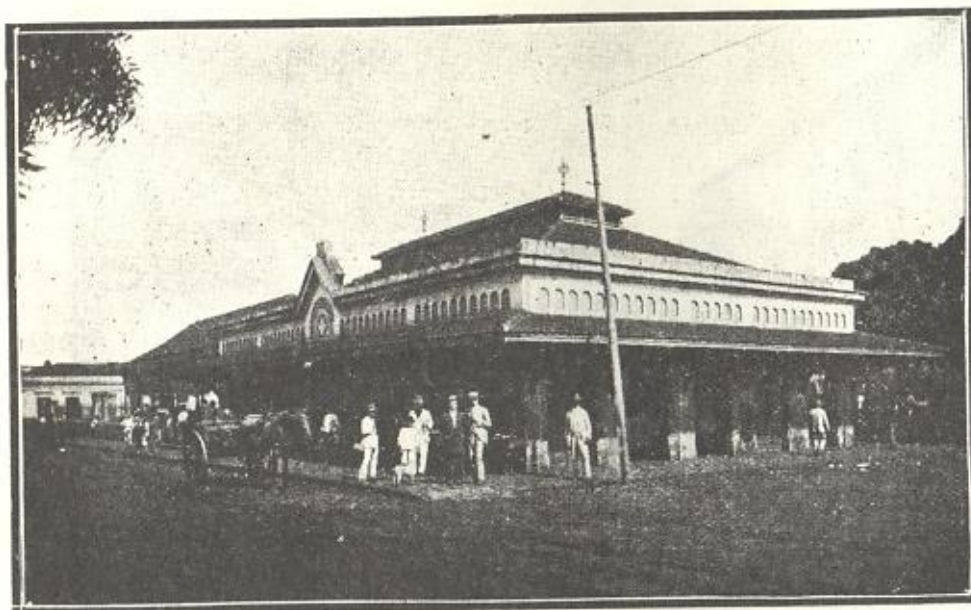
Logo abaixo a imagem tem como destaque o Mercado Municipal que também vai se combinar com as demais imagens apresentadas até aqui. Em se tratando de urbe a função dos mercados veio se transformando desde suas origens na idade media. Se em principio os Mercados eram longe ou dentro da cidade dependendo do contexto à medida que vai se incorporando ao mundo moderno vão se criando regras próprias para sua existência. Um exemplo disso é o afastamento dos açougueiros do local de trabalho por acharem que poluíam muito o lugar (PINTAUDI, 2006, p.85). O Mercado Municipal trazia mercadorias da zona rural para serem comercializados na cidade haja vista a movimentação de homens com suas charretes na lateral do edifício.



Mercado Municipal e trecho da rua com o mesmo nome

(Photographia Erasmia)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.



Mercado Municipal

Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

Ao destacar o prédio da “Estação da Cia Paulista de Estradas de Ferro”, a captura da imagem se dá sob uma cenografia das mais interessantes, ela possui movimento. Reparemos alguns elementos dessa paisagem. No alto, um denominador da modernidade, um relógio colocado para demarcar a contagem das horas em tempos de maquinismo. As pessoas se aglomerando certamente indo pegar um trem com destino a alguma cidade próxima ou mesmo a São Paulo ou a Santos. Nesse sentido retomo aqui a primeira análise feita nesse texto sobre a paisagem urbana de São Carlos. Nesta o ponto de referencia era a estação e por ai foi feito o registro daquela visão. Agora a imagem da Estação aparece revelando-se como ponto demarcatório da cidade moderna.

Há nesse almanaque de 1915 uma tabela de horários de trens com ligações entre cidades. Consta ali um registro daquilo que anteriormente foi construído pela engenharia dos instrumentos de locomoção, no caso o trem e a ferrovia. O contato com as inovações trazidas da II Revolução Industrial tornou a vida da sociedade muita mais envolvida num torvelinho de choques e de novas relações de experiências modernas que alterou percepções sobre tempo e espaço confirmando o fim das situações que tem como elo a espontaneidade do homem em sua relação com o tempo da natureza em detrimento a uma dominação tendo como

base os meios maquínicos. Era a velocidade que assim introjetava-se no cotidiano humano do século XIX provocando tensões entre o passado como experiência vivida e o presente na sua fugacidade. Era pelos trilhos da mesma estação que o café produzido em São Carlos chegava ao porto de Santos com parada na capital, São Paulo. La os negócios do café se reproduziam e transformavam as terras do interior em verdadeiras formas modernas da cultura cosmopolita principalmente se atentarmos para a sociedade de consumo.



Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.



Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Fachada da Estação da Companhia Paulista

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Edifício do Fórum e Cadeia Pública

(Photographia Ernesto)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

Nessas imagens isoladas em páginas na primeira extraída do Almanach de São Carlos – 1915 e na segunda do Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917 o “Edifício do Forum e Cadeia Publica”, edifício projetado pelo francês Victor Dubugras em estilo eclético francês, sob ângulos diferentes é recortada da paisagem urbana com a intencionalidade de traduzir a imponência da arquitetura. Mas ao mesmo tempo flagra o desenho dos trilhos do bonde elétrico no chão da rua havendo inclusive a aparição de postes e fios elétricos. Na segunda imagem desse mesmo tema a fotografia é feita a partir da Praça Coronel Salles.

Ao analisarmos o conjunto dessas imagens atentamos para o fato dos locais da cidade escolhidos enfocam espaços específicos o que estabelece um recorte do espaço urbano e a idealização da cidade por mais que esta se faça na visualização de um espaço concreto e real. Vê-se, por exemplo, o grande destaque para as maquinarias como é o caso das fotografias 4 e 6 imagens em que se destacam os bondes elétricos inaugurados em 1914. Na exaltação da máquina como símbolo de progresso estremece-se o ar da cidade pacata, mas que já se materializa em vários símbolos icônicos desse progresso. No meio de tais imagens existem trilhos, postes de luz elétrica, automóveis entremeados de choques temporais outros como a existência de charretes atreladas a cavalos

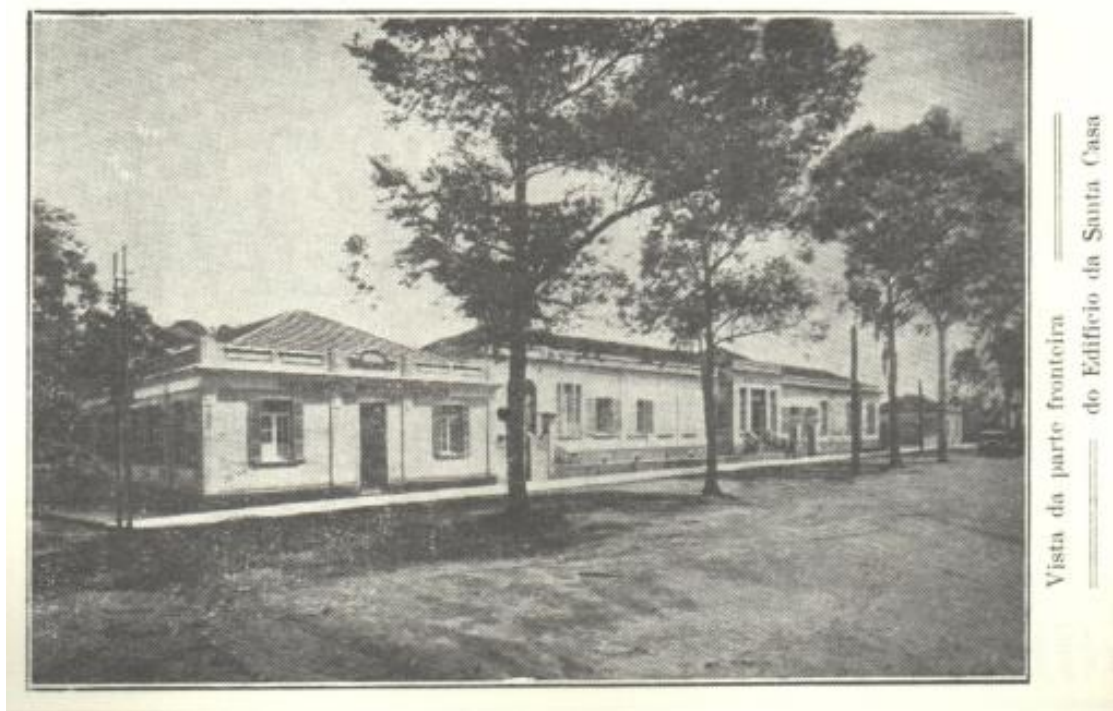
No que diz respeito aos aspectos do espaço urbano a recorrência em destacar os edifícios públicos administrativos ou mesmo de serviços públicos parece ser uma forma encontrada de demonstrar a realização da cidade em termos de gestão como se percebe na imagem da Câmara Municipal, Agência do Correios, Mercado Municipal e Cadeia e Fórum. A data de publicação do almanaque de 1915 coincide com a gestão do intendente municipal Rodolfo Gastão Fernandes de Sá e de José Rodrigues Sampaio ambos nomeados pelo presidente do Estado de São Paulo. O primeiro teve uma atuação longa de 10 anos sendo período de grande esforço em demarcar para a cidade características progressistas.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

Após a exposição do texto histórico de Theodorico Leite de Almeida Camargo, o almanaque de 1928 traz uma parte especial dedicada ao tema da saúde no município. As várias fotografias que se seguem entremeadas ao texto como ilustração do que é dito, tem formalização comprobatória. Mas em si, a sequência feita pelo fotógrafo mostra um grande interesse em afirmar a força da saúde pública bem como os esforços das autoridades políticas envolvidas nessa questão, haja vista que a cidade ainda possuía em sua memória os dramáticos acontecimentos das epidemias dos finais do XIX e início do XX.

A captura da imagem e sua legenda revelam os aspectos desse progresso conquistado no campo da saúde. Em diagonal o fotógrafo faz a captura da imagem do prédio da Santa Casa mostrando extensão, vídeo o numero de janelas e portas, em contraste com o ornamento das arvores em frente parecendo a entender alinhamento e ordenamento do espaço.

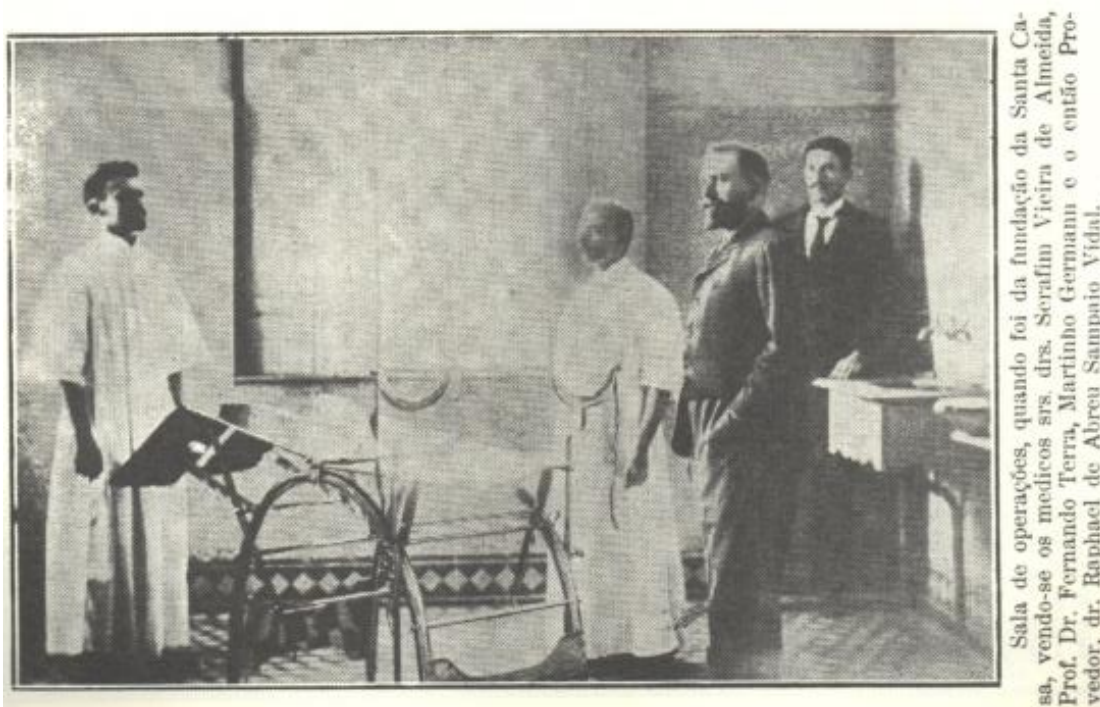


Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

As imagens sequenciais são de interiores da Santa Casa. O intuito de mostrar interiores para Lima e Carvalho detém-se no fato de que a exposição fotográfica desses espaços significam deixar as realizações de estrutura da saúde mais factíveis aos olhos das pessoas bem como revela o traço moderno das instalações que corrobora o juízo do esforço das autoridades em fim de promover o afastamento da cidade das epidemias. Prova disso é que essas imagens estão envolvidas por “notas históricas” da Santa Casa e de descrição dos interiores do lugar para realçar o aspecto do moderno a que esse lugar vem se referindo. Destacam-se a existência de “pavilhões” cada um dedicado a um tipo de especialidade, são eles: “pavilhão Bento Carlos”, “pavilhão para crianças”, “pavilhão para a maternidade”. A isso se some um item dedicado ao balanço de gastos e outro a serviços hospitalar dando uma dimensão da grandiosidade do serviço prestado:

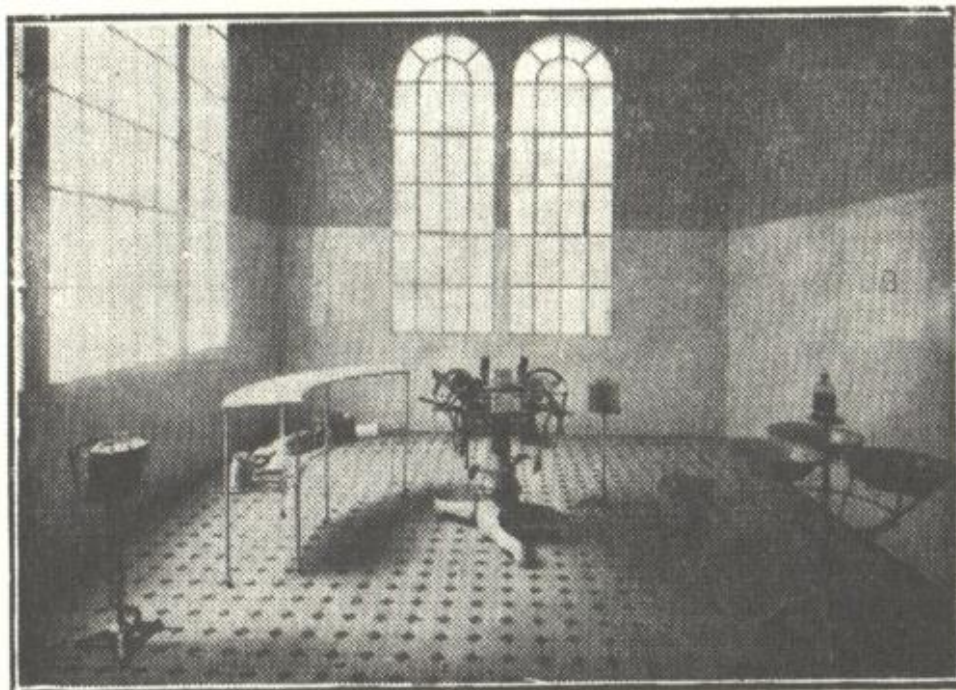
“Durante o ano de 1926 entraram 884 doentes, saíram 791 e faleceram 72. Foram feitas 265 operações; 14.206 curativos; 6.710 curativos oculares; 5758 injeções; 122 injeções; injeções 914; 123 aplicações de radiologia, a farmácia aviou 7.782 fórmulas. (Almanaque de São Carlos, 1928, sp)

As legendas abaixo das imagens referenciam as características dos serviços de saúde existentes na instituição. Ao termino da exposição dessas imagens e do texto, a fotografia de Bento de Carlos de Arruda Botelho e Serafim Vieira de Almeida, fecham a apresentação.



Sala de operações, quando foi da fundação da Santa Casa, vendo-se os médicos srs. Serafim Vieira de Almeida, Prof. Dr. Fernando Terra, Martinho Germann e o então provedor, dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal.

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Sala de alta cirurgia aseptica

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



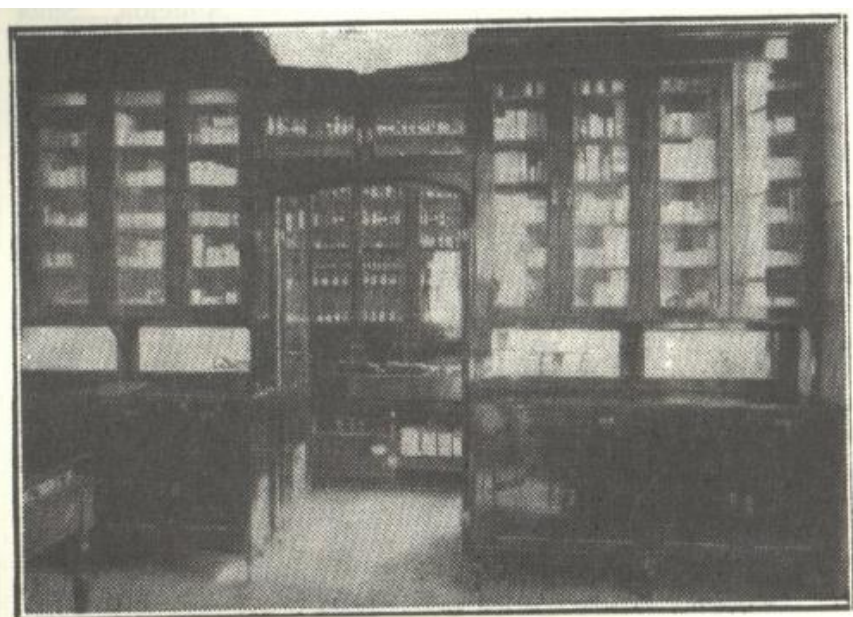
Uma das enfermarias

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



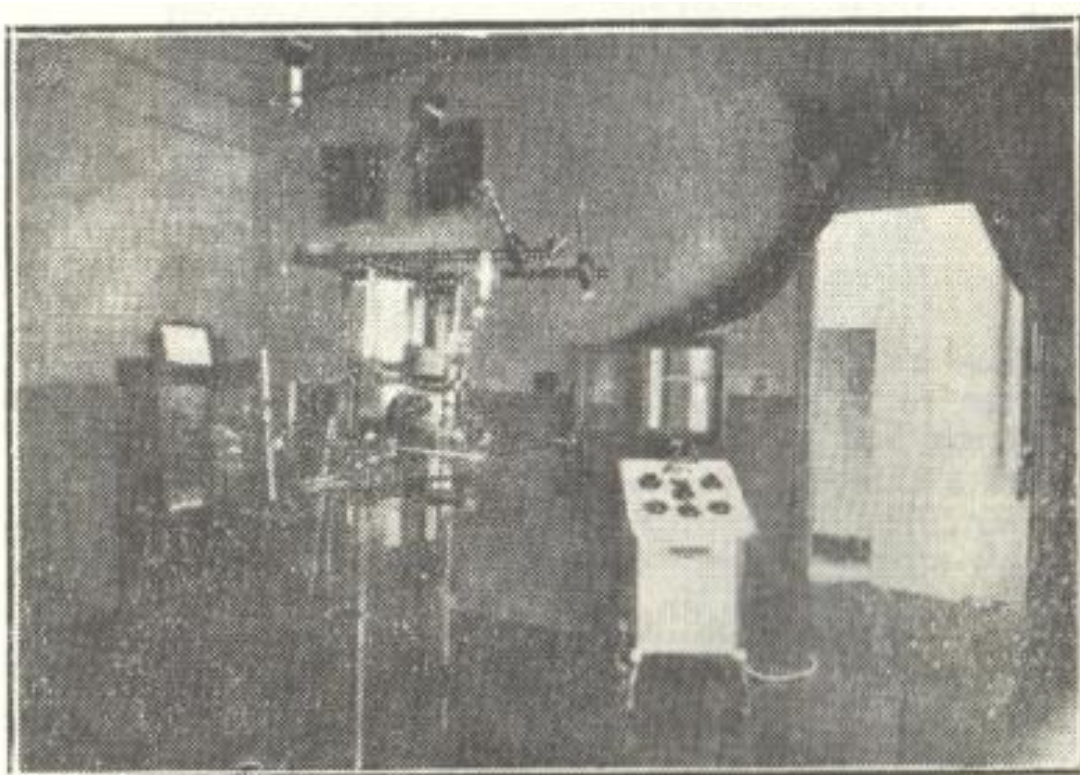
Sala de cirurgia septica

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Pharmacia e Laboratorio

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

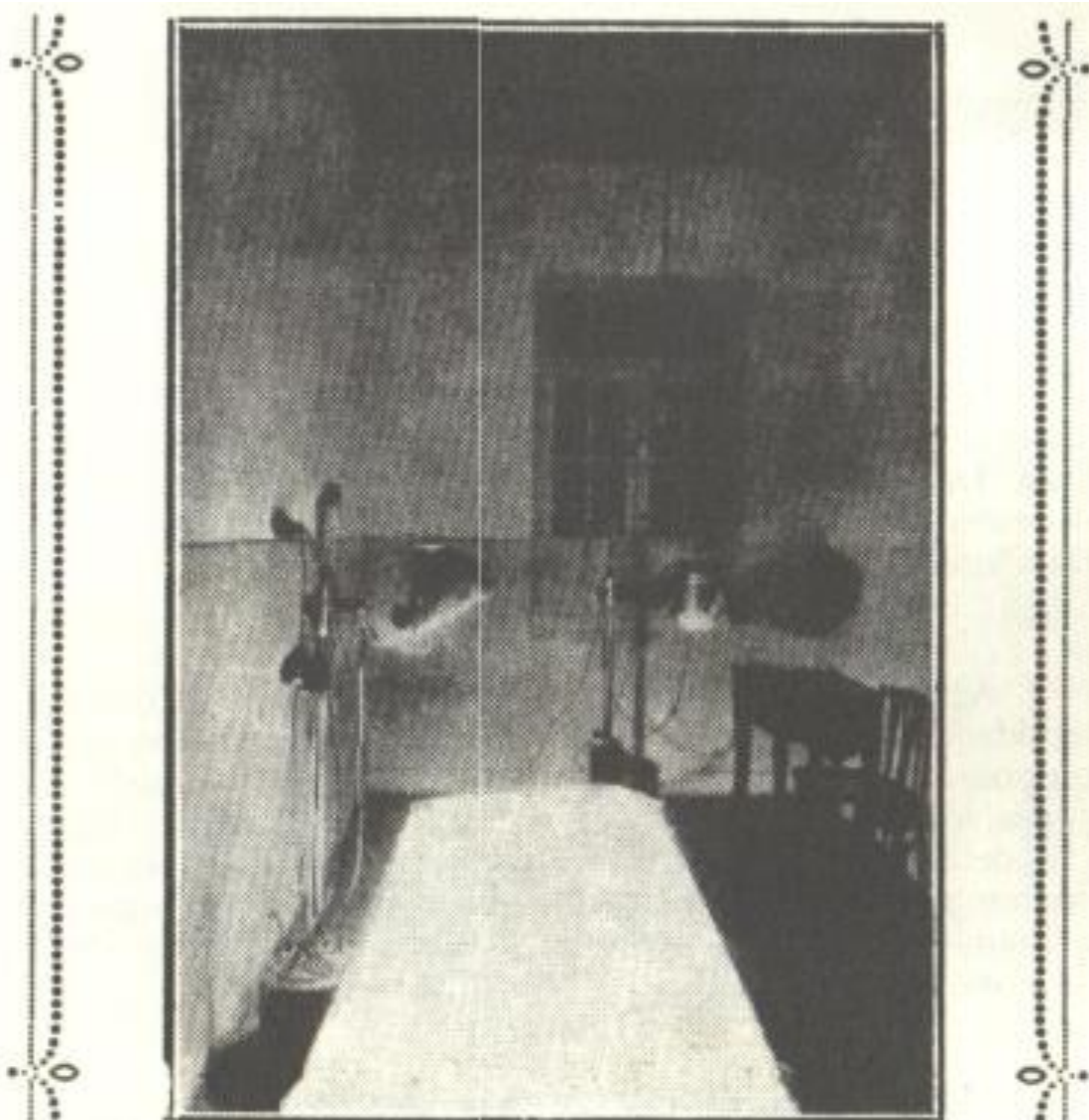


**Secção de Radiodiagnose, radiographia e
radiotherapia**

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

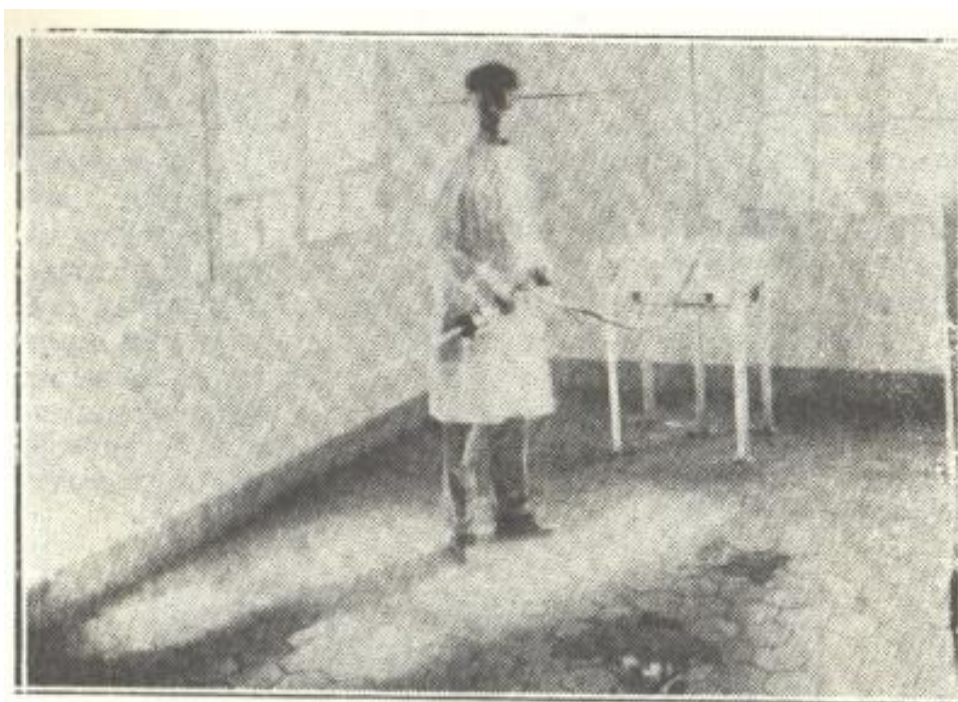


Gabinete de Diathermia



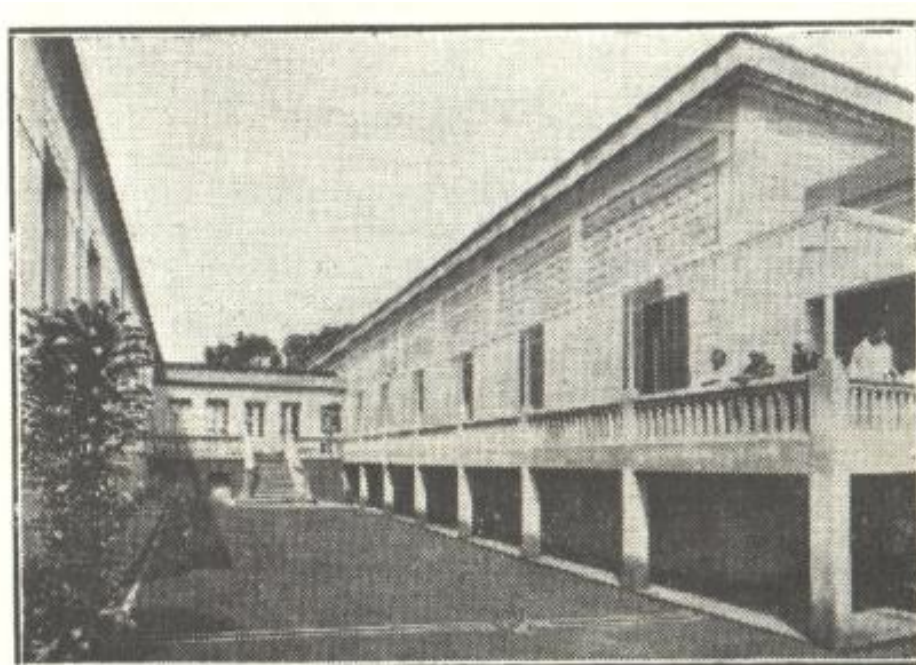
Secção de raios Ultra-Violetas e Sol das Montanhas

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Gabinete de Duchas

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Trecho do 2.º Pavilhão recém construído

Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

5.2.4. Educação

As sequencias seguintes de fotografias do Almanach de S. Carlos – 1915 – Anno I, dão-nos a mostra do grande apreço pela educação como símbolo do avanço de uma cidade. Nas cidades do café os discursos em torno da educação afirmavam uma valores dentro dos moldes positivistas e republicanos de pensamento entre barbárie/civilização ou mesmo luzes/trevas.

Destaca Morila:

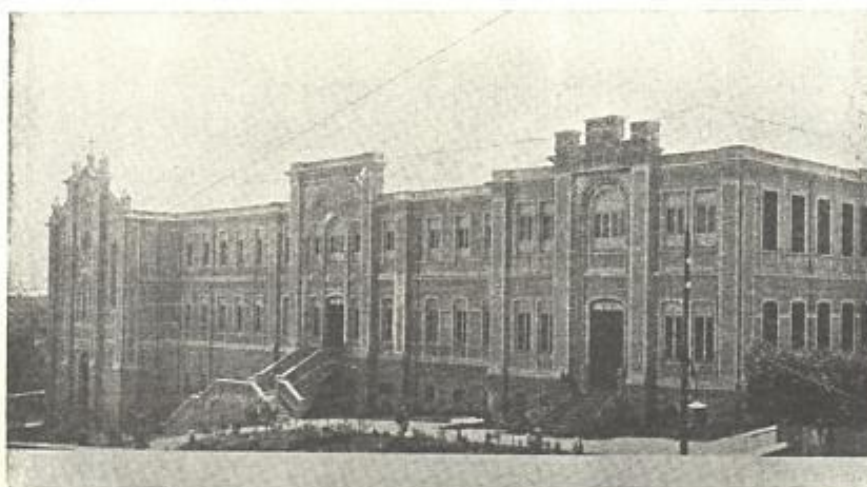
O projeto republicano - que alguns autores colocam iniciando em 1870 – acarretou significativas alterações no modo de viver das elites. Os ideais burgueses vindos da Europa e dos EUA passam a fazer parte do cotidiano das elites brasileiras e apesar das resistências torna-se hegemônico. O vestir, o morar, a política, as relações sociais se transformam de uma maneira avassaladora. Enquanto os periódicos anunciavam feitos e fatos do viver europeu – desde a “sciencia” até modos e hábitos – a ferrovia trazia uma série de artigos importados que alteravam o viver no Brasil. Estava definitivamente moribundo o viver recluso, o viver colonial, que os viajantes e cronistas não cansaram de relatar. As cidades fervilham de novos feitos da ciência: iluminação, eletricidade, bondes, cinematógrafos, giletes etc. As casas das elites se modernizam, tornam-se suntuosas e complexas. Os mestres contratados para educar os filhos dos fazendeiros já não servem mais, assim como não serve a escola improvisada na casa do professor. De

outro lado, as casas das classes mais baixas não agradam mais a elite, e sua educação informal causam inflamados discursos (Morila, 1999.47).

Tomando como referencia de que a fotografia e a arquitetura na sua relação expressam aspectos de demarcação dos grupos sociais, o registro de fotografias escolares assimila um aspecto fundamental da modernidade urbana, o seu lado identitário e memorialístico. Servem ainda para demarcar a passagem do tempo, do que foi e do que é a cidade (ABDALA, 2013, p.116-117). A cidade de taipa lembrada pelo historiador Ary Pinto das Neves e que estava na memória das pessoas em 1915 se sobrepõe a cidade que se erege sob o encantamento arquitetônico da escolas.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917



Edifício do "Collegio S. Carlos"

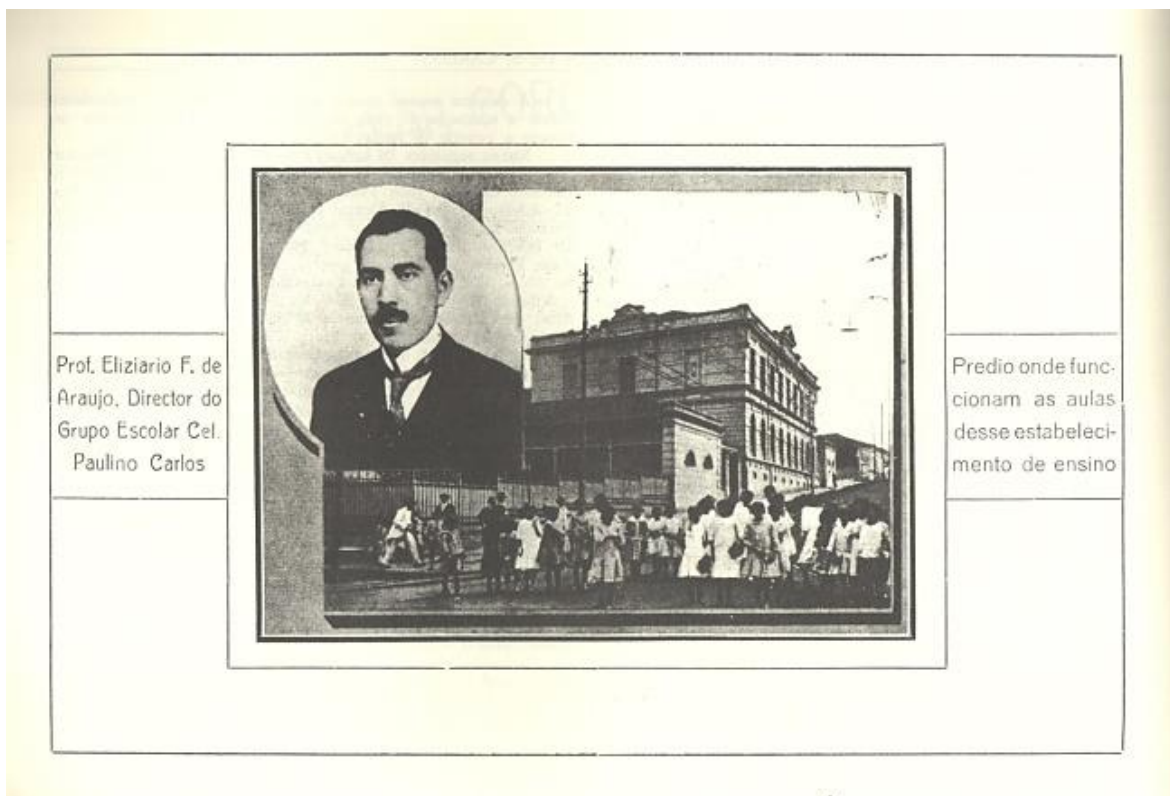
(Photographia Ernesto)

Fonte: Almanach de São Carlos – 1915.

O registro desse dia, recente na vida dos habitantes são-carlenses está descrito no Almanaque de 1915, assim:

“Num dia claro e lindo de Outubro de 1912, dia cheio de sol rutilante e formoso, na alacridade triunfal da natureza exuberante, uma festa significativa atraia para o alto da cidade o povo em massa, na ansiedade natural de um espetáculo sugestivo. Celebrava-se o lançamento da pedra fundamental do novo edifício do “Collegio S. Carlos”, aqui criado e dirigido pelas religiosas do Santíssimo Sacramento [...]

Hoje, lá está, no alto da cidade, a dominar, sobranceiro toda a banda norte-oeste, o majestoso prédio, elegante em suas linhas arquiteturais, puras e suaves, em estilo severo e nobre desafiando as afrontas do tempo e atestando o poder da fé numa concretização irrefutável do progresso material e moral da nossa sociedade.”(p.28)



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

Nas respectivas imagens o foco de Filemon Perez em realçar o edifício vem seguido do elemento aglomeração humana para dar o tom do tamanho dos lugares. Os alunos posados na imagem a direita mostram em relação ao medalhão no alto da imagem a noção de hierarquia no contraste com diretor.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

5.2.5 Zona Rural

Aqui a zona rural, aparece com uma linguagem não muito diferente dos recursos utilizados pelas fotografias urbanas. Os enquadramentos, os recortes, as mensagens construídas pelo olhar fotográfico tratam de uma articulação entre o rural e o urbano numa enunciação complementar da noção de progresso. Uma noção invertida porque na fazenda os meios técnicos são apenas subsidiários da atividade cafeeira e não o seu fim. As fazendas se relacionam a pujança econômica e a origem da riqueza do município.

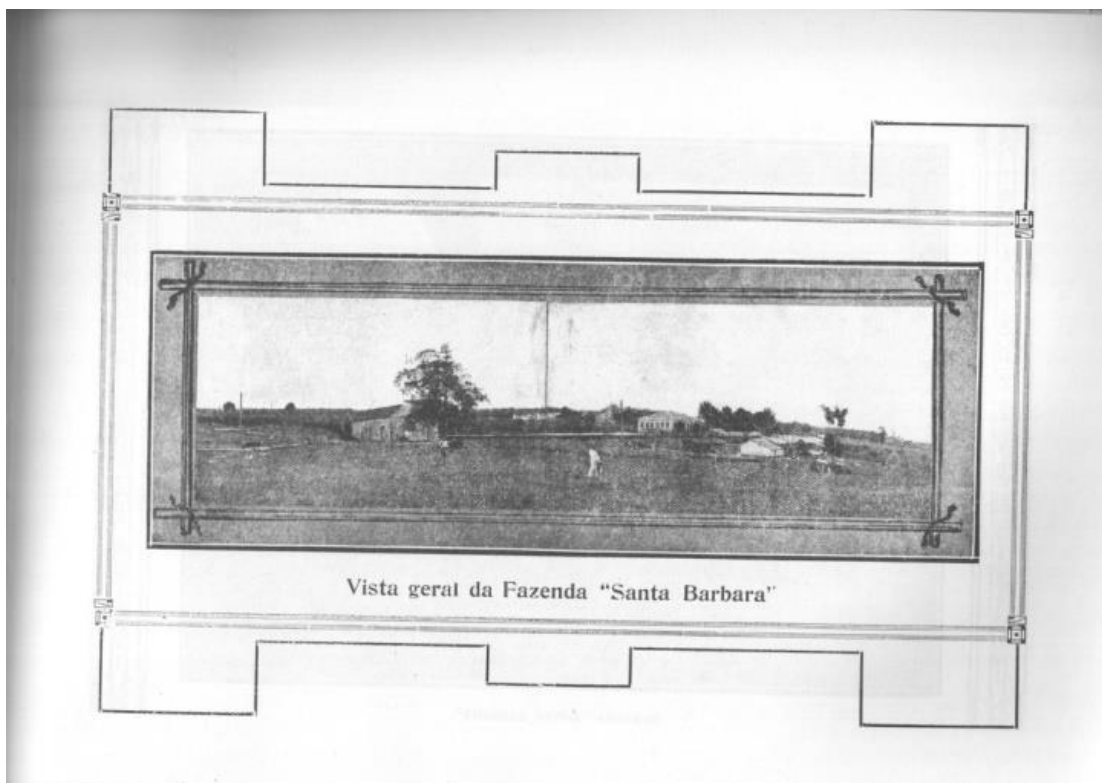
Constituindo uma parte muito significativa pelo volume de fotografias existentes no Almanach-Album de 1916-1917 podemos observar que Filemon Perez ao fazer esse registro único na história dos almanaques são-carlenses, estabelece alguns planos espaciais e cria códigos da imagem valorizando o rural, como sinônimo de dinamismo da atividade econômica no município.

A Fazenda Santa Barbara de propriedade de José Rodrigues Sampaio, presidente da Câmara Municipal de São Carlos, dedicava-se a cafeeira e a

criação de gado “holandês, schwitz e caracu”. No texto que inaugura a sequencia de fotos surgem os detalhes do local de modo a divulgar seu lado moderno e grandioso da propriedade:

Toda a fazenda é iluminada à luz elétrica, fornecida pela Companhia Paulista de Eletricidade. O cel. José Rodrigues, lavrador inteligente, é, além de tudo, dotado de grande amor ao progresso e ao bom. Tudo o que se vê em sua propriedade agrícola é bom, muito bom: sua residência, ainda que de construção antiga, apresenta todo o conforto que se pode desejar; as maquinas da fazenda, aperfeiçoadíssimas, são movidas a eletricidade: os terreiros, de 10.000 metros quadrados de superfície, são dos mais belos e mais bem construídos: numerosas moradas de colonos etc. (ALMANACH-ALBUM 1916-1917. S.p.)

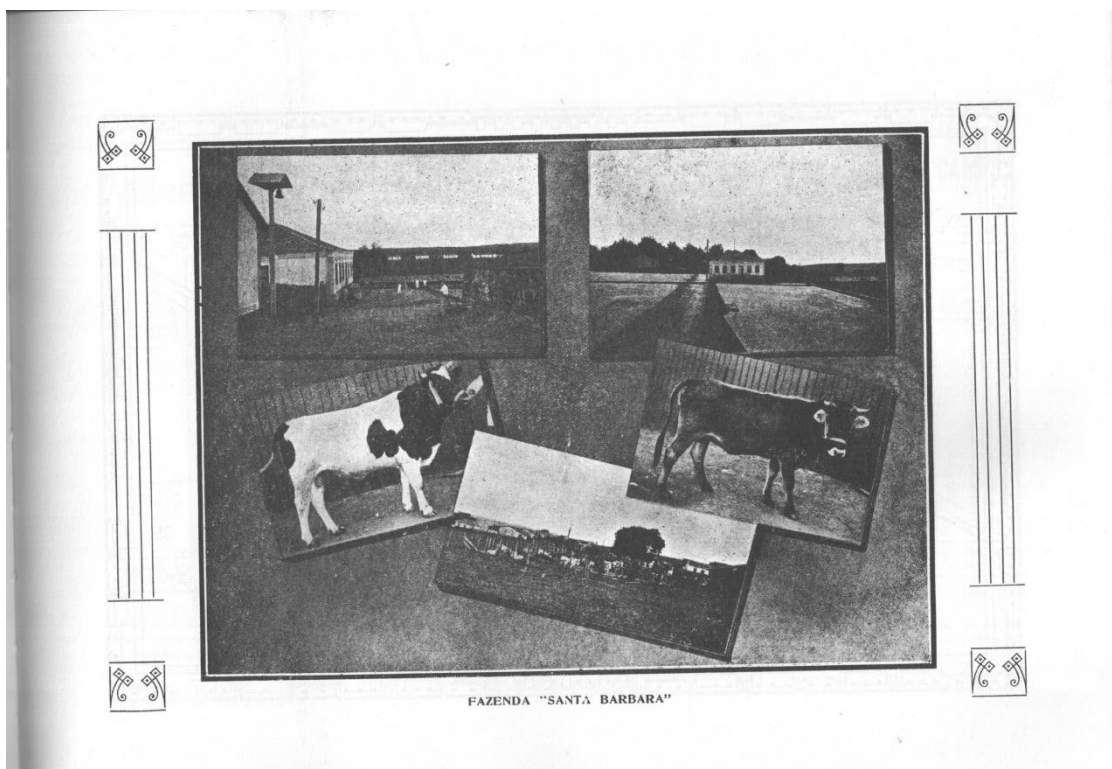
Nesta imagem da Fazenda Santa Bárbara, valoriza-se na parte superior da imagem, as estruturas da fazenda como instalações e sequeiros de café e num plano inferior, animais e rebanho que articuladas entre si oferecem uma noção de produção do lugar.



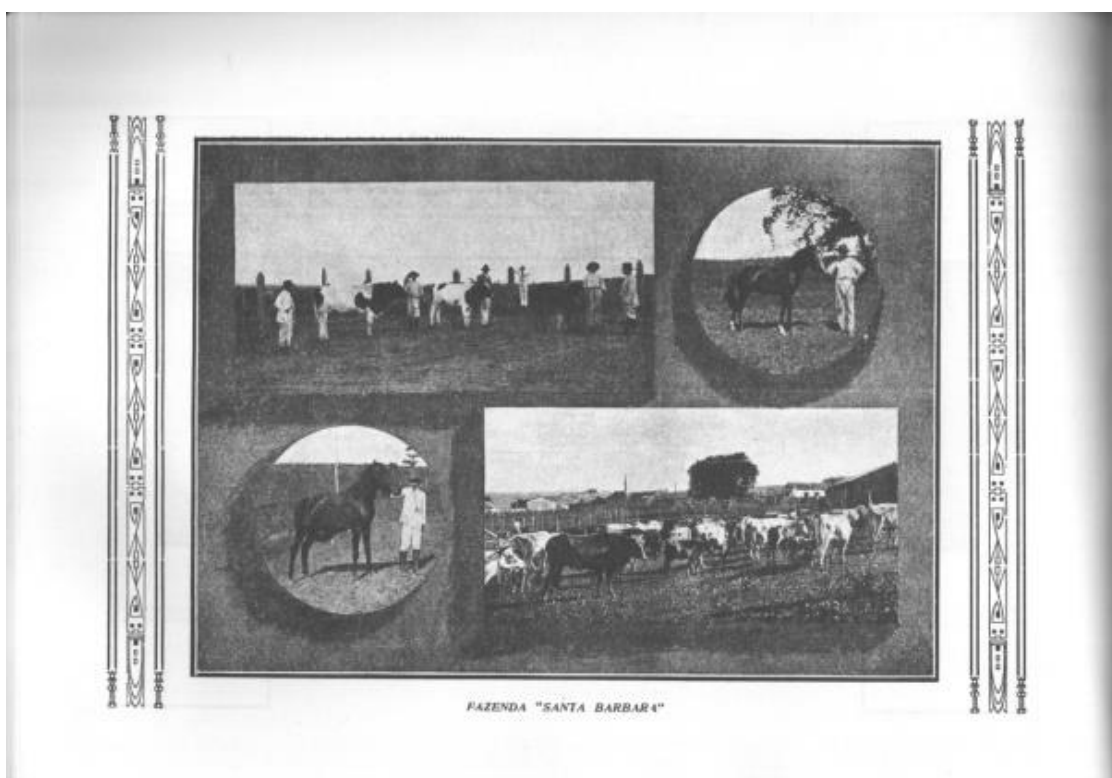
Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

A sequência dessas imagens são tematizadas pelas legendas que aparecem logo abaixo. São tomadas feitas pelo fotógrafo destacam uma visão panorâmica, imagens com animais criados nesse lugar, funcionários posados com animais e rebanho em cercado, de modo a fazer relação com o texto apresentado. Só na caracterização da luz elétrica como presente nessa localidade já se evidencia

a sua ligação com a modernidade o que denota uma localidade correspondente a ideia de progresso.



Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917



Fazenda de "S. Pedro". S. Carlos. **PEDRO DE SOUZA CAMPOS**







Residencia da Fazenda "S. Pedro"

Em terras planas, roxas e brancas, a 4 kilometros de São Carlos e a 2 da Estição do Retiro, estende-se a fazenda de "São Pedro, do snr. Pedro de Souza Campos.

Comprehendendo 90 mil pés de café, dos quaes 50 mil novos, a fazenda de "São Pedro", corresponde aos cuidados incançáveis do seu zeloso proprietario, produzindo, em 10 annos, uma média de 7.500 arrobas.

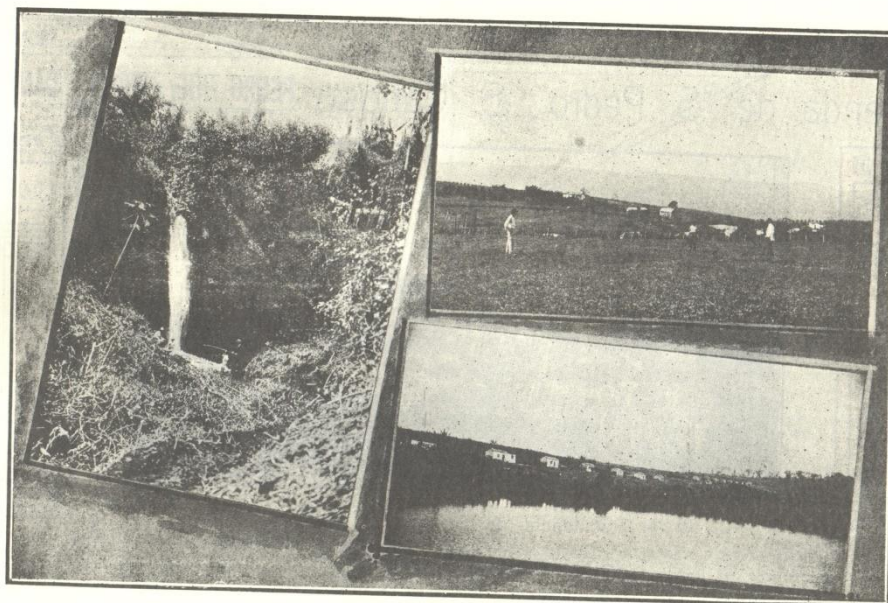
No corrente anno de 1916, a safra de 9.500 arrobas produvi, exuberantemente, a fertilidade do sólo.

Ao contrario de quasi todas as fazendas, a produção é constante, não havendo alternativas de grandes e pequenas colheitas.

E' dotada de boa casa de residencia, 21 casas de colonos machinas de beneficiar café etc.

A sua área é occupada por café, matas e pastag/ns.

Na primeira imagem uma vista panorâmica da fazenda, seguida de outra em que aparecem elementos significativos da fazenda São Pedro em que traz a foto posada dos funcionários lado da produção de café. Alguns funcionários posam para o fotógrafo em varias performances, os sentados são adultos e crianças, os do centro carregam cestos de café, ao lado de montes do produto. Charretes com animais e a casa ao fundo completam o cenário. A imagem ainda segue com texto explicativo sobre o espaço da fazenda com números de arrobas produzidas e casa de colonos e paisagem detalhada de "ocupada por café, matas e pastagens". Nesse sentido complementando a relação entre as imagens da "fazenda São Pedro", a seguinte traz elementos da natureza como queda d'água e lagoa que constituem no quadro geral das cenas a riqueza da fazenda e o empreendedorismo do proprietário nas suas particularidades.



Fazenda "São Pedro"

Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917

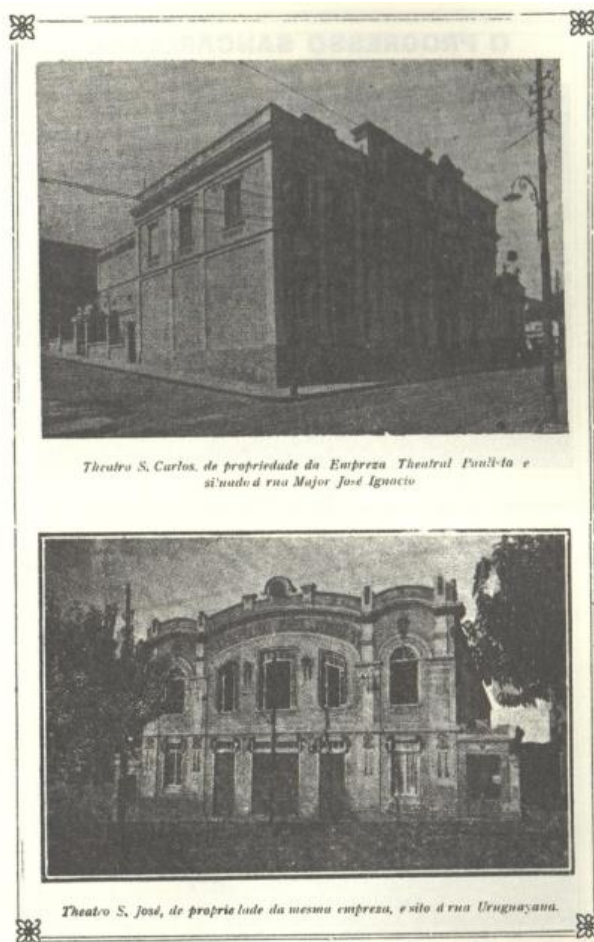
5.2.6 Cultura

Nessa imagem o teatro São Carlos aparece no registro de Hugo Herman Graeser acompanhado do Teatro São José. As fotografias tiradas em diagonal na primeira e a seguinte do seu aspecto frontal são realçadas pela arquitetura dos edifícios trazendo um estilo eclético a paisagem urbana. Ainda e apesar de se chamarem teatros coube a ambos funções diferentes.

“São Carlos conta com dois ótimos teatros pertencentes a Empresa Teatral Paulista, concessionária de diversos cinemas do interior paulista.

O teatro São José serve atualmente para a arte muda, é uma elegante casa de diversões, construída e inaugurada há poucos anos, é o cinema preferido por todos os “habitues” que residem na parte meridional de São Carlos.

O teatro São Carlos, localizado no coração da cidade é por assim dizer, o cinema da “haute-mode” conquanto não seja tão novo quanto ao São José, depois de reformado, hoje apresenta um aspecto do “saudoso” São José do largo da Sé em São Paulo destruído por um incêndio”. (ALMANACK de São Carlos – 1927, sp)



Fonte: Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

5.2.7. Progresso

Há imagens que externam nitidamente uma noção de progresso sob o ponto de vista da noção de superação. O título “O progresso de São Carlos” que leva nessa pagina inteira do *Almanaque Annuario de São Carlos de 1928* traz duas imagens e uma legenda que especifica bem os sentidos de ambas estarem ali: a superação do atraso (o edifício da Câmara, considerado em destaque no almanaque de 1915) pela ruína do antigo e da colocação do moderno no lugar são os acontecimentos da cidade ritualizando o novo.



Numa rápida apresentação de um fato cotidiano, provavelmente oriundo das práticas culturais de abastecimento da zona rural que encontra ainda uma partícula de existência junto a um meio que absorve e contempla a técnica, encontramos a imagem abaixo das mais significativas para a discussão de rastro.



Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

A ambivalência da imagem extraída do almanaque é das mais desconcertantes, pois a noção de progresso aí não encontra seu chão encarada de maneira imediata na noção de superação técnica através da fantasmagoria. O que vemos é um serviço de abastecimento num formato de meio de locomoção recortado de paisagens rurais e que se encontram no urbano.

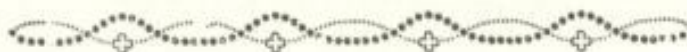
Logo abaixo outra noção de progresso se desperta no olhar. O apagamento dos traços rurais pela destruição dos casebres no tecido urbano em detrimento de uma arquitetura robusta associado a uma pessoa de posse.



Fonte: Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.



Trecho da estrada de rodagem que vai a S. Paulo



Fonte: Almanach-Annuario de S. Carlos - 1928.

O final dos anos 20 coincide com o governo do presidente Washington Luis que havia sido prefeito de São Paulo entre 1914 e 1919. Como prefeito ajudou a fundar o Automóvel Club paulista dessa forma “cuidou de materializar esses impulsos em programas específicos na administração municipal. A partir de 1917, orientou suas ações no sentido da difusão e da propaganda do automobilismo e das estrada de rodagem” (MENDONÇA, p. 248).

A referência maior pela arquitetura dos prédios exhibe uma cidade moderna que acompanha as transformações dos tempos da Belle Epoque. A arquitetura e a

fotografia juntas criam sob o tecido da cidade, uma outra cidade capaz de transforma-la num espaço significado de progresso. Como explicita Possamai: *“As máquinas tecnológicas advindas com a modernização, como o telefone, a câmera, o avião, o trem, o automóvel, passam não apenas a invadir a vida das pessoas comuns, como também passam a modelar a percepção visual dos modernos”*(p50-51).

No conjunto as fotografias existentes nos almanaques de 1915, 1916-1917, 1927 e 1928, constituem em sua grande parte a materialização do espaço urbano moderno retratado pelos fotógrafos. Compõe ao todo imagens de uma cidade concreta mas que relacionada no conjunto fotográfico de cada “coleção” presentes nos almanaques, formam uma cidade que emerge do imaginário da modernidade. Acabam por resultar no aparecimento de uma cidade-ícone, uma cidade-imagem realizando a utopia do progresso que se concretiza em São Carlos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O almanaque é um gênero de leitura de longa tradição se levar em conta seu aparecimento nas civilizações antigas. De obra de consulta para previsões ligadas ao tempo, envolvendo nisso os calendários, os ciclos agrícolas e predições, o almanaque foi se adaptando conforme sua época e a partir do século XVI com a invenção da imprensa passou a circular com maior força.

No século XIX brasileiro quando a imprensa, trazida pela Família Real, passa a ser uma realidade, o almanaque circulou com algumas experiências muito restritas e se dedicando a esboçar estatísticas do volume de exportações, propagandas, relação de nomes de autoridades políticas, etc. Ao caminhar para o fim deste século, ele procura se adaptar sintonizado com os tempos da modernidade e despertando o interesse do editor e deste para com seu público, daí variando suas temáticas e conteúdos. O que se nota nesse sentido, e a partir da pesquisa desenvolvida aqui, foi a de uma apropriação do almanaque para fins diversos, sendo eles publicações destinadas a projetos empresariais, caso evidente do *Almanack Garnier*, ou mesmo de interesse do poder público, nesse sentido, os almanaques de cidade, regionais ou do Estado, e no caso os de São Carlos, mostra uma associação dos interesses dos tipógrafos alinhados à gestão municipal.

Cabe a tarefa do historiador decifrar esse “livro de registros” da cidade”, “camada da memória urbana” que acabam se tornando os almanaques de cidade. Repleto de imagens, de representações e compondo ao todo um imaginário calcado nas noções de progresso, os almanaques aqui analisados revelam tramas do seu imbricamento como produto.

Os almanaques servem não apenas, para evidenciar o progresso das cidades, a partir dos textos direcionados a isso, mas também, se servem de linguagens onde o moderno perpassa sua mensagem. São publicações em que os homens de letras, em sua maioria advogados, professores, profissionais liberais, podem utilizar desse meio para exercerem outro tipo de atividade seja como historiadores, organizadores, escritores, poetas, ensaístas, fotógrafos.

É a cidade letrada que envolve a publicação dos almanaques. Cidade letrada, vista como uma das realidades da modernidade, de exteriorização dos saberes onde o escrito e o impresso ganham notoriedade. Em meio a tantos outros gêneros do impresso, como jornais e revistas, muito mais ágeis de atualização em

informações, os almanaques ocupam seu espaço tradicional, de gosto público na sociedade. São sempre procurados e lidos haja vista seus conteúdos diversificados e analisados aqui, ou para recordar algo que a própria cidade tinha naquele momento da publicação o que os faz considerarmos como um “lugar de memória”.

Daí entendermos porque, no caso de São Carlos, a parte dedicada a história cobrir tantas páginas. A procura por uma identidade local a ser projetada tanto para o público interno como externo os textos dos que se dedicaram a escrevê-lo produziram sentidos para a compreensão da São Carlos daquele momento transitando entre um passado bandeirante e um presente registrado a maneira positivista, eivado pela noção de progresso nos acontecimentos que marcam a estruturação da cidade. Para tal a colaboração dos editores de jornais, de profissionais liberais, e a participação do poder público mostraram o esforço de produzir uma imagem da cidade que pudesse projetar São Carlos como pólo regional.

Para esta pesquisa compreendemos a necessidade de inicialmente tratar do tema da Belle Époque como época a partir da experiência europeia. Em seguida trabalhamos com a configuração da mesma em terras do Brasil, envolvendo em nossa análise as cidades capitais para depois compreendemos esse fenômeno nas terras do café. Analisar com detalhes a palavra almanaque foi importante para situar com melhor precisão seu conceito e os seus usos dos mesmos dentro de uma longa duração aproximando-os da experiência brasileira no século XIX. Daí partimos para compreensão do que seria um almanaque de cidade no sentido de sua concepção. A análise pode trazer que este tipo específico passa por uma discussão que envolve custos, elementos, colaborações, e principalmente um sentido: a exposição de todos os esforços da localidade para evidenciar e se certificar da realização do progresso na localidade.

Ainda nesse sentido, a análise que fizemos da publicidade e da parte literária nos coloca a pensar ambos como meios de comunicação atrelados a ideia de mostrar o atual, tanto no consumo que pode incitar a novos hábitos do habitante da cidade, como no caso da parte literária ao fazer o leitor entrar em contato com prosa, poesia e humor aproximando-o de significados novos da vida moderna. A fotografia é inserida nos almanaques passando a ser um atestado, documento do real confirmando o discurso do progresso na medida que ela cria uma narrativa própria no olhar do leitor. São edifícios públicos com arquitetura moderna, igrejas,

escolas, a Estação de Trem, praças, ruas, avenidas, instituições culturais de imigrantes que dão conta dessa transformação da cidade.

Tomar almanaques como fonte de uma pesquisa é se deparar com uma fonte muito rica de produção de conhecimento. A proposta nossa procurou fazer alguns recortes que nos possibilitassem diante de material entrar em contato com os meios pelos quais nos fossem colocados para uma pesquisa o contato com a noção do moderno e do progresso.

Tendo como base dessa pesquisa os seus almanaques publicados em São Carlos em 1894, 1905, 1915, 1916-17, 1927 e 1928, esta tese procurou refletir sobre o moderno e o progresso num período histórico conhecido como belle époque. Assim, este estudo teve como objetivos analisar formas de representações, de imagens da cidade construídas pelas diferentes formas de expressão da linguagem, textos versados a história de São Carlos, publicidade, parte literária e fotografias o que mostrando que a vida moderna não ficou de fora das terras do café, desses novos tempos da Belle Epoque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES DOCUMENTAIS

1.1 Almanaques de São Carlos

AUGUSTO, Joaquim. Almanach de 1894. Typografia de O Popular. 158 pp.

AUGUSTO, Joaquim. Almanáque de São Carlos -1905. Typographia Aldina. 154 pp.

CAMARGO, Sebastião. Almanach de São Carlos – 1915. Typographia "Joaquim Augusto". 165 pp.

CASTRO, Franklin. Almanach-Album de São Carlos – 1916/1917. Typographia Aldina. 250 pp.

MELLO, Antonio Dias de. Almanack de São Carlos, 1927.

CAMARGO, José Ferraz (Org.). Almanach Anuario de S. Carlos. São Carlos: [s.n.], 1928.

Facsimile de: Almanach de São Carlos de 1894. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: Almanaque de São Carlos de 1905. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: Almanach-Album de São Carlos 1916-1917. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: Almanack de São Carlos, 1927.. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Facsimile de: .). Almanach Annuario de S. Carlos. São Carlos - 1928. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007.

1.2 PERIÓDICOS

ALMANACH D' OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: abrangendo as de Rio Claro, S. Carlos do Pinhal, Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro. 2º ano, organizado por Guilherme Votta. São Paulo: Ao Livro Verde, 1902, p. 315.

A CIDADE DE SÃO CARLOS, São Carlos, 01 dez. 1904

_____. São Carlos, 17 ago. 1905

_____. São Carlos, 14 out. 1907

_____. São Carlos, 02 mai. 1908

_____. São Carlos, 26 mai. 1908

_____. São Carlos, 06 jun. 1908

_____. São Carlos, 06 abr. 1909

_____. São Carlos, 31 mai. 1911

DIÁRIO DE SÃO CARLOS, São Carlos, 09 fev. 1890.

_____. São Carlos, 06 fev. 1915.

_____. São Carlos, 22 jun. 1915.

_____. São Carlos, 27 jun. 1915.

_____. São Carlos, 04 jul. 1915.

_____. São Carlos, 01 nov. 1916.

_____. São Carlos, 18 nov. 1916.

_____. São Carlos, 19 nov. 1916.

_____. São Carlos, 03 fev. 1917.

_____. São Carlos, 25 nov. 1917.

_____. São Carlos, 25 ago. 1928

_____. São Carlos, 28 jun. 1928.

_____. São Carlos, 28 jul. 1928.

_____. São Carlos, 24 mai. 1890.

_____. São Carlos, 04 jun. 1890.

O S. CARLOS DO PINHAL. São Carlos. 28 fev. 1897

_____. São Carlos, 20 maio 1896

ORDEM E PROGRESSO, São Carlos. 30 04 1893

_____. São Carlos. 27 maio 1896

_____. São Carlos. 09 jun. 1896

_____. São Carlos. 10 jun. 1896

_____. São Carlos. 03 jun. 1896

_____. São Carlos. 03 jul. 1896

_____. São Carlos. 05 jul. 1896

_____. São Carlos. 07 jul. 1896

_____. São Carlos. 08 jul. 1896

_____. São Carlos. 17 jul. 1896

_____. São Carlos. 21 jul. 1896

_____. São Carlos. 30 jul. 1896

_____. São Carlos. 04 ago. 1896

TRIBUNA DE SÃO CARLOS. São Carlos. 30 set. 1877

A CIDADE DE S. CARLOS. São Carlos. 6 abril 1909

Revista Raça número 01, 02 e 03 ano de 1928.

1.3 MANUSCRITOS

Atas da Câmara de 1890 a 1895

Atas da Câmara de 1915 a 1916

Atas da Câmara de 1916 a 1918

Atas da Câmara de 1927 a 1929

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1901 a 1902

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1907 a 1910

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1910 a 1912

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1912 a 1915

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1915 a 1918

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1925 a 1927

Livro de Profissões, Ofício e Indústria de 1928 a 1930

2. SOBRE SÃO CARLOS

ABREU, Jonas Modesto. Política, economia e desenvolvimento urbano na cidade de São Carlos (1880-1960). 2000. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, São Carlos.

BRAGA, Cincinato & PUJOL, Alfredo. Defeza dos Administradores do Banco União de São Carlos. Rio de Janeiro. Typografia Lauzinger, 1903.

BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. Silva. Moradias urbanas: construídas em São Carlos no período cafeeiro. Vol. I e II. Tese (Doutorado). EESC-USP: São Carlos, 1991.

BOTELHO III, Carlos de Arruda Botelo. Grandes de Corpo e Alma: fundadores de cidade. 2ª. Edição. Cupolo. 1956.

DAMIANO, Otávio. Imprensa São-Carlense (1876-1995). Edufscar. São Carlos. 2007.

DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. 1985. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, São Paulo.

FERRAZ, Maria Cecilia B. *São Carlos do Pinhal: sua fundação e sua história*. Editora Cupolo, 1955.

CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. Configuração das elites política e econômica em São Carlos/SP – 1873 a 1904. São Carlos: UFSCar, 2015. 159 p.

GORDINHO, Margarida Cintra. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

JUNQUEIRA, Marili Peres. Nas entrelinhas dos jornais: cotidiano do imigrante italiano na imprensa de São Carlos (1880-1900). 1998. 236 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1998.

_____. São Carlos em tempos de epidemia: imigração, saúde pública e urbanização (1877-1900). Doutorado em Sociologia. - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Poder político local: do coronelismo ao populismo. Um estudo de caso: São Carlos*. São Paulo, 1979, 189 págs. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979.

LIMA, Renata Priore. Limites da Legislação e (des)controle da expansão urbana (1857-1977). EdUFSCar. 2008.

LORENZO, Helena Carvalho de. Origem e evolução da indústria de na região de Araraquara-São Carlos (1900-1970). USP, FFLCH. dissertação de mestrado. 1979

MACHADO, Maria Lúcia Teixeira – História da saúde em São Carlos. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. (Coleção nossa história)

NEVES, Ary Pinto das. São Carlos na esteira do tempo. Texto de Ary Pinto das Neves; ilustrações de Julio Bruno. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

_____. O Jardim Público de S. Carlos do Pinhal. Edufscar, Ed. Fac-simile, 2007.

PACHECO, Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: Um Estudo de Caso da Urbanização na Região de Araraquara e São Carlos. 1880-1930. Unicamp. Dissertação de Mestrado em Economia. IE-Unicamp. 1988.

TRUZZI, Oswaldo. Café e Indústria no interior de São Paulo: o caso de São Carlos. São Paulo. FGV. Dissertação de Mestrado. 1985.

_____. BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *População e Economia Cafeeira: São Carlos, 1907*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2008.

3. GERAL

ABDALA, Rachel Duarte. *Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)*. Tese de Doutorado em Educação. USP. SP. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da História*. Bauru, Edusc.. 2007.

ANASTÁCIO, V. *Almanaques: origem, gêneros, produção feminina*. Santiago de Compostela: VEREDAS 18. Associação Internacional de Lusitanistas, 2012. p. 53-74.

ANDRADE, Ana Maria M. S. *A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense.

ANDRIES, Lise. *Almanaques – revolucionando um gênero tradicional*. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). *A Revolução Imprensa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

ASSIS, Machado de. *Como se inventaram os almanaques?* In: MEYER, Merlise. *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo, Ateliê Editorial. 2001. P.25 a 29.

AZEVEDO, André Nunes. *Da Monarquia à República. Um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. PUC-RJ. 2003.

BALANDIER, G. O contorno: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914* (estudo de história urbana e cultura matériá). Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 298p.

BELO, André. História & livro e leitura. 2. Ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter - Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Obras escolhidas II. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Pequena história da fotografia. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 219-240

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1986.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902 (7 volumes).

BLOM, Philip. Os anos vertiginosos: Mudança e cultura no ocidente, 1900-1914. Rio de Janeiro: Record, 2015

BURKE, Peter. A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 194-198, 1995.

_____. Uma historia social do conhecimento – De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2003.

BOLLE, Willi. Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. A Cidade Inventada: *A Paulicéia construída nos relatos memorialistas*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas. 1993.

BRESCIANI, M. S. (org.). **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1994.

CÂMARA, Ana Paula de Oliveira Lopes. Album Graphico de Matto-Grosso (1914): História e Memória. Doutorado em História Social. PUC-SP. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os primeiros Almanques de São Paulo. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983.

_____. e MORAES, Rubem Borba de. Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822: Legislação São Paulo. EdUSP, Kosmos. 1993

CAMARGOS, M. Villa Kyrial: crônica da *Belle Époque* paulistana. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARVALHO, J. M. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CORREIA, J.D.P e GUERREIRO, M.V. Almanques ou a sabedoria e as Tarefas do Tempo. Revista ICALP, vol. 6, agosto/dezembro de 1986.

CASA NOVA, Vera. Lições de almanaque: um estudo semiótico. BH: UFMG, 1996.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHALHOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. (Org.) Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette; mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Reinaldo Fortes de. Cordel, Almanques e Horoscopus": E(ru)dição dos folhetos populares no Juazeiro do Norte-CE (1940-1960). Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UECE. 2008

CORREIA, J.; GUERREIRO, M. Almanques ou a sabedoria e as tarefas do tempo. Revista ICALP. Lisboa, v. 6, ago./dez. de 1986, p.43-52.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, v. 1, p. 22-38, 2007.

_____. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915. São Paulo: EDUC/FAPESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000.

DONEGÁ, Ana Laura. *Folhinhas e Almanaque Laemmert*: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da tipografia universal. Revista Seta. IEL. Unicamp. 2012. P.16-28

DOIN, José Evaldo de Mello. Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930). 2001. 2 vols. Tese (Livre-docência em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

_____. FONCECA, Arrovani Luiz.; PERINELLI NETO, Humberto.; MELO, Rafael Cardoso de. A Educação dos sentidos na leitura do Almanach-Album de São Carlos de 1916-1917. História Revista, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 129-148, jan./jun. 2009.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FENELON, Dea. (Org.). Cidades. São Paulo: Ed. Olho D'Água/ PUC- Programa de pós-graduação em História, nº 1, 1999.

FERRARO, M. R. A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005.

FERREIRA, Celso Antônio. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. Para ler nos caminhos de ferro: o Almanach litterario de São Paulo (1876-1885). UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2006.

FERREIRA, Jerusa Pires. “Almanaque”. In: MEYER, Marlyse (Org.). Do Almanak aos Almanques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

FONSECA, Arrovani L. Os cronistas e a cidade de São Carlos/SP: experiências e memórias nos almanaques da Belle Époque Cafeeira. In: PERINELLI Neto, Humberto. Retalhos de experiências modernas: história, culturas e cidades no

interior paulista – Primeira República. PERINELLI NETO, Humberto (Org.). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. P.249-285.

FREITAS, Cláudia Fernanda de Barros. Aspectos da História e da Literatura na Primeira Década do Almanaque Literário e estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1900). Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em História da Literatura da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007.

GALZERANI, Maria Carolina Boverio. O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (Doutorado em História). Campinas: Dep. de História, IFCH, UNICAMP, 1998.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pasqual. Paradoxos da Belle Époque tropical. In: Pinheiro, Luís da Cunha & Rodrigues, Maria Manuel Marques. (organizadores) A Belle Époque Brasileira. CLEPUL. Lisboa. 2012, p.163-180.

GOODWIN Jr. J. W. Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese de Doutorado em História. São Paulo. USP. 2007.

GOMES, Ricardo Cordeiro. Todas as Cidades, a Cidade. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HENRIQUES, A. B. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. História (São Paulo). São Paulo, v. 30, n.2, ago./dez. 2011, p.359-380.

HOBBSAWN, E. J. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1983 (Ensaio de Economia; vol. 134).

_____. A era do capital: 1848-1875. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-91. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HUNT, L. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HRUBY, Hugo. O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). PUC-RS. Porto Alegre, 2012. 371 f.

IGLESIAS, Francisco. Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 1998.

JANOTTI, M. L. M. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2000.

_____. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954). São Paulo: Mercado de Letras, 1997. p. 92-94.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Aureliano. Os almanaques de São Paulo. Revista da Academia Paulista de Letras, São Paulo, número 15. p.16-25, nov. 1955.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf. Acesso em 29.03.2018.

MARTELETO, RM., GUIMARÃES, C., e NÓBREGA, NG. Almanaque da dengue: conhecimento, informação e narrativas de saúde. In: MARTELETO, RM., e STOTZ, EN., orgs. Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré [online]. Rio de Janeiro: Editora. FIOCRUZ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 83-106

MARTINS, Ana Luiza. Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/ FAPESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARQUES, Higinia Teixeira. Da fotografia na cidade a cidade na fotografia: Ribeirão Preto 1891-1923. Tese de Doutorado em História. FCHS, UNESP-Franca. 2015.

MELO, Rosilene Alves de. Almanaque de cordel: do fascínio da leitura para a feitura da escritura, outro campo de pesquisas. Revista IEB. N.52, 2011 set./mar. p. 107-122

MELLO JÚNIOR, A. *Imprensa Taubateana: contribuição à sua história (1861-1981)*. Taubaté: Egetal, 1983.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café na boca do sertão paulista. Mercado interno e mão de obra no período de transição. (1830/1888)* Unesp. 2003.

MITROVITCH, Caroline. *Experiência e formação em Walter Benjamin. Dissertação de Mestrado em Educação. UNESP. Presidente Prudente. 2007.*

MORSE, Richard. *As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995.*

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. Tese de Doutorado em Comunicação. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. 289f.*

MENDONÇA, Robson Pereira. *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1914-1919). Tese de Doutorado em Historia. UNESP-Franca. 2005.*

MENEZES, Roni Cleber Dias. *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociedade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885). Faculdade de Educação, USP, SP. 2006.*

MICHELON, Francisca Ferreira. *A cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930). 2001. 547p. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibero-Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. 2. v.*

MORILA, A. P. *Um monumento na avenida: a Escola Normal de São Carlos. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.19, set. 2005, p. 40 -62.*

NAXARA, Marcia Capelari. Estrangeiro em sua própria terra. Representações do trabalhador nacional. 1870/1920. Dissertação de Mestrado. Campinas Unicamp, 1999.

NEEDEL, J. D. Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993.

_____. "A Ascensão do Fetichismo Consumista." Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 3, n.8. São Paulo: Anpocs, outubro de 1998, p. 39-58.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. Almanaque toda a oficina da vida. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.

ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. Consumo e cultura material, São Paulo "Belle Époque" (1890-1915). Tese de Doutorado em Economia. UNICAMP, Campinas, SP. 2009.

OZELIN, Jaqueline Rampeloti. Periódicos educacionais da escola normal de São Carlos: educação moral, civismo e higiene (1911-1923). Dissertação em Educação. Marília. UNESP. 2010

PALMA, Daniela. Do registro à sedução: os primeiros tempos da fotografia na publicidade brasileira. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia01/do_registro_a_seducao.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

PARK, Margareth Brandini. Histórias e leituras de almanaques no Brasil. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. Os Passos do Saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. "A Máquina da Memória": história, evento e tempo presente no Almanaque Abril (1974-2006). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006.

PADILHA, Márcia. A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Anablume, 2001.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. O Fausto caipira Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernização urbana em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920). VARIA HISTÓRIA, nº 30 Julho, 2003, p178.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. História & História Cultural. 2º Ed.reimp. -Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

_____. Porto Alegre caricata: "a imagem conta a história. Coordenação de Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre, UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

QUEIROZ, Eça. Almanques. (Introdução ao 1º volume do Almanaque Enciclopédico, 1896) In _____ Notas Contemporâneas. Porto: Lello & Irmão Editores, 1951.

RIBEIRO, Suzanna Barretto. Percursos do olhar na fotografia profissional e amadora. Tese de Doutorado em História. Campinas. UNICAMP. 2002.

ROSSI, Paolo. Naufrágios sem espectador: A ideia de progresso. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RODRIGUES, José Honório. Resenha para o ALMANACH PARA A CIDADE DA BAHIA, ANNO 1812 (Bahia. Na Typ. de Manoel Antônio da Silveira Serva. Com as devidas licenças necessárias). Conselho Estadual de Cultura. Secretaria de Educação e Cultura da Bahia. 1973. Edição fac-similar. 264 páginas. Impressão pela Empresa Gráfica da Bahia

https://www.researchgate.net/publication/322606102_Resenha_de_Almanack_para_a_Cidade_da_Bahia acesso em 10.03.2019.

ROUANET, Sérgio Paulo. A Razão nômade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

SANTOS, Luiz Cezar S. dos. publiCIDADE belle époque: A mídia impressa nos cidade de Belém entre 1870-1912. Tese de Doutorado em História. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.

SEGALIN, Linara Bessega. “Leituras confiadas às mais inocentes e puras leitoras?: As mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910)”. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre. UFRGS, 2013.

SEIXAS, Jacy A. de. “Os campos (in) elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica”. In: SEIXAS, J., BRESCIANI, M.S., BREPOHL, M. (Orgs) Razão e paixão na política. Brasília, UnB, 2002.

_____. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 24, p. 43-64, jun., 2002.

_____. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. BRESCIANI, S. NAXARA, M. Memória e ressentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). História da vida privada no Brasil: República: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Rodrigo da. Sobre taipas e textos. Um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRUZZI, O.; FOLLIS, F. A ocupação dos sertões de Araraquara: das sesmarias a Lei de Terras de 1850. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

VARGAS, Cláudia Regina. As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Mestrado em História. UNESP-Franca. 2000. 126.p

POLLAK, Michel. "Memória, Esquecimento e Silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Edições Vértice, vol 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 05, nº 10, 1992, p.201.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2 v. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

PLATAFORMA VERRI. <http://www.plataformaverri.com.br/>

RADICH, M. C. Almanaque: tempo e saberes. Lisboa, Centelha, s. d.

RAMOS, R. Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1985.

ROCHA, P.M. & ZAUITH, G. Jornalismo e Modo de Produção. As transformações dos impressos no Nordeste do Estado de São Paulo. Campinas : Editora UNICAMP. 2014.

SCHORSKE, Carl. 1988. Viena fin-de-siècle: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da Unicamp.

SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

_____. (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3.

STAROBINSKI, J. As máscaras da civilização – ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SÜSSEKIND, F. Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SOUZA, O.T. Almanak Geral do Império do Brasi-1836. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Vol. 106. 1986, p.7-27.

VALE, Rony Petterson Gomes do. A mulher nas piadas de almanaque: estratégias discursivas e representações sociais. Mestrado em Linguística, UFGM, Belo Horizonte. 2009. 135 f.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 235 páginas

ZIOLI, M. Política com café no Oeste do estado de São Paulo: Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948). Assis, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.

ZUCOLOTTO, Eder Carlos. Homens de negócio e poder local no Oeste Paulista. Tese de Doutorado em Sociologia. Araraquara. UNESP. 2018.

ZWEIG, Stefan. Autobiografia: O Mundo de Ontem. Rio de Janeiro, ZAHAR. 2014